

**CIDADES MÉDIAS  
E PEQUENAS:  
DINÂMICAS ESPACIAIS,  
CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS  
NA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO**

Patricia Chame Dias, Paulo Roberto Baqueiro Brandão  
(orgs.)

99

*Série Estudos e Pesquisas*

publicações  
**SEI**

SALVADOR  
2015

# CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: DINÂMICAS ESPACIAIS, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS NA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO

Governo do Estado da Bahia  
Rui Costa

Secretaria do Planejamento  
João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
Eliana Boaventura

Diretoria de Estudos (SEI)  
Edgard Porto

Ficha Técnica

Coordenação de Estudos Socioeconômicos

Eletice Rangel Santos

Organizadores

Patricia Chame Dias (SEI)

Paulo Roberto Baqueiro Brandão (UFOB)

Coordenação de Disseminação de Informações

Augusto Cezar Pereira Orrico

Editoria-geral

Coordenação de Produção Editorial

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão de Linguagem

Calixto Sabatini

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Design Gráfico

Elisabete Barretto

Julio Vilela

Editoração

Autor Visual

Coordenação de Biblioteca e Documentação

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Normalização

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Isabel Dino Almeida

---

Cidades médias e pequenas: dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo / Patrícia Chame Dias, Paulo Roberto Baqueiro Brandão (organizadores) -- Salvador: SEI, 2015.

p. (Série estudos e pesquisas, 99).

ISBN 978-85-8121-015-5

I. Planejamento urbano - Bahia. 2. Desenvolvimento urbano - Bahia.  
I. Dias, Patrícia Chame. II. Brandão, Paulo Roberto Baqueiro. III. Série.

---

CDU 711.4(813.8)

Impressão: EGBA





## ■ SUMÁRIO

9	<b>UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: BREVE INTRODUÇÃO</b> <i>Paulo Roberto Baqueiro Brandão</i> <i>Patrícia Chame Dias</i>
15	REFERÊNCIAS
	<b>ABERTURA</b>
19	<b>DINÂMICAS ESPACIAIS, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS NA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO</b> <i>Angela Maria Endlich</i>
21	SOBRE O RURAL E O URBANO
23	SOBRE O CAMPO E A CIDADE
26	TRANSFORMAÇÕES NA CONDIÇÃO DE VIDA E SUAS IMPLICAÇÕES CULTURAIS
28	PARA FINALIZAR: A CONDIÇÃO E A SOCIEDADE URBANA COMO PERSPECTIVA
29	REFERÊNCIAS
	<b>PARTE I</b>
	<b>O LUGAR DA CULTURA NOS ESTUDOS DO PAR RURAL-URBANO: OLHARES SOBRE PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES</b>
33	<b>A QUESTÃO CULTURAL NO ESPAÇO URBANO DE PEQUENAS CIDADES NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DE ALGUNS CONCEITOS</b> <i>Janio Roque Barros de Castro</i>
33	INTRODUÇÃO
34	REGIÃO CULTURAL OU TERRITÓRIO DE IDENTIDADE? COMO ABORDAR O RECÔNCAVO BAIANO NESSE CONTEXTO?
40	CULTURA, TOPONÍMIA, MERCANTILIZAÇÃO E ESPAÇO URBANO
43	FESTAS POPULARES OU EVENTOS FESTIVOS NO/DO ESPAÇO URBANO?
46	A REVALORIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL
48	REFLEXÕES FINAIS
49	REFERÊNCIAS
51	<b>ENTRE “SOLIDARIEDADES ORGÂNICAS” E “SOLIDARIEDADES ORGANIZACIONAIS”: PENSANDO AS CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA</b> <i>Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior</i>
51	INTRODUÇÃO
53	A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM FACE DA PARTICULARIDADE REGIONAL AMAZÔNICA
55	A NOVA DINÂMICA TERRITORIAL E A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES MÉDIAS
58	ALGUNS EXEMPLOS DA AMAZÔNIA PARAENSE
66	CONSIDERAÇÕES FINAIS
68	REFERÊNCIAS
71	<b>DINÂMICA E EVOLUÇÃO DA PAISAGEM NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS (BA)</b> <i>Evanildo Santos Cardoso</i>
71	INTRODUÇÃO

71	PRIMEIRO MOMENTO – O INÍCIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
78	SEGUNDO MOMENTO – O ADVENTO DA MODERNIZAÇÃO
80	TERCEIRO MOMENTO – A INTRODUÇÃO DA SOJA NA CULTURA BARREIRENSE
85	CONSIDERAÇÕES FINAIS
86	REFERÊNCIAS
<b>PARTE II</b>	
<b>URBANIZAÇÃO DO CAMPO E RURALIZAÇÃO DAS/NAS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES</b>	
<b>89</b>	<b>CIDADES PEQUENAS: REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE URBANA DE SERGIPE</b>
	<i>Oscar Sobarzo</i>
89	INTRODUÇÃO
90	O QUE DIZEM OS DADOS ESTATÍSTICOS I: BRASIL
92	O ESTUDO DAS CIDADES PEQUENAS
97	O QUE DIZEM OS DADOS ESTATÍSTICOS II: SERGIPE
105	NEM URBANIZAÇÃO DO CAMPO, NEM RURALIZAÇÃO DAS CIDADES: PONTOS PARA O DEBATE
108	CONSIDERAÇÕES FINAIS
108	REFERÊNCIAS
<b>111</b>	<b>“URBANIZAÇÃO POR DECRETO?” O PODER DA NORMA NA AÇÃO DO ESTADO E A CRIAÇÃO DE NOVOS BAIRROS NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA</b>
	<i>Onildo Araujo da Silva</i>
111	INTRODUÇÃO
113	A AÇÃO DO ESTADO E AS RELAÇÕES ENTRE O URBANO E O RURAL
117	A AÇÃO DO PODER PÚBLICO: O ASPECTO NORMATIVO
121	A AÇÃO DO PODER PÚBLICO: O ASPECTO POLÍTICO E A QUEM INTERESSA
124	AS IMPLICAÇÕES PARA AS COMUNIDADES RURAIS
128	CONSIDERAÇÕES FINAIS
128	REFERÊNCIAS
<b>131</b>	<b>CIDADES DA SOJA: AMPLIANDO O DEBATE SOBRE A URBANIZAÇÃO LIGADA À ESPECIALIZAÇÃO AGRÍCOLA</b>
	<i>Paulo R. B. Soares</i>
132	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA
134	COMO AVALIAR OS EFEITOS NO TERRITÓRIO DESSE PROCESSO HISTÓRICO?
138	A QUESTÃO DA PRODUÇÃO CONCOMITANTE DE POBREZA E RIQUEZA
143	CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA OU AGRÍCOLA
145	A EXPORTAÇÃO OU FIXAÇÃO LOCAL DA RENDA
146	CONSIDERAÇÕES FINAIS
149	REFERÊNCIAS
<b>PARTE III</b>	
<b>DESAFIOS AMBIENTAIS E USO DE GEOTECNOLOGIAS NO ESTUDO DA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO</b>	
<b>153</b>	<b>A ANÁLISE ESPACIAL E AS GEOTECNOLOGIAS NO PLANEJAMENTO DAS CIDADES</b>
	<i>Maria Isabel Castreghini de Freitas</i>

153	INTRODUÇÃO
154	CIDADE: LUGAR PARA SE VIVER BEM
157	SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA URBANA (SIVIU) COMO APOIO À TOMADA DE DECISÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIDADES MÉDIAS
161	GEOTECNOLOGIAS NA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS-SP
166	CONSIDERAÇÕES FINAIS
167	REFERÊNCIAS

## **ENCERRAMENTO**

### **171 PENSANDO O FENÔMENO URBANO CONTEMPORÂNEO**

*María Laura Silveira*

171	O PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO E A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO
173	O ACONTECER SOLIDÁRIO E A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA
179	QUESTÕES DE MÉTODO SOBRE O FENÔMENO URBANO NO PRESENTE E NO FUTURO
182	REFERÊNCIAS

## **REFLEXÕES DA REDE CMP**

### **187 O CAMPO E A CIDADE: OPERACIONALIZANDO IDEIAS DE RAYMOND WILLIAMS ATRAVÉS DE EÇA DE QUEIRÓS**

*Wendel Henrique Baumgartner*

187	INTRODUÇÃO
190	O CAMPO INGLÊS E AS SERRAS PORTUGUESAS: O LOCAL E O REGIONAL NAS ADJETIVAÇÕES DO CAMPO
194	A CIDADE: BERÇO DA CIVILIZAÇÃO QUE SE PRETENDE UNIVERSAL
199	O CAMPO E A CIDADE: UM MUNDO DE RELAÇÕES E REPRESENTAÇÕES
201	POSSÍVEIS SINTETIZAÇÕES?
204	REFERÊNCIAS

### **205 RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E MOBILIDADE DO TRABALHO NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO: A REPRODUÇÃO DA VIDA EM CIDADES PEQUENAS**

*Silmara Oliveira Moreira*

*Janio Santos*

205	INTRODUÇÃO
206	MOBILIDADE, TRABALHO E RELAÇÕES CAMPO-CIDADE
210	A VIDA NA CIDADE SOB O OLHAR DO HOMEM DO CAMPO
214	MOBILIDADE DO TRABALHO E RELAÇÕES CIDADE-CAMPO
216	CONSIDERAÇÕES FINAIS
217	REFERÊNCIAS





## UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: BREVE INTRODUÇÃO

*Paulo Roberto Baqueiro Brandão\**

*Patricia Chame Dias\*\**

No Brasil, até recentemente, o processo de urbanização do território teve prevalência sobre o da sociedade, conforme aponta Santos (2005). De fato, a criação de vilas e cidades é um ato recorrente desde os tempos da Colônia, cujo objetivo precípua foi, durante muito tempo, promover a afirmação da presença do Estado, com todo seu aparato e ordenamento, em regiões mais distantes ou menos susceptíveis ao acatamento de regras, leis e normas. Tal medida, apesar de ter servido para efetivar a sujeição dos homens à normativa estatal, não gerou efeitos significativos na mobilidade populacional, posto que, ao longo de séculos, a maioria dos brasileiros se manteve fixada no campo, reproduzindo-se socialmente sob bases econômicas, políticas e socioculturais típicas do mundo rural.

Cidade e campo eram, então, espaços que se diferenciavam por uma marcante divisão social e territorial do trabalho, evidenciada pelas particularidades e singularidades de cada modo de reprodução econômica e social. Tal contexto incluía a adoção de limites quase sempre muito bem definidos entre os espaços urbano e rural. Em cada um deles, a estrutura espacial, assim como dos modos de vida e de reprodução social, apresentava características claramente distintas e distintas.

A reversão desse quadro se fez real apenas na segunda metade do século XX, como resultado de um contínuo e duradouro processo de deslocamento de população, contada aos milhões, do campo para a cidade, com repercussão direta, portanto, na urbanização da sociedade brasileira.

No entanto, é importante ter em mente que a urbanização da sociedade não corresponde a um mero deslocamento populacional do meio rural para o urbano, ou se refere ao crescimento do número daqueles que moram em áreas oficialmente urbanas. Mais que isso, é fundamental considerar também as transformações no comportamento coletivo, com a incorporação, pela população em movimento, de novos hábitos e costumes, modos de produção, padrões de consumo e de ocupação do solo. A partir da combinação entre a aglomeração de pessoas e a expansão da área ocupada, a cidade adquire maior grau de complexidade, que resulta da ampliação contraditória e complementar da diversidade e da desigualdade, com significativas implicações de ordem social, política, econômica e ambiental.

\* Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador da Rede CMP e professor adjunto da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). paulo.baqueiro@ufob.edu.br

\*\* Mestre e doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora da Rede CMP e do Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação e pesquisadora da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). patriciadias@sei.ba.gov.br

O campo, de igual modo, passa a ser *locus* de relevantes transformações, induzidas pela incorporação crescente desse espaço às lógicas mais modernas de acumulação. Assim, é possível perceber a existência de espaços cujos mecanismos técnico-informacionais se instalam em maior densidade, não de um arcabouço material e simbólico mais favorável possível à execução de atividades altamente rentáveis.

Evidentemente que, dada a seletividade com que o mercado trata os espaços, em especial no mundo subdesenvolvido, não é possível falar de uma homogeneidade da presença dos efeitos dessas transformações em todo o meio rural. Ao contrário, considerando a seletividade e as especificidades das formações socioespaciais de cada país ou região, as transformações nos espaços urbanos e rurais ocorrem a ritmos e formas diferenciados.

Por tudo isso, os estudos sobre a relação cidade-campo exigem uma contínua reflexão sobre suas bases teóricas e metodológicas, ao tempo em que cobram constantes e novos esforços de empiricização. Resulta de tal constatação o grande número de pesquisas e fóruns de debates sobre o tema em curso no Brasil.

No âmbito da Rede de Pesquisas Cidades Médias e Pequenas da Bahia (Rede CMP), a relação entre a cidade e o campo figura como um dos principais temas de análise desde os seus primórdios. Já na primeira edição do evento organizado por esse grupo, ocorrido em 2009, em Salvador, o interesse pelo assunto resultou na realização da sessão intitulada “As relações campo-cidade: possibilidades de análise e metodologias”, cujas contribuições ao debate foram confiadas a Arthur Magon Whitacker, Suzane Tosta Souza e Patricia Chame Dias (LOPES; HENRIQUE, 2010). Naquele momento, foram abordadas questões fundamentais para o entendimento dos aspectos que diferenciam/opõem a cidade e o campo, mas que também os colocam em situações nas quais um complementa o outro, tornando-os inteligíveis justamente pela comparação (WHITACKER, 2010).

Em reconhecimento à importância atual das questões que envolvem as dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas da relação cidade-campo como pauta de análise para os estudiosos e gestores de cidades não metropolitanas, o IV Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia<sup>1</sup>, realizado na cidade de Barreiras, entre os dias 7 e 14 de outubro de 2014, converteu-se em um espaço privilegiado para reflexões e debates atinentes ao tema, em suas diversas escalas de análise e sob múltiplos olhares.

O que ora se apresenta em forma de livro é o resultado dessas reflexões e debates, compondo uma exposição rica e diversa das múltiplas visões sobre um tema tão caro aos estudiosos do fenômeno urbano.

Principia esta publicação o texto de Angela Maria Endlich que representa sua exposição na abertura do simpósio. Tendo como ponto de partida a concepção de que cada sociedade

<sup>1</sup> O IV Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia contou com o apoio institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

produz seu espaço, a autora discute a espacialidade produzida pelo capitalismo, particularizando a situação do noroeste do Paraná. Analisa também as relações entre rural/urbano e campo/cidade, considerando como a racionalidade que se implanta nesse território as transforma. Para tanto, elabora uma reflexão a respeito dos conceitos de rural e de urbano e os reposiciona considerando as transformações da sociedade brasileira, que, a partir de meados do século XX, passa a se concentrar cada vez mais nas cidades, situação que altera as condições de vida dos que moram tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

A autora traz também uma interessante análise sobre cidade e campo e cidades do campo e, conforme suas pesquisas, aponta para o fato de que boa parte do campo, contemporaneamente, não corresponde ao rural no que tange aos modos e condições de vida. Ela discute ainda as contradições que a passagem à condição urbana revela na sociedade, alterando suas necessidades e demandas, implicando mudanças na economia e acentuando a divisão do trabalho.

Segue-se a seção *O lugar da cultura nos estudos do par rural-urbano*. Nela estão três trabalhos. No primeiro, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior realiza questionamentos sobre o que são cidades médias e a possibilidade de estabelecer critérios comuns para reconhecê-las nas diferentes porções do Brasil. Com o intuito de pensar sobre tais temas, tendo a região amazônica como referência, ele analisa a diversidade urbana no país e discute a relação entre cidade e floresta e os diferentes papéis e perfis das cidades dessa região.

Fazendo convergir as duas questões – cidade média e especificidades da Amazônia –, o autor estabelece estratégias para identificar as cidades médias e de porte médio dessa região, indicando o papel que apresentam em sua rede urbana. Ademais, considera o processo de consolidação de tais centros, com destaque para os do Pará, e como esse histórico repercute no tipo de centralidade que cada um deles possui.

O segundo, de autoria de Janio Roque Barros de Castro, tem como foco colocar a questão cultural, no âmbito da geografia, como articuladora e problematizadora da realidade a partir do uso conceitos como território, região e paisagem. Seu recorte de análise, ou melhor, o que pauta sua reflexão, é o Recôncavo baiano, região reconhecida internacionalmente, inclusive oficialmente, por suas manifestações culturais. Ele indaga: ela é uma região cultural ou um território das manifestações culturais? Como é possível definir o Recôncavo contemporâneo? Esses são os estímulos para se pensar tal espaço como uma produção histórica, dinâmica, onde a cultura se destaca de forma expressiva.

O autor discorre, então, consubstanciado na literatura e no recorte empírico escolhido, sobre planos governamentais que têm a cultura como mote, sobre os símbolos e as mitificações que contribuem para transformar o “cultural” em mercadoria. Trata ainda das festas populares, distinguindo-as das megafestas, os “eventos festivos espetacularizados”, que são cada vez mais correntes no espaço urbano. Além disso, ele propõe formas de analisar a paisagem urbana.

Na sequência, Evanildo Santos Cardoso emprega uma perspectiva geográfico-histórica de análise para tratar do processo de modernização do Oeste baiano e de Barreiras, seu principal município desde longa data, examinando, de modo adicional, como tal dinâmica contribui para a formação e a percepção da paisagem. Para tanto, o autor propõe uma periodização que contempla três momentos, denotando as transformações e permanências de um espaço marcado por interações entre o tradicional e o moderno (1891-1950), pela transição rumo a uma organização baseada em uma economia agroexportadora (1950-1980) e, por fim, pela inserção plena no dito mundo globalizado (da década de 1980 aos dias atuais).

De forma complementar, Evanildo Cardoso tece uma análise comparativa entre novos e antigos elementos materiais e simbólicos que passam a coexistir dialeticamente no espaço oestino a partir da modernização agrícola. Para tanto, emprega o recurso da empiricização, trazendo à tona os exemplos de “uma paisagem da cultura dominante”, representada pelas feiras agropecuárias, escritórios de multinacionais do setor agrícola e concessionárias de veículos SUV, mas também da resistência das populações ditas beradeiras, que se reproduzem socialmente por meio de fortes vínculos estabelecidos na relação homem-natureza-cultura.

A seção *Urbanização do campo e ruralização da cidade* é composta, igualmente, por três trabalhos. Oscar Sobarzo inicia-a com um artigo que versa sobre pequenas cidades, com destaque para as sergipanas. Dedicando-se ao estudo das estatísticas, num primeiro momento, e, com base nelas, discute o significado da urbanização brasileira, considerando a expressiva proporção de cidades de pequeno porte no país. Ocupa-se, em seguida, da caracterização de algumas das dinâmicas relacionadas àquelas cidades. Reflete sobre as características das pequenas sedes municipais, tendo como exemplo as situadas no Paraná, em São Paulo e do Nordeste. Há ainda um tópico no qual trata particularmente de Sergipe. Ele considera diferentes estatísticas e os papéis atribuídos às suas menores cidades na rede urbana estadual conforme diferentes estudos para propor uma reflexão sobre os processos em curso nessas sedes municipais

Suas discussões culminam numa reflexão sobre a “ruralização da cidade” e a “urbanização do campo”, colocando em questão a pertinência dessas expressões para dar conta das múltiplas realidades contidas no Brasil.

Trabalhando com uma cidade média baiana, Onildo Araujo da Silva discute o papel do Estado na construção do urbano ou como a “urbanização” pode ser realizada por força da lei. Seu texto encaminha-se no sentido de analisar a ação/poder do ente estatal, em interação ou representando o interesse de outros agentes, na reprodução do espaço. Detendo-se em processos ocorridos no município de Feira de Santana, o autor coloca em questão as ações do Executivo e do Legislativo no que tange à conversão legal de áreas tradicionalmente rurais em urbanas.

Por meio de pesquisas e revendo a literatura sobre o tema, ele indica que o poder público se coloca, mais uma vez, a serviço do capital, em detrimento dos grupos sociais, especificamente

dos moradores de áreas rurais que legalmente passaram à condição de urbanas. O autor levanta questões sobre a perda de direitos e o bloqueio a efetivos canais de participação popular na discussão das medidas que tornaram um espaço ocupado por trabalhadores vinculados ao campo em uma área destinada à expansão imobiliária de cunho urbano.

O último artigo dessa seção é de autoria de Paulo Ricardo Brito Soares, que busca analisar as características das cidades do interior do Brasil como forma de compreender as especificidades da dinâmica espacial no que tange à urbanização do campo. Tomando como exemplo os casos de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, Soares analisa a relação entre os processos de urbanização e modernização agrícola.

Em seu estudo, o autor considera que, ao contrário do que é voz corrente entre os estudiosos da cidade e do urbano no contexto de modernização agrícola dos cerrados baianos, a introdução da sojicultura e a dinamização econômica dela resultante geraram mais efeitos positivos que negativos para a população em geral. Ele justifica sua proposição fazendo uso de estatísticas oficiais que revelam a melhoria dos indicadores socioeconômicos, a redução da pobreza e da desigualdade e a ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde e educação.

Na seção *Desafios ambientais e o uso de geotecnologias*, encontra-se o artigo de Maria Isabel Castreghini de Freitas. Nele, a autora elabora uma reflexão sobre o uso da cartografia e das geotecnologias nos estudos urbanos. Nesse sentido, apresenta ações e pesquisas realizadas nas cidades paulistas de Rio Claro e Santos que ilustram a aplicabilidade de tais recursos de análise espacial no planejamento municipal. A partir da premissa de que a cidade deve recuperar a condição de “lugar para se viver bem”, como preconizado pelo filósofo clássico Aristóteles, as geotecnologias são apontadas como instrumentais de apoio ao desenvolvimento urbano.

Nos casos apresentados, são expostos uma proposta de um sistema de informação sobre violência urbana como apoio à implementação de políticas governamentais relativas à segurança pública para a cidade de Rio Claro e um estudo de vulnerabilidade socioambiental aplicado ao município de Santos. Por meio do emprego de programas de licença livre, a autora demonstra ser plenamente possível a aplicação da cartografia e das geotecnologias no planejamento e gestão de cidades médias e pequenas, tornando a tarefa da administração municipal mais eficiente.

Segue-se o texto de Maria Laura Silveira, que apresentou a conferência de encerramento do referido simpósio. Com base no pensamento de Milton Santos, a autora propõe um denso debate teórico sobre a importância da periodização – como “um recurso de método fundamental em geografia” – e do espaço na compreensão do fenômeno urbano em tempos hodiernos. Ela considera a técnica, “entendida como o conjunto de objetos técnicos e as respectivas autorizações”, como critério de compartimentação analítica e empiricização do tempo.

A autora propõe ainda uma compreensão do atual processo de urbanização a partir do exame da penetração das técnicas modernas na vida social e econômica das populações menos capitalizadas, sendo esse acontecer solidário (manifestado de forma homóloga, complementar ou hierárquica) o motor de transformações no mundo do trabalho e na vida das pessoas, com consequências sobre o fenômeno urbano, sem excluir as cidades médias e pequenas.

Nesta publicação, diferentemente das anteriores, agregam-se discussões sobre as relações campo-cidade empreendidas por integrantes da Rede CMP. Dois textos compõem a seção final deste livro: o de Wendel Henrique Baumgartner e o de Silmara Oliveira Moreira e Janio Santos

O trabalho do primeiro é um ensaio que percorre a relação entre geografia e literatura. Wendel Henrique Baumgartner realiza uma análise de ideias sobre campo e cidade e das relações campo-cidade, considerando os seus estereótipos. Ele adota como proposta verificar como esses termos aparecem na literatura de Raymond Williams, autor inglês, e Eça de Queirós, de nacionalidade portuguesa.

A análise empreendida pelo autor permite inferir que cidade e campo representam, nas obras literárias em exame, uma dualidade apresentada com um caráter ora dicotômico, ora dialético e, por vezes, como espaços integrados. Ao final, formula-se uma síntese analítica das representações sobre cidade e campo nas obras de Williams e Queirós, segundo a qual o campo aparece, no mais das vezes, como o espaço do atraso, das tradições, do idílico e da simplicidade, ao passo que a cidade revelaria características de opulência, oportunidades, superioridade, mas também de negação à natureza.

Silmara Oliveira Moreira e Janio Santos abordam questões sobre a migração campo-cidade, especificamente para núcleos urbanos de pequeno porte. Preocupam-se em compreender as condições históricas que conduziram e influenciaram essa mobilidade e sua relação fundamental com o trabalho. Os autores têm como um dos pressupostos de sua análise que, no capitalismo, a mobilidade do trabalho aparece como uma necessidade da reprodução social. Eles chamam a atenção para o fato de que, na Bahia, uma série de fatores estimulou tal fluxo, ao tempo em que os locais de destino dos antigos trabalhadores rurais não foram preparados para recebê-los.

Como parte do resultado de uma pesquisa empírica, realizada em Belo Monte, na Bahia, os autores verificam que a saída do campo em direção à cidade é algo permeado de expectativas (normalmente, ao menos em parte, frustradas) de melhoria na qualidade de vida. Observam também que parte desses migrantes mantém seus vínculos com as atividades rurais, não se inserindo completamente na lógica do mercado de trabalho urbano ou então o fazendo de modo precário. Refletindo sobre esses e outros achados, eles ressaltam que as articulações entre cidade e campo vêm adquirindo uma complexidade que inclui tanto a necessidade de revisão do sentido dessas noções – com base na realidade – quanto a importância de aprofundar o conhecimento sobre as relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos no processo.

Esse conjunto de textos, aqui brevemente sumarizados, demonstra a quantidade de questões inseridas nas relações campo-cidade à luz dos movimentos mais gerais da sociedade contemporânea, assim como as possibilidades de suas expressões particulares. Longe de esgotar as análises sobre o tema, a proposta deste trabalho é fomentar reflexões e contribuir para a elaboração e avaliação de políticas que tratem da cidade e do campo.

## REFERÊNCIAS

LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. (Série estudos e pesquisas, 87).

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

WHITACKER, Arthur Magon. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010, p. 187-194. (Série estudos e pesquisas, 87).





**ABERTURA**

99

*Série Estudos e Pesquisas*

SEF



## DINÂMICAS ESPACIAIS, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS NA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO

Angela Maria Endlich\*

Cada sociedade produz o seu espaço<sup>1</sup>. Compreender as dinâmicas espaciais corresponde a desvendar os valores e as lógicas predominantes em cada área e período. Pensar a partir dessas dinâmicas remete à totalidade, pois exige olhar para o todo e, a partir daí, esboçar análises específicas. É seguramente um bom caminho, mas desafiador, pois gera a sensação de pequenez diante de tão amplos e complexos processos expressos na materialidade espacial. Por isso, são esboçadas contribuições que devem ser somadas a outras para construir uma interpretação mais ampla. Esse texto está assim compreendido. São olhares sobre o tema proposto, repleto de limitações e recortes.

Que espacialidades a sociedade capitalista produz? A resposta a essa pergunta pode ser múltipla, mas pense nas grandes tendências espaciais sob o marco do capitalismo. São salientadas as grandes concentrações metropolitanas. Elas, que foram engendradas pelo capitalismo industrial decorrente da concentração das forças produtivas, incluindo o proletariado, têm revelado inclinação reforçada em etapas posteriores. Estes espaços concentram pessoas, investimentos e decisões. Por conseguinte, reúnem as contradições sociais. São espaços densos de tudo e, por isso, tão visíveis. Contudo, esta é apenas uma face da espacialidade capitalista.

Como já alertava Santos (1996), é preciso considerar a industrialização de forma ampla, ou seja, mais do que a criação de atividades industriais em determinados locais. Trata-se de um complexo processo social que abarcou o território de modo geral. Morin (2007) mostra como essa lógica industrial é ainda mais ampla ao tratar da cultura. Ele fala de uma segunda industrialização, que se processa nas imagens e nos sonhos e penetra na alma humana e corresponde à industrialização do espírito.

Analisar a lógica industrial assim compreendida e os espaços por ela gerados revela que a concentração territorial deve ser vista juntamente com sua outra face, igualmente expressão da espacialidade capitalista: as áreas em esvaziamento demográfico. Ao se fazer essa afirmação tomou-se por referência a região estudada – o noroeste do Paraná – e os processos nela verificados. Considerou-se ainda que essa realidade foi encontrada em muitas regiões do Brasil e de outros países (Figura 1).

\* Pós-doutora em Geocrítica pela Universitat de Barcelona (UB) e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professora-associada da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e membro do Grupo de Estudos Urbanos (Geur). amendlich@hotmail.com

<sup>1</sup> Com essa frase indica-se a filiação teórica, formulada especialmente por Lefebvre (2013) em *La producción del espacio*.



**Figura 1**  
Brasil – Crescimento da população por município – 2000-2010

Fonte: Adaptado de Globo.com (2014).

Na região estudada, de 131 municípios existentes, 113 perderam população total no período 1970-1980. Entre 2000 e 2010, de 165 municípios, 77 tiveram redução da população total, e, destes, 24 perderam inclusive população urbana (Figura 2).

Portanto, no exercício de tentar olhar para a totalidade, observou-se que as relações capitalistas geraram as concentrações, mas também áreas com população cada vez mais dispersa, incluindo o campo polarizado por pequenas e médias cidades.

Santos (1979) assinala que o capital opera com um “jogo dialético entre forças de concentração e de dispersão”. Ele entendia as cidades locais como expressão desse jogo. Pode-se compreender que as áreas não metropolitanas como um todo, compostas pelo campo e pelas cidades que nelas se encontram, correspondem a espaços produzidos pela lógica da dispersão, ainda que algumas possam ser consideradas concentrações secundárias. Esta é a face da produção do espaço capitalista que será priorizada neste texto.

A racionalidade industrial promoveu a liberação de áreas cada vez mais extensas para a produção capitalista<sup>2</sup>. O campo atual é incompreensível sem essa lógica, marcada pela dispersão territorial, obediente ao comando das indústrias. Neste contexto, como compreender o rural/urbano e campo/cidade? O desenvolvimento do texto procura contemplar essas reflexões.



Figura 2  
Noroeste do Paraná – Taxa de crescimento por município – 2000-2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001, 2010).

## SOBRE O RURAL E O URBANO

O rural e o urbano são conceitos considerados clássicos na esfera das ciências sociais e humanas. Tiveram base empírica para a sua construção, com elementos mais nítidos de diferenciação, quando estavam vinculados a referenciais espaciais determinados – o campo e a cidade, respectivamente. As transformações foram intensas, e se questiona atualmente se há pertinência em debater a realidade com base nestes conceitos. Eles são explicativos para a sociedade atual? Eles podem auxiliar na compreensão socioespacial contemporânea? Como resultado de reflexões<sup>3</sup>, encontrou-se sentido em utilizar esses conceitos nos seguintes termos:

<sup>2</sup> Esta é uma tendência do capitalismo, desde a Revolução Industrial na Inglaterra, quando as terras foram cercadas e consideradas como bem de produção. Os processos que engendram a concentração fundiária atual equivalem a esses cercamentos, ainda que talvez de modo sutil. Os cercamentos provocaram a proletarianização dos camponeses, que interessava à lógica industrial, mas também a incorporação das terras como adendo da indústria.

<sup>3</sup> Reflexões retomadas a partir da publicação do capítulo de livro "Perspectivas sobre o urbano e rural" (ENDLICH, 2006). Destacam-se as referências principais para a construção dessa interpretação teórica: Lefebvre (1975), Cándido (1971) e Wirth (1979).

- Rural: condição de vida cada vez mais pretérita, marcada pela precariedade material, que exigia de grande parte da sociedade uma disciplina coletiva rígida, mas cooperativa, pautada pela religiosidade, com relações vinculadas aos rituais da igreja, em especial quanto ao compadrio. Sociedade pouco escolarizada, mas com educação rígida, moralmente exigente, como forma de garantir sua reprodução. Predomínio de relações primárias baseadas em vínculos familiares e de amizade. Alguns autores falam de um modo de vida tradicional, no qual predomina uma racionalidade não monetária, em uma cultura mais oral que escrita, na qual mais se contavam causos do que se liam estórias. Essa condição encontrava-se no campo – cujo isolamento facilitava a sua reprodução –, onde o poder econômico estava presente, especialmente nas sedes das fazendas. A cidade era visitada apenas em dias especiais. A residência secundária era a da cidade (CARDOSO, 2006; HOLANDA, 1987).
- Urbano: condição de vida que se difunde a partir da cidade capitalista, alterando as relações anteriores. A expectativa criada pela vida urbana é a da superação das restrições materiais, condição ainda não realizada para toda a sociedade. Consiste em uma vida marcada intensamente pelo consumo, por relações monetarizadas, fundamentada cada vez mais em relações secundárias, cujos vínculos se estabelecem a partir da vida econômica e profissional. Essa condição encontrava-se originalmente na cidade, mas difundiu-se pelo território. Prado Júnior (1998) mostra como era difícil providenciar o abastecimento alimentar dos centros urbanos, embora ele se refira a um período em que eles ainda eram pequenos. Essa situação precisou ser superada para que a população atual pudesse estar nas cidades. Por isso, a condição urbana teve uma produção paulatina, que tornou possível essa inversão do local de residência da população brasileira, ainda que marcada por intensas contradições sociais, que se expressam territorialmente nas cidades.

Assim, o rural era a condição de vida do campo, e o urbano era a condição de vida da cidade, especialmente da cidade capitalista. O avanço do capitalismo fez com que a população do campo migrasse para as cidades, ao mesmo tempo em que se difundiram elementos do modo de vida urbano para o campo. Como afirmou Santos (1996, p. 10): “O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos”.

Foram muitas as transformações. Junto com esse processo de inversão do local de residência da população brasileira (SANTOS, 1996), outras tantas mudanças ocorreram, cujos significados ainda não foram totalmente apreendidos. O rural não é setorial na perspectiva econômica, defendem os que reconhecem um novo rural. Tampouco o urbano consiste apenas em concentração espacial de pessoas vinculadas a determinadas atividades econômicas. Mais do que isso, considere-se que o rural e o urbano não podem ser mais reconhecidos territorialmente. Se correspondem a condições de vida, acompanham os sujeitos e, a partir deles, encontram-se expressos na situação social de vida recriada e redefinida nas cidades.

Portanto, para grande parte da sociedade brasileira, o que se tem hoje é uma condição, ainda que contraditória, que remete à vida urbana, simplesmente porque é impossível, mediante as relações econômicas atuais, retomar a condição rural<sup>4</sup>. O campo, regido por valores capitalistas, eliminou o que na sua perspectiva eram “rugosidades” (SANTOS, 1996).

A condição rural que era vinculada ao campo hoje se encontra diluída. Para acompanhar os sujeitos, é preciso perguntar: como e onde vivem? São atualmente, em grande parte, os moradores de periferias urbanas. Ali eles recriaram relações permeadas de práticas e valores que trouxeram do campo. É preciso lembrar que isso já aconteceu no Brasil, de modo geral, há algumas décadas. Portanto, a grande leva de migrantes para as cidades já está na segunda ou terceira geração. Deste modo, dificilmente pode-se identificar ainda algo como essencialmente rural. De qualquer modo, é certo que há mais da herança rural nas periferias urbanas que no campo como adendo da indústria. Um olhar sobre essas periferias, em especial a sociabilidade e os costumes, confirmaria isso. Esse processo gerou novos cidadãos, e é pertinente questionar como eles foram recebidos e que condição de vida eles encontraram. Na perspectiva cultural, igualmente já não se trata mais do mesmo, mas dos referenciais anteriores refeitos e expostos ao convívio pluricultural (MORIN, 2007).

## SOBRE O CAMPO E A CIDADE

Considere-se que campo e cidade não estão automática e respectivamente vinculados ao rural e ao urbano, pois como condição de vida e cultura foram dissolvidos territorialmente com a intensa mobilidade populacional verificada. O campo e a cidade correspondem, então, a áreas com usos diferenciados, expressando a divisão do trabalho, que se acentua cada vez mais com o capitalismo.

- O campo: áreas em que predominam atividades primárias, embora se encontre atualmente uma pluralidade de iniciativas secundárias e terciárias. Como os demais espaços não metropolitanos inseridos na lógica de acumulação baseada na dispersão, de modo geral, abrangem economicamente atividades demandadoras de áreas extensas, tanto em plantas industriais, como em cultivos a elas vinculados como matéria-prima. Lembra-se que são áreas que não são compreendidas sem a indústria. A denominada agricultura integrada evidencia essa relação, mas essa situação se estende aos demais e extensos cultivos.
- A cidade: igualmente, consiste em espaço resultante dessa divisão do trabalho. Áreas não metropolitanas são caracterizadas pela presença de cidades médias e, no caso do noroeste do Paraná, de muitas pequenas localidades. Nem todas devem ser consideradas

<sup>4</sup> Conhece-se e se reconhece o debate sobre a recriação do campesinato. Valoriza-se a legitimidade dessa tendência. Contudo, a possibilidade de realização dela é socialmente limitada, levando-se em conta a proporção das transformações sociais que se vive. Trata-se de um significativo processo de resistência social, mas que não pode se estender na mesma medida em que ocorreram as mudanças sociais no Brasil e, assim, reverter a condição social predominante.



cidades do ponto de vista acadêmico. Para serem assim classificadas, elas devem ter uma complexidade mínima (SANTOS, 1979; ENDLICH, 2011). Salienta-se que o fato de não serem definidas como cidades não significa que a condição de vida existente não seja urbana. A partir da rede urbana, difundem-se o controle, a gestão e a cultura que permeiam as relações e a condição de vida recente. De modo geral, as pequenas cidades têm o papel de espaço de moradia do trabalhador e de pontos logísticos necessários às atividades econômicas que funcionam pela mencionada lógica da dispersão.

Milton Santos (1996) falava das cidades do campo como cidades do agronegócio, nas quais predominam os papéis de suporte a essa atividade, ainda que apenas o comando técnico e não o político, pertencente a uma lógica distante. Elias e Pequeno (2006), com base nesta interpretação, asseguram: “Se a cidade é a materialização das condições gerais de reprodução do capital, a cidade do agronegócio é aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções”. De acordo com os autores e com o que se observa nas diferentes áreas do Brasil, algumas já surgem vinculadas a esse papel, enquanto outras passaram por uma adaptação.

O campo vinculado à lógica industrial, tal como a cidade, é cada vez mais carente de espaços naturais. Eles aparecem como ilhas em meio a extensos cultivos agrícolas<sup>5</sup>. Esses já não podem ser considerados como naturais, mas como natureza apropriada cientificamente para a indústria e com seu ritmo notoriamente incrementado, como toda linha de produção. Atualmente, inclusive, trata-se de uma apropriação corporativa da natureza: a soja não é mais apenas soja; é a soja *roundup ready*, da Monsanto, ou a *liberty link*, da Bayer, para mencionar dois exemplos. O mesmo acontece com o milho e outros cultivos<sup>6</sup>.

Reitera-se que o campo que se tem hoje, em grande parte, não corresponde ao rural como condição de vida. É cada vez menos espaço de moradia e de reprodução social e cada vez mais espaço econômico vinculado à demanda industrial, ou seja, apenas local de trabalho, ainda que para poucos, pois a tecnologia o torna menos absorvedor de mão de obra. Nas palavras de Lima, Vasconcelos e Freitas (2011), terra de negócios.

Essa análise toma como referência principal uma pequena parte do Brasil que foi estudada. Contudo, algumas publicações permitem estabelecer relações e comparações, indicando que os processos, ainda que com particularidades, são reproduzidos e possuem elementos em comum com diversas áreas brasileiras.

<sup>5</sup> Refere-se aos cultivos, mas o mesmo ocorre com as atividades pecuárias.

<sup>6</sup> De acordo com Darci Frigo, da organização socioambientalista Terra de Direitos, seis grandes empresas transnacionais lideram o setor de transgenia em nível global: Monsanto (Estados Unidos), Syngenta (Suíça), Dupont (EUA), Basf (Alemanha), Bayer (Alemanha) e Dow (EUA). Elas controlam atualmente 59,8% do mercado mundial de sementes comerciais e 76,1% do mercado de agroquímicos, além de serem responsáveis por 76% de todo o investimento privado no setor. Elas compraram praticamente todas as pequenas e médias empresas de sementes, além de dominarem a cadeia agroalimentar desde a produção de sementes, agroquímicos e agrotóxicos, até a parte de logística, transporte e exportação. Isso faz com que os agricultores fiquem a elas submetidos. Ele acrescenta que a imposição do pacote tecnológico da transgenia se deu a ferro e fogo, inclusive fazendo com que desaparecessem do mercado as sementes comuns (THUSWOHL, 2013).

É assim que, quem estuda esses aspectos na Amazônia, encontra a região cada vez mais urbana e assegura que o modo de vida tradicional está se perdendo (CARDOSO, 2006).

Outro olhar que constata processos parecidos é o focado no sertão retratado por Guimarães Rosa e revisitado 50 anos depois. Essa área estaria atualmente entre a antiga e a nova capital do Brasil, cortada pela Rodovia 040 (GARCIA, 2007). Portanto, trata-se de um sertão completamente transformado. Atividades econômicas já consumiram 80% da cobertura vegetal original do cerrado. Ao lado das mudanças ambientais, estão as sociais.

Se por um lado chegou ao sertão um agronegócio avesso à mão-de-obra, interessado na exploração de suas grandes extensões facilmente mecanizáveis, dali saíram os sertanejos, no maciço êxodo rural do período militar e anos posteriores. São essas famílias que irão formar os grandes aglomerados urbanos nas cidades industrializadas [...]. É a geração da roça na cidade. (GARCIA, 2007, p. 23-24).

Ao ler esses excertos, pensa-se como essas palavras poderiam se aplicar ao noroeste do Paraná, mesmo que as extensões de cultivos sejam ainda baseadas em estabelecimentos agropecuários menores do que a média brasileira. O autor prossegue com afirmações que corroboram a análise.

Adensam-se as 'periferias', nos subúrbios e morros das cidades, enquanto se intensificam as transformações no sertão, agora visto como espaço utilizável para produzir riqueza para o mundo urbano. E para produzir em novo molde, industrial e exportador. (GARCIA, 2007, p. 24).

À pecuária extensiva e às florestas de eucalipto soma-se a agricultura mecanizada. São atividades que geram imensa transformação. Nas palavras do autor, o mundo urbano e industrial chegou ao sertão e o tornou uma extensão da cidade.

As mesmas demandas operam e comandam tanto a cidade quanto o campo, todas ligadas nos mercados internacionais de *commodities*, o que submete tais espaços ao controle de multinacionais.

No Nordeste, Elias e Pequeno (2007) mostram que a difusão do agronegócio igualmente implicou a reorganização do espaço, comandada pela racionalidade produtiva e corporativa. Isso se deu, em especial, pela presença de empresas como a Cargill e a Bunge, no domínio cada vez mais extenso da soja, mas também no caso da Del Monte, com a fruticultura.

As implicações sociais negativas desse cenário correspondem à acentuação de processos já existentes na sociedade brasileira, como a concentração da estrutura fundiária e o encarecimento da terra em diversas áreas, que são incorporadas à lógica produtiva do agronegócio. A isso se acrescenta a proletarianização e a diminuição de áreas de cultivo alimentar. Com essas transformações, ocorre também a destruição dos saberes historicamente construídos. Estes

são substituídos pela racionalidade técnico-científica trazida pelos novos agentes, que se apropriam do espaço e, frequentemente, do comando político e econômico da vida local e regional.

Mediante esses processos, que novas dinâmicas socioespaciais existem entre o campo e a cidade? Há uma reestruturação produtiva capitalista como um todo, e, no tocante à agropecuária, isso não acontece sem a redefinição da relação campo-cidade. Os vínculos desses espaços tornam-se cada vez mais próximos e submetidos à reprodução do capital. Campo e cidade perpetuam a divisão do trabalho, mas se encontram com relações cada vez mais estreitas. Contudo, isso não acontece sem a exploração e a subserviência de grande parte dos agentes vinculados ao campo.

Para discorrer sobre isso, tomou-se como referência uma crise recente da avicultura integrada à indústria no Paraná. Ela trouxe para a pauta os recentes embates entre os agentes envolvidos nesta divisão do trabalho. Diante do interesse industrial, o elo fragilizado nessa relação é o produtor agrário, agricultor ou pecuarista. O investimento e o volume de produção vinculada a determinada indústria configuram um monopólio ou oligopólio. Independentemente do valor da produção, determinado e imposto pela indústria, o produtor está compelido a vender. Do ponto de vista legal, tenta-se evitar que a relação de integração configure-se em prestação de serviços ou relação de emprego entre o integrador e integrado. Contudo, na prática, a relação é pior que isso, pois a renda auferida pelos produtores tem sido inferior aos custos de produção. Com resultados negativos, o avicultor, neste caso, não tem nenhum tipo de pagamento sobre os fatores de produção que disponibiliza para a avicultura: trabalho, capital, crédito, entre outros.

## TRANSFORMAÇÕES NA CONDIÇÃO DE VIDA E SUAS IMPLICAÇÕES CULTURAIS

Esse processo implicou intensas transformações culturais, não mensuradas por dados de mobilidade populacional e só apreendidas por análises qualitativas. É certo que elas ainda não correspondem ao que ocorre na totalidade do território brasileiro, mas acompanham espacialmente a denominada modernização da agricultura.

A passagem para uma condição urbana, ainda que marcada pelas contradições, cria uma sociedade com uma alta demanda e repleta de necessidades a serem supridas por meio do comércio ou de serviços. Esse quadro acentua fortemente a divisão social do trabalho e a financeirização ou economização das relações sociais, como já assinalado.

Há uma sociabilidade diferente, cada vez menos baseada nas relações primárias, com secularização de valores. Contudo, não são transformações exclusivas em relação ao rural. A cultura urbana também não é mais a mesma. A sociedade atual é cada vez mais marcada por relações secundárias e, com isso, pela solidão e pelo anonimato. O mundo capitalista oferece artefatos de comunicação, como o telefone e os computadores com internet. Mas sendo predominantemente virtuais, eles parecem produzir mais isolamento e afetam a cidade como ponto de

encontro. Portanto, junto a uma crise da sociedade rural tradicional, há a crise da sociedade da cidade tradicional.

Retoma-se Morin (2007) porque se compreende que ele contribui nesse debate quando mostra a dimensão cultural do processo de industrialização. As mudanças na condição de vida são acompanhadas dessa transformação cultural, ainda que ela conviva com as anteriores. O autor pondera entre o que a modernidade trouxe de avanço e os novos limites e contradições humanas.

De um lado, uma vida menos escravizada às necessidades materiais e às probabilidades naturais, de outro lado, uma vida escravizada às futilidades. De um lado uma vida melhor, de outro lado, uma insatisfação latente. De um lado, um trabalho menos penoso, de outro lado, um trabalho destituído de interesse. De um lado, uma família menos opressiva, de outro lado, uma solidão mais opressiva [...]. (MORIN, 2007, p. 182-183).

Prossegue-se nos próximos parágrafos buscando compreender essas mudanças na condição de vida. Toma-se por referência a realidade mais próxima e se menciona a região analisada. Pode-se considerar que a vida rural nesta região predominou no período em que o café era a principal referência econômica, ainda que houvesse uma economia comercial, baseada em pequenos estabelecimentos agropecuários e com tecnologia que ainda demandava intenso trabalho humano. Por isso, mesmo que diferentes dos procedimentos da economia de subsistência dos parceiros do Rio Bonito, havia práticas e costumes que se aproximavam dos existentes na comunidade descrita por Cândido (1971).

Como eram pequenos produtores, havia uso intenso da mão de obra familiar e uma disciplina coletiva marcada por muitas horas de trabalho. Como forma de garantir a sua reprodução, os relacionamentos eram controlados moralmente pela família e pela sociedade. Havia maior expressividade da religião e das festas organizadas em torno dela.

O consumo é um ponto que permite perceber como foram grandes as mudanças. O perfil dos estabelecimentos, a variedade dos produtos e a intensidade do consumo eram completamente diferentes. A vida urbana demanda um consumo muito maior. Considerando que essa agora é a condição de quase toda a sociedade, inclusive da que vive no campo, o comércio nos moldes antigos não funcionaria mais nesse período. Os supermercados, lojas de departamentos e o autosserviço de modo geral expressam as adequações para essa demanda intensa, incluindo menores custos para o funcionamento.

Apesar da participação em um espaço-tempo articulado internacionalmente, por meio da comercialização dos produtos agrícolas – no caso da região analisada, o café –, os habitantes do campo possuíam uma cronologia baseada no ritmo da natureza, em um tempo em que esse ainda tinha relação com a cadência da produção agropecuária. A modernização trouxe ao campo o império do tempo medido, no qual a obediência às condições naturais diminuiu, e

o calendário agrícola incorporou elementos do conhecimento técnico e científico. O ritmo da linha de produção, como já mencionado, é imposto ao ritmo natural, apressando os cultivos, o crescimento dos animais e a produção de seus derivados.

Por outro lado, olhando-se para as cidades, encontra-se a retomada de valores que se compreende como negados pela vida urbana. Pode-se dizer que há uma tentativa de reconciliação do homem com a natureza, valorizando na cidade elementos como a arborização de vias e parques, edifícios verdes e cultivo de hortas ou atividades consideradas como agricultura urbana. Do mesmo modo, existe a tentativa de buscar no campo esses valores, por meio de atividades lúdicas.

Além dos elementos naturais, parece haver uma reconciliação com algumas manifestações culturais que eram próprias da vida rural quando esta coincidia com o campo, como festas (rodeios, cavalgadas e vaquejadas, por exemplo), música (sertaneja, ainda que descaracterizada) e culinária (valorização de pratos típicos).

O rural não corresponde ao campo, mas é retomado como valor e como tema de atrativo turístico ou até mesmo imobiliário. Existem diversos empreendimentos nesse sentido, difundidos como turismo rural<sup>7</sup>. Além disso, a residência secundária predominante na atualidade está no campo, em busca dos resquícios do natural e/ou do rural, ou deles reproduzidos como valores.

Portanto, parece haver uma retomada do natural e do rural como valores lembradas, ao mesmo tempo em que já não são mais espontâneas, mas artificializadas e tematizadas. Mas a demanda por tais valores é de uma sociedade urbana. São novos contrapontos.

## PARA FINALIZAR: A CONDIÇÃO E A SOCIEDADE URBANA COMO PERSPECTIVA

A análise dos espaços não metropolitanos ocorre aqui como parte da geografia urbana e na perspectiva da sociedade urbana. Existem outras possibilidades, mas essa é a presente opção.

Quanto à condição urbana atual e à sociedade urbana sobre a qual se depositam expectativas, há uma distância. Tal sociedade ainda não se concretizou (LEFEBVRE, 2001). A sociedade urbana implica a superação da precariedade pelo avanço das condições materiais. Tais condições já foram socialmente produzidas, mas estão desigualmente apropriadas. A denominada pobreza urbana é a pobreza social que se redefine na cidade, trazendo para ela a materialização das contradições sociais. De acordo com Harvey (1980), a pobreza urbana é, na maior parte dos casos, pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano.

<sup>7</sup> Exemplo relevante desse processo é um parque que se encontra em um pueblo chamado Olalde, no País Basco, Espanha. Por meio de visitas guiadas, pode-se conhecer a tradição do esporte rural basco: “[...] *los harrijasotzailles (levantadores de piedra), aizkolaris (cortadores de troncos), el levantamiento de fardo* [...]”. Outros mais podem ser conferidos em: <http://turismo.euskadi.net/es/museos/olalde-parque-museo-del-deporte-rural-vasco/x65-12375/es/>.

Salienta-se que os problemas urbanos são os problemas sociais concentrados na cidade, como parte da eliminação das rugosidades, liberando o campo para o avanço capitalista e, ao mesmo tempo, forjando a proletarização da sociedade. Assim, Lefebvre (2001) assinala que a sociedade urbana se constituirá sobre as ruínas da cidade.

Do ponto de vista histórico, pode-se considerar como recente a produção dessa condição urbana. As modificações são profundas. Concorde-se com Gaspar (1998) que é preciso educar para a vida urbana. Essa educação passa pela necessidade de uma atuação política e social que possa contribuir para a apropriação do espaço, em especial da cidade, que permita vislumbrar a construção da sociedade urbana. Esse avanço político da sociedade deverá garantir as conquistas socialmente produzidas. Por isso, é preciso considerar que, apesar dessa condição urbana ainda precária e marcada pelas contradições, se está aprendendo a ser urbano.

Essas são algumas reflexões decorrentes de incursões pelo tema proposto. As dinâmicas espaciais assinaladas são faces diferentes, mas decorrentes da acumulação capitalista, ainda que com forças distintas, no caso das áreas não metropolitanas – as forças de dispersão. Há muito a ser estudado para que se compreenda adequadamente a sociedade. Há muito a ser realizado politicamente a partir dessa compreensão.

## REFERÊNCIAS

- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. 284 p.
- CARDOSO, A. C. D. (Org.). *O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2006. 215 p.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. 483 p.
- ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-31.
- \_\_\_\_\_. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade mínima. *Revista Huellas*, Santa Rosa, Argentina, n. 15, p. 149-165, 2011.
- GARCIA, A. A. *O sertão e a cidade: o sertão de Guimarães Rosa 50 anos depois*. São Paulo: Peirópolis; Nova Lima, MG: Ciclope, 2007. 44 p.
- GASPAR, J. et al. *Cidades médias: imagem, cotidiano e novas urbanidades*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1998. 418 p. Relatório final.
- GLOBO.COM. *Cidades que encolheram: mapa mostra a variação do total de pessoas de cada município do país entre 2000-2013*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/Cidades-que-encolheram-2000-2013/index.html>>. Acesso em: 3 out. 2014.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. 158 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do censo demográfico 2000*: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 20 p.

\_\_\_\_\_. *Sinopse do censo demográfico 2010*: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=27&uf=41>>. Acesso em: 28 maio 2014.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p. Tradução de: Le droit à la ville.

\_\_\_\_\_. *De lo rural a lo urbano*. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

\_\_\_\_\_. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451 p.

LIMA, L. C.; VASCONCELOS, T. S. L.; FREITAS, B. M. C. *Os novos espaços seletivos no campo*. Fortaleza: Eduece, 2011. 254 p.

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: neurose*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 208 p. Tradução de: L'Esprit du Temps.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 364 p.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 157 p.

\_\_\_\_\_. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979. 152 p.

THUSWOHL, M. Grupo de seis empresas controla mercado global de transgênicos. *Repórter Brasil*, 12 nov. 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/11/grupo-de-seis-empresas-controla-mercado-global-de-transgenicos-2/>>. Acesso em: 2 set. 2014.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, G. O. *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 133 p.

PARTE I

O LUGAR DA CULTURA  
NOS ESTUDOS DO PAR  
RURAL-URBANO: OLHARES  
SOBRE PEQUENAS  
E MÉDIAS CIDADES

99

*Série Estudos e Pesquisas*

SEF





# A QUESTÃO CULTURAL NO ESPAÇO URBANO DE PEQUENAS CIDADES NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DE ALGUNS CONCEITOS

*Janio Roque Barros de Castro\**

## INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, a geografia foi considerada uma ciência descritiva e assentada em alguns dualismos, a exemplo da velha dicotomia geografia física X geografia humana. No contexto de cada esfera dessa bipolarização clássica, existiam outras “insularizações” que se refletiram em alguns livros didáticos. Daí notar-se estilhaços estanques de geografia física, econômica, e política em alguns manuais destinados à geografia escolar. Este tipo de abordagem em nada contribui para a compreensão da dinâmica espacial contemporânea, que, devido à sua complexidade, exige uma leitura integrada. No presente texto, propõe-se partir da questão cultural para a elaboração dessa leitura geográfica integrada, com especial ênfase no espaço urbano, fazendo incursões e diálogos com alguns conceitos clássicos da geografia.

É na cidade que se concentram as principais atividades econômicas, desde as mais complexas, como os polos industriais de metrópoles ou de cidades médias, até os centros comerciais de projeção local/regional. Nessa mesma proporção, essa leitura aplica-se a determinadas modalidades de serviços, que podem variar dos mais qualificados e técnicos aos mais simples. Esse processo de cooptação e comando, considerando-se determinadas especificidades, também se aplica à oferta de equipamentos culturais. Propõem-se trabalhar com as dimensões culturais no/do espaço urbano de forma integrada e articulada e não de maneira fragmentada e dicotomizada.

Na cidade grande ou de médio porte há, inegavelmente, uma expressiva concentração de equipamentos culturais, como teatros, cinemas e museus, por exemplo. No Brasil, existem muitas cidades pequenas que não dispõem desses equipamentos. Todavia, a fruição cultural, observada na produção artística e em diferentes manifestações, acontece no espaço tanto rural quanto urbano das centenas de municípios do território brasileiro e em cidades de diferentes níveis hierárquicos. Ou seja, não se devem confundir equipamentos culturais, que são elementos físicos, tangíveis na paisagem geográfica, com manifestações culturais, que se constituem em patrimônio imaterial que se expressa de distintas formas e em diferentes lugares. Ressalta-se aqui que essas manifestações estão se tornando cada vez mais urbanas. Assim como se observa também um processo de valorização da dimensão imaterial da questão cultural, notadamente nos dois últimos decênios, após o alargamento do conceito de cultura.

\* Doutor em Arquitetura e Urbanismo e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor adjunto de Geografia Cultural Contemporânea da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), vice-líder do Grupo de Pesquisa Recôncavo: Território, Cultura, Memória e Meio Ambiente e membro da rede Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER). [janiocastro@bol.com.br](mailto:janiocastro@bol.com.br)

No contexto do espaço urbano, as abordagens sobre a questão cultural se complexificam e ficam mais interessantes para a análise do pesquisador.

Vários desafios se apresentam neste texto que não serão esgotados. Pelo contrário, abrirão portas para outras discussões. Um deles é a busca da análise integrada da paisagem e da questão cultural material e imaterial, em um contexto no qual a herança cartesiana e dualista ainda é muito expressiva. Além disso, devem-se destacar as discussões geradas por inconsistências conceituais na abordagem de determinadas temáticas sobre a questão cultural no/do espaço urbano. Eis o desafio: a proposição de uma análise geográfica integrada, a partir da questão cultural, considerada como articuladora e problematizadora, fazendo-se uso de conceitos clássicos da ciência geográfica, como território, região e paisagem, dimensionados, analiticamente, a partir do dinamismo espacial, notadamente do espaço urbano.

## REGIÃO CULTURAL OU TERRITÓRIO DE IDENTIDADE? COMO ABORDAR O RECÔNCAVO BAIANO NESSE CONTEXTO?

Segundo Haesbaert (2010), corre-se um risco sério atualmente ao se sobrevalorizar um conceito como de território, transformando-o em uma concepção que não só tem a pretensão de dar conta de toda a complexidade do espaço geográfico como também acaba por se tornar uma verdadeira panaceia em termos de políticas públicas. Esse conceito vem sendo utilizado tanto nas políticas setoriais, relativas a Ministérios específicos, quanto nas mais amplas, que permitem trabalhar de forma integrada com todas as dimensões do espaço. A crítica de Haesbaert é no sentido do uso indiscriminado e sem o devido rigor teórico dos conceitos de território e região, que parecem banalizadas, de forma que qualquer abordagem pode ser considerada válida. Assim, o território, que é um conceito clássico da ciência geográfica, passa a ser trabalhado de forma massiva, muitas vezes desconsiderando-se sua densidade e complexidade. Evidentemente que a questão territorial foi alargada ao se afastar da abordagem restritiva da dimensão política do Estado-Nação, notadamente nos dois últimos decênios. O problema é que muitas vezes confunde-se alargamento conceitual com banalização e “modismos”. Nesse texto, entende-se que, para a abordagem integrada da questão geográfica e cultural, tanto o conceito de território quanto o de região são relevantes, mas se devem adotá-los a partir de critérios, e não de forma banalizada.

Na esteira do alargamento das abordagens sobre território, a questão cultural também foi contemplada. Atualmente, notam-se vários trabalhos nos quais se discutem as dimensões territoriais da cultura, tanto na sua expressividade material como imaterial. Haesbaert (2010) destaca que países como a Bolívia e o Equador assimilaram em suas próprias constituições termos como território, territorialidade e transterritorialidade. Todavia, o autor ressalta que essas conquistas foram frutos de reivindicações de diferentes grupos culturais. No caso da Bolívia, onde a questão indígena é muito expressiva, tanto do ponto de vista da presença no conjunto demográfico, como sob a ótica do ativismo cultural, elegeu-se um indígena para

assumir o cargo de presidente da República. Inegavelmente, esse fato se constitui em um avanço do ponto de vista político e sociocultural, na medida em que vários países latino-americanos tiveram gestores e líderes políticos diretamente ligados a grupos elitistas nacionais, fortemente influenciados por grandes conglomerados econômicos internacionais. As discussões sobre territorialidade indígena na Bolívia e em outros países latino-americanos, como Brasil e Peru, implicam, necessariamente, uma leitura integrada do ativismo cultural e da cidadania cultural sob a ótica política. Nesse caso, pode-se adotar tanto a expressão território da cultura popular (ou indígena) quanto território do ativismo e da ação política de grupos culturais. Ou então território das expressões socioculturais e identitárias, em uma perspectiva integradora.

O conceito de identidade e seus desdobramentos são muito questionados no mundo acadêmico na atualidade, notadamente quando se ressalta a importância da abordagem das “misturas”, hibridizações e circularidade cultural. Por isso, acredita-se que a questão se agrava quando se usa “identidade” no singular e não se encontram elementos de cimentação/articulação direta entre ela e o conceito de território. O atual Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2007), por exemplo, trabalha com expressões identitárias.

Sob a ótica do planejamento territorial e da proposição de políticas públicas, nota-se, principalmente no último decênio, que o conceito de região vem sendo substituído pelo de território. Um exemplo disso é a mais recente regionalização adotada pelo governo da Bahia, que dividiu o estado em territórios de identidade. Território é um conceito que durante muitos anos foi estruturante no contexto da geografia política, enquanto que o de identidade - denso, polêmico, polissêmico, muito questionado no mundo acadêmico - é historicamente ligado às ciências sociais. A proposição dessa junção de conceitos pode alimentar algumas discussões que não serão desdobradas no texto em curso.

Para a abordagem da questão cultural, pode-se partir tanto de território quanto do clássico conceito de região. O caminho do analista não será fácil, partindo de um ou outro conceito. Segundo Wagner e Mikesell (2000 apud CORRÊA, 2008), as regiões culturais corresponderiam a áreas habitadas em qualquer período por comunidades humanas caracterizadas por culturas específicas, que se revelariam na paisagem cultural tanto em uma dimensão material quanto imaterial. Essa abordagem, para a temática regional, traz algumas questões que podem alimentar vários debates acadêmicos. Em primeiro lugar, surge a menção a comunidade, uma palavra mais usada na perspectiva antropológica e sociológica do que geográfica. O segundo destaque pode ser feito em forma de provocação: até que ponto é possível falar em especificidades culturais em um mundo interconectado por meios de comunicação e informação cada vez mais sofisticados tecnologicamente? Negar as peculiaridades culturais locais/regionais seria abraçar de forma passiva a concepção de “globalização cultural” e “homogeneização cultural”, que está ancorada em um discurso hegemônico perigoso e sem sustentação. A diversidade cultural local e regional se constitui em uma rica temática para a geografia cultural contemporânea. Mesmo diante dessa articulação midiática em escala global, as especificidades dos diferentes lugares fazem com que se tenham muitos “mundos”, como recortes culturais,

com suas peculiaridades nas formas de habitar, de cultivar a terra, de se relacionar com a natureza e com as dimensões religiosas, míticas e transmundanas. Para analisá-las, pode-se partir da questão regional como uma proposição de recorte analítico (e não meramente cartesiano) e territorial, sob a ótica da ação, assim como fazer uma boa discussão sobre a paisagem cultural que pode apontar caminhos no sentido de uma leitura geográfica integrada.

A temática da região cultural foi pouco problematizada em âmbito acadêmico no Brasil. Corrêa (2008) traz uma proposição de classificação de regiões culturais com base em Norton (2000). Esse autor aponta três tipos de regiões culturais: as formais, as funcionais e as vernaculares. As duas primeiras estariam assentadas na geografia econômica e na urbana. Segundo a concepção de Corrêa (2008), na região vernacular há diversos traços culturais que estão combinados e esta pode ser entendida como produto da percepção espacial dos habitantes da região e de fora dela, apresentando uma nítida identidade reconhecida pelo nome. Nesse caso, a ideia de região cultural vernacular está ancorada na percepção espacial dos sujeitos sociais. Portanto, trata-se de uma questão de natureza horizontal, contrapondo-se ao verticalismo arbitrário das proposições de regionalização político-administrativas. E a questão identitária? Ao se falar em pertencimento local/regional, mencionam-se elementos de natureza identitária. No entanto, em algumas regiões do Brasil, nota-se que muitas pessoas reivindicam mais um gentílico ancorado na unidade federada do que no recorte regional. As pessoas se definem como baianas, gaúchas, cearenses, mineiras. Deve-se destacar que, em cada estado do território brasileiro, há uma expressiva diversidade cultural.

Concorda-se com Haesbaert (2010, p. 161-162) quando afirma:

Um conceito nunca deve ser tratado isoladamente dentro da obra de um autor, pois um pesquisador consistente é aquele que constrói não apenas um conceito, mas toda uma teoria ou interrelação de conceitos dentro da qual, e apenas aí, eles devem ser compreendidos. Em alguns sistemas conceituais, como o dos que consideram a região no sentido mais concreto e “vivido”, a partir dos movimentos políticos regionalistas e da formação de identidades regionais, a região pode claramente ser vista também como um tipo (ou, se quisermos, uma escala) de território. Em outros casos pode ocorrer o inverso: o território enquanto unidade política-administrativa, pode ser um dos recortes regionais possíveis dentro do vasto elenco de críticas para a regionalização, entendida enquanto processo de diferenciação do espaço trabalhado pelo pesquisador.

Em outro trabalho, Haesbaert (2007) enfatiza que, em alguns casos, os amálgamas simbólicos são decisivos nas configurações regionais, tanto no sentido da identidade-território, como, no sentido inverso, quando se propõem recortes ou representações territoriais. O isolacionismo conceitual não dá conta da leitura alargada da realidade espacial da atualidade. Na mesma linha de pensamento de Haesbaert, Souza (2013), ao comparar metaforicamente a realidade

com uma edificação, afirma que os conceitos são os “tijolos”, e a teoria, os “tijolos com a argamassa”, já assentados, formando um todo coerente. Dessa forma, o uso do conceito de território ou de região pode e deve ser feito de forma articulada, coerente, dialógica, integrada, lastreando-se a abordagem a partir de um esforço de teorização da realidade, que é complexa. Nesse contexto, a discussão sobre a questão cultural, tanto no plano material quanto imaterial, inegavelmente exige essa articulação conceitual e interescalar entre território, região, lugar e paisagem. No âmbito de um recorte espacial definido no plano institucional, é possível que aflorem movimentos e ações de natureza territorial que se contraponham ao caráter arbitrário de uma regionalização vertical. Esses movimentos podem ser de grupos culturais ativos e politizados, assim como acontecem ações regionalistas no contexto do território instituído de um país. Tanto as questões e ações lastreadas pelo discurso da territorialidade, quanto aquelas nas quais a retórica reivindicativa se afina mais com a perspectiva regionalista ou nacionalista fazem incursões nas questões identitárias. Nota-se que se escreve no plural e não no singular, uma vez que, ao se discutir essa questão a partir de uma unicidade identitária, perde-se de vista a complexidade sociocultural em um plano transescalar e a dinamicidade, hibridização e circularidade cultural, cuja análise e reflexão são extremamente relevantes na atualidade. No Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2007), constam expressões identitárias.

Partindo-se de um recorte empírico para análise, questiona-se: a região do Recôncavo baiano, internacionalmente conhecida pela força das manifestações culturais afro-brasileiras, como o samba de roda e a capoeira – inscritos como patrimônios imateriais pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) –, pode ser considerada uma região cultural ou um território das manifestações culturais? Nas duas opções há potencialidades a serem explorados e desafios conceituais e analíticos a serem desdobrados. Nesse texto, evita-se essa dualização mecânica, assentada em uma lógica binária, incapaz de explicar a complexidade sociocultural da atualidade sob a ótica espacial.

O Recôncavo baiano corresponde a uma área situada no entorno da Baía de Todos-os-Santos, na qual se introduziram algumas atividades econômicas no período colonial, situado nos arredores de Salvador, que foi a primeira capital do Brasil. Esse contexto contribui para a formação de algumas nucleações urbanas não indígenas, que deram origem às chamadas cidades históricas da atualidade, dentre elas, Cachoeira, São Félix, Maragojipe e Nazaré. Trata-se da região de maior concentração da população afrodescendente da Bahia. Esse recorte espacial pode ser abordado como território, no qual a questão cultural é expressiva e apresenta um conteúdo político, uma vez que a capoeira se impôs como luta e forma de resistência do povo negro no traslado histórico. O samba de roda veio a ser reconhecido como patrimônio imaterial recentemente, enquanto que o espólio edificado de traço barroco da área urbana de Cachoeira foi tombado como patrimônio nacional no ano de 1971. A menção ao Recôncavo pode aparecer tanto do ponto de vista do recorte analítico, sendo chamado de região, quanto da ação político-territorial, sob a ótica cultural. Os conceitos de região, território e paisagem devem ser associados e integrados, e não insularizados, e, nesse contexto, a abordagem cultural tem um papel importante.

Periodicamente, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) publica uma coletânea temática chamada Série Estudos e Pesquisas (SEP). No ano de 2011, a SEP número 92 foi intitulada Panorama Cultural da Bahia Contemporânea. A palavra panorama anda no mesmo compasso da abordagem para a questão cultural adotada pelo Ministério da Cultura e por várias secretarias estaduais de cultura no território brasileiro e procura alargar esse conceito. Seria um equívoco falar-se em cultura baiana na medida em que se nota uma grande diversidade sociocultural no estado. Essa coletânea traz a público um mapa com o seguinte título: “Panorama cultural contemporâneo: Bahia – 2011”. Em primeiro lugar, todas as palavras do título são amplas e abrangentes. O termo panorama evoca essa ideia de alargamento da dimensão do visível, como já foi dito. Sobre a questão cultural, o Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia adotam atualmente a abordagem antropológica, que apresenta uma ampliação notadamente nos dois últimos decênios. A palavra contemporaneidade faz com que se embarque para uma discussão acerca das múltiplas dimensões do tempo histórico, dos contextos e dos eventos fundadores daquilo que se convencionou como contemporâneo, o que não é uma tarefa fácil. Curiosamente, recorre-se a palavras complexas e amplas para se referir a recortes regionais no território baiano. A SEI, que durante muito tempo trabalhou com o conceito de regiões econômicas, adota a ideia de regiões socioculturais na citada publicação. Nesse contexto, o Recôncavo é alargado e recortado ao mesmo tempo: Recôncavo Sul, uma expressão muito usada nas proposições de regiões econômicas da Bahia, e Recôncavo afrobarroco, que se estenderia do Recôncavo Sul e de Salvador até partes do litoral norte da Bahia. Nesse último caso, nota-se a valorização das dimensões socioculturais na proposição de recortes espaciais. No entanto, do ponto de vista sociocultural e das matrizes identitárias, verificam-se duas correntes: uma assentada nas múltiplas dimensões culturais e identitárias de negros e negras e outra diretamente associada à influência europeia, no caso do barroco. Em relação a negros e negras, observa-se um processo de reconhecimento e valorização recente, a partir da questão do patrimônio imaterial. Por outro lado, o barroco se faz presente no estoque edificado de cidades históricas do Recôncavo, como Cachoeira e São Félix.

A proposição de um Recôncavo afrobarroco amplia espacialmente o território e o estende em direção do litoral norte, como foi dito. Trata-se de uma proposta de recorte territorial questionável, na medida em que o alargamento espacial não se justifica pelo dinamismo histórico-cultural da região que se denomina Recôncavo baiano. Essa sempre correspondeu ao território sociocultural do entorno da Baía de Todos-os-Santos, não como um determinante ou limitante espacial de natureza fisiográfica, mas como um referencial simbólico e cultural, recorrentemente mencionado em algumas obras do consagrado escritor Jorge Amado.

A questão cultural, em muitas situações, esteve diretamente relacionada à economia e à política. Os antigos engenhos de açúcar, uma importante atividade econômica do Recôncavo baiano durante séculos, e alguns sobrados e casarões da elite do passado, situados na área urbana, hoje são considerados patrimônios materiais reconhecidos em âmbito nacional. Ao retomar as discussões sobre a questão territorial na atualidade, Souza (2013) chama a atenção

para o cuidado com a “coisificação” do território, quando se deixa de analisá-lo como espaço social e político. No entanto, esse autor destaca a importância do estudo do substrato espacial, da materialidade, uma vez que a leitura crítica desse conjunto edificado pode revelar as intencionalidades e estratégias dos grupos dominantes que produziram aquela modelagem. Dessa forma, entende-se que as edificações que foram construídas no passado por questões de natureza política, geopolítica (a exemplo de um quartel situado em área litorânea) ou econômica (grandes sobrados de cidades históricas, como Cachoeira, no Recôncavo baiano) se constituem em patrimônios culturais do presente que podem ser estudados e pesquisados a partir dessa leitura geográfica integradora. Souza (2013) salienta de forma enfática que uma abordagem que coloque em primeiro plano o político não negligenciaria em hipótese alguma a dimensão cultural-simbólica. Entende-se que uma abordagem sob a ótica cultural, a partir de uma cidade ou conjunto edificado, ao se assentar nessa perspectiva geográfica integradora, jamais irá omitir questões de natureza econômica ou política, na medida em que essas duas esferas analíticas, de forma articulada, produziram (ou transformaram) essa paisagem geográfica em análise. E essa produção, assim como a posterior transformação, aconteceu em determinados contextos culturais, cujas características podem ser reveladas através da configuração físico-arquitetônica da paisagem, dos desenhos, símbolos, pinturas, imagens e documentos escritos.

No Recôncavo baiano, edificaram-se imponentes igrejas católicas, que expressavam o poder da religião oficial e hegemônica. Esses templos hipervisíveis na paisagem não impediram que a região se tornasse conhecida internacionalmente pela força das religiões de matriz afro-brasileira, como os cultos candomblecistas. Pelo contrário, a fusão entre as questões de matriz afro-brasileira, baseada em uma perspectiva de identidade(s) diaspórica(s), mescla-se com o patrimônio edificado do colonizador europeu para configurar a denominação de Recôncavo afrobarroco. Ou seja, por trás do discurso que dá sustentação a essa proposição de regionalização está uma visão integradora. A abordagem do Recôncavo como região cultural abarca tanto elementos, dinâmicas e formas espaciais do passado como aquelas do presente, associadas às práticas e manifestações socioculturais.

A atual divisão da Bahia em territórios de identidade, assim como a anterior (regiões econômicas), separa o Recôncavo baiano tradicional de Salvador e da região metropolitana encabeçada pela capital baiana. Todavia, os discursos calcados na afro-baianidade lastreada por questões identitárias de natureza diaspórica podem ser dimensionados, sob a ótica regional, na área que corresponde ao território de identidade do Recôncavo, , porém vão além desse recorte espacial instituído e abarcam Salvador e o seu entorno imediato. Portanto, sob a ótica etnoespacial e cultural, esse Recôncavo se alarga, desenhando um *continuum* espaço-territorial no qual as manifestações culturais afro-baianas e afro-brasileiras formam pontos, circuitos e tramas “lugarizadas”.

Do ponto de vista cultural, como se definiria o Recôncavo contemporâneo? O primeiro problema está na palavra definição, que é estanque e compartimenta uma questão que é mais



abrangente e complexa. Por isso, prefere-se falar em concepções sobre Recôncavo, o que abarca uma perspectiva mais ampla e que leva em consideração a não petrificação ou a não perenidade espacial do edifício regional. Dessa forma, opta-se por trabalhar o Recôncavo como uma produção histórica e um espaço social dinâmico, no qual a questão cultural, material e imaterial se destaca de forma expressiva. É o Recôncavo território da cultura popular, espaço social de militância dos movimentos negros, de grupos e manifestações culturais com uma histórica sociocultural de luta pelo direito a existência. É região como espaço vivido e território de afirmação de traços identitários hibridizados.

## CULTURA, TOPONÍMIA, MERCANTILIZAÇÃO E ESPAÇO URBANO

Deslocando-se pela área urbana de uma cidade, depara-se com vários elementos que expressam dinâmica sociocultural e política em um plano transescalar. De pequenos símbolos que ornamentam algumas casas a expressivas formas espaciais hipervisíveis. De bustos de supostos “heróis” nacionais pouco conhecidos a grandes desenhos e estatuetas que ornamentam os frontões de prédios e edificações religiosas. Muitos desses símbolos e formas são vistos e pouco compreendidos; outros são pouco percebidos ou até invisibilizados, notadamente em grandes centros urbanos nos quais a vida moderna exige pressa na circularidade cotidiana.

Nas pequenas cidades há símbolos e formas que são vistos e percebidos de diferentes maneiras, por diferentes sujeitos sociais. Ver e olhar são a mesma coisa? Segundo Gomes (2013), no olhar, dirigem-se o foco e os ângulos de visão, construindo-se um campo visual, enquanto que ver significa conferir atenção, notar, perceber, individualizar coisas dentro desse campo visual construído pelo olhar. A leitura que se faz de uma estátua localizada em uma praça pública, por exemplo, pode variar de acordo com cada sujeito ou grupos culturais. Um monumento erigido em homenagem a um suposto “herói nacional” pode ser olhado de longe porque destoa como elemento material no contexto paisagístico. Também pode ser mencionado no cotidiano urbano como ponto de referência para indicar uma determinada situação/localização geográfica. Todavia, mesmo esse monumento estando próximo a duas pessoas que conversam no espaço público, ele não é visto por essas pessoas, não é individualizado, não chama a atenção. Se esse elemento material é pouco percebido no estoque edificado do espaço urbano, a questão se agrava quando se aventa a possibilidade de interpretação ou entendimento dos seus significados. Há casos nos quais só se percebe que existe uma determinada estátua ou busto em determinado espaço público quando se chama a atenção para estes no transcurso de um trabalho de campo. Daí a importância dessas atividades.

Na perspectiva da escala local, a questão imaterial pode ser problematizada na abordagem geográfica integradora de várias formas. Um caminho interessante, e ao mesmo tempo pouco trabalhado, é partir-se da questão da toponímia. Muitas cidades têm nomes de origem indígena, o que, inegavelmente, pode se constituir em um ponto positivo, na medida em que se homenageiam os grupos culturais perseguidos desde o início do processo violento de

colonização. No entanto, no entorno regional onde se situam essas unidades urbanas, pode haver vários grupos indígenas reivindicando o direito à terra, o reconhecimento oficial do seu território de sobrevivência, que não se contentam apenas com uma homenagem toponímica ou material (estátua, monumento). No sul e extremo sul da Bahia, por exemplo, há vários conflitos entre indígenas e fazendeiros pela posse da terra, e nesses mesmos contextos regionais da Bahia existem cidades importantes com nomes indígenas. Muitos desses topônimos são pouco relevantes para esses grupos culturais historicamente perseguidos e massacrados pela ganância expropriadora do capital. Essa situação faz lembrar as denominações de alguns condomínios fechados no Brasil, que, para serem construídos, destruíram uma extensa área de matas originais. Posteriormente, presta-se uma irônica homenagem póstuma: “Condomínio Mata Atlântica”, “Condomínio Canto dos Pássaros” (exemplos aleatórios). Jean Baudrillard, nos anos 1970, destacou:

Na personalização existe efeito semelhante ao da naturalização com que se depara em toda parte no meio ambiente, e que consiste em restituir a natureza como signo depois de a ter liquidado na realidade. Assim, por exemplo, abate-se uma floresta para no mesmo sítio construir um sítio batizado de cidade verde e onde se tornarão a plantar algumas árvores, que darão uma sugestão de natureza. (BAUDRILLARD, 1995, p. 89).

Em outros casos, desvia-se o curso dos rios, assoreiam-se canais fluviais e depois se adota o mesmo nome do rio (que pode ter origem indígena) para designar um conjunto habitacional de luxo, que precisa de uma natureza “toponímica” para estimular as vendas de unidades habitacionais. Em empreendimentos como esses, o que interessa é a natureza “entre muros”, controlada e “domesticada”, com objetivos mercadológicos. O verde real, da natureza, é preservado, muitas vezes, de forma residual, com fins ornamentais, enquanto que a dinâmica sociocultural dos lugares exacerbadamente turistificados é folclorizada ou cenarizada para atrair turistas. Tanto a dinâmica fisiográfica local/regional como as peculiaridades culturais podem ser usadas recorrentemente para dar nomes aos lugares. Todavia, essa natureza pode ter sido liquidada pelo avanço do processo de turistificação, como a sociodiversidade (diferentes grupos culturais) local/regional também pode ter sido dizimada ou seriamente afetada. Por isso, cabe a provocação: de qual natureza se fala? Nota-se que se partiu da toponímia e se transitou por questões de natureza econômica, sociocultural e política (os gestores públicos das esferas federal, estadual e municipal permitem essa ação destruidora do grande capital).

O processo de turistificação e mercantilização dos lugares constitui-se, inegavelmente, em uma ameaça às peculiaridades da dinâmica sociocultural do planeta. Nota-se uma clara ação no sentido de criar, em diferentes lugares, as formas espaciais que se repetem. Um exemplo disso são as tipologias arquitetônicas de condomínios fechados e de shopping centers. Segundo Baudrillard (1996 p. 23):

Diz-se que o grande empreendimento do Ocidente é a mercantilização do mundo, de tudo entregar ao destino mercadoria. Parece, porém, que foi a estetização do mundo, sua encenação cosmopolita, sua transformação em imagens, sua organização semiológica. Estamos assistindo, além do materialismo mercantil, a uma semi-urgência de cada coisa através da publicidade, da mídia, das imagens. Até o mais marginal, o mais banal, o mais obscuro estetiza-se, culturaliza-se. Tudo é dito, tudo exprime, tudo toma força ou modo de signo. O sistema funciona não tanto pela mais-valia da mercadoria, mas pela mais-valia estética do signo.

Espetacularização, mercantilização e turistificação são palavras que estão diretamente articuladas entre si e que trazem uma outra expressão complicada e que impacta de forma negativa o contexto peculiaridades locais/regionais, notadamente em pequenas cidades: a culturalização, veiculada na esteira de um cosmopolitismo globalizante. Uma edificação centenária, de expressivo valor histórico-cultural, que se constitui em uma forma espacial testemunho do traço arquitetônico peculiar no contexto de determinados locais ou regiões, pode ser descaracterizada ou demolida para dar lugar a uma lanchonete de uma franquia mundialmente conhecida. É o capitalismo globalizado, associado a um urbanismo vertical e de “raspagem” do território. A ação de um agente (empresa, franquia) do grande capital impacta e compromete a paisagem cultural na escala local. São práticas infelizmente recorrentes, notadamente em pequenas cidades, nas quais inexitem políticas consistentes de preservação do patrimônio cultural edificado, e os planos diretores (quando existem) são omissos em relação às questões de natureza cultural.

Essa estetização mercantil do mundo, da qual fala Baudrillard (1996), pode ser perversa no sentido de produzir uma massificação estética em escala planetária, cujos reflexos são percebidos claramente no âmbito local, como no exemplo citado anteriormente. Evidentemente que há forças que se contrapõem a essa lógica, e uma delas é o potencial sociocultural dos lugares. O ativismo cultural faz com seja possível usar a expressão cidadania cultural, que transita por questões de natureza política e socioeconômica e é extremamente importante na atualidade. Todavia, a ação anti-hegemônica se manifesta mais nos grandes centros urbanos, porque surge e se estrutura a partir do movimento estudantil universitário, de segmentos do mundo acadêmico ou dos questionamentos de setores politizados da grande mídia. Como esperar esse tipo de ativismo cultural em algumas cidades de pequeno porte? A politização dos grupos culturais é um caminho interessante. Por que uma estação ferroviária centenária pode ser demolida se há grupos de capoeira nessa mesma cidade em busca de um espaço para a prática da sua atividade artística? As manifestações devem ser autônomas e autogestionárias, e não viverem às expensas de “migalhas” dos gestores públicos. No entanto, a gestão pública deve dar condições para a fruição cultural local, e uma das formas de ajudar é, inegavelmente, criando espaços e valorizando esse potencial, através da educação patrimonial, por exemplo.

Verifica-se que o ativismo sociocultural se manifesta de várias formas e em diferentes partes do planeta. A turistificação exacerbada pode transformar cidades em cenários, a exemplo de alguns pequenos sítios históricos. Os discursos assentados na museificação urbana passam por essas questões. Requalificam-se determinadas áreas consideradas como centro histórico e pouco se valoriza a dinâmica social desses lugares. Muitas vezes expulsa-se a população desses espaços requalificados porque o que interessa mostrar ao turista é a “cidade artificial” museificada, destituída da vida sociocultural que lhe dava vitalidade. Em relação especificamente à região do Recôncavo baiano, chama-se a atenção para o questionável discurso do turismo étnico. Para além da racialização biológica, a concepção de étnica abarca um histórico de lutas dos povos negros e indígenas nesse país. Por isso, a expressão “turismo étnico” é inadequada. No Recôncavo baiano, por exemplo, mais especificamente na cidade de Cachoeira, recebem-se turistas estrangeiros durante a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, notadamente negros americanos. Por que turismo étnico e não apenas turismo cultural? São questionamentos colocados para reflexão.

## FESTAS POPULARES OU EVENTOS FESTIVOS NO/DO ESPAÇO URBANO?

Pode-se afirmar que se está vivendo a era da espetacularização da cultura no espaço urbano? Essa problematização estimula uma reflexão sobre o polissêmico e complexo conceito de cultura, que, apesar de ser escorregadio, deve ser abordado para que se possa ter uma ideia do horizonte analítico usado como ponto de partida estruturante (se é que se pode falar de um ponto de partida ou de chegada quando o assunto é cultura). Para tentar mitigar a solidez maciça do conceito de cultura, buscando entendê-lo melhor, parte-se de uma das suas facetas mais expressivas: as festas populares.

Tornou-se lugar comum as pessoas usarem expressões como “megafesta” ou “festa espetáculo”. Acredita-se que há uma confusão entre eventos – que geralmente são verticais, formais, racionalmente programados e espacialmente delimitados – e festas populares – que, apesar de serem pensadas e/ou instituídas espaço-temporalmente, seguindo uma cronologia determinada, muitas vezes, por uma instituição, não deixam de ser espontâneas, horizontais e apresentam determinadas peculiaridades lúdicas, estéticas e culturais. Uma festa em homenagem à padroeira de uma pequena cidade jamais acontecerá da mesma forma que outra para a padroeira de mesmo nome noutra localidade, situada em um distinto contexto regional e cultural. A santa que alimenta o fluxo devocional e as práticas litúrgicas pode ter o mesmo nome, mas os sujeitos sociais e os seus contextos socioculturais e as peculiaridades dos diferentes lugares farão com que cada festa apresente uma dinâmica particular.

Segundo Arendt (2002), a cultura relaciona-se com objetos e é um fenômeno do mundo, enquanto que o entretenimento relaciona-se com as pessoas e é um fenômeno da vida. Na concepção dessa autora, um objeto é cultural na medida em que pode durar. Nessa perspectiva, os eventos (show musical, solenidade de formatura, festa de aniversário no shopping

center etc.) podem ser considerados como entretenimentos efêmeros da vida cotidiana, enquanto que a abordagem cultural estaria assentada na durabilidade. No plano material, essa durabilidade pode se configurar visualmente na paisagem geográfica a partir daqueles elementos que apresentam relevância cultural. Já do ponto de vista imaterial, ressalta-se a importância da oralidade em uma perspectiva dinâmica e transgeracional, que faz com que determinadas práticas e manifestações durem porque são passadas de geração para geração e, nesse transcurso, vão se reinventando.

Inegavelmente, algumas festas populares se alargaram espacialmente e passaram a ser até transmitidas ao vivo pela TV, a exemplo do Sírrio de Nazaré, em Belém do Pará, e do Bom Jesus dos Navegantes, de Salvador. No entanto, deve-se destacar que, no contexto das festas populares de relevância histórico-cultural, surgiram eventos como desdobramentos mercadológicos ou de entretenimento, cuja espetacularização é visível e explícita. Dessa forma, pode-se afirmar que há festas populares de densidade cultural relevante, outras em franco declínio no calendário e no cotidiano urbano e aquelas são usadas como alibi para a promoção de eventos mercadológicos e de entretenimento. Para os participantes dessas últimas, pouco interessa a memória, a transmissão e a oralidade; o importante mesmo é a explosão lúdica efêmera, a diversão.

No espaço público das grandes metrópoles e de pequenas cidades notam-se tanto os eventos de diversão, que reúnem, sobretudo, os mais jovens, quanto as festas populares tradicionais. Os primeiros fazem uso de áreas privadas para a promoção de eventos que posteriormente se estendem para o espaço público, que, nesse contexto, pode ter um papel secundarizado, de complemento. Nos megacarnavais de Salvador, por exemplo, o espaço privado pode ser uma plataforma móvel de várias toneladas que fascina pelo seu magnetismo lúdico-festivo e sonoro: o trio elétrico. Esse equipamento tem dono e participa do Carnaval espetáculo por uma questão de natureza mercadológica. Portanto, se constitui em um espaço privado móvel de evento festivo espetacularizado. Esse gigante apresenta uma pesada sonoridade, que se impõe territorialmente no espaço público urbano. No caso das pequenas cidades, essa sonoridade pode abarcar a totalidade da área urbana e o entorno periurbano.

Nas festas populares, os sujeitos sociais são ativos e podem ser considerados protagonistas. Esses sujeitos não são apenas números estatísticos ou formam uma massa festiva em um espaço arquitetonicamente delimitado e controlado. Nos eventos em espaço fechado ou mesmo naqueles em local público, o festeiro se transforma em um cliente ou em um consumidor do entretenimento que está sendo vendido a um morador da cidade ou a um turista de eventos. Na concepção de Lefebvre (1991a), a ideologia do consumo apagou a imagem do homem ativo, colocando no seu lugar a figura do consumidor como razão de felicidade. Para o referido autor, não é o consumidor e nem o objeto a ser consumido que tem importância no mercado de imagens; é a representação do consumidor e do ato de consumir, transformado em arte de consumir. Para os eventos festivos, o discurso midiático, a propaganda e o jogo de imagens são importantíssimos.

A massa festiva, a concentração, a midiaticização, o incremento do consumo no/do lugar interessam diretamente aos gestores públicos de algumas unidades urbanas do interior da Bahia. Eles inseriram em documentos institucionais, como os planos diretores, as festas juninas espetacularizadas como eventos culturais e econômicos promotores da imagem da cidade e de uma modalidade de turismo de natureza sazonal. Essas festas, que eram pensadas e organizadas nos meios populares, ocorriam em um calendário preestabelecido, mas em uma atmosfera de experiência direta. O que se nota na atualidade é uma racionalização da festa tanto no espaço público quanto no privado (CASTRO, 2012).

Na concepção de Lefebvre (1991a, 1991b), no mundo moderno, cada vez mais se dissocia cartesianamente o cotidiano das formas de lazer. Um desafio colocado em destaque pelo autor é a ruptura revolucionária com o cotidiano, que anularia dualizações mecânicas. A deflagração de eventos festivos em um determinado local pode causar tensão conflitiva entre aqueles que querem se divertir e os que pretendem trabalhar ou descansar. Dessa forma, através da alta sonoridade dos grandes eventos musicais e dançantes, pode-se desdobrar uma discussão acerca do espaço público, de uso e acessibilidade irrestritos, e do espaço privado, que apresenta uma natureza mais limitada. Até onde vai o meu direito de me divertir e onde se inicia o direito dos outros de assistirem TV ou mesmo descansarem? O evento festivo espetáculo da rua se impõe de forma hegemônica no espaço privado das casas? Essa questão pode se agravar em pequenas cidades, nas quais, em muitos casos, não há um zoneamento racional que impeça a construção de um espaço de eventos próximo a determinadas áreas residenciais habitadas por idosos, por exemplo. Além disso, como se trata de uma cidade de porte reduzido, o hospital e a maternidade podem estar relativamente próximos à praça onde se realiza o evento festivo.

Muitas vezes, esse evento não tem apenas uma natureza mercadológica, mas também uma finalidade político-partidária. Daí a importância de a concentração de pessoas acontecer em espaços estruturantes e de elevada visibilidade da malha urbana, como as praças. Na concepção de Lamas (2000), a praça é um elemento morfológico das cidades ocidentais e pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa, constituindo-se em espaço de convivência projetado intencionalmente. Já os largos seriam espaços não traçados intencionalmente, mas que surgem ocasionalmente na desembocadura de determinadas vias de circulação ou confluência de traçados.

O que seria festa de largo? O largo é um espaço público. Na Bahia, a expressão festa de largo se aplica a grandes eventos abertos que acontecem no espaço público, atraindo milhares de pessoas que apreciam a *axé music*, o samba de roda, o pagode, entre outras modalidades musicais. A palavra largo, nesse sentido, está relacionada ao espaço público, que pode ser uma rua, um largo na acepção de Lamas (2000) ou mesmo uma praça. Muitas festas de largo de Salvador são extensões profanas de festividades religiosas tradicionais e passaram a apresentar feições espetaculares, ou seja, a partir dessas festas, desdobraram-se eventos turistificados.

Quais seriam os limites entre festas do sagrado e profanas? Em primeiro lugar, como se destacou anteriormente, uma festividade popular de origem religiosa pode ter uma extensão profana (no seu entorno imediato) ou até mesmo se transformar em uma celebração profana. Afirmar que o sagrado corresponde ao que acontece dentro da igreja católica, tanto do ponto de vista material (imagens, objetos, altar) quanto imaterial (missas, celebrações), é uma simplificação de uma questão complexa, que não deve se resumir a uma dicotomização de natureza físico-espacial. Dentro do templo religioso há práticas profanas, como turistas que fotografam amigos, parentes ou se fotografam para postarem nas redes sociais. O que há de sagrado nessa prática? Por outro lado, há pessoas que se deslocam por centenas de metros, de joelhos ou carregando uma cruz, para pagar uma promessa relativa a uma graça alcançada. Essas pessoas se movem com dificuldade por entre barracas de bebidas situadas em corredores no entorno da edificação religiosa, uma área que pode ser considerada como eminentemente profana. Mas o ato do fiel religioso não tem nada de profano; a sua prática de fé está totalmente relacionada ao sagrado. Dessa forma, o debate sagrado/profano dimensionado no espaço público também deve ser conduzido com o devido cuidado, para que se evitem essas dualizações mecânicas estanques.

Portanto, as discussões sobre festas do sagrado, festas profanas e eventos festivos no espaço público das cidades devem ser norteadas a partir da observância de questões conceituais, empíricas e de especificidades culturais locais, esquivando-se de binarismos rasos e simplificações de questões complexas.

## A REVALORIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL

A paisagem é um importante conceito da ciência geográfica que passou por um processo de desvalorização, notadamente nos anos 1970 e 1980, no contexto acadêmico. Esse conceito, porém, foi revalorizado a partir dos anos 1990, em um processo que ocorreu juntamente com o expressivo aumento dos estudos e pesquisas sobre a questão urbana. Quais os desafios para a leitura da paisagem urbana, sob a ótica cultural, em pequenas cidades? Um caminho proposto no presente texto é a análise integrada da paisagem, na qual as dimensões socio-culturais, políticas e econômicas apresentam interfaces, dialogam e se interpenetram.

Na concepção de Duncan (1990 apud SOUZA, 2013), a paisagem pode ser entendida como uma produção cultural e tanto pode integrar a reprodução quanto a contestação do político. Duncan traz a ideia de paisagem como texto e, portanto, algo a ser lido, interpretado e não apenas visto. Talvez um dos motivos para a desvalorização do conceito de paisagem durante décadas tenha sido a sua abordagem com fotografia estática de um determinado lugar (ou lugares) em um determinado momento. Concorda-se quando se afirma que a paisagem pode enganar; a aparência pode não revelar determinados processos e especificidades da dinâmica espacial. No entanto, há várias formas de superar esta abordagem paisagística estática, petrificada, meramente fotográfica. Um dos caminhos, muito adotado em algumas atividades

de campo, é partir de uma dimensão especulativa e provocadora do recorte paisagístico em debate: o que vocês veem? Por que é assim? Quais os agentes ou sujeitos sociais produtores desse arranjo espacial? O que revelam as formas espaciais? Qual o significado dos símbolos, pinturas, imagens vistos a partir desse ponto de observação? Solicita-se mudança na posição para que se veja a partir de outros pontos de observação. Nessa metodologia de trabalho, procura-se analisar a paisagem a partir de uma dimensão exploratória. Por isso, nem sempre o que se fala corresponde ao real. Essa leitura permite que se façam várias incursões analíticas a partir do que se vê. Evidentemente que o político, o econômico e o sociocultural serão mencionados de forma solta e também integrada. Assim, não se deve compartimentar a leitura: um determinado grupo analisa a questão política, e outro, a econômica, por exemplo. Essa abordagem estilizada não é recomendável.

Quando o olhar sobre a paisagem urbana passa a revelar dúvidas e incertezas a respeito do arranjo espacial e sua dinâmica, acredita-se que se atingiu um dos objetivos da paisagem. A dúvida e a incerteza alimentam o interesse pela pesquisa. A análise paisagística permite trabalhar com três dimensões importantes:

- a) Exploratória – preliminar: cada pessoa ou grupo fala o que vê e o que acha daquilo que vê.
- b) Estudos sobre a paisagem: podem ser grupos de estudos ou de pesquisas se debruçam sobre as diferentes abordagens a respeito da paisagem no contexto da geografia contemporânea.
- c) Pesquisa: trabalho de cunho investigativo para compreender as dimensões socioculturais, políticas e econômicas da paisagem urbana, de forma integrada e articulada.

De qual paisagem se fala? O que é paisagem geográfica? O que se entende por paisagem cultural? Questões como essas devem ser debatidas em grupos de estudos. Em uma atividade de campo, pode-se trabalhar com as leituras de paisagem a partir de determinados pontos fixos, como se destacou, assim como se pode fazer um exercício de leitura itinerante dos diversos contextos paisagísticos. Alguns professores solicitam que os alunos façam a descrição do itinerário casa-escola-casa. Uma boa descrição pode ser um caminho para uma análise e contextualização da paisagem geográfica. No entanto, Andreotti (2013) destaca que a descrição de uma paisagem é um dos momentos mais complexos para a geografia, por ser intraduzível para cada intenção objetiva e fugir a qualquer proposição universalmente holográfica. Dessa forma, constitui-se em um ato de dedução através da observação, envolto em uma atmosfera de subjetivismos e emoções. Esse viés fenomenológico da questão da observação e da descrição pode ser um potencial importante a ser usado para a análise das paisagens culturais urbanas.

Em uma atividade escolar, além da descrição, é possível solicitar que os alunos representem através do desenho esses diferentes recortes paisagísticos. O que aparece com mais ou menos ênfase nos desenhos e descrições pode variar de acordo com quem observa e segundo o contexto cultural, religioso, de renda ou da situação socioeconômica. A entrevista e os círculos



de debates em grupos focais sobre as diferentes formas de leitura da cidade no seu conjunto ou a partir de determinados lugares podem revelar as diferentes formas de experiência.

Segundo Claval (2001), a nova abordagem cultural da geografia busca interrogar os homens sobre as experiências que vivem com aquilo que os envolve, sobre o sentido que dão à vida e sobre a maneira pela qual modelam o ambiente e desenham paisagens para afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças. Na concepção desse autor, o fundamental para os geógrafos de inspiração humanista não é a distribuição espacial dos fatos sociais, mas a maneira como as pessoas vivem nos lugares onde residem ou que visitam, deles extraíndo a experiência. Claval chama a atenção para as especificidades “lugarizadas” da experiência humana em diferentes contextos espaciais. As paisagens, sob essa ótica, expressam as peculiaridades socioculturais de diferentes grupos (coletivo) e estão sujeitas à leitura de cada pessoa. A experiência da paisagem é coletiva (grupos culturais) e subjetiva, na medida em que a diferença está no plano sociocultural. As leituras acerca da paisagem cultural podem apresentar caminhos interessantes para a análise geográfica integrada, conforme foi proposto nesse texto.

## REFLEXÕES FINAIS

Haesbaert (2004, 2010) chama a atenção para a hibridização de conceitos, e Canclini (2003) destaca de forma enfática a hibridização cultural na contemporaneidade. Os avanços nos meios de comunicação e informação, associados ao incremento da circularidade humana (migrações, viagens) na contemporaneidade, fazem com que as abordagens “puristas” e “insularizadas” da questão cultural não se sustentem e sejam insuficientes para explicar a realidade atual em um plano transescalar. Deve-se destacar que essa visão integrada de cultura, associada a um enfoque geográfico integrado, não prescinde da leitura das especificidades culturais locais/regionais. Cada lugar hibridiza, mescla, reinventa os elementos culturais locais, regionais e extrarregionais. Essa dinâmica se observa, sobretudo, no espaço urbano.

Além dessa abordagem geográfica integrada, partindo da concepção articulada e alargada da questão cultural, chama-se a atenção para o cuidado com o uso de conceitos de forma estanque, mecânica e descontextualizada. Quando se fala em paisagem cultural, por exemplo, pode-se questionar: quais os agentes responsáveis pela produção desse conjunto paisagístico, partindo do conjunto edificado? Ao se debruçar sobre esse questionamento, buscando esclarecê-lo, inevitavelmente transita-se por questões de natureza política (analisando-se templos católicos, deve-se destacar a natureza política da instituição Igreja) ou econômica (sobrados que representem o espólio residual dos grandes grupos econômicos de algumas cidades históricas). Daí a necessidade de que essa leitura geográfica integrada e articulada parta das questões culturais materiais e imateriais.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, J. *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios de Salvador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ANDRETOTTI, G. *Paisagens culturais*. Curitiba: UFPR, 2013.
- ARENDRT, H. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal: ensaio sobre fenômenos extremos*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade de consumo*. Tradução Artur Mourão. Rio de Janeiro: Elfos Ed; Lisboa: Edições 70, 1995.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais*. Brasília: MINC; CGEE, 2007.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- CASTRO, Janio Roque Barros de. *Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- CLAVAL, P. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 35 – 86.
- CORRÊA, R. L. Região Cultural – um tema. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.). *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 11-43.
- DUNCAN, J. *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- GOMES, P. C. da C. *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- HAESBAERT, R. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de ordenamento territorial. In: COELHO NETO, A.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Org.). *(GEO) grafias dos movimentos sociais*. Feira de Santana, BA: UEFS, 2010. p. 155–170.
- \_\_\_\_\_. Região e regionalização num mundo des-territorializado. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (Org.). *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37–58.
- \_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução Alcides João Barros. São Paulo: Ática, 1991a.
- \_\_\_\_\_. *O direito a cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991b.
- NORTON, W. *Cultural geography: themes, concepts, analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama cultural da Bahia contemporânea*. Salvador: SEI, 2012. (Série estudos e pesquisas, 92).
- WAGNER, P. E.; MIKESELL, M. Temas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia cultural: um século (1)*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2000. p. 27-62.



## ENTRE “SOLIDARIEDADES ORGÂNICAS” E “SOLIDARIEDADES ORGANIZACIONAIS”: PENSANDO AS CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior\**

### INTRODUÇÃO

O que são as cidades médias? No Brasil, tais cidades podem ser reconhecidas a partir dos mesmos parâmetros? Que particularidades se revelam nos perfis dessas cidades, considerando realidades regionais específicas e, ao mesmo tempo, diferenciadas internamente, a exemplo do espaço amazônico?

Não se busca, na presente análise<sup>1</sup>, responder a todas essas questões, mas sim acrescentar elementos que possam, de uma ou de outra forma, enriquecer o debate sobre a urbanização do território (SANTOS, 1993) no Brasil e compreender a diversidade urbana que nele se apresenta a partir do que se tem convencionalizado chamar de cidades médias.

O ponto de partida dessa discussão é a relação cidade-região, assumida, também para efeito desta reflexão, como a relação entre cidade e floresta, já que se elegeu a Amazônia para trabalhar esse entendimento, e nela o ecossistema florestal sempre aparece como particularizador do quadro regional.

Normalmente associados às aglomerações de porte médio – com população entre 100 mil e 500 mil habitantes (SANTOS, 1993) –, os atributos das cidades médias não se restringem ao quantitativo populacional, dada a importância destacada que elas possuem no cenário regional<sup>2</sup>. Também não se confundem com outros núcleos urbanos semelhantes integrantes de aglomerações metropolitanas. A situação geográfica estratégica no território regional e a relativa densidade de fixos e de fluxos que atendem não apenas às demandas locais situam tais cidades em combinações de influências e determinações provenientes de escalas diferenciadas, incluindo-se a de nível global.

---

\* Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor-associado IV do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA e bolsista da Produtividade em Pesquisa do CNPq. [stclair@ufpa.br](mailto:stclair@ufpa.br)

<sup>1</sup> Este trabalho é parte integrante dos projetos de pesquisa intitulados “Cidades médias e reordenamento territorial na Amazônia: da centralidade econômica à centralidade política sub-regional” e “Cidades da/na floresta: horizontalidades e verticalidades na produção social do espaço e nas políticas de desenvolvimento urbano e regional na Amazônia”, sob coordenação do autor deste texto e financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> A respeito dessa definição de cidades médias, ver o trabalho de Sposito (2001a), a partir do qual esta reflexão busca apoio conceitual.

Nesse sentido, a organizações intraurbanas das cidades médias são impactadas tanto por processos que se desenvolvem em uma ordem mais próxima<sup>3</sup> – dentro da qual exercem sua relativa centralidade<sup>4</sup> –, quanto por relações e conexões com ordens distantes, de espaços descontínuos à sua sub-região. Esse perfil combina e confere pesos de importância muito próximos àquilo que Santos (1996) denominou de “horizontalidades”, muitas vezes mais associadas às pequenas cidades, e de “verticalidades”<sup>5</sup>, bem mais visíveis nos espaços metropolitanos.

Para o autor em referência, há um novo arranjo territorial definido pelo processo de globalização dos espaços e que conforma, em nível territorial, um tipo de dependência que acompanha a racionalidade nada orgânica da lógica empresarial, competitiva e hierarquizada. Trata-se, portanto,

[...] de entender essa nova forma de *solidariedade* entre os lugares que tanto se pode dar a partir de contigüidades e continuidades, como da ação empreendida a partir de pontos distantes, mas não isolados. A região, nessas condições, mesmo aquela definida nos mapas como uma mancha contínua (primeiro caso) deixa de ser definida como antes. Não é mais a *solidariedade orgânica* que nos dá a região, mas uma *solidariedade organizacional*. (SANTOS, 1994, p. 105, grifo nosso).

Todavia, conforme já foi possível sistematizar anteriormente (TRINDADE JR., 2010), tem sido muito comum definir cidades médias a partir da difusão da modernização territorial, associando-as apenas a lógicas de “solidariedades organizacionais” e de articulações verticais, dada a sua presença cada vez mais marcante nas configurações territoriais. Mas, se o patamar populacional, vinculado ao entendimento das cidades de porte médio, não ajuda isoladamente a definir e a entender as cidades médias, da mesma forma, a densidade técnica do território e o seu grau de modernização, normalmente associados a atributos econômicos, parecem insuficientes para situar a diversidade dessas cidades no Brasil e, mais especificamente, no espaço amazônico.

<sup>3</sup> A ordem próxima refere-se, segundo Lefebvre (1974), a relações imediatas, diretas, entre pessoas e grupos, mais ou menos amplos e mais ou menos organizados e estruturados, que compõem a sociedade. A ordem distante, por sua vez, diz respeito àquela regida por grandes e poderosas instituições, formalizadas ou não, e por elementos de natureza cultural e conjuntos significantes, que se instituem em um nível superior dotado de poderes.

<sup>4</sup> O apoio a essa discussão está pautado nas contribuições de Sposito (2001b), que distingue centro e centralidade. O centro se caracteriza pelo que se localiza no território, ou seja, pelos fixos. Ele é produzido através da concentração em uma determinada localização de atividades, como as comerciais e de serviços. A centralidade, por seu turno, está mais associada ao que se movimenta no território, ou seja, aos fluxos. Ela se revela através dos nódulos de articulação intra e interurbana. A relação entre ambas, entretanto, é direta, posto que não há centro sem que se revele sua centralidade, assim como a centralidade não se expressa sem que uma concentração de atividades se estruture (SPOSITO, 2001b).

<sup>5</sup> As primeiras dizem respeito às configurações espaciais formadas de pontos no território que, ao se agregarem por meio de fluxos e relações próximas, produzem continuidades geográficas justapostas. Elas são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto das resistências, localmente geradas. Para Santos (1996), entretanto, os arranjos espaciais nos dias atuais não se dão apenas por essas interações que predominavam no passado, de pontos contínuos, justapostos e de intensas conexões locais e intrarregionais. Há, sem dúvida, uma permanência dessa configuração, mas, ao lado dela, ou por sobre ela, há, também, constelações de pontos descontínuos, fortemente interligados, que definem espaços de fluxos reguladores globais de grande intensidade que se colocam para além das escalas locais e regionais, chamadas pelo mesmo autor de “verticalidades”.

Esta é a preocupação da presente análise, que, com base em três sub-regiões da Amazônia oriental – o Sudeste Paraense, o Baixo Amazonas e o Baixo Tocantins –, exemplifica a importância de três cidades com perfis diferenciados e seus respectivos papéis diante das particularidades sub-regionais da Amazônia. Por meio dos exemplos a ser considerados, chama-se a atenção para a relação cidade-região, destacando-se três tipos de centralidades – a econômica, a política e a socioterritorial –, que se associam ora mais às “solidariedades organizacionais”, ora mais às “solidariedades orgânicas”.

## A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM FACE DA PARTICULARIDADE REGIONAL AMAZÔNICA

Nas tendências de modernização da sociedade brasileira, um elemento de destaque é a chamada urbanização do território, que, para Santos (1993), não se refere ao simples crescimento da população urbana nas diversas unidades espaciais, o que se poderia chamar de urbanização da população. A urbanização do território é um fenômeno mais complexo, que inclui este último, mas que pressupõe, igualmente, a melhor distribuição da população no plano territorial. Esse processo seria acompanhado de atributos que caracterizam a tecnificação do território, com mais densidade de nexos da modernização, responsáveis por caracterizar o chamado meio técnico-científico e informacional (SANTOS, 1996). Nessa tendência, não apenas prolifera-se o número de cidades, mas também se fazem presentes novos conteúdos urbanos.

Em outra forma de interpretação, Becker (1990a) procurou entender esse fenômeno na escala regional amazônica por meio da teoria da fronteira urbana. Esse fenômeno identifica espaços de crescimento populacional com expansão da dimensão física das cidades, da proliferação de novos núcleos urbanos, mas, igualmente, com difusão e projeção de valores urbanos e de formas novas de reprodução do capital e de controle social.

A fronteira urbana, assim considerada, diferencia-se da noção de urbanização da população, pois não se apoia meramente nos dados estatísticos de crescimento demográfico, mas está associada ao modo de vida urbano (Quadro 1).

Se a urbanização da população passou a ocorrer de maneira pontual nas vilas e cidades, a urbanização do território, nos termos de Santos (1993), ou a fronteira urbana, segundo Becker (1990a), verifica-se em função da expansão e da proliferação de aglomerados urbanos na região. Mas também, e principalmente, devido ao fato de núcleos urbanos novos e antigos assumirem outros conteúdos sociais, econômicos e políticos.

Becker (1990a) buscou explicar isso em relação à Amazônia mostrando que essas cidades e vilas tornaram-se, em grande parte, bases logísticas para a mão de obra móvel e polivalente e para as políticas urbanas – definidas, sobretudo, em nível federal –, que estabeleciam condições tanto para a circulação intrarregional quanto para a ressocialização do migrante no espaço de destino. É dessa maneira que a migração inter e intrarregional se tornou um

dos elementos explicativos para o sentido da fronteira urbana e para a própria condição de existência da fronteira de recursos (BECKER, 1990a) e tecnoecológica (BECKER, 2004) que se fazem presentes hoje em dia.

Papel	Expressões
Atração de fluxos migratórios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zona Franca de Manaus: incentivos fiscais</li> <li>• “Urbanismo rural” do INCRA: agrovilas, agrópolis, rurópolis</li> <li>• Polamazônia: desenvolvimento urbano de polos selecionados</li> <li>• Criação de núcleos planejados e investimentos em infraestrutura urbana</li> </ul>
Base de organização do mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pontos de concentração e redistribuição da força de trabalho</li> <li>• Residência e mercado de trabalho alternativo</li> <li>• Espaço de concentração de comércio e serviços</li> </ul>
Locus da ação política e ideológica com vistas ao controle social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sede do poder político e de outros aparelhos ideológicos</li> <li>• Local de preparação da população para o seu papel na sociedade (incorporação de valores necessários à reprodução social)</li> <li>• Lugar de ressocialização do migrante</li> <li>• Espaço regulador das tensões advindas do campo</li> </ul>

**Quadro 1**  
**Amazônia: papel dos núcleos urbanos na fronteira**

Fonte: Becker (1990a).  
 Elaboração: Trindade Jr.

Ainda para a mesma autora, do ponto de vista das relações capitalistas, o espaço urbano tornou-se referência para o recrutamento, a distribuição e o uso mais racional da mão de obra. Por meio dessa estratégia, buscava-se minimizar o tempo de formação e de preparação da força de trabalho, e, concomitantemente, elevar as formas de consumo e difusão de valores urbanos na região. Esses elementos, em conjunto, favoreciam o processo de reprodução capitalista em curso, mas agiam de maneira desfavorável aos trabalhadores, dada a maior instabilidade e o grau de exploração da mão de obra, que, em consequência, sugeriam dificuldades de organização sindical (BECKER, 1990a).

Esses são os principais argumentos que buscam sustentar a tese da fronteira urbana e que remetem também à ideia de uma “floresta urbanizada”, expressão nem sempre bem compreendida no contexto das formulações de Becker. Mas é nessa perspectiva da autora em referência que se busca aqui chamar a atenção para o processo de urbanização presente na região.

Na verdade, considera-se que, acompanhando a maior difusão da cidade na paisagem regional, há uma propagação de comportamentos que tendem a se sobrepor aos saberes e aos valores da floresta. Estes, por sua vez, em grande parte responsáveis pela preservação da vida e de seu ecossistema, são cada vez mais tensionados por relações que articulam o local com

o global, negando aquele comportamento que vincula os modos de vida, mesmo urbanos, aos valores, aos saberes e aos tempos da natureza.

De qualquer forma, a manifestação do fenômeno urbano hoje difere da dinâmica que se manifestava anteriormente aos processos de integração regional ao restante do país. Também se diferencia da dinâmica imprimida no início da abertura da fronteira econômica em direção à Amazônia, a partir da segunda metade do século XX. Hoje, as cidades da região acolhem milhões de consumidores; são sedes das instituições políticas públicas e privadas; oferecem alternativa de emprego e renda, barrando a migração para a floresta; são bases em potencial para beneficiamento local de produtos da floresta; são centros de distribuição de serviços para as populações das unidades de conservação, reservas extrativistas e terras indígenas; constituem-se, potencialmente, em centros dos assentamentos da reforma agrária nas áreas a serem recuperadas; possuem papel logístico na conexão de diferentes modais de transporte e redes de comunicação; e assumem a condição de *relays* da unidade regional (BECKER, 2004).

## A NOVA DINÂMICA TERRITORIAL E A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES MÉDIAS

Entre as tendências apontadas para a urbanização brasileira, tem-se colocado, recorrentemente, a desconcentração econômica como elemento indutor de um processo de desconcentração urbana, que levaria a concluir pela importância que as cidades médias assumem no conjunto do território.

Destaques na rede urbana regional, algumas cidades amazônicas, devido à grande centralidade que as elevaram à condição de centros urbanos de influência sub-regional, assumem hoje o patamar de cidades de porte médio, reafirmando a urbanização da população na região. Além desse perfil, destaca-se, cada vez mais, a importância econômica, política e socioterritorial que elas apresentam no contexto regional. Nessa categoria de cidades, em trabalho anteriormente realizado (TRINDADE JR., 2010), pelo menos três diferentes tipos puderam ser identificados (Quadro 2).

Elementos/tipos	Cidades de tradição ribeirinha	Capitais estaduais	Rurópolis
Condicionantes	Circulação fluvial	Papel burocrático-administrativo	Circulação rodoviária
Economia	Agrícola e extrativista	Serviços e comércio	Forte peso agrícola
Investimentos	Governamentais e privados	Governamentais	Governamentais e privados
Importância	Novos fóruns de decisão política	Sedes governamentais não necessariamente recentes	Novos fóruns de decisão política

**Quadro 2**  
Cidades médias na Amazônia: elementos caracterizadores

Elaboração: Trindade Jr.



Conforme já argumentado (TRINDADE JR.; RIBEIRO, 2009), não tem sido forçosamente a densidade dos fixos o elemento responsável por conferir importância a essas cidades nos últimos anos. Fala-se, assim, de centralidade associando-a à importância dos fluxos (SPOSITO, 2001a), que, muitas vezes, se intensificam em decorrência de uns poucos fixos disponíveis.

A centralidade é, dessa maneira, resultado da convergência de fluxos e se define pelo caráter centrípeto por eles exercido em direção a um determinado ponto da rede urbana – “nó” da circulação de bens, de pessoas, de informações e de capitais –, no qual se concentram uma disponibilidade de infraestrutura e uma relativa densidade técnica, de atividades econômicas, sociais e políticas (TRINDADE JR.; RIBEIRO, 2009).

Não se trata, portanto, de apenas atributos econômicos definindo as centralidades. Algumas das cidades identificadas hoje como médias tiveram, ao longo da formação territorial amazônica, além da importância econômica, relevância política e socioterritorial para o conjunto da região. Neste último caso, isso ocorreu devido ao papel voltado para atender a demandas de interesses locais de reprodução social.

As cidades médias de tradição ribeirinha mantêm até hoje fortes *vínculos com a floresta e com o rio*, não obstante a sobreposição de uma malha técnica (BECKER, 1990a), que, em muitos casos, reforçou alguns laços já existentes e potencializou outros por meio de conexões rodoviárias e aeroviárias. Dinamizadas por atividades agrícolas e extrativistas do entorno, elas tiveram sua condição de cidade média definida pelo peso de investimentos públicos e privados. Esses elementos as tornaram centros urbanos de expressividade econômica e política na região.

Além dessas, destacam-se cidades médias que também são capitais de estados da federação, condição que se faz presente apenas na região amazônica. É o caso da maioria das capitais regionais: Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Macapá (AP) e Palmas (TO). Algumas delas, inicialmente capitais de territórios federais e, depois, de novos estados da federação, tiveram investimentos relativos do poder público, notadamente federal, que contribuíram para o adensamento da infraestrutura e de serviços ainda hoje presentes, com destaque para as atividades tecnoburocráticas. Esse processo, indubitavelmente, favoreceu a importância que elas assumiram posteriormente, alçando-as à condição de cidades médias em seus respectivos estados e sub-regiões de influência imediata.

O fato de serem capitais estaduais também é responsável pelo destaque da centralidade política dessas cidades, concomitantemente à centralidade econômica que foi sendo reforçada ao longo do tempo. Isso não só pelo aparato tecnoburocrático nelas instalado, como também pela concentração de agentes políticos de maior influência sub-regional.

Há, por outro lado, aquelas cidades médias que assumem tal condição em razão de novos atributos a elas conferidos em virtude da economia de fronteira, notada a partir da década de 1960, principalmente. Algumas delas, de fortes vínculos com a circulação ribeirinha no passado, tiveram reduzida ao mínimo a experiência com o rio. Elas foram redirecionadas para outras formas de articulação (rodoviárias, aéreas, ferroviárias), definindo-as como centros de

apoio à produção agrária e extrativo-industrial no modelo do urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

É nesse contexto que assumiram a condição de “rurópolis”, o nível mais elevado de cidade concebido a partir do processo de ocupação territorial estabelecido pela colonização oficial que orientava o ordenamento espacial ao longo de rodovias<sup>6</sup>. O forte peso agrícola, como as atividades dos agronegócios, contribui para o dinamismo de algumas dessas cidades hoje. Da mesma forma, tanto os investimentos governamentais como os privados ajudaram essas mesmas cidades a se dinamizar, já que se tornaram, em suas respectivas sub-regiões, verdadeiras vitrines de interesses empresariais e governamentais. Por isso, elas são, algumas vezes, espaços importantes de tomada de decisão e também de novos projetos de fragmentação política do território, dada a presença de uma nova elite regional, que, juntamente com antigos sujeitos de velhas oligarquias locais, define novas centralidades políticas dispersas pelo espaço regional.

Se, para o caso amazônico, as frentes de expansão econômica conferiram importância às cidades médias, dando-lhes dinamismos e inserindo-as intensamente na vida regional, a diversidade territorial que hoje caracteriza a produção social do espaço amazônico atribui feições diferenciadas a tais cidades dentro do quadro regional.

Conforme já referenciado em outras oportunidades (TRINDADE JR.; PEREIRA, 2007; TRINDADE JR., 2010), a observação de Pontes (2001) e os estudos de Ribeiro (1998) e de Oliveira (2008) acrescentam elementos a essa discussão. No caso da primeira autora, por considerar que, apesar de desempenhar papel importante na rede urbana regional, as cidades médias da Amazônia não possuem necessariamente grandes contingentes populacionais, como aquelas que compõem a estrutura da rede urbana do Centro-Sul brasileiro.

Tal proposição é, de certa forma, confirmada por Ribeiro (1998), no momento em que distingue importantes subcentros regionais com quantitativos demográficos aquém daquele intervalo recorrentemente apresentado como definidor das cidades médias, mas com importância muito similar a estas<sup>7</sup>.

Da mesma maneira, Oliveira (2008), ao estudar cidades do estado do Amazonas, reconhece diferentes tipos muito próximos da definição de cidades médias, cujo perfil se diferencia do

<sup>6</sup> As cidades da colonização oficial, mais presentes na Amazônia oriental, foram originadas em decorrência da ação direta do Estado, por meio do INCRA, que definiu uma espécie de urbanismo rural, concebendo uma hierarquia de cidades – agrovilas, agrópolis e rurópolis – voltadas para a colonização agrária às margens das rodovias. Para essas cidades foi estimulada a vinda de pequenos produtores migrantes, aos quais se somaram outros agentes, como funcionários públicos, comerciantes, extrativistas, nativos, burocratas e fazendeiros, conforme destacou Becker (1990b).

<sup>7</sup> Com base em informações do IBGE, Ribeiro (1998) estabeleceu critérios para determinar a centralidade e a área de atuação de centros sub-regionais que constituem importantes “nós” de distribuição de bens e serviços e que apresentam características distintas e particulares: 1) centros que apresentam traço da frente pioneira agropastoril e mineral; 2) centros que estão situados nas bordas nordestinas no estado do Maranhão; 3) centros que fazem parte da Amazônia tradicional e seu sistema dendrítico-ribeirinho, geralmente antigos e revitalizados; 4) centros que margeiam as estradas (RIBEIRO, 1998).

apresentado por aquelas do Centro-Sul brasileiro e de outras de mesma categoria da Amazônia oriental e da Amazônia meridional<sup>8</sup>.

Nesse sentido, o papel assumido pelas cidades médias na região amazônica tende a conferir pesos diferentes a três tipos de centralidades que aqui serão consideradas: a econômica, a política e a socioterritorial.

## ALGUNS EXEMPLOS DA AMAZÔNIA PARAENSE

As mudanças relacionadas à modernização do território não se deram, ao longo das últimas décadas, de forma homogênea no complexo e diversificado espaço amazônico. As cidades distribuídas pelo vasto território regional, por essa mesma razão, respondem de forma diferenciada às necessidades de modernização tanto da sociedade quanto do território e às demandas de escalas mais próximas ou mais distantes.

Considerem-se aqui três sub-regiões da Amazônia paraense (Quadro 3) nas quais tais diferenciações podem ser observadas, levando-se em conta diferentes inserções no processo de modernização do território.

Para o caso de Marabá, definiu-se, nos últimos anos, uma centralidade econômica que se foi conformando em razão de novos papéis conferidos à cidade com a expansão da fronteira econômica na sub-região Sudeste Paraense. A cidade vem sendo *locus* de grandes investimentos na região, pela importância produtiva, comercial, pela distribuição de serviços e pela liderança política, tornando-se uma das mais dinâmicas no ranking econômico do estado do Pará.

Sua importância como núcleo urbano se inicia ainda com a chegada de frentes pioneiras ligadas à agropecuária e ao extrativismo mineral e vegetal, responsáveis pela formação de oligarquias tradicionais associadas a atividades como a exploração do caucho e da castanha-do-pará (EMMI, 1987).

<sup>8</sup> No estudo sobre a calha do Solimões, Oliveira (2008) identifica três grupos de cidades. Um primeiro grupo corresponde a cidades que se tornam nódulos importantes internamente na rede, exercendo diversas funções urbanas e contendo arranjos institucionais importantes, não só para si, mas também para as cidades, localidades e municípios ao redor. Outro grupo corresponde a cidades com dinâmica econômica externa, cuja importância na rede se dá por sua inserção em demandas externas e por meio da qual os vínculos com as demais cidades na rede não são necessariamente fortes. Em consequência, o dinamismo econômico que lhes anima não implica desenvolvimento local ou regional significativo, pois a atividade econômica responsável por seu desenvolvimento não agrega valor nem local nem regionalmente. Por fim, o autor destaca o grupo das cidades médias de fronteira, que exercem relações em uma escala mais ampla que as demais, posto que a rede na qual se inserem está mais difusa, incorporando cidades de países vizinhos, dada a sua condição de cidades fronteiriças, o que justifica, em seus arranjos institucionais, forte presença das forças armadas atuando na construção da infraestrutura urbana e dos serviços.

Sub-regiões	Sudeste do Pará	Baixo Amazonas	Baixo Tocantins
<b>Cidade (pop.)</b>	Marabá (186.122 habitantes).	Santarém (215.947 habitantes.).	Cametá (52.846 habitantes)
<b>Localização</b>	Sul e sudeste do estado do Pará, vales dos rios Araguaia e Tocantins e afluentes.	Baixo Amazonas e parte da área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém).	Nordeste do estado do Pará, baixo vale do Rio Tocantins e área de influência das rodovias PA-150, PA-151 e BR-422 (Transcametá).
<b>Principais elementos da formação socioespacial</b>	<p>Ocupada inicialmente a partir da exploração das drogas do sertão, teve sua dinâmica reforçada posteriormente com a exploração do caucho e da castanha, que contribuíram para desterritorializar populações tradicionais e formar uma forte oligarquia da castanha, que perdurou até a primeira metade da década de 1970.</p> <p>Com a expansão de frentes econômicas diversas (madeireiras, agrícolas, pecuaristas, minerais etc.), novos agentes se fizeram presentes a partir da década de 1960, formando uma região dinâmica do ponto de vista econômico e de intensos conflitos pela apropriação do território e de seus recursos.</p> <p>Grande presença do Estado através da implantação de infraestrutura, políticas migratórias e incentivos fiscais.</p>	<p>Área de antiga colonização com importância inicial pautada na extração e circulação de produtos da floresta, notadamente drogas do sertão e, posteriormente, borracha. Teve na agricultura, especialmente a da juta, um forte sustentáculo de sua economia pós-borracha, associada às atividades de circulação fluvial dos rios Amazonas e Tapajós.</p> <p>Expansão recente de frentes econômicas que provocaram a reorganização capitalista do espaço de caráter pontual e linear, com a presença de frentes de modernização, que incluem grandes projetos de exploração mineral, rodovias, hidrelétrica e infraestrutura portuária. Definição de nova ordem territorial que combina ações estatais, práticas difusas e diversas de caráter espontâneo e presença de agentes econômicos diversos com atuação em escalas geográficas diferenciadas.</p> <p>Área com a presença de grandes projetos, de atividades tradicionais e de atividades recentes em expansão e consolidação, com destaque para a modernização econômica, a exemplo da agropecuária e dos agronegócios, notadamente a expansão da soja, e da produção extrativa vegetal e mineral.</p>	<p>Sub-região de colonização portuguesa, teve no Rio Tocantins um elemento estratégico do processo de ocupação, seja como fator que ajudava a assegurar a defesa do território, seja como perspectiva de controle econômico.</p> <p>Sistema de povoamento situado à jusante do rio, com domínio de populações tradicionais, o que revela estreita relação com o rio e com a floresta e pouca presença de frentes de modernização econômica.</p> <p>Força de trabalho formada por contingente populacional local, de pouca mobilidade e de grande enraizamento cultural e econômico.</p> <p>Sofre impactos indiretos de dois grandes projetos econômicos implantados na década de 1980 (Hidrelétrica de Tucuruí e Complexo Albras-Alunorte), sem grandes mudanças na sua base econômica, na composição de sua população e na lógica de ordenamento territorial.</p> <p>Indiretamente atingida pelas políticas territoriais desenvolvimentistas, mantém um padrão tradicional de ordenamento territorial convivente com novas formas de circulação.</p> <p>Existência de municípios e cidades com economias ligadas às agrossubsistências (mandioca, banana, arroz, milho etc.) e inserção pontual de alguns poucos produtos articulados a circuitos mais globais (açai, madeira, pimenta e cacau).</p> <p>Presença ainda dos “notáveis”, de perfil mais tradicional, e indícios de mobilização política pautada em demandas de resistência aos impactos da modernização do território.</p> <p>População de forte identidade local, convivendo com a pouca presença de novos agentes econômicos e com poucos interesses de disputa territorial.</p> <p>Coesão política do território, com quase inexistência de propostas de redivisões político-administrativas.</p>
<b>Agentes econômico-políticos e territorialidades</b>	<p>Grande disputa pelo espaço, com conflitos de territorialidade de caráter pontual ou ao longo de linhas, decorrentes da expansão capitalista. Movimento de criação do estado de Carajás, comandado especialmente por novos agentes econômicos que referendam uma nova identidade política, econômica e cultural em consolidação, que vem sendo utilizada pelos diversos atores como demarcatória de uma nova unidade territorial com intenções separatistas.</p>	<p>Presença de elite tradicional e de espaço de conflitos entre formas novas de apropriação do território, decorrentes de novos agentes (grandes empresas, colonos e migrantes sem capital, Estado etc.) e de formas tradicionais de apropriação do território e de seus recursos (oligarquias, populações tradicionais etc.).</p> <p>Presença de relativa identidade territorial que sustenta a criação de um novo estado da federação a partir da fragmentação do território paraense.</p>	<p>Presença ainda dos “notáveis”, de perfil mais tradicional, e indícios de mobilização política pautada em demandas de resistência aos impactos da modernização do território.</p> <p>População de forte identidade local, convivendo com a pouca presença de novos agentes econômicos e com poucos interesses de disputa territorial.</p> <p>Coesão política do território, com quase inexistência de propostas de redivisões político-administrativas.</p>
<b>Papel na divisão territorial do trabalho</b>	<p>A importância do diamante e da castanha no passado cedeu lugar, nos dias atuais, à forte presença de atividades mais modernas, como a agricultura, a pecuária leiteira e de corte, e a exploração/transformação mineral, especialmente o ferro. Essas atividades são praticadas por agentes de pequeno, médio e grande porte.</p>		
<b>Quadro 3</b>	<b>Marabá, Santarém e Cametá: contextualização sub-regional</b>		

Fontes: Magnano (1989), Trindade Jr. (2009), Guerra (2009).  
Elaboração: Trindade Jr.

O declínio da atividade gomífera na Amazônia, no início do século XX, afetou apenas parcialmente a sub-região onde se localiza Marabá. A exploração de produtos como a castanha-do-pará, no Vale do Tocantins-Itacaiúnas, possibilitou certo dinamismo a essa cidade, reafirmando seu papel como centro sub-regional no processo de integração da região. Esse quadro se consolidou a partir da década de 1960, quando a cidade se tornou um dos principais centros urbanos de apoio à colonização agrária. Nesse contexto, Marabá foi pensada pelas políticas territoriais do governo federal para assumir a condição de “rurópolis” na hierarquia de cidades que compunham o processo de colonização agrária oficial ao longo da Rodovia Transamazônica (BR-230).

Definida hoje como verdadeiro entroncamento aeroviário e rodoferroviário para as cidades menores de sua sub-região, Marabá consegue canalizar grandes fluxos e se articular com outras regiões vizinhas, inclusive fora da Amazônia, por meio das novas vias de circulação, que a tornaram uma das principais cidades da Amazônia brasileira, após os maiores centros urbanos regionais. Assumem importância, nesse caso, além da Transamazônica (BR-230), a PA-150, a BR-222 e a Estrada de Ferro Carajás, que a articulam a diversos municípios considerados espaços de novas oportunidades econômicas e de investimentos capitalistas.

Nesse contexto de novas redes de circulação, o Rio Tocantins, de fundamental importância na formação da sub-região e da cidade de Marabá, tem seu papel econômico relativizado diante de novas estratégias de ordenamento territorial. O modelo de ocupação assentado no tripé “rodovia/terra-firme/subsolo” (PORTO-GONÇALVES, 2001) parece confirmar a importância dessa cidade para a nova configuração sub-regional e para uma tendência de “negação do rio” em face das novas frentes de expansão econômica. Esse panorama a torna muito mais uma “cidade na floresta” do que propriamente uma “cidade da floresta” (TRINDADE JR., 2013). Isso acontece porque as atividades de seu entorno que lhe dão dinamismo tendem a negar o ecossistema da floresta e a assimilar uma produção em maior sintonia com as demandas globais, como é o caso dos agro e ecomércio, e do extrativismo mineral e vegetal.

Dessa maneira, as atividades e formas de exploração econômica que movimentam Marabá estabelecem relações pouco orgânicas com o ambiente do entorno, conforme revelou o estudo de Nunes (2015), ao discutir a dinâmica das feiras livres e das exposições nessa cidade. Os agentes econômicos que nela se fazem presentes, notadamente aqueles que Santos (1979) identificou como os do circuito superior da economia urbana – mas também, ainda que em menor grau, os do circuito inferior –, definem uma forte pressão sobre a floresta e seus recursos. Nessa cidade é destacada a cultura da rodovia, que implica a difusão de valores pouco associados às lógicas do rio e da floresta, vistos na sua multidimensionalidade.

Mesmo relações que comunicam a cidade de forma mais intensa com o entorno tendem a se dinamizar em função das novas demandas produtivas em que se insere a sub-região. Projetam-se, assim, novas lógicas e formas de produção, muitas vezes dependentes da modernização de atividades e que conectam o lugar a escalas mais amplas do espaço. Esse processo provoca, como consequência, distanciamentos e estranhamentos das práticas socioespaciais relacionadas aos saberes e aos valores da floresta.

Reforça essa centralidade de dimensão econômica aquela de natureza política, que passa a se configurar também na cidade em decorrência das mudanças no contexto sub-regional do Sudeste Paraense. Mesmo não sendo capital de um estado da federação, a exemplo de outras cidades onde esse tipo de centralidade se combina à comercial e à de serviços, concentra-se nela um poder político sub-regional que demarca o seu papel para além da importância econômica.

É nesse sentido que Marabá aparece como um dos principais centros urbanos amazônicos, onde diferentes representações do governo federal e estadual – assim como associações políticas, sindicatos de classe e movimentos políticos – se localizam e tendem a se territorializar e a se projetar em nível regional e nacional. Um exemplo é o movimento de criação do estado do Carajás, que prevê Marabá como futura capital dessa nova unidade da federação proposta.

Trata-se, nesse caso, de uma mobilização emancipacionista, cuja origem, na década de 1970, coincide com o incremento de novas atividades no sul e sudeste do Pará, estimuladas pelo processo de integração da Amazônia ao território nacional. Após a promulgação da Constituição de 1988, influenciada pela criação do estado do Tocantins, essa corrente ganhou projeção, tornando-se um movimento oficial em 1989 e culminando com a realização, em 2011, de plebiscito com vistas à criação do estado do Carajás, proposta que foi rejeitada nas urnas.

Nesse processo, a cidade de Marabá sempre foi a base para a produção de estudos, eventos, debates e ações pró-emancipação, o que mostra a sua centralidade para a realização de projetos políticos que se colocam na escala de sua sub-região de influência. Nunes e Lima (2012) destacam também o peso significativo do financiamento dessa campanha por agentes influentes sediados em Marabá.

Essa realidade sub-regional aproxima-se, mas, ao mesmo tempo, se diferencia do que vem acontecendo no Baixo Amazonas, onde se situa Santarém, sub-região na qual os processos de mudança pós-1960 foram menos intensos inicialmente, mas que agora vêm ganhando maior expressão. Nesse caso, a circulação fluvial e a rodoviária tendem ainda a se combinar e a se complementar, não anulando os vínculos orgânicos da cidade com a floresta e com o rio, ainda que se possa falar de uma tensão relativamente grande entre as mudanças e as permanências que ali acontecem.

Cidade de grande importância histórica no processo de formação territorial da Amazônia, sua centralidade econômica está associada à produção das “drogas do sertão”, passando pela borracha e, mais recentemente, pela juta e pela extração do ouro no contexto sub-regional de sua influência. A juta, inclusive, foi um dos elementos que asseguraram certo dinamismo à economia local durante o declínio da produção e da circulação da borracha<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Como em Marabá – e diferentemente do que ocorreu em outras cidades ligadas à economia da borracha e que passaram por um período de estagnação com a queda dos preços do produto no mercado mundial –, a existência de outras atividades na área de polarização de Santarém, como a produção de juta, praticada nas várzeas dos rios, fez com que essa cidade mantivesse um relativo dinamismo econômico, conferindo-lhe certo destaque na economia regional no período imediato pós-borracha (CORRÊA, 1987) e mantendo essa projeção até os dias atuais.

Mais recentemente ainda, além da atividade turística, tem sido importante para a dinâmica urbana da cidade a exportação de madeira e, em maior escala do ponto de vista das exportações, a produção e circulação de grãos. A soja, inclusive, é responsável por conferir à cidade certa projeção no mercado nacional e internacional, principalmente a partir da década de 2000<sup>10</sup>.

Conforme os estudos de Pereira (2004), os fluxos de mercadoria e pessoas das capitais estaduais, notadamente Belém e Manaus, como também de outros centros urbanos da região, têm em Santarém uma referência nodal. Tal importância se projeta tanto do ponto de vista da circulação aérea quanto da rodoviária (Rodovia Cuiabá-Santarém articulada à Transamazônica) e da fluvial (rios Amazonas e Tapajós). Neste caso, a circulação rodoviária, a aeroviária e a hidroviária parecem se complementar, numa forma de organização do espaço bem diferenciada daquela verificada no sudeste do Pará.

A articulação da cidade de Santarém se dá tanto com o Baixo Amazonas quanto com o sudoeste do Pará – considerados aqui como parte de uma sub-região maior, o oeste desse estado – e ainda com a porção oriental do Amazonas. Esse papel foi construído ao longo de sua trajetória de formação territorial, como pode ser observado por seus antecedentes históricos. Desde o processo de colonização portuguesa, Santarém assumiu um importante papel na consolidação do novo povoamento regional. Isso se reafirmou no século XIX, com a economia gomífera, e se ratificou com as políticas de integração regional e, mais recentemente, com a expansão da produção da soja em direção à Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163).

Entretanto, os vínculos com as demandas do entorno não se perderam totalmente, conforme constata Costa (2012), que enfatiza as permanências diante de um novo momento em que se insere a cidade. Isso ocorre não obstante as transformações por que passa Santarém, notadamente com o advento da soja, conforme mostra de Trindade (2015). Esse trabalho destaca os impactos que os grãos provocaram no interior do espaço urbano santareno, seja no circuito superior da economia urbana, seja no inferior. Dessa maneira, além de cidade ribeirinha, há outras dimensões que tendem, cada vez mais, a assumir forte presença na paisagem e na dinâmica intraurbana.

Dada a existência de uma população migrante na cidade, atraída pelas frentes de modernização, percebem-se aspectos culturais que mesclam elementos da “cidade da floresta” com outros que, mesmo conviventes, sugerem sua negação. Por toda a malha urbana, mas sobretudo em sua orla fluvial, não é difícil reconhecer a presença da cidade dita tradicional inserida em diferentes processos de transformação. Esses processos conformam um caráter

<sup>10</sup> Na divisão territorial do trabalho, o município de Santarém é um dos mais novos polos produtores de soja da Amazônia, principalmente ao longo da BR-163 (Cuiabá-Santarém). A sede municipal cumpre um importante papel no corredor de escoamento da produção de grãos da região central do Brasil, que, do porto local de Santarém, parte em direção aos Estados Unidos e Europa, devido à localização estratégica desta cidade em relação aos grandes centros consumidores de grãos exportados pelo Brasil. Afora os minérios, bastante explorados no passado e com perspectivas de uma nova fase de exploração hoje, há farta disponibilidade de outros recursos naturais que promovem a atração do médio e grande capital. As grandes reservas florestais também têm sido alvo da ação de madeireiros, devido ao alto valor comercial e à variedade de espécies (PEREIRA, 2004).

híbrido, em que permanências de formas e conteúdos se misturam a elementos de mudanças mais recentes que buscam tornar Santarém mais uma “cidade na floresta”.

Da mesma forma que Marabá, a centralidade política se faz muito presente na definição de Santarém como uma cidade média hoje. Isso pode ser constatado em razão da existência de associações, sindicatos e movimentos políticos diversos, inclusive de projeção internacional, ainda que um dos mais expressivos seja o que tenta mobilizar a sociedade local e sub-regional (Baixo Amazonas e oeste paraense) em favor da criação do estado do Tapajós, que teria Santarém como capital.

Mesmo não sendo recente – há notícias dessa intenção desde o século XIX (PEREIRA, 2004) –, o movimento ganhou impulso na década de 1980 e início da de 1990, quando foi criado o Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós. Nesse período também foi apresentado o primeiro projeto de decreto legislativo com vistas à realização de plebiscito em relação ao interesse de criação do referido estado. A culminância do processo se deu, à semelhança da proposta de Carajás, somente em 2011, quando o plebiscito foi realizado, mas sem maioria favorável.

Para além dessas centralidades, de natureza econômica e política, que reforçam a importância de cidades intermediárias na rede urbana da Amazônia, pode-se falar de outra forma de centralidade que não se define forçosamente em razão desses elementos. Trata-se normalmente de cidades cujas articulações globais são menos intensas e, em alguns casos, praticamente inexistentes. No caso de Marabá e Santarém, os vínculos horizontais e de contiguidade de suas articulações no plano territorial são sobrepostos por aqueles de articulações verticais, que inserem tais cidades em mercados e demandas globais. No entanto, há outras cidades, como Cametá, em que tais articulações são menos intensas. Nesse caso, a sua centralidade se define muito mais pela importância dentro de uma escala sub-regional, voltada para o atendimento de demandas sociais e territoriais muito mais endógenas.

Em um primeiro momento, tais cidades nem mesmo seriam reconhecidas como médias, pois muitas vezes não possuem importância como “nós” de interesse de mercado associado àquilo que Santos (1979) chamou de um circuito superior da economia urbana. Elas apresentam pouca convergência de fluxos modernos e um patamar populacional bem inferior ao de cidades de porte médio. É o que se constata para Cametá, no Baixo Tocantins, sub-região afetada indiretamente por dois grandes projetos econômicos – a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, à montante do Rio Tocantins, e o Projeto Albras-Alunorte, à sua jusante.

Não obstante a presença de rodovias e desses grandes projetos, que impactaram indiretamente a cidade e seu entorno sub-regional, o rio, a floresta e as permanências de práticas socioespaciais ligadas a eles se mostram ainda relevantes na comparação com as duas outras sub-regiões anteriormente mencionadas. Nelas, o processo de expansão de frentes econômicas ocorre de forma mais acentuada, no caso de Marabá, e em flagrante processo de expansão, no caso de Santarém.



Com forte presença da natureza como recurso econômico, funcional e de representação simbólico-cultural, a cidade se insere em uma sub-região de ordenamento territorial com padrão ainda marcadamente dendrítico (CORRÊA, 1987). A condição de jusante ou de baixo curso do Rio Tocantins foi elemento básico de um processo histórico pioneiro na ocupação dessa porção da região amazônica. Nela, definiu-se um modelo de urbanização tradicional, com paisagens tipicamente ribeirinhas e populações com fortes raízes culturais e históricas relacionadas à vida local. Somam-se a isso a coesão política ainda existente e as poucas perspectivas de fragmentação territorial. Essas são algumas particularidades que definem o Baixo Tocantins como um subconjunto regional no contexto da região amazônica e especificamente na Amazônia oriental (TRINDADE JR., 2009).

É necessário destacar o papel que essa porção territorial assumiu na divisão interna do trabalho, seja por meio do extrativismo (drogas do sertão, açaí, pescado, castanha-do-pará etc.), seja pela produção agrícola (cacau, mandioca, milho, pimenta-do-reino etc.). Esse papel foi reafirmado nos diversos momentos históricos pelos quais passou a região, definindo-a principalmente como uma área agrícola e extrativista de base tradicional e de incorporação de poucos elementos de modernização da economia (TRINDADE JR., 2009).

A natureza parece ser um dos elementos iniciais de uma possível identidade regional que aí se formou. A floresta e o rio consolidaram sua importância na economia sub-regional, como aconteceu no período da borracha, em que Cameté e sua área de influência tiveram pouca expressão do ponto de vista da produção. Isso, porém, não anulou seu papel no processo comercial e de circulação das riquezas, especialmente como entreposto de outros produtos que se faziam presentes na Bacia do Tocantins, como é o caso da castanha-do-pará. Dessa maneira, a relevância da natureza foi reafirmada a cada momento histórico, seja como espaço de exploração de recursos, a exemplo do extrativismo animal e vegetal, seja como área de circulação, a exemplo do rio como via de transporte (TRINDADE JR., 2009).

Mesmo no momento mais recente, em que a sub-região do Baixo Tocantins foi apenas indiretamente atingida pelas políticas territoriais desenvolvimentistas, a condição de jusante a que estão sujeitos os municípios que compõem essa unidade sub-regional também referendou essa identidade. Isso se deu pelos impactos ambientais relacionados ao rio e à floresta, como a diminuição da quantidade e da variedade do pescado e a alteração do nível de várzea, que repercutiu na produtividade agrícola (TRINDADE JR., 2009).

O padrão dendrítico parece também não se romper completamente, se comparado ao que ocorre em outras subunidades regionais da Amazônia oriental, como o Sudeste Paraense, onde se situa Marabá, e o Baixo Amazonas, relativamente alterado, onde se situa Santarém. Isso se ratifica pela forte dependência ainda da circulação fluvial, não obstante a presença de rodovias estaduais (Transcameté, PA-151, PA-150) paralelas ao Rio Tocantins.

Com base nesse perfil, sustenta-se aqui o argumento de que Cameté, dentro desse contexto sub-regional, assume a condição de cidade média quanto ao oferecimento de serviços e à

distribuição de determinadas mercadorias. Dada a sua importância como espaço que contém e está contido em um conjunto de relações que particularizam uma Amazônia menos moderna, é um bom exemplo daquilo que Bitoun (2009) denominou de cidades de “responsabilidade territorial”. Tais cidades, pela distância que as separa de quaisquer outras, acabam sendo os únicos “recursos urbanos” para populações dispersas em grandes espaços do Brasil central e ocidental. Assim, elas se tornam importantes, independentemente do seu tamanho populacional e papel funcional, devido à falta de alternativas de outras cidades para as populações circunvizinhas.

Essa proposição parece ser válida para se reconhecer o papel de algumas cidades que, em princípio, não seriam consideradas como médias, apesar de sua natureza intermediária na rede urbana regional, como entrepostos de comércios e serviços e distribuição/concentração de equipamentos que atendem ao entorno sub-regional.

Com papel intermediário na hierarquia urbana regional, cujas “horizontalidades” geográficas presentes poderiam associá-la, em um primeiro momento, a uma cidade local, o papel de Cameté não se define pela intensa modernização de fluxos, mas pela diversidade destes, que para ela confluem e dela partem, com alcance sub-regional. Esse trânsito atinge um número significativo de comunidades rurais, vilas e sedes municipais, que dependem de seus serviços e da sua infraestrutura dentro do Baixo Tocantins. Não é, portanto, uma cidade local, como as demais que ela polariza, assim como também não é uma cidade econômica e corporativa (SANTOS, 1993), que responde principalmente às demandas globais, como acontece com Marabá e Santarém.

Trata-se, portanto, de um tipo de centralidade que não se confunde com a centralidade econômica e política nos moldes das duas outras cidades já mencionadas. Por serem cidades de “responsabilidade territorial”, no sentido atribuído por Bitoun (2009), pode-se perfeitamente reconhecer nelas uma centralidade socioterritorial, que se vincula a fluxos decorrentes das contiguidades e das proximidades de relações, como parte de “solidariedades menos organizacionais” que “orgânicas” (SANTOS, 1996), dando sentido à concentração de certos fixos.

Tais fixos, mesmo de pouca densidade do ponto de vista dos atributos da ciência, da técnica e da informação, mostram-se adensados pela perspectiva social e cultural. Eles reforçam vivências e relações muito mais cooperativas que corporativas, estabelecendo intensos vínculos com os valores e saberes dos rios e da floresta, que ratificam a condição de Cameté como “cidade média da floresta”.

Diferentemente dos municípios situados à montante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que se aproximam, no plano de suas articulações, com cidades como Marabá e Tucuruí, o sistema de povoamento urbano à jusante possui uma forte presença de populações de origem local. Ali existe uma estreita relação com a floresta e com o rio, não simplesmente por essas populações estarem às suas margens, mas principalmente por apresentarem uma interação funcional (a exemplo da circulação fluvial e do uso para as atividades domésticas), de subsistência

material (fonte de recursos alimentares), lúdica (uso do rio para o lazer) e simbólica (imaginário sociocultural) (TRINDADE JR., 2002). Esse quadro se traduz em maior enraizamento social, cultural e territorial.

A pouca presença de atividades e formas de exploração econômica ditas modernas, já que a dinâmica desses núcleos se liga principalmente às atividades de agrosustentáveis, contribui para a baixa pressão sobre os elementos do ecossistema do entorno. Reforça-se, assim, uma maior integração com a sub-região, configurando laços de “solidariedades orgânicas”, que caracterizam bem o perfil de cidades menos articuladas às lógicas globais (SANTOS, 1996).

Essas condições permitem falar, em consequência, de cidades médias de “responsabilidade territorial” (BITOUN, 2009) e, portanto, de centralidade socioterritorial. Essas cidades reforçam sua importância e sua centralidade buscando atender ao entorno com a oferta de serviços e atividades considerados essenciais para as localidades e municípios vizinhos, não obstante os problemas de infraestrutura e de carência que apresentam. Com uma ecologia urbana pouco diversificada, sugerem, por outro lado, políticas e estratégias de desenvolvimento diferenciadas, notadamente pela densidade das “horizontalidades” estabelecidas com sua sub-região de influência. Mesmo que estejam, de uma forma ou de outra, inseridas em lógicas globais, tendem a negar a exclusividade dessa mesma lógica e a projetar outras práticas cotidianas da vida urbana que nelas se animam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar as cidades médias no Brasil significa considerar suas relações com o contexto regional do qual fazem parte. Isso significa levar em conta a diversidade de suas formas espaciais e a natureza de seus conteúdos. Do ponto de vista de suas inserções com os ambientes do entorno, especificamente na Amazônia, com o ecossistema da floresta, algumas cidades parecem apontar elementos interessantes para se pensar a particularidade de centros urbanos intermediários para além da centralidade econômica, normalmente considerada na definição das cidades médias.

Mesmo admitindo a importância dessa centralidade, em grande parte associada ao circuito superior da economia urbana discutido teoricamente por Santos (1979) e hoje muito visível nesse tipo de cidade, revela-se nelas outra forma de centralidade que as distingue no âmbito regional. Trata-se da centralidade política, caracterizada pela presença de instituições e órgãos oficiais, estaduais e federais, ligados às decisões políticas, e pela atuação de importantes forças políticas, associações, representações de classe, sindicais e categorias sociais diversas. Por outro lado, como parte dessa dimensão que reforça a centralidade urbana, somam-se movimentos que as tornam vitrines de interesses políticos e a partir delas estabelecem projeções de novas territorialidades em nível sub-regional. São exemplos disso as propostas de criação de novos estados da federação, como o de Carajás (sul/sudeste do Pará), com sede política em Marabá, e o de Tapajós (oeste paraense), com sede em Santarém.

Esse mesmo tipo de centralidade parece estar presente em outras cidades médias do centro-sul brasileiro, como em Uberlândia (MG), diante da proposição de criação do estado do Triângulo Mineiro, e do Nordeste, como em Barreiras (BA), onde as forças políticas locais postulam a criação do estado do São Francisco, fruto, em grande parte, da dinâmica econômica do agronegócio no oeste baiano. Outras situações de centralidade política de cidades médias também se expressam – ainda que não necessariamente se vinculem à criação de novos estados –, a exemplo do que ocorre com Campina Grande (PB), cujas forças políticas locais tendem a territorializar seus interesses e demandas, em face dos sediados na capital estadual João Pessoa.

Afora essas formas de centralidade urbana, na Amazônia brasileira faz-se muito presente, conforme especificado para a cidade de Cametá, outro tipo que não se vincula forçosamente às demandas corporativas e às verticalidades globais. Chamadas aqui de centralidades socio-territoriais, constituem demandas e fluxos que respondem a uma lógica de proximidade e de contiguidade.

Esta é a razão pela qual considerar as “horizontalidades” e as “solidariedades orgânicas”, nos termos de Santos (1996), para a compreensão das formações urbanas e das cidades médias não deixou de ser importante no atual período histórico, em face das “verticalidades” e das “solidariedades organizacionais”, ainda mais se considerada a força das coexistências e das tensões muito presentes na configuração das particularidades dos espaços sub-regionais amazônicos.

Noções como a de espaço relacional, proposta por Harvey (1980), e a de instância social, proposta por Santos (1987), parecem ajudar nesse empreendimento. O primeiro considera o espaço urbano como produção social e o torna parte de um conjunto socioespacial que define seus conteúdos intraurbanos vinculando-os a realidades mais amplas e nelas o contextualizam. Já Santos (1987) discute lógicas territoriais, sugerindo pensar modelos cívicos de espaço e de ordenamento territorial que não apenas se contraponham a modelos hegemônicos e dominantes, mas que subordinem modelos econômicos e políticos concebidos de forma a negar a cidadania.

Da mesma maneira, a noção de “responsabilidade territorial” – sugerida por Bitoun (2009) para situar as cidades para além de seus papéis econômicos e políticos, notadamente em realidades de pouca densidade técnica e modernização territorial – contribui para se pensar outras possibilidades de entender as centralidades.

Essas concepções devem ser capazes de dar sentido às cidades médias em contextos territoriais diversos e complexos, no quais a presença de “horizontalidades” e de “verticalidades” geográficas assume pesos diferenciados nas configurações territoriais. A noção de centralidade socioterritorial aqui sugerida e tratada a partir da realidade amazônica é também uma tentativa de alinhar contribuições para essa leitura mais plural e menos etnocêntrica e geocêntrica da diversidade territorial brasileira.

## REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990a.

\_\_\_\_\_. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, B. K.; MACHADO, L. O.; MIRANDA, M. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990b. p. 131-144.

\_\_\_\_\_. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, J; MIRANDA, L. (Org.). *Desenvolvimento e cidades no Brasil: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais*. Recife: FASE, 2009. p. 17-44.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

COSTA, T. C. S. *A relação cidade-rio na Amazônia: mudanças e permanências frente ao processo de urbanização recente, o exemplo de Santarém*. 2012. 163 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA; NAEA, 1987.

LEFÈBVRE, H. *Le droit à La ville suivi de espace et politique*. Paris: Anthropos, 1974.

GUERRA, G. A. D. Apropriação, uso da terra e desenvolvimento territorial na Amazônia. In: ROCHA, G. M.; MAGALHÃES, S. B; TELSSERENC, P. *Territórios de desenvolvimento e ações públicas*. Belém: Edufpa, 2009. p. 185-205.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

MAGNANO, A. A estrutura do espaço regional. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Geografia do Brasil: região norte*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. v. 3, p. 275-307.

NUNES, D. A. *Feiras-livres & feiras de exposição: expressões da relação cidade-floresta no sudeste paraense*. 2015. 288 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

NUNES, D. A.; LIMA, M. M. A cidade média de Marabá: novas dinâmicas territoriais e centralidade urbano-regional na Amazônia Oriental. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 1., 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p. 1-27.

OLIVEIRA, J. A. Espacialidades urbanas como urbanização da sociedade: as cidades e os rios na Amazônia brasileira. In: OLIVEIRA, M.; COELHO, M. C.; CORRÊA, A. (Org.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 165-186.

PEREIRA, J. C. M. *Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)*. 2004. 127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

PONTES, B. M. S. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In: SPOSITO, M. E. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, 2001. p. 569-607.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

RIBEIRO, M. A. *A complexidade da rede urbana Amazônica: três dimensões de análise*. 1998. 335 f. Tese (Doutorado em Ciências)–Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1979.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, 2001a. p. 609-643.

\_\_\_\_\_. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: GASPEER; UNESP, 2001b. p. 235-253.

TAVARES, M. G. *A dinâmica espacial da rede de distribuição de energia elétrica no Estado Pará (1960 - 1996)*. 1999. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

TRINDADE, G. O. *A cidade & a soja: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará*. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TRINDADE JR., S-C. C. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. *Revista Humanitas*, Belém, v. 18, n. 2, p. 135-148, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Diferenciação espacial e formação de sub-região: o Baixo Tocantins na Amazônia oriental. In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (Org.). *Questões nacionais e regionais do território brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 313-329.

\_\_\_\_\_. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *Cidades*, Presidente Prudente, SP, v. 7, n. 12, p. 227-255, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA*, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE JR., S-C. C.; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPOSITO, M. E. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

TRINDADE JR., S-C. C.; RIBEIRO, R. *Marabá: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense*. In: TRINDADE JR., S-C. C. et al (Org.). *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: ICSA; UFPA, 2009. p. 333-359.



## DINÂMICA E EVOLUÇÃO DA PAISAGEM NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS (BA)

*Evanildo Santos Cardoso\**

### INTRODUÇÃO

Este texto aborda momentos da história do município de Barreiras, marcada profundamente pela atividade comercial proporcionada pela navegação fluvial, ao mesmo tempo em que discute o processo de modernização na região Oeste, intensificado nas últimas décadas. O comércio via navegação pelo Rio Grande, ao longo do século XX, definiu um posto importante para a cidade de Barreiras como intermediária nas relações comerciais com outros centros urbanos. Segundo Cardoso (2012), nas últimas três décadas, o município cresceu economicamente de forma extraordinária, a partir da agricultura de exportação.

Na evolução histórica de Barreiras, destacam-se três momentos. O texto apresenta, a partir da emancipação do município de Angical, em 1891, períodos que auxiliam a compreensão de eventos de natureza política e econômica responsáveis pela evolução da paisagem e das relações sociais e econômicas, a ponto de influenciarem a essência dos lugares. De fato, tanto as ações estatais quanto a força migratória e modernizadora oriunda do sul do país foram essenciais para a construção de outra paisagem no final da década de 1970 e início dos anos 1980, que se mantém renovada a partir do controle hegemônico do capital agroexportador, deixando à margem as comunidades tradicionais do Oeste baiano e sua população da periferia urbana. O período atual é marcado pela busca por uma nova imagem como produtora de riquezas e de oportunidades.

### PRIMEIRO MOMENTO – O INÍCIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1891-1950 – Emancipação do município de Barreiras, extrativismo vegetal (látex), transporte fluvial por barcas, lavouras de subsistência, primeiras escolas e casas comerciais, pesca, aviação.

A economia regional estava baseada na pecuária extensiva das pastagens naturais do cerrado, incipiente ainda, mas que complementava as atividades de subsistência, como as lavouras de algodão, feijão, milho e mandioca. Esse quadro estava alinhado mais com fenômenos estritamente voltados às condições coloniais do que com a influência externa. O Oeste baiano não possuía qualquer sustentação histórica que o diferenciasse em relação ao conjunto do sertão (FREITAS, 1999 apud BRANDÃO, 2009).

---

\* Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). [evanildo@ufob.edu.br](mailto:evanildo@ufob.edu.br)



A expansão do território brasileiro e, em especial, da Região Nordeste foi profundamente marcada pela penetração do gado sertão adentro e motivada por outros interesses econômicos, tais como a mineração em Minas Gerais e a vontade política de unir o país. A expressão “Rio dos Currais”, relativa ao Rio São Francisco, remete a esse fator histórico e promotor da ocupação territorial do sertão brasileiro.

A pecuária como atividade impulsionadora da tomada dos sertões “descobre” novos espaços para interiorizar a economia de então. A apropriação de terras distantes do litoral teve dois caminhos: pelas estradas que saíam de Olinda e Salvador rumo ao sertão de dentro e ao sertão de fora e pelo próprio Rio São Francisco. Esse período histórico, também estudado por Barreira (1989), ao evidenciar a importância das estradas de boi em Goiás, está registrado com uma forte característica:

A onda civilizadora do final do séc. XIX, a primeira ocupação remonta às últimas décadas do século passado e início desse século. Provavelmente ela fez parte das correntes migratórias que se desenrolaram nas últimas décadas do século XIX, e que chegaram a Goiás provenientes do Maranhão, Pará, Bahia, Minas Gerais pela expansão do café. (BARREIRA, 1989, p. 25).

Havia um circuito entre Bahia e Goiás pela necessidade dos nordestinos de migrar em busca de trabalho nas lavras dos garimpos goianos, formando núcleos de povoamento ao longo dessa fronteira, especialmente no norte goiano, limite entre os dois estados. A distância do litoral foi um dos fatores essenciais para estabelecer outras formas de dominação da terra no caminho do sertão.

A pecuária e a mineração, na Chapada Diamantina e nos garimpos de Goiás, promoveram efetiva ocupação territorial e constituíram um poder econômico e político de uma sociedade que ainda necessitava de organização político-administrativa, que, até então, vinha sendo estabelecida pelas sesmarias.

A investigação de fatos históricos desenvolvida por Brandão (2009) envolve a tomada do Oeste baiano no século XIX e diz respeito à apropriação das terras com a intenção clara da Coroa portuguesa de ocupar regiões distantes do litoral, uma vez que este já se encontrava apropriado. A sesmaria foi o documento oficial que estendeu a produção de alimentos e a implantação da pecuária até as margens do Rio São Francisco. Por outro lado, a criação de gado estava também associada à produção mineradora, introduzida no Brasil em grande escala a partir do século XVIII.

Nessas condições, criou-se uma cisão entre a cultura do litoral e a do sertão. Este último era marcado profundamente pela sobrevivência e adaptação ao meio inóspito e pelo isolamento na comunicação. Entre formas arcaicas marcadas pela devoção religiosa e pela moral, formou-se uma sociedade do sertão.

No sertão dos Gerais, ao final do século XIX, por volta de 1870, a produção de látex oriundo da mangabeira, árvore abundante no cerrado, veio revolucionar as atividades econômicas regionais. Além desse produto, foram descobertos, no mesmo período histórico, o látex da seringueira na Região Norte e a maniçoba em Barra (BA). Já a mangabeira existia em grande quantidade nos Gerais, tal como o relato de Almeida (2005, p. 22):

Foi como uma corrida do ouro: sendo um produto de exportação com alto valor no comércio internacional, logo milhares de imigrantes vieram para Barreiras, a fim de produzirem e exportarem borracha. Fizeram suas casas, ao redor do porto onde deixavam suas famílias e iam para os gerais produzir a borracha, que traziam em tropas de burros, para exportar pelas barcas. Foi assim que surgiu o povoado de São João, chamado São João das Barreiras pelos goianos e depois apenas Barreiras.

O processo de ocupação dessa região estava interligado à concessão de sesmarias, instrumento oficial da Coroa portuguesa para a posse das terras do sertão. Assim, os povoados foram se estabelecendo e, com o ciclo da mineração no século XVIII, transformaram-se em vilas e cidades, principalmente aquelas caracterizadas por rios navegáveis, como Juazeiro, Barra, Angical e Barreiras.

Até 1850, porém, a futura capital regional não passava de um agrupamento de 20 casebres de taipa. A ocupação dos cerrados baianos foi lenta e rarefeita, mantendo-se até os anos de 1940-1950. Essa situação deve-se aos seguintes fatos: primeiro, o limitado dinamismo da economia baiana, o comércio decadente em Salvador e, no sul, o surto do cacau; e segundo, a ausência de atividades dinâmicas na região (SANTOS FILHO, 1989).

Até alcançar o posto de município, Barreiras conseguia se desenvolver devido ao fluxo de mercadorias, que impulsionou uma dinâmica ao povoado, construindo, aos poucos, sua independência de Angical. Na investigação de Santos (2000, p. 41), tem-se o seguinte:

Barreiras, povoado situado no último porto navegável do Rio Grande, teve o seu desenvolvimento impulsionado, no século XIX pela produção da borracha extraída do látex da mangabeira. A grande abundância, nas matas locais, da mangabeira, de cuja seiva se faz a borracha, foi o fator definitivo de crescimento de uma nova atividade econômica e a criação da freguesia em 1881.

Nesse contexto socioeconômico, foram montadas as bases de uma economia regional que, conjuntamente com o transporte de mercadorias via porto, dinamizava a produção agrícola, bem como estreitava as relações comerciais e pessoais. De certa forma, a cidade de Barreiras estabelecia a polarização econômica, após ter se desmembrado de Angical, fator que influenciou ainda a formação de uma classe política local.

A situação geográfica às margens do Rio Grande permitiu a Barreiras alcançar um desenvolvimento maior do que outros municípios vizinhos. Pelo porto da cidade eram escoados, além da borracha da mangabeira, gêneros alimentícios e até ouro dos garimpos de Goiás (Figura 1).



**Figura 1**  
Barcos a vapor no Rio Grande – Barreiras – Bahia

Fonte: arquivo pessoal de Ignez Pitta de Almeida.

Aos goianos, a proximidade com Barreiras era de vital importância para a compra de mercadorias, tanto que foi construída uma ponte sobre o Rio de Janeiro, afluente do Rio Grande, para facilitar o transporte dos produtos adquiridos para aquela região.

Para Almeida (2005), desde o surgimento de Barreiras, negociantes foram se instalando ao redor do porto para adquirir produtos industrializados vindos nas barcas, armazená-los em depósitos, para serem depois revendidos aos comerciantes menores da região. Da cidade, as mercadorias tinham que seguir em tropas de burros em direção aos outros mercados.

Os obstáculos naturais não foram empecilhos à distribuição de mercadorias e à difusão das comunicações, papel que os tropeiros também realizavam quando viajavam entre cidades e estados. As longas distâncias entre os povoados, a densidade de rios, as chapadas e as depressões eram compensadas com produtos e informações trazidos pelos barcos e tropeiros após dias de espera.

A região estava marcada pelas relações estabelecidas mais com outros estados do Brasil central do que com a capital Salvador. O comércio era realizado, após os barcos subirem o Rio São Francisco, com povoados de Goiás, do atual Tocantins e ainda com a Amazônia. O isolamento dessa região em relação ao litoral foi marcante até o final da década de 1950.

A imagem que hoje se apresenta na paisagem do município é a que estabelece como marca fundamental a produtividade dos solos do cerrado e sua importância para a economia baiana e brasileira no contexto mundial do agronegócio. Os mapas, portanto, foram reconfigurados a partir de uma lógica produtivista que comanda as ações dos capitais estrangeiros nas terras “improdutivas” do cerrado baiano. Os barcos e os carros de boi desapareceram, mas lembram outro tempo, que permite costurar uma história permeada por conquistas e perdas.

O pequeno povoado, após conseguir o posto de município, ainda mantinha características socioeconômicas rurais. O comércio com outros centros movimentava o porto com a chegada de várias carroças e carros de boi. A Serra da Bandeira, a torre da Igreja de São João e os barcos resgatam uma paisagem do passado.

Os membros das comunidades tradicionais beiradeiras, nesse contexto, deslocavam-se para o porto em tropas de jegues, cavalos e carros de boi carregados com produtos das roças: milho, feijão e mandioca. Os mantimentos eram comercializados com os donos de barcos, e, no retorno, os pequenos produtores traziam as mercadorias que mais necessitavam, como café, sal em barra e tecidos.

Essa interligação congregava os pequenos agricultores em torno de um porto sem muita infraestrutura mas que suportava os vários barcos oriundos do baixo Rio Grande e gerava uma dinâmica comercial, além da expectativa pela chegada de parentes e amigos. O rio e os beiradeiros sempre tiveram destinos ligados. Foi uma fase importante para o município, marcada na história e na vida daqueles que não esquecem o apito dos barcos e os encontros no velho cais.

Durante o século XIX, como anteriormente, o último porto do Rio Grande pertencia ao povoado de Barreiras, que se emancipou de Angical em 1891. Era o último porque, alguns quilômetros acima, o curso do rio era tomado por barreiras de pedra à flor d'água que impedem a navegação. A dinâmica histórica proporcionada pelo porto e pela navegação em suas águas é novamente destacada em outro texto:

É somente no século XIX que uma economia regional dos Cerrados da Bahia, centrada em Barreiras, começa a ganhar contornos próprios. A ocupação do Cerrado Baiano, como a de todo o além São Francisco, está ancorada, desde seu início, na navegação fluvial. Ela é possível no próprio São Francisco e em três dos seus afluentes: Grande, Corrente e Preto. Os cursos dos rios orientam a distribuição da população e das atividades econômicas regionais. Nos seus limites navegáveis, surgem pequenas povoações e portos fluviais, como Barreiras e Formosa do Rio Preto, onde se faz a transferência de mercadorias, que chegam em embarcações, para as tropas de animais destinadas aos sertões de Goiás. (SANTOS FILHO, 1989, p. 25- 26).

Para os comerciantes, principalmente os goianos, as barreiras de pedra que impediam a navegação Rio Grande acima, até mais perto de Goiás, barravam o caminho fluvial, obrigando-os a seguir a cavalo. Por isso, chamavam aquele local de Porto das Barreiras, nome que depois juntaram ao do povoado que ia se formando com o nome de São João, em homenagem ao seu padroeiro, São João Batista (ALMEIDA, 2005).

As travessias foram muitas, pois o Rio de Ondas, no trecho onde atualmente se encontram estabelecidas chácaras, possibilitava a passagem tanto dos animais de carga de Goiás, coman-

dada por tropeiros, quanto das tropas oriundas de povoados do baixo curso (Figura 2). As mercadorias transportadas em barcos pelo Rio São Francisco chegavam a seu último ponto no porto do Rio Grande, onde eram comercializadas. Logo, a função dos tropeiros foi de vital importância para o comércio regional, tanto que não se limitava apenas ao transporte de mercadorias. A seguinte passagem esclarece: “Os tropeiros eram empresários do transporte, indispensáveis para o comércio de exportação e importação. Funcionavam também como mensageiros, transmissores de notícias pessoais e das novidades que viam e ouviam nas outras regiões do país” (PALACÌN et al., 1995, p. 127).

O deslocamento dos tropeiros proporcionou novidades nas longínquas terras baianas, tendo em vista os obstáculos de natureza geomorfológica, como rios, riachos, veredas e chapadas, que dificultavam bastante o transporte por outros meios (Figura 2). Fora esses entraves, incluem-se as variações do clima (estação chuvosa e seca) características da tropicalidade da região.

As tropas de burros percorriam extensos caminhos e mantinham abastecidos os povoados por onde passavam. As viagens longas forçavam a conservação da carne por meio do sal, para poder alimentar o grupo durante vários dias na estrada.

Teixeira Neto (2001) refaz os caminhos de ontem e de hoje de Goiás e constata a semelhança na circulação de tropeiros nas estradas do período colonial e nas atuais BRs:

De Salvador para Goiás, em direção ao vale do Tocantins, o caminho passava por Feira de Santana (que desde o século XVII já era importante feira de gado do nordeste brasileiro), Ipirá, Mundo Novo, Morro do Chapéu, rio São Francisco, à altura de Ibotirama, *Barreiras*, Mimoso do Oeste (atualmente Luís Eduardo Magalhães), Serra Geral, e daqui aos arraiais do Duro (Dianópolis) e Natividade.

[...] A BR 242, atravessando os chapadões ocidentais do rio São Francisco, é em sua quase totalidade, a estrada colonial da Bahia, levando a Salvador, via *Barreiras* e Feira de Santana. (TEIXEIRA NETO, 2001, p. 60, grifo nosso).

Esses caminhos expressam a história presente e pretérita. Assim, a dinâmica espacial proporcionada pela localização do porto era intensa, pois nele inúmeros comerciantes negociavam produtos que dificilmente encontravam nos povoados de origem. As estradas que levavam os tropeiros para comercializar no Porto de Barreiras são as mesmas que levam beiradeiros e chacareiros para a cidade atualmente.



**Figura 2**  
**Foto de tropa de comerciantes que levavam mercadorias para Goiás**

Fonte: arquivo pessoal de Ignez Pitta de Almeida.

Esse quadro é o resultado da persistência de formas da paisagem pretérita com novas funções, nas quais a herança cultural e histórica denuncia uma paisagem transtemporal. Tanto que a cidade de Barreiras, para a Força Aérea americana, foi um ponto estratégico para o abastecimento dos aviões durante a Segunda Guerra Mundial, com apoio do governo de Getúlio Vargas. A escolha tem como marco 1937, e o aeroporto, posteriormente, destinou-se à aviação comercial brasileira.

O município foi servido, após a Segunda Guerra Mundial, pelas empresas de aviação Nacional Transportes Aéreos, Consórcio Real-Aerovias e Panair do Brasil. O intercâmbio comercial se intensificava com Salvador e possibilitava expandir relações também com outros estados, como Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, além de estreitar os negócios com Juazeiro. Dentre os produtos mais comercializados se destacavam tecidos, calçados, artigos de armarinho e perfumaria, remédios e drogas, além de gêneros alimentícios e outros artigos do varejo.

As indústrias têxteis, de charque e de couro começavam a se desenvolver, criando a necessidade de instalação de agências bancárias, como a do Banco do Brasil, datada de 15 de março de 1943 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1958). Segundo essa mesma fonte, até 1950, Barreiras contava com pouco mais de 50 logradouros e 1.200 prédios. No que diz respeito à educação, existiam, na época, 62 estabelecimentos de ensino fundamental, principalmente o primário, em escolas públicas e particulares.

Somente com as mudanças desencadeadas pelo forte interesse do Estado, a partir da segunda metade do século XX, um novo perfil econômico nos cerrados foi se delineando, depois de longa duração do poder dos “coronéis” e “capitães” nas vastas terras do sertão. “Até a primeira metade do século XX, a região preserva as mesmas formas de ocupação, com um imenso território ocupado de forma rarefeita, mantendo tênues relações com os espaços regionais baiano e nacional” (SANTOS, 2000, p. 38).

O município mantinha relação ainda desarticulada com a dinâmica da cidade de Salvador. Por isso, o desenvolvimento regional inicia-se com a instalação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no final da década de 1950, que surgiu com o objetivo de iniciar a intervenção federal em obras de infraestrutura. Apesar de Barreiras manter relações econômicas incipientes com a capital, estabelecia-se ainda um isolamento no tocante ao desenvolvimento econômico e social em comparação com os centros urbanos do litoral e do sudeste brasileiro.

As atividades do comércio varejista e da agropecuária tinham menor intensidade em relação às de outras regiões econômicas da Bahia, como a cacaueteira. O município dependia, cada vez mais, de fortes investimentos estatais para consolidar uma estrutura capaz de atender às reivindicações locais e regionais em termos de infraestrutura básica.

## SEGUNDO MOMENTO – O ADVENTO DA MODERNIZAÇÃO

1950 a 1980 – Decadência do transporte fluvial, instalação de órgãos federais, construção de rodovias federais e estaduais, investimento agrícola, migração.

O conjunto de mudanças socioespaciais vividas pelo Centro-Oeste brasileiro, com expressivos resultados no Oeste baiano, estava combinado com as reformas estruturais dos governos dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek. Este último implantou as bases para a integração nacional com a criação de Brasília. Na década de 1970, marco das transformações produtivas no campo, o baixo valor das terras, a destinação governamental de créditos agrícolas e o movimento migratório sulista introduziram formas modernas de produção.

A participação do governo federal permitiu tirar Barreiras do seu isolamento em relação aos outros centros urbanos, seja do ponto de vista das rodovias ou dos investimentos em pesquisa científica. Mesmo assim, a pecuária extensiva e a agricultura familiar desenvolvida nos vales ainda representavam as principais fontes econômicas de subsistência e de trocas comerciais com outros municípios do Oeste baiano.

A economia, até então, estava pautada no poder dos latifundiários, com os coronéis detentores de vastas terras. Quanto ao cerrado, “inexplorado” pela pecuária, ainda possuía extensas áreas preservadas. Com a chegada do 4º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), em 1969, oriundo de Crateús, no Ceará, deu-se início à construção parcial da BR-242 para Salvador, que promoveu a interligação do município com outras cidades da Bahia e com o restante do Brasil, por meio de outras rodovias federais.

A interligação do Oeste baiano com Goiás, que já acontecia desde o início do século, intensificou-se com a construção de Brasília. Tal fato possibilitou que a região se destacasse aos olhos do capital financeiro, com vistas à modernização do campo via subsídios agrícolas. Santana (2008), ao analisar a atuação do Estado através de políticas para o oeste baiano, salienta dois momentos: o ideológico, com o discurso da modernização, e o político, com créditos facilitados.

A imagem da região começa a ser modificada com o mito do progresso que vem substituir o “atraso”, pois a pecuária e as culturas tradicionais dificilmente promoveriam a desejada atualização. Diante desse quadro, iniciaram-se, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (Epaba), os primeiros estudos de viabilidade da soja na região, principalmente entre 1975 e 1978.

Ainda pela compreensão de Santana (2008, p. 78), “[...] a modernização caracteriza-se pela busca da ampliação do lucro [...]”, e o capitalismo se materializa na inovação tecnológica a partir de investimentos em insumos e tecnologias que visem aumentar a produtividade e a geração de renda. Nessa conjuntura, Barreiras alcançou o status de capital do oeste baiano, com o desenvolvimento da agricultura e o crescimento urbano e demográfico – atualmente, o município tem 137.832 habitantes, segundo o IBGE (CENSO DEMOGRÁFICO, 2011). O baixo preço da terra e a facilidade de financiamento da monocultura ainda são, nos dias atuais, fatores essenciais para se compreender o impacto gerado pela expansão agrícola, alterando a cultura local, as paisagens e a economia.

A divisão territorial do trabalho reestrutura os papéis dos municípios baianos e impulsiona uma corrida para modificar o Oeste da Bahia e a região central do Brasil. Os Gerais, como são conhecidas essas vastas terras do cerrado, até a década de 1950, eram distantes dos grandes centros e sem valor econômico. Porém, outra paisagem foi impressa pela moderna tecnologia no campo com forte incentivo estatal.

O Estado promove a integração nacional iniciada pela urgência de mudança da imagem brasileira no exterior, que leva investimentos ao Oeste baiano, principalmente a Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério.

Esses municípios são reconhecidos, na atualidade, por uma marcante característica: são celeiros de produção agrícola. Tal fato fomenta um discurso pautado na lógica capitalista e que contribui para a consolidação de uma ideologia do progresso e do desenvolvimento econômico.



## TERCEIRO MOMENTO – A INTRODUÇÃO DA SOJA NA CULTURA BARREIRENSE

De 1980 aos dias atuais – Houve modernização, crédito agrícola (Prodecer), intensificação da correção do solo (fertilizantes), definição do agronegócio, melhoramento genético de cultivos agrícolas, atuação de empresas transnacionais (Bunge Alimentos e Cargill) e conflitos socioambientais.

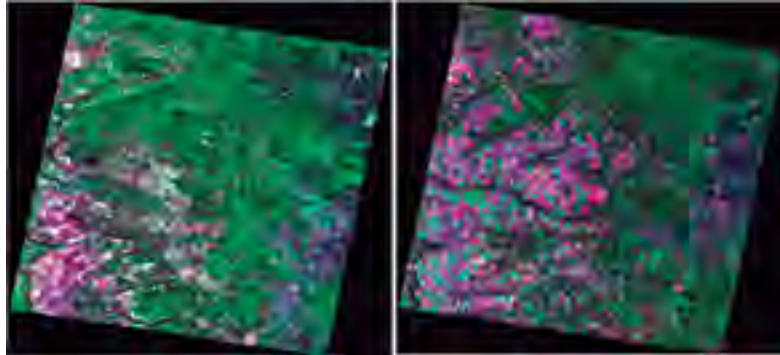
A expansão da monocultura da soja no cerrado baiano modificou sensivelmente a paisagem e promoveu outras dinâmicas socioespaciais. Foi de fundamental importância para a reestruturação produtiva do cerrado o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer), a partir de 1987, em Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia.

Segundo Santos (2000), Barreiras não abandonou seu estilo dinâmico quanto à divisão territorial. Os apelos e campanhas separatistas, comandados pelos habitantes do sul do Brasil, reestruturaram uma nova dinâmica política e econômica no Oeste baiano. Nesse sentido e seguindo a mesma linha histórica de emancipação característica do Brasil Colônia, houve um desmembramento no ano de 2000, quando ocorreu a separação do Distrito de Mimoso do Oeste, atual município de Luís Eduardo Magalhães. Ambos os municípios lideram a produção de grãos e, por isso, concentram o maior número de atividades econômicas e financeiras do Oeste baiano.

Nas décadas de 1980 e 1990, um modelo de integração nacional com forte investimento no setor agrícola reestruturou a malha urbana da região do sertão do São Francisco, ampliando o poder das empresas transnacionais. A definição de fronteira agrícola interiorana se estabelece a partir das dificuldades encontradas pelo setor no Centro Sul e na Amazônia.

Tal reestruturação tem demonstrado o potencial do agronegócio nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto e São Desidério e um aumento do PIB com as culturas de soja, algodão, café, milho e sorgo, além dos investimentos estrangeiros que fazem dessa região uma das mais rentáveis do mundo.

É nítida a alteração na cobertura do solo na chapada, quando observada em dois períodos distintos, em imagens de satélite (Figura 3). Esse recurso é cada vez mais utilizado na análise ambiental e revela, infelizmente, a expansão progressiva das lavouras em um curto intervalo temporal (24 anos) e a diminuição da cobertura vegetal do cerrado e de sua biodiversidade.



**Figura 3**  
Cobertura do solo do município de Barreiras em 1984 e em 2009

Fonte: Cardoso (2012).

Ao visitar a região, Haesbaert (2005) elaborou um diagnóstico do que se considera o “novo” Nordeste, fruto da modernização agrícola, migração sulista e reestruturação do território. Sua impressão sobre o uso do solo é significativa quando ele chega à conclusão de que se definiu um modelo socioespacial em campos de cultivo.

O império da regularidade geométrica, como esse autor muito bem destaca, dita um padrão socioespacial que pode ser encontrado em outras regiões agrícolas do mundo. Os vales do Oeste baiano, habitados pelas populações tradicionais, e as vertentes das chapadas desgastadas pela erosão são as exceções no padrão geométrico das planuras do cerrado ocupadas pela soja.

Com essa revolução no campo, foi possível diversificar culturas agrícolas, como a soja, a cana, o algodão, o café, o trigo, o sorgo, o milho e as frutas, produtos responsáveis por caracterizar uma nova região econômica na Bahia. Evidentemente, com essa dinâmica, elevam-se a densidade demográfica, a migração campo-cidade, a formação de periferias urbanas e a precarização do trabalho rural e urbano.

O setor terciário tem atraído boa parte dessa população economicamente ativa, visto que o comércio barreirense cria oportunidades para muitos jovens. Mesmo assim, determinados setores, como teleinformática e engenharia de produção, são carentes de mão de obra especializada. A educação, por sua vez, tem gerado profissionais para o mercado no que diz respeito à formação de professores.

Dall’Acqua (2007) entende que a descentralização produtiva e os territórios mais ativos são aqueles aptos aos produtos exigidos pelo mercado mundial. Dadas essas condições, forma-se uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas, pela qual cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. Nesse contexto, as regiões podem perder o comando daquilo que nelas acontece, pela pressão global sobre as populações locais.

De fato, a racionalidade econômica produz consequências, e uma delas encontra-se na relação campo-cidade. Como lembram Elias e Pequeno (2006), a reestruturação agropecuária brasileira advinda da revolução tecnológica invade o campo, mas se processa de forma socialmente excludente. Isso quer dizer que as bases da estrutura anterior não foram modificadas e se mantêm intocadas, sejam elas sociais, territoriais ou políticas.

O fato é que uma nova rede urbana foi criada, e o campo, com a moderna mecanização, se conecta cada vez mais ao mercado internacional, obtendo ganhos consideráveis nas vendas dos produtos do agronegócio, concretizadas nas feiras agropecuárias da região.

Com maior frequência, novos equipamentos e possantes implementos agrícolas são introduzidos nas fazendas, muitos deles de empresas sediadas fora do país, mas com escritórios na região. É o caso da John Deere, da Cargill e da Bunge Alimentos (Figura 4).



Figura 4  
Foto A – Bahia Farmshow, feira do agronegócio em Luís Eduardo Magalhães  
Foto B – Equipamento da John Deere para a agricultura de precisão

Fonte: Cardoso (2012).

A atuação dessas empresas, tanto em nível global quanto em escalas inferiores, demonstra que os lugares são disputados a partir da infraestrutura e da logística concedida, inclusive, pelo Estado. Contribui ainda para essa conjuntura a fraca atuação ou a ausência de sindicatos que interfiram nas relações de trabalho. Sobre essa problemática, Santos e Silveira (2008, p. 297) salientam:

Considerando, assim tal processo, a existência das empresas sobre um dado território, acaba por ser algo que, ao mesmo tempo, é resultado e causa de uma disputa por posições hierárquicas, cabendo às empresas mais poderosas a preferência pelos lugares mais rentáveis, enquanto as demais devem ser relegadas a posições menos produtivas. Vale a pena, todavia, considerar que as exigências de produtividade espacial não são as mesmas para diversos produtos, de tal maneira que um lugar pode ser ótimo para o produto A e apenas bom, regular ou mesmo ruim para os produtos B, C ou D.

O peso do agronegócio em Barreiras decorre mais da articulação entre multinacionais, que veem facilidades legais para sua atuação, e menos da promoção de um planejamento estatal que assegure melhores condições sociais, econômicas e ambientais ao município e à sua população.

Determinadas lojas presentes em Barreiras refletem o crescimento econômico do município, embora isso não tenha ainda produzido melhorias sociais para a maioria da população barreirense. As concessionárias de automóveis 4x4 simbolizam o poder aquisitivo conseguido a partir da acumulação de capital nas mãos de uma classe minoritária do agronegócio. A paisagem dominante, nesse sentido, é capaz de maquiar um modelo de vida igual para todos, mas, no fundo, a realidade encontrada é excludente e contraditória.

Mesmo assim, a posição conquistada por Barreiras o levou a um posto econômico importante, como afirma Dall'Acqua (2007, p. 61): "Barreiras é conhecida como a capital da soja dos anos 80 e principal centro urbano dos Cerrados Baianos". Com essa constatação, o município diversificou a base agroindustrial e ampliou sua ação para outros estados, como Goiás e Tocantins.

Em investigação sobre a situação ambiental e social no campo e nas cidades, Alves (2006) analisa efeitos negativos dessas mudanças ao estudar os cerrados nordestinos. O autor associa a urbanização acelerada em Barreiras ao processo de expulsão da população rural das áreas vizinhas. Em seu trabalho, ele reconhece que há duas formas de reprodução no campo: a da agricultura moderna e a da agricultura camponesa. Essa condição provoca consequências negativas, como o desmatamento e o desaparecimento de nascentes.

O capitalismo moderno, com a sua inserção na agricultura baiana, modificou a paisagem e o território e estabeleceu um conceito diferenciado de biodiversidade. Para o mercado, a ideia de melhoramento genético dos cultivos, a correção dos solos e a variedade de sementes são investimentos em uma biodiversidade produtivista que assegure e garanta os lucros desejados. O dinheiro passa a ser uma "informação indispensável", como Mondardo (2010, p. 261) pontua sutilmente.

Essa fase representa, na verdade, uma paisagem da cultura dominante, formada por empresários, Estado, latifundiários, grileiros e políticos, que detêm o controle dos meios de vida: terra, matéria-prima e força de trabalho. As comunidades tradicionais, como os beiradeiros do Rio de Ondas, nos últimos 12 anos, são exemplos de resistência, visto que mantêm suas atividades agrícolas e relações familiares como base para sustentação da vida frente à iminência da perda de suas terras para agentes externos.

Com a modernização agrícola e a reestruturação no uso e cobertura do solo em Barreiras, houve maior interação entre as comunidades tradicionais (rurais) e o meio urbano, pela dependência de alguns serviços. O município oferece comércio diversificado, maior acesso às vagas nas escolas e universidades, oportunidades de trabalho, ferramentas para a roça, ração para o gado, propiciando melhoramento técnico do solo e aproveitamento racional da água.

É fácil notar essas metamorfoses a partir do estabelecimento da divisão territorial do trabalho entre a cidade de Barreiras e as zonas rurais. Percebe-se que há diferenças nas formas de organização atuais em relação à propriedade da terra. Não mais se concebem terras improdutivas, principalmente no cerrado, mesmo que seja para agricultura familiar. Aos olhos dos técnicos agrícolas, essa produtividade do campo precisa ser alcançada para a melhoria de vida do lugar pela inovação tecnológica, sem a qual os produtos não serão aceitos pelo mercado regional.

De certa forma, inicia-se uma organização de pequenos produtores rurais em atividades agrícolas, com cooperação técnica e financeira de bancos e empresas de fomento. São estratégias para fortalecer a permanência da cultura beiradeira diante do “atraso” do meio rural, inferiorizado pelas inovações concentradas nos campos agrícolas do agronegócio. O lugar possui um valor sentimental imenso a partir da ligação homem-natureza-cultura. A simbiose entre esses três elementos indissociavelmente define a vida construída e reconstruída pela valorização da origem, marcada profundamente pelo pertencimento ao lugar. Moacir Araújo<sup>1</sup>, 78 anos, rejeita qualquer sinalização para sair de onde mora:

Eu me mudo daqui só se for de pé junto. Com a idade que eu estou... Barreiras é buzina de carro, fumaça na sua cara. Aqui você só vê o sabiá cantando, aqui eu não preciso criar passarinho, para quê prender passarinho? Os bichinhos voam por aí. Eu crio é aqui dentro de casa, boto arroz cozido para eles comerem. (informação verbal).

A satisfação com o lugar onde mora e onde pode imprimir seu modo de vida deve-se ao fato de incorporar valores coesos na família e na paisagem natural. Nelas estão estabelecidos fortes sentimentos de preservação da vida, em todas as dimensões, sejam culturais, ecológicas, sociais e econômicas, frutos, evidentemente, de uma visão ampla de mundo. Os homens são feitos de sentimentos e ações. Suas práticas culturais são orientadas por essas emoções permanentes e que fortalecem sua história. Os mais velhos carregam consigo essa motivação pela vida e estabelecem um lugar especial. Não veem outro lugar para morar senão próximo ao Rio de Ondas, cúmplice de uma vida compartilhada na família e com vizinhos.

Essa fase de conflitos completa o que foi estabelecido pelos programas de desenvolvimento dos cerrados na década de 1980, ou mesmo os ciclos econômicos que, no final do século XIX e início do século XX, caracterizaram a economia barreirense. Do barco a vapor, passando pela extração do látex da mangabeira até a exploração energética e mineral, a modernização vem definindo novos padrões de mercado globalizado que afetam os lugares mais distantes dos grandes centros técnico-científicos e desterritorializam comunidades tradicionais.

<sup>1</sup> Entrevista realizada com Moacir Araújo em 5/12/2010, em decorrência da tese de doutorado do autor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tomada do cerrado baiano esteve ligada, eminentemente, a fatores de ordem política e econômica voltados para ocupar o vazio demográfico do Brasil Central. Entretanto, a densidade demográfica das médias cidades, como Barreiras, desencadeou um padrão de vida urbano clássico que se reflete, negativamente, na qualidade de vida de seus habitantes e na supressão dos ambientes naturais.

Em relação aos períodos históricos elencados, as atividades agropecuárias de 1891 a 1950 são consideradas de baixo impacto, visto que, no contexto da ocupação humana e da tecnologia incipiente, as paisagens pouco foram modificadas. Feijão, mandioca e milho eram os principais produtos comercializados, vitais para a subsistência da população, juntamente com a pecuária extensiva.

A região participou da economia baiana de forma muito tímida até o início do século XX, com a pecuária extensiva, a agricultura mercantil simples, praticada principalmente nos vales, e o extrativismo para exportação, no caso, a extração do látex da mangabeira. A pesca desenvolvida no Rio Grande abastecia o comércio local e supria as necessidades básicas das famílias dos povoados adjacentes.

De 1950 a 1980, como registrado anteriormente, a intervenção federal, com obras de infraestrutura, promoveu impactos importantes sobre as paisagens naturais. Os relatórios do DNOCS, da Epaba, da Embrapa e da Codevasf produziram conhecimento sobre as vastas paisagens do cerrado. Implantou-se, inicialmente, toda uma base teórica para justificar, no final da década de 1980, os experimentos em variedades de soja. O platô das chapadas absorveu os primeiros estudos, já que o relevo plano favoreceu a monocultura.

Na atualidade, com o advento da globalização e da corrida por mercados e materiais, o Oeste baiano se configura como o principal destino para novos investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo em que o cenário natural sofre um alto nível de modificação antrópica. A indústria automobilística, com suas concessionárias, as beneficiadoras de minérios e as empresas de energia são, nesse início de século, responsáveis pela alteração da paisagem, para satisfazer o mercado globalizado. A paisagem, dessa forma, expressa uma vida carregada de significados para serem lidos e interpretados sob diferentes ângulos. Assimila, assim, todos os símbolos culturais, econômicos, políticos e sociais, diante de uma avassaladora velocidade da informação.

Considera-se pertinente, no interior dessa discussão, a redescoberta do valor do lugar e da paisagem dos povos tradicionais para reforçar seu caráter identitário frente às mudanças intrínsecas em regiões dotadas de recursos e potenciais produtivos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ignez Pitta de. *Barreiras, uma história de sucesso*. Barreiras: Cangraf, 2005. (Documentos Barreirenses - Coleção do Professor, v. 1).
- ALVES, Vicente Lemos Eudes. *Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio*. 2006. 289 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. *Região da estrada do boi: usos e abusos da natureza*. 1989. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1989.
- BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do oeste baiano (1501-1827). *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 29, n.1, jan./jun. 2009.
- CARDOSO, Evanildo Santos. *Viver entre margens: a persistência na paisagem e no lugar dos beiradeiros do rio de Ondas - Barreiras - BA*. 2012. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 maio 2011.
- DALL'ACQUA, Clarisse T. Borges. *Planejamento territorial do desenvolvimento: ação técnica e ação política - uma prática piloto na região de Barreiras*. 2007. 183 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. *Agronegócio e desigualdades*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. 483 p.
- HAESBAERT, Rogério. "Gaúchos" e baianos no "novo" Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 470 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1958.
- MONDARDO, Marcos Leandro. Da migração sulista ao novo arranjo territorial no oeste baiano: "territorialização" do capital no campo e paradoxos na configuração da cidade do agronegócio. *Campo - Território*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 259-287, ago. 2010.
- PALACÍN, Luis; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. *História de Goiás em documentos I: Colônia*. Goiânia: UFG, 1995. (Coleção documentos goianos, 29).
- SANTANA, José Marcondes de. *O estado e a organização espacial do oeste baiano*. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. *Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano: repercussão no espaço do Cerrado a partir da década de 80*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- SANTOS FILHO, Milton. *O processo de urbanização no Oeste Baiano*. Recife: SUDENE, 1989.
- TEIXEIRA NETO, Antônio. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás/Tocantins. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 21, n. 1, jan./jul. 2001.

**PARTE II**

**URBANIZAÇÃO DO CAMPO  
E RURALIZAÇÃO DAS/NAS  
PEQUENAS E  
MÉDIAS CIDADES**

**99**

*Série Estudos e Pesquisas*

**SEF**





## CIDADES PEQUENAS: REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE URBANA DE SERGIPE

Oscar Sobarzo\*

### INTRODUÇÃO

Este texto é uma primeira aproximação ao tema das cidades pequenas. Pode-se dizer que o quadro urbano do estado de Sergipe “obriga” essa abordagem, considerando a existência de um grande número de cidades com reduzidos tamanhos demográficos.

A aproximação que se privilegiou nas reflexões apresentadas nas páginas seguintes é, num primeiro momento, estatística, para posteriormente se levantarem algumas das características das dinâmicas que podem estar presentes no conjunto das cidades pequenas identificadas. Recorre-se a outros trabalhos sobre a temática a modo de comparação, para destacar pontos em comum e de discrepância com outras realidades regionais no Brasil.

O principal objetivo do texto é refletir sobre as cidades pequenas no contexto da realidade urbana do estado de Sergipe. É importante deixar claro que se busca identificar um panorama geral e que em vários momentos alerta-se sobre a necessidade de pesquisas mais aprofundadas.

O texto estrutura-se em quatro partes principais. Na primeira, apresenta-se um quadro geral sobre a distribuição dos municípios brasileiros em diferentes classes de tamanho populacional, considerando a população total, urbana e das sedes municipais. Na segunda parte, recuperam-se reflexões de outros autores sobre as cidades pequenas. Posteriormente, na terceira parte, descreve-se o quadro urbano de Sergipe, diferenciando os municípios e as sedes municipais segundo seu tamanho populacional e relacionando a classificação proposta com outros trabalhos de tipologias de cidades, com o intuito de identificar algumas dinâmicas presentes nas cidades pequenas. Na quarta parte, discorre-se sobre as relações cidade/campo e urbano/rural à luz das ideias de Henri Lefebvre, privilegiando uma leitura processual, fundamentada nas relações entre formas e conteúdos, finalizando-se com as reflexões de Candiotto e Corrêa (2008) sobre as “urbanidades” e as “ruralidades”.

---

\* Doutor e mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor-associado do Departamento de Geografia de Itabaiana da Universidade Federal de Sergipe (UFS), professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). sobarzo.ufs@gmail.com

## O QUE DIZEM OS DADOS ESTATÍSTICOS I: BRASIL

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo de 2010 determinou que 84,36% da população brasileira é urbana. Qual é a imagem que vem à cabeça quando se fala em “população urbana”? Obviamente, se pensa na população que mora nas cidades. E quando se fala em cidades, não é raro conceber um espaço caracterizado por uma densidade de pessoas, construções e atividades econômicas, com alta circulação de veículos numa rede de ruas e avenidas. Pensa-se numa paisagem específica, que remete, na maioria das vezes, para o que se chama de grandes cidades e de espaços metropolitanos.

No Brasil, como já tem sido discutido, ainda vigora a definição de cidade do Decreto Lei nº 311, de 1938 (BRASIL, 1938), que estabelece que “a sede do município tem a categoria de cidade” e que a sede do distrito (se houver no município) tem a categoria de vila. Cidades e vilas são consideradas espaços urbanos, e os moradores dos domicílios existentes neles são contabilizados pelo IBGE, nos censos, como população urbana. Ou seja, 84,36% da população brasileira reside em cidades e vilas.

Ainda é necessário precisar que aquilo que o IBGE considera como urbano deve estar legalmente definido na legislação municipal pelo instrumento do perímetro urbano. Assim, “[...] domicílios de situação urbana são aqueles localizados nas áreas urbanas, que são as áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definido por Lei Municipal” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011)<sup>1</sup>. Ou seja, 84,36% da população brasileira reside no interior das áreas definidas pelos perímetros urbanos nas legislações municipais.

Com essa realidade estatística, serão tecidas as primeiras reflexões neste texto. Apenas considerando a distribuição por tamanho populacional dos municípios brasileiros, surge a necessidade de certa relativização do significado de 84,36% de população urbana. Embora grande parte dos brasileiros resida em municípios de tamanho médio, grande e espaços metropolitanos (66,4% vivem em municípios com mais de 50 mil habitantes), a Tabela 1 mostra que 89,1% dos municípios brasileiros têm menos de 50 mil habitantes, significando 33,6% da população total brasileira.

Ao se observar a Tabela 2, essa situação se confirma, já que, considerando apenas a população urbana municipal (aquela que reside em áreas internas ao perímetro urbano de cidades e/ou vilas), 91,4% dos municípios brasileiros apresentam contingentes populacionais menores que 50 mil habitantes.

<sup>1</sup> Documento sem numeração de páginas.

**Tabela 1**  
Número de municípios segundo classe de tamanho de população – Brasil – 2010

População total (hab.)	Nº de municípios	Participação no total (%)	Participação acumulada (%)
Até 2.000	118	2,1	2,1
2.001 – 5.000	1.183	21,3	23,4
5.001 – 10.000	1.212	21,8	45,2
10.001 – 20.000	1.401	25,2	70,3
20.001 – 50.000	1.043	18,7	89,1
50.001 – 100.000	325	5,8	94,9
100.001 – 500.000	245	4,4	99,3
500.001 – 1.000.000	23	0,4	99,7
Mais de 1.000.000	15	0,3	100,0
Total	5.565	100,0	---

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

**Tabela 2**  
Número de municípios segundo classe de tamanho de população urbana total – Brasil – 2010

População urbana (hab.)	Nº de municípios	Participação no total (%)	Participação acumulada (%)
Até 2.000	873	15,7	15,7
2.001 - 5.000	1.503	27,0	42,7
5.001 - 10.000	1.176	21,1	63,8
10.001 - 20.000	919	16,5	80,3
20.001 - 50.000	618	11,1	91,4
50.001 - 100.000	226	4,1	95,5
100.001 - 500.000	214	3,8	99,4
500.001 - 1.000.000	22	0,4	99,7
Mais de 1.000.000	14	0,3	100,0
Total	5.565	100,0	---

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Procurando uma aproximação maior que supere as diferenças entre população municipal (total ou urbana) e as entidades que, do ponto de vista legal, são consideradas como cidades no Brasil, apresenta-se a Tabela 3, que mostra a distribuição das sedes municipais segundo o tamanho populacional. Neste sentido, vê-se que 92,2% das sedes municipais, ou seja, 5.132 “cidades”, têm menos de 50 mil habitantes. No sentido contrário, apenas 433 sedes, de um total de 5.565, superam os 50 mil moradores.

**Tabela 3**  
**Número de municípios segundo classe de tamanho de população da sede – Brasil – 2010**

População da sede (hab.)	Nº de municípios	Participação no total (%)	Participação acumulada (%)
Até 2.000	947	17,0	17,0
2.001 - 5.000	1.579	28,4	45,4
5.001 - 10.000	1.160	20,8	66,2
10.001 - 20.000	863	15,5	81,7
20.001 - 50.000	583	10,5	92,2
50.001 - 100.000	206	3,7	95,9
100.001 - 500.000	198	3,6	99,5
500.001 - 1.000.000	19	0,3	99,8
Mais de 1.000.000	10	0,2	100,0
Total	5.565	100,0	---

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Então, o que realmente se deve ter em mente quando as estatísticas colocam que quase 85% da população brasileira é urbana? Em quais tipos de cidades deve-se pensar? Do ponto de vista da pesquisa urbana, apenas considerando os números exibidos, existe um amplo espectro de cidades que se caracterizam por possuir tamanhos populacionais reduzidos e que convidam para reflexões sobre as dinâmicas urbanas que se apresentam fora das realidades metropolitanas ou das grandes cidades.

Neste texto, as reflexões serão centradas nas chamadas “cidades pequenas”. Inicialmente, há de se reconhecer que esse termo permite várias interpretações. Entretanto, optou-se pela definição demográfica em função de um determinado tamanho populacional. Essa escolha, ainda pode ser problemática e questionada em função dos objetivos de cada pesquisador e da realidade estudada, mas nesse caso será assumida a definição do patamar populacional especificado por Maia (2010, p. 18): “Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes”.

Essa escolha é apenas um critério de entrada para a definição de um conjunto de cidades que podem ser pesquisadas. Voltando às estatísticas apresentadas anteriormente, no Brasil, segundo o Censo de 2010, havia 4.549 cidades com menos de 20 mil habitantes, sedes de quase 82% dos municípios do país, que somavam 26.833.724 moradores, representando 16,7% da população urbana e 14,1% da população total.

## O ESTUDO DAS CIDADES PEQUENAS

Neste ponto, é importante destacar alguns estudos sobre as cidades pequenas no Brasil, como exemplo e sem o objetivo de apresentar um levantamento exaustivo e completo sobre a temática.

Endlich (2006) estudou em profundidade a dinâmica das pequenas cidades da região noroeste do Paraná, destacando a especificidade da sua área de pesquisa, caracterizada por um processo planejado de ocupação. No referido trabalho, a autora discute diversas contribuições para entender as cidades pequenas, sem definição de um patamar populacional, mas destacando a ideia de Milton Santos da necessidade de um mínimo de complexidade econômica e social que deve caracterizar uma cidade. Assim, têm-se critérios relacionados ao tamanho demográfico, à densidade populacional, ao nível mínimo de renda e consumo e à composição de atividades terciárias, que auxiliam a identificar, dentre os pequenos centros urbanos, as verdadeiras cidades ou pequenas cidades.

Na região estudada, Endlich (2006) destaca a dinâmica de esvaziamento populacional, que afetou principalmente as áreas rurais e as pequenas cidades. Entretanto, em trabalho posterior (ENDLICH, 2011), ela aponta que, embora a população dos pequenos municípios tenha diminuído em função das mudanças produtivas no campo, suas sedes (especialmente de alguns deles) continuaram crescendo.

Do ponto de vista produtivo, as pequenas cidades do noroeste do Paraná desempenham papéis associados às atividades agroindustriais, geralmente monoindustriais, o que gera “[...] uma situação econômica de maior fragilidade diante das incertezas do mercado mundial” (ENDLICH, 2006, p. 185), mas com impactos não somente na própria cidade, mas também nos municípios vizinhos que fornecem matéria-prima e mão de obra. Assim,

Na região Noroeste do Paraná, as pequenas cidades constituem pontos fundamentais para o funcionamento da agricultura moderna e da agroindústria. Elas se tornaram o local de moradia da maioria da população saída do campo, ao mesmo tempo liberando-o para os cultivos modernos em propriedades maiores, mas mantendo parte desses trabalhadores nas proximidades para a execução do trabalho temporariamente contratado. Além disso, a manutenção de uma estrutura administrativa e de articulação territorial mínima faz desses pontos suportes logísticos para a instalação de unidades receptoras ou de processamento industrial. São várias as usinas e destilarias, farinheiras, feculárias, indústrias de óleo vegetal, fiação de algodão, além de unidades de recepção de casulos do bicho-da-seda e outros produtos, bem como unidades cooperativas e respectivos entrepostos. Portanto, mantém-se o papel destes locais como pontos de organização da produção. (ENDLICH, 2006, p. 186).

A autora destaca, ainda, que as pequenas cidades consolidam-se como importantes espaços de moradia, concentrando a maior parte da população dos seus municípios. Isso tem gerado mudanças na morfologia urbana, já que as sedes municipais criadas na época da colonização da região, com planos urbanos definidos e seguindo princípios urbanísticos, têm acolhido os

novos habitantes em áreas de autoconstrução ou em conjuntos habitacionais que plasman no espaço as contradições sociais.

As pequenas cidades como pontos de forte papel residencial, em especial como local de moradia para trabalhadores, possuem essas áreas periféricas, onde a apazibilidade comum a elas já não se faz presente. Nas quatro pequenas cidades [analisadas], as áreas adicionadas como conjuntos habitacionais e, principalmente aquelas decorrentes da autoconstrução, destoam daquelas previstas no planejamento inicial.

É comum observar que áreas são agregadas a essas pequenas cidades, sem arborização, com terrenos reduzidos, afastadas do centro da cidade, não raramente separadas por rodovias e, em muitos casos, sem pavimentação. Esse processo revela o descuido na implantação dessas periferias e confessa a forma inadequada como têm sido acolhidos nas cidades os novos cidadãos. (ENDLICH, 2011, p. 10).

Estudando outra realidade regional, no interior do estado de São Paulo, Bernardelli (2004) analisa a importância que as pequenas cidades da região de Catanduva têm na perspectiva de oferecer moradias permanentes para os trabalhadores vinculados à agricultura e à agroindústria sucroalcooleira. Com efeito, essas cidades cumprem uma função importante na fixação da mão de obra, com a implementação de conjuntos habitacionais que muitas vezes se materializam em glebas doadas pelas próprias usinas ou negociadas por estas junto às prefeituras, já que controlam as áreas de expansão das cidades.

A própria expansão do tecido urbano nessas cidades é, de certo modo, limitado pelo setor sucroalcooleiro, pois muitas das cidades estão literalmente cercadas por cana-de-açúcar, seja de propriedade das usinas ou de fornecedores. O grande poder político e econômico, que detém o controle de grandes áreas rurais, obriga o poder local a negociar a expansão das cidades. Todos os entrevistados nas prefeituras admitiram que as áreas em que se localizam os conjuntos habitacionais e lotes urbanizados foram negociadas com as usinas ou com proprietários rurais. (BERNARDELLI, 2004, p. 176).

A partir desses elementos, a autora resgata a noção de “cidades do campo” de Santos e Silveira (2001), especialmente na dimensão da estreita relação entre o que acontece nessas cidades e os requerimentos do campo, considerando a necessidade de trabalhadores agrícolas que residem em espaços urbanos.

Assim, os pequenos municípios têm suas dinâmicas especialmente vinculadas às atividades agrícolas e agroindustriais, e desta forma se inserem na divisão territorial do trabalho, compondo a economia

regional, à qual fornecem respaldo importante, seja por suas áreas rurais estarem monopolizadas em grande parte pela cana-de-açúcar, seja por abrigarem os trabalhadores rurais envolvidos nessa produção. (BERNARDELLI, 2004, p. 179).

Na perspectiva regional, Bernardelli (2004) chama a atenção para as mudanças nos papéis desempenhados pelas diferentes cidades. Embora as pequenas cidades ganhem população com a materialização de conjuntos habitacionais, contraditoriamente perdem atribuições urbanas e diminuem sua centralidade na rede urbana. Por sua vez, a principal cidade da região – Catanduva – tem sua centralidade reforçada, amplia sua área de influência e atrai maiores investimentos privados e públicos<sup>2</sup>. Com isso, a população das pequenas cidades precisa se deslocar frequentemente para o consumo de produtos e serviços, destacando-se a importância do transporte coletivo interurbano para os habitantes dessas cidades.

Mudando novamente de região de análise, Maia (2010) levanta alguns elementos sobre as cidades médias e pequenas do Nordeste. A autora expõe, como já foi apontado, que, do ponto de vista estatístico, seriam cidades pequenas aquelas com até 20 mil habitantes. Contudo, apresenta uma reflexão que vai além do tamanho populacional, resgatando as ideias de Milton Santos sobre as “cidades locais”, que não se limitam às demandas das atividades primárias, satisfazendo as necessidades da população e demonstrando uma especialização espacial e um certo domínio territorial.

Continuando sua reflexão, Maia (2010) avança nas ponderações de Milton Santos que relacionam as “cidades locais” com as mudanças produtivas no campo, especialmente a partir da presença de firmas agrícolas hegemônicas que impõem alterações tecnológicas e institucionais. Finalmente, a autora, assim como Bernardelli (2004), chega até a ideia de “cidades do campo”, quando as “[...] cidades passam a se especializar na oferta de serviços e bens necessários à produção regional” (MAIA, 2010, p. 21), num contexto de agricultura modernizada.

Esse último aspecto é fundamental porque a noção de “cidade do campo” foi elaborada para um contexto específico de agricultura e não pode ser generalizada, especialmente ao se analisar a realidade do Nordeste do Brasil. Como aponta Maia (2010, p. 22):

<sup>2</sup> Uma dinâmica similar, embora com as suas particularidades, é apresentada por Oliveira (2013) na microrregião de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro. O autor destaca as mudanças urbanas acontecidas depois da instalação de usinas sucroalcooleiras e da expansão do plantio da cana-de-açúcar, no começo do século XXI, com a abertura de novos loteamentos e a construção de moradias de interesse social nas periferias das cidades da região. Ainda, aponta o reforço da centralidade da cidade de Ituiutaba, que concentrou os investimentos e apresenta um setor comercial e de serviços especializado.



Mas há também um grande número de cidades que pouco apresenta de inovações e, mesmo, de capacidade de suprir a população do próprio município com a oferta de serviços e produtos necessários. Estes núcleos estariam mais próximos da categoria “povoado” do que “cidade”<sup>3</sup>.

Em termos específicos, uma das características das cidades pequenas seria a capacidade de intermediação, entendida como a forte relação entre campo e cidade. Isso, segundo Maia (2010), se manifestaria na economia municipal baseada principalmente na agricultura e na pecuária, assim como na existência de um comércio bastante restrito<sup>4</sup>. Um dinamismo maior pode ser encontrado em cidades localizadas em municípios que recebem *royalties* do petróleo ou onde há outras atividades extrativas (como, por exemplo, o sal).

Outra característica levantada para as pequenas cidades do Nordeste é a sua dependência de receitas externas, principalmente da União, seja pelas aposentadorias e pensões, seja do Fundo de Participação dos Municípios.

Finalmente, a autora conclui:

No Nordeste brasileiro, a maioria das pequenas cidades tem como principal função a administração da economia rural. Diante mesmo da escassez inclusive de uma economia rural significativa, a dinâmica dessas pequenas cidades dá-se unicamente pelo recebimento dos recursos federais de benefícios sociais. É fato que a ausência de atividades econômicas capazes de gerar receita nesses municípios diz respeito não só às atividades industriais, comerciais e de serviços, mas também às atividades primárias. (MAIA, 2010, p. 38-39).

Em síntese, retomando alguns pontos já elencados e trazendo outros novos, destacam-se as reflexões de Soares e Melo (2010, p. 241-245) sobre os aspectos que o estudo das pequenas cidades deveria considerar na atualidade: a) a inserção no mundo globalizado: seja em função dos novos modos de consumo da população ou pela inserção nas dinâmicas da agricultura modernizada<sup>5</sup> ou por outras potencialidades econômicas locais, como recursos naturais ou patrimônio histórico possível de valorização turística; b) a relação entre o poder público local e a população: caracterizada pela dependência, assistencialismo e personalismo, com claras consequências nas relações político-eleitorais; c) a relação com a natureza: marcada por uma

<sup>3</sup> “Povoado – é um aglomerado rural sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústrias, usinas etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas, quer primárias (extrativismo vegetal, animal e mineral; e atividades agropecuárias), terciárias (equipamentos e serviços) ou, mesmo, secundárias (industriais em geral), no próprio aglomerado ou fora dele. O povoado é caracterizado pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

<sup>4</sup> No estudo de Gonçalves (2005) sobre as cidades pequenas do agreste potiguar, destaca-se que elas atendem minimamente as demandas da sua população e da população da zona rural, além de servir como locais de moradia para os trabalhadores do campo e da Região Metropolitana de Natal. Entretanto, essas cidades são classificadas pelo autor como “espaços opacos”, em função das limitações para criar uma vida urbana própria e pela escassa densidade técnica e informacional.

<sup>5</sup> Como apontado nos parágrafos anteriores, essa relação das pequenas cidades com a agricultura modernizada não pode ser generalizada, especialmente no Nordeste do Brasil.

maior intensidade e proximidade, no âmbito produtivo ou de lazer, em comparação com as grandes cidades<sup>6</sup>; d) o entorno rural e as ruralidades: evidenciando uma forte relação entre as pequenas cidades e seus entornos rurais, por servirem de moradia para trabalhadores agrícolas ou pela intensa interação entre os valores rurais e urbanos na vida dos moradores; e) a dependência do sistema urbano regional: como consequência da concentração de funções urbanas nas médias e grandes cidades; f) o envelhecimento e a involução populacional: manifestada na migração da população jovem e na perda ou estagnação populacional; g) aspectos da sociabilidade: marcados pela maior proximidade dos indivíduos, que pode significar uma sociabilidade diferenciada<sup>7</sup>.

Alguns dos pontos levantados nesta seção serão retomados na última parte do texto. Antes, vai-se analisar em termos gerais o quadro urbano de Sergipe, com destaque para a predominância das pequenas cidades.

## O QUE DIZEM OS DADOS ESTATÍSTICOS II: SERGIPE

Sergipe apresentava em 2010 uma população total de 2.068.017 habitantes, dos quais 73,5% residiam em áreas urbanas. Analisando-se a distribuição dos 1.520.366 sergipanos urbanos nos 75 municípios que conformam o estado, percebe-se uma grande concentração. Com efeito, apenas Aracaju e a sua região metropolitana concentram 37,6% e 53,6% da população urbana, respectivamente (Tabela 4).

<b>Tabela 4</b>		
<b>População urbana dos municípios – Região Metropolitana de Aracaju – 2010</b>		
<b>Municípios</b>	<b>População urbana</b>	<b>Participação urbana no estado (%)</b>
<b>Aracaju</b>	<b>571.149</b>	<b>37,6</b>
Barra dos Coqueiros	20.886	1,4
Nossa Senhora do Socorro	155.823	10,2
São Cristóvão	66.665	4,4
<b>RM de Aracaju</b>	<b>814.523</b>	<b>53,6</b>
<b>Estado de Sergipe</b>	<b>1.520.366</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

O conjunto de outros oito municípios<sup>8</sup> com populações urbanas maiores que 20 mil habitantes concentra 19,2% da população urbana estadual. Os restantes 63 municípios sergipanos somam 27,3% da população urbana, ou seja, em conjunto, não superam sequer a população urbana da capital do estado.

<sup>6</sup> Alerta-se que em muitos casos esta maior relação com a natureza não passa de uma idealização da vida no campo.

<sup>7</sup> Novamente é necessário apontar que, mesmo sem negar esta característica, há que se ter muito cuidado para não idealizar o convívio nas pequenas cidades.

<sup>8</sup> Itabaiana, Estância, Lagarto, Tobias Barreto, Propriá, Nossa Senhora da Glória, Laranjeiras e Simão Dias.

A distinção feita nos parágrafos anteriores será a base para a identificação estatística das cidades pequenas de Sergipe. Como apontado na primeira parte, o valor de corte será 20 mil habitantes na sede municipal, que na maioria dos municípios de Sergipe corresponde ao total da população urbana municipal<sup>9</sup>.

Assim, tem-se que quatro municípios conformam a Região Metropolitana de Aracaju, principal conjunto urbano do estado, classificado no último estudo Regic como Capital Regional A. Trata-se do segundo patamar hierárquico da rede urbana brasileira, depois das metrópoles, caracterizado, no caso de Aracaju, por uma área de influência em todo o território estadual (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

Em um nível que será chamado de intermédio, embora a estrutura primaz da rede urbana sergipana obrigue a usar esse termo com cuidado, encontram-se oito municípios com população urbana entre 20 mil e quase 68 mil habitantes (Tabela 5). Entre eles destaca-se a cidade de Itabaiana, classificada como Centro Sub-regional B no estudo Regic, que desempenha uma importante função de intermediação. Por sua parte, Estância, Lagarto, Propriá e Nossa Senhora da Glória influenciam alguns municípios do seu entorno imediato e são classificados como Centro de Zona A pelo mesmo Regic.

**Tabela 5**  
**Municípios com mais de 20 mil habitantes urbanos – Sergipe (exceto a Região Metropolitana de Aracaju) – 2010**

Município	População residente	População urbana	População na sede municipal
Itabaiana	86.967	67.709	67.709
Estância	64.409	54.760	51.829
Lagarto	94.861	48.867	48.867
Tobias Barreto	48.040	32.228	31.118
Propriá	28.451	24.390	24.390
Nossa Senhora da Glória	32.497	21.617	21.617
Laranjeiras	26.902	21.257	21.257
Simão Dias	38.702	20.426	20.426

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Por sua vez, a Tabela 6 identifica as pequenas cidades do estado, que correspondem às sedes municipais com menos de 20 mil habitantes. São 63 sedes, que representam 84% das cidades (definidas em termos legais) sergipanas. Como já foi explicado, o número de 20 mil habitantes é apenas um critério estatístico que permitiu selecionar um conjunto de sedes municipais para refletir sobre alguns aspectos da dinâmica dessas cidades que demograficamente podem ser denominadas como “pequenas”.

<sup>9</sup> Sem contar os municípios da Região Metropolitana de Aracaju, a população urbana é maior que a população da sede em apenas sete casos, de um total de 75 municípios.

(Continua)

Tabela 6 Municípios com população urbana e das sedes municipais menores que 20 mil habitantes – Sergipe – 2010							
Município	População residente	População urbana	População na sede municipal	Município	População residente	População urbana	População na sede municipal
Capela	30.761	19.742	17.538	Pirambu	8.369	4.906	4.906
Itabaianinha	38.910	19.409	19.409	Riachão do Dantas	19.386	4.872	4.310
Nossa Senhora das Dores	24.580	16.027	16.027	Tomar do Getu	12.855	4.812	4.812
Boquim	25.533	15.994	15.994	Moita Bonita	11.001	4.600	4.600
Canindé de São Francisco	24.686	14.063	14.063	Santana do São Francisco	7.038	4.523	4.523
Umbaúba	22.434	13.923	13.923	Araúá	10.878	4.487	4.487
Poço Verde	21.983	12.312	12.312	Japoatã	12.938	4.312	4.312
Maruim	16.343	12.041	12.041	Brejo Grande	7.742	4.022	4.022
Ribetópolis	17.173	11.928	11.928	Feira Nova	5.324	3.587	3.587
Itaporanga d'Ajuda	30.419	11.869	11.169	Nossa Senhora Aparecida	8.508	3.455	3.455
Aquidabã	20.056	11.457	11.457	Pinhão	5.973	3.319	3.319
Carira	20.007	11.167	10.292	Nossa Senhora de Lourdes	6.238	3.291	3.291
Carmópolis	13.503	10.716	10.716	Muribeca	7.344	3.288	3.288
Neópolis	18.506	10.517	10.517	Siriri	8.004	3.181	3.181
Porto da Folha	27.146	9.955	9.955	Macambira	6.401	3.063	3.063
Poço Redondo	30.880	8.538	8.538	Santa Luzia do Itanhhy	12.969	2.915	2.915
Cristinápolis	16.519	8.336	8.336	Gararu	11.405	2.832	1.850
Campo do Brito	16.749	8.330	8.330	Itabi	4.972	2.752	2.752
Frei Paulo	13.874	8.213	8.213	Grachó Cardoso	5.645	2.703	2.703
Santo Amaro das Brotas	11.410	8.211	8.211	Pacatuba	13.137	2.688	2.688
Areia Branca	16.857	8.191	8.191	São Francisco	3.393	2.379	2.379
Monte Alegre de Sergipe	13.627	8.043	8.043	Cumbe	3.813	2.271	2.271
Japarutuba	16.864	7.903	7.903	Santa Rosa de Lima	3.749	2.137	2.137

(Conclusão)

**Tabela 6**  
**Municípios com população urbana e das sedes municipais menores que 20 mil habitantes – Sergipe – 2010**

Município	População residente	População urbana	População na sede municipal	Município	População residente	População urbana	População na sede municipal
Riachuelo	9.355	7.855	7.855	Divina Pastora	4.326	2.099	2.099
Salgado	19.365	6.694	6.694	General Maynard	2.929	1.843	1.843
Rosário do Catete	9.221	6.509	6.509	Amparo de São Francisco	2.275	1.840	1.840
Pedrinhas	8.833	6.471	6.471	São Miguel do Aleixo	3.698	1.747	1.747
Malhador	12.042	5.626	5.626	Malhada dos Bois	3.456	1.600	1.600
Indiaroba	15.831	5.585	5.585	Canhoba	3.956	1.499	1.499
Ilha das Flores	8.348	5.435	5.435	Pedra Mole	2.974	1.197	1.197
São Domingos	10.271	5.147	5.147	Telha	2.957	1.127	1.127
Cedro de São João	5.633	5.035	5.035				

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Um primeiro elemento que chama a atenção é a predominância deste tipo de cidades na rede urbana de Sergipe. Entretanto, há que se apontar que o conjunto das 63 sedes com menos de 20 mil habitantes – a partir de agora denominadas como cidades pequenas sergipanas – é heterogêneo. Está composto por oito cidades com menos de 2 mil pessoas, 23 cidades entre esse número e 5 mil habitantes, 18 cidades com população entre 5 mil e 10 mil moradores e 14 cidades entre esse montante e 20 mil pessoas. As dinâmicas urbanas em sedes com menos de 2 mil habitantes diferem das encontradas em cidades de tamanho próximo ao limiar maior definido. Contudo, há elementos que permitem apontar algumas características comuns.

Na perspectiva da rede urbana, considerando o último estudo Regic, todas as cidades pequenas sergipanas foram classificadas nos menores níveis da hierarquia urbana. Apenas Nossa Senhora das Dores, Canindé de São Francisco e Neópolis receberam a classificação de Centro de Zona B. As outras 60 cidades foram enquadradas como Centro Local porque, segundo esse estudo, sua “centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008)<sup>10</sup>.

Outro trabalho que permite avançar na compreensão de algumas características das cidades pequenas sergipanas é *Tipologia das Cidades Brasileiras*, de Jan Bitoun e Livia Miranda (2009). Os autores analisam as cidades na perspectiva da sua importância no desenvolvimento regional. Na tipologia proposta (Quadro 1), definida a partir de variáveis levantadas na escala municipal, eles procuram analisar a relação entre a densidade econômica regional e os polos urbanos e os níveis hierárquicos dos centros urbanos<sup>11</sup> (BITOUN; MIRANDA, 2009).

Em Sergipe, os autores identificam um aglomerado urbano do Tipo 2 (espaços urbanos aglomerados e capitais mais prósperos do Norte e Nordeste), que corresponde à Região Metropolitana de Aracaju, acrescentada dos municípios de Laranjeiras e Maruim<sup>12</sup>. Essa aglomeração apresenta uma grande desigualdade entre o núcleo central e sua periferia, caracterizada pela pobreza.

Nos municípios sergipanos com população entre 20 mil e 100 mil habitantes, a tipologia proposta identifica 14 centros urbanos distribuídos nos tipos 7, 8, 11 e 12. As áreas em que se localizam as cidades dos tipos 7 e 8 caracterizam-se pela consolidação da ocupação e pelo frágil dinamismo econômico. Entretanto, no primeiro caso há uma vida urbana que gera diferenciação social interna no espaço urbano, que se manifesta em um maior grau de desigualdade social, enquanto que no segundo caso as cidades são mais precárias.

<sup>10</sup> Documento sem numeração de páginas.

<sup>11</sup> No estudo, os autores combinam duas abordagens: a territorial, utilizada na proposta para a discussão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2003); e a da rede de cidades, presente nos trabalhos *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2001) e *A Nova Geografia Econômica do Brasil: Uma Proposta de Regionalização com Base nos Polos Econômicos e Suas Áreas de Influência* (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL, 2000).

<sup>12</sup> No estudo de Bitoun e Miranda (2009) é identificado apenas o número de municípios em cada tipo de espaço urbano e o total da população. A identificação dos municípios foi realizada a partir da soma da população apresentada no estudo, combinado a população de cada município, mas isso foi apenas possível para os tipos 2, 7, 8, 11 e 12, em função do menor número de municípios e das combinações possíveis.

No Tipo 7 (centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e elevada desigualdade social), foram identificadas as cidades de Lagarto, Itabaiana e Itaporanga d’Ajuda. No Tipo 8 (centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social), encontram-se Estância e Propriá.

Tipos	Características
Tipo 1	Espaços urbanos aglomerados mais prósperos do Centro-Sul
Tipo 2	Espaços urbanos aglomerados e capitais mais prósperos do Norte e Nordeste
Tipo 3	Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do Centro-Sul
Tipo 4	Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do Norte e Nordeste
Tipo 5	Centros urbanos em espaços rurais prósperos com moderada desigualdade social
Tipo 6	Centros urbanos em espaços rurais prósperos com elevada desigualdade social
Tipo 7	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e elevada desigualdade social
Tipo 8	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente e moderada desigualdade social
Tipo 9	Centros urbanos em espaços rurais que vêm enriquecendo, com moderada desigualdade social, predominantes no Centro-Sul
Tipo 10	Centros urbanos em espaços rurais que vêm enriquecendo, com elevada desigualdade social, predominantes na fronteira agrícola
Tipo 11	Centros urbanos em espaços rurais do sertão nordestino e da Amazônia, com algum dinamismo recente, mas insuficiente para dinamizar o espaço urbano
Tipo 12	Centros urbanos em espaços rurais pobres de ocupação antiga e de alta densidade populacional, próximos de grandes centros
Tipo 13	Centros urbanos em espaços rurais pobres com média e baixa densidade populacional e relativamente isolados
Tipo 14	Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais prósperos
Tipo 15	Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais prósperos
Tipo 16	Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente
Tipo 17	Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente
Tipo 18	Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais de pouca densidade econômica
Tipo 19	Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais de pouca densidade econômica
Tipos 1 a 4: maiores espaços urbanos do Brasil. Tipos 5 a 13: municípios entre 20 mil e 100 mil habitantes. Tipos 14 a 19: municípios com menos de 20 mil habitantes.	
<b>Quadro 1</b> <b>Tipologia das cidades brasileiras, segundo Bitoun e Miranda – 2009</b>	

Fonte: Bitoun e Miranda (2009).  
 Elaboração própria.

As cidades classificadas como Tipo 11, segundo o estudo, localizam-se em regiões que apresentam algum grau de dinamismo econômico recente, entretanto sem vitalizar os espaços urbanos. Em Sergipe, correspondem a Poço Redondo, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora das Dores. Já as cidades do Tipo 12 localizam-se em espaços rurais consolidados que se caracterizam por ser pouco dinâmicos e pobres. As cidades sergipanas identificadas nessa classificação são Tobias Barreto, Simão Dias, Itabaiânia, Capela e Boquim.

Como seria de se esperar, o maior número de cidades sergipanas é classificado nos tipos que correspondem aos municípios com menos de 20 mil habitantes. Nessa situação encontram-se 55 sedes municipais enquadradas majoritariamente como tipos 17, 18 e 19. O Tipo 17 corresponde a pequenas cidades com população dedicada principalmente às atividades agrícolas e com limitada prestação de serviços. Os pequenos centros dos tipos 18 e 19 localizam-se nas regiões mais pobres do país e apresentam “relevantes” atividades urbanas (Tipo 18) ou “poucas” atividades urbanas (Tipo 19). Em ambos os casos predomina a população dedicada às atividades agrícolas. Em Sergipe, há nove cidades do Tipo 18 e 28 cidades do Tipo 19.

A partir dessa análise, pode-se concluir que as pequenas cidades sergipanas caracterizam-se pela sua localização em espaços rurais pouco dinâmicos, o que tem a sua correspondência em áreas urbanas que oferecem serviços mínimos. Obviamente, essa é uma conclusão inicial e geral, que, com a realização de pesquisas mais específicas, poderia ser relativizada. Contudo, retomando algumas das análises apresentadas na segunda parte deste texto, vê-se a dificuldade de distinguir, nas cidades pequenas sergipanas, dinâmicas similares às descritas nos trabalhos de Endlich (2006, 2011) e Bernardelli (2004).

Acredita-se que há mais possibilidades de confirmar dinâmicas próximas das levantadas por Bitoun e Miranda (2009, p. 5) quando apontam:

Nas cidades das periferias mais atrasadas, estagnadas ou remotas, o problema consiste de relações sociais, estrutura fundiária e padrões técnicos atrasados, relações rural-urbano pobres, carência por infra-estrutura econômica e social, que no conjunto produzem emigração, baixa renda, dependência por transferências governamentais, o que se traduz em baixa capacidade de produção de riqueza e, portanto, baixa capacidade de alteração espontânea do quadro de estagnação e pobreza.

Entre os elementos identificados na citação anterior, um que é detectável claramente nas cidades pequenas sergipanas é a dependência das transferências governamentais, ponto que Maia (2010) destaca para a grande maioria das cidades pequenas do Nordeste do Brasil.

Na Tabela 7, fica clara a dependência das pequenas cidades sergipanas aos recursos provenientes da União. Em 90,5% dos casos, essas transferências compõem mais de 50% das receitas orçamentárias municipais, sendo que em 34 municípios o percentual supera 60%. Os dados de 2009 revelam que há um município (General Maynard) em que as transferências da União significam 80% das receitas locais. Em outros 10 (Amparo de São Francisco, Santo Amaro das Brotas, Cedro de São João, Cumbe, Pedra Mole, São Francisco, São Miguel do Aleixo, Feira Nova, Pinhão e Canhoba), a proporção encontra-se entre 70% e 80%. Ainda a Tabela 7 demonstra a importância dos recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios.



Para uma aproximação da dinâmica das pequenas cidades, foram detalhados os valores totais arrecadados por conceito de IPTU na Tabela 8. Destaca-se que os recursos são modestos, sendo que em 71,4% dos municípios a arrecadação não supera R\$ 10 mil, e em 92% dos casos, não passa de R\$ 50 mil. É verdade que a cobrança do IPTU pode ser restrita em função das isenções que a prefeitura pode definir. Entretanto, considera-se que esses valores podem ser indicativos de um escasso dinamismo urbano em muitas das cidades pequenas do estado de Sergipe.

**Tabela 7**

**Proporção das receitas orçamentárias dos pequenos municípios sergipanos provenientes de transferências governamentais da União e do Fundo de Participação dos Municípios – 2009**

Proporção	Transferências da União		Fundo de Participação dos Municípios	
	Nº de municípios	Participação (%)	Nº de municípios	Participação (%)
Mais de 60%	34	54,0	7	11,1
50%-60%	23	36,5	11	17,5
40%-50%	5	7,9	25	39,7
30%-40%	1	1,6	12	19,0
Menos de 30%	0	0,0	8	12,7
Total	63	100,0	63	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014b). Sinopse.

**Tabela 8**

**Valores totais de IPTU arrecadados pelos pequenos municípios – Sergipe – 2009**

IPTU arrecadado	Nº de municípios	Participação (%)
Até R\$ 10.000	45	71,4
R\$ 10.001 - R\$ 50.000	13	20,6
R\$ 50.001 - R\$ 100.000	3	4,8
Mais que R\$ 100.000	2	3,2
Total	63	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014b).

Em termos da dinâmica demográfica no período 2000-2010, não é possível identificar perdas populacionais nas pequenas cidades sergipanas, já que em apenas uma sede aconteceu uma diminuição de habitantes (Canhoba teve sua população reduzida em 95 pessoas). Em termos municipais, houve perda populacional em apenas cinco municípios (Canhoba: -5 habitantes; Japoatã: -82 habitantes; Neópolis: -87 habitantes; Itabi: -202 habitantes; Santa Luzia do Itanh: -979 habitantes). Entretanto, um dado que pode demonstrar o pouco dinamismo rural detectado no estudo de Bitoun e Miranda (2009) refere-se às perdas na população rural, que diminuiu em 28 dos 63 municípios com sedes classificadas como pequenas cidades. Novamente, há que se alertar sobre a necessidade de estudos mais aprofundados, especialmente na perspectiva da estrutura etária da população, que pode demonstrar processos de emigração de jovens nas pequenas cidades.

## NEM URBANIZAÇÃO DO CAMPO, NEM RURALIZAÇÃO DAS CIDADES: PONTOS PARA O DEBATE

A proposta desta mesa-redonda continha a expressão “urbanização do campo e ruralização das/nas cidades”, a qual parece pouco apropriada para refletir sobre as relações entre o campo e as cidades. Sem querer apenas ficar preso às palavras, há certo formalismo nessa concepção – o espaço campo muda pela materialização da forma cidade, enquanto a forma cidade muda pela invasão do rural.

Na perspectiva das cidades pequenas, a ideia da urbanização do campo e da ruralização das cidades poderia ser entendida como um processo em que uma cidade pequena é ruralizada pelo campo, por sociabilidades rurais, ou seja, “era urbana e se ruralizou”. Na verdade, essa cidade sempre tem apresentado sociabilidades próximas do rural em função da forte interdependência entre cidade e campo, chegando, em muitos casos, especialmente nos centros de menor tamanho demográfico, a se questionar a sua condição de cidade ou centro urbano. Como aponta Maia (2010), muitos desses núcleos estão mais próximos da categoria “povoado” do que de “cidade”.

Nesse sentido, é importante lembrar que no Brasil a condição de cidade é um formalismo legal, que de nenhuma maneira leva em conta as sociabilidades. Por exemplo, se amanhã surge um novo município e um antigo povoado se converte na sua sede, este automaticamente se converte em cidade. É possível falar em ruralização da cidade pela presença de sociabilidades caracterizadas como rurais? Pode-se falar em urbanização do campo só porque um espaço rural se converteu em urbano?

Qualquer análise pretendida deve considerar uma leitura processual, fundamentada nas relações entre formas e conteúdos. Nesse sentido, parece apropriado pautar essas análises sobre cidade e campo, urbano e rural, a partir de Henri Lefebvre, que supera o formalismo nas suas reflexões.

No pensamento de Lefebvre<sup>13</sup>, o par “urbano/rural” não é o mais adequado, já que o “urbano” indica uma sociedade em formação na qual está incluído o rural (ou as atividades denominadas rurais). Neste sentido, é mais apropriado analisar a relação cidade/campo, que, segundo o autor, tende à superação das suas diferenças.

Essa superação da divisão entre cidade e campo não deve ser confundida com a visão do desaparecimento do campo e das atividades agrícolas e da urbanização (no sentido estrito) total do planeta. Ela se refere às relações de produção. Assim, não consiste em um processo em que o campo se perde no seio da cidade, nem a cidade absorvendo o campo se perde nele. “A superação da oposição não pode ser concebida como uma neutralização recíproca” (LEFEBVRE, 1991, p. 69). Nesse sentido, urbano e rural permanecem como conteúdos sociais diferenciados (“urbanidade” e “ruralidade”), mas a oposição cidade/campo atenua-se.

<sup>13</sup> Aqui retomam-se algumas ideias apresentadas em Sobarzo (2006).

Na atualidade, pode-se pensar nesta dinâmica pela absorção cada vez maior, no campo, de tecnologias e sistemas desenvolvidos e produzidos nas cidades. As novas relações cidade/campo não devem ser pensadas como de dependência ou de “mão única”, já que não é somente a cidade que irradia o conhecimento, a racionalidade ou os comportamentos para o campo, mas é o campo que, em função de suas demandas, determina algumas dinâmicas na cidade.

Lefebvre (1991, p. 68-69) descreveu esse processo da seguinte maneira:

Atualmente a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que desaparecem em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Adaptam seu ritmo ao ritmo da cidade, mas resistindo ou recuando às vezes ferozmente sobre si mesmas.<sup>14</sup>

Assim, pode-se entender a cidade como uma morfologia material, uma realidade presente, imediata, um dado prático-sensível, arquitetônico. O urbano corresponde à morfologia social, uma realidade social composta de relações presentes e aquelas a serem concebidas, construídas ou reconstruídas. Neste sentido, as articulações entre cidade e urbano são estreitas, já que é impossível para a vida urbana dispensar uma base prático-sensível, que se constitui em produto e condição da dinâmica social. Para Lefebvre, o urbano, sinônimo de “sociedade urbana”, é uma virtualidade que carrega a constituição de uma sociedade planetária, uma totalidade que modifica e transforma a agricultura e a indústria, mas que não faz com que elas desapareçam.

Como aponta Carlos (2004, p. 133):

A nossa época se caracteriza pela constituição da sociedade urbana realizando-se num espaço mundial, articulado, mas profundamente hierarquizado, que não quer dizer que o campo deixe de existir, mas que ele se articula agora num outro plano ao conjunto do território, com outras particularidades. [...] o que não quer dizer que vivemos em todos os lugares a sociedade urbana – mas este é o caminho que toma o processo de reprodução hoje, constituindo novos ramos de atividade, [...] novas relações entre áreas, novos conteúdos para as relações sociais, profundamente articuladas à expansão do mundo da mercadoria.

<sup>14</sup> Citação modificada a partir da tradução espanhola.

Nessa perspectiva, tomam-se as reflexões de Candiotta e Corrêa (2008, p. 238), que, a partir do processo de tecnicização do rural, evidenciam as dificuldades atuais para a separação estanque entre rural e urbano, propondo a utilização dos termos “ruralidades” e “urbanidades”, “[...] manifestados como territorialidades (ações) e concretizados no espaço por meio de objetos entendidos pela sociedade como característicos do rural ou do urbano”.

Para esses autores, as ruralidades correspondem às territorialidades da população rural, relacionadas com o apego à terra, as atividades agropecuárias e o modo de vida rural. Por sua vez, as urbanidades são territorialidades características das cidades, como o ritmo de vida determinado pelo relógio, o individualismo, a competitividade, a poluição sonora e visual. Entretanto, o importante é que as ruralidades não ficam restritas ao campo nem as urbanidades à cidade:

De modo geral, as ruralidades dos urbanos estariam ligadas à utilização do rural como mercadoria, manifestadas na busca idealizada de um rural/natureza, bucólico e tranquilo, onde a vida é mais devagar, mais saudável e sem *stress*. [...] os urbanos valorizam o rural como paisagem, e buscam um rural sem os inconvenientes tradicionais do campo (mau cheiro, insetos, sujeira, animais peçonhentos, trabalho pesado), e com o máximo de conforto das cidades (infraestrutura, boas estradas, TV, internet, piscina, ar condicionado, etc.). [...] O uso de tecnologias no campo, a influência da mídia e da televisão, a valorização da estética e da aparência, e a migração para as cidades, seriam exemplos de urbanidades que atingem a população rural. (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 239).

Após essas reflexões, fica a questão: quais são as possibilidades de se ver isso nas pequenas cidades? Obviamente, a resposta exige pesquisas mais detalhadas<sup>15</sup> que a tentativa geral – presente neste texto – de caracterizar um conjunto de cidades definidas formalmente como sedes municipais com tamanhos demográficos menores que 20 mil habitantes.

Como exemplo para futuras reflexões, são descritas apenas duas situações:

- Em uma pesquisa anterior (SOBARZO, 2012), foram identificadas na região noroeste do Rio Grande do Sul três sedes municipais com menos de 20 mil habitantes que desempenham importantes papéis na rede urbana regional, a partir de uma atividade tipicamente urbana: a produção industrial. Com efeito, em Horizontina, Não-Me-Toque e Tapejara, quase 50% do valor agregado municipal é produto de atividades industriais relacionadas, principalmente, com as demandas do campo por máquinas e implementos agrícolas. Trata-se de uma produção que tem um alcance que supera a escala regional e que, em termos de emprego, geração de renda e consumo, influencia fortemente a relação entre as ruralidades e as urbanidades.

<sup>15</sup> Nesse sentido, ver o trabalho de Lindner (2012).

- O segundo exemplo é sergipano e envolve um espaço formalmente definido como rural: o povoado Serra do Machado, no município de Ribeirópolis. Nesse local, há, desde 2011, uma fábrica de brinquedos da Estrela, que gera aproximadamente 150 empregos diretos. Pode-se pensar que nesse espaço têm-se apenas ruralidades? É provável que esse povoado tenha um caráter urbano mais definido que muitas das sedes municipais identificadas na Tabela 6. Neste caso, há uma racionalidade urbana – a indústria – invadindo o meio rural e transformando-o profundamente; uma dinâmica que o formalismo na definição de cidade no Brasil não consegue reconhecer.

Ficam abertas as possibilidades de pesquisa...

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um ponto que fica evidente nas análises sobre as cidades pequenas são as fortes relações que se estabelecem entre esses centros urbanos e o campo. Em Endlich (2006, 2011) e Bernardelli (2004), destacam-se as colocações sobre as cidades localizadas em áreas agrícolas dinâmicas, que dão suporte para as atividades agropecuárias, assim como a importância dessas atividades para diferentes dinâmicas que acontecem nas cidades.

Santos e Silveira (2001) exemplificam essas relações nas chamadas “cidades do campo”, que suprem as atividades do campo com bens e serviços especializados, ciência, técnica e informação. No mesmo processo, a dinâmica produtiva regional influencia iniciativas dos agentes urbanos, demandando novas atividades produtivas e de serviços, alterando a composição do emprego urbano e das profissões e induzindo a produção de novos espaços residenciais e de consumo.

Na realidade sergipana, esse dinamismo parece não se manifestar claramente, visto que os espaços rurais são pouco dinâmicos. Entretanto, a consideração dessa interdependência entre cidade e campo obriga a realização de estudos mais detalhados que elucidem os alcances das relações entre as cidades pequenas sergipanas e suas áreas rurais. De maneira preliminar, pode-se identificar a importância das pequenas cidades na oferta de produtos básicos, no pagamento de benefícios sociais e na comercialização dos produtos agrícolas.

## REFERÊNCIAS

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. *Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias*. 2004. 347 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2004.

BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia (Org.). *Tipologia das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 mar. 1938. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=32235>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, MG, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11839>>. Acesso em: 31 out. 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula”? In: \_\_\_\_\_. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 129-136.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL. A nova geografia econômica do Brasil: uma proposta de regionalização com base nos polos econômicos e suas áreas de influência. In: *SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000*, Diamantina, MG. [Trabalhos apresentados...] Diamantina, MG: CEDEPLAR, 2000. 70 p. Disponível em: <[http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/pesquisas/pronex/textos/Texto\\_Seminario\\_Diamantina\\_2000.zip](http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/pesquisas/pronex/textos/Texto_Seminario_Diamantina_2000.zip)>. Acesso em: 15 fev. 2014.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2006.

\_\_\_\_\_. Território e morfologia urbana em pequenas cidades: o que revelam? *Revista Geográfica de América Central*, San José, v. 2, n. 47E, p. 1-14, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2275>>. Acesso em: 4 maio 2013.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. *Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar*. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande Norte, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

\_\_\_\_\_. *Sidra: censo demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=761>>. Acesso em: 15 jan. 2014a.

\_\_\_\_\_. *Cidades@*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2014b.

\_\_\_\_\_. *Sinopse do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configuração atual e tendências da rede urbana*. Brasília: IPEA, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LINDNER, Michele. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: São João do Polêsine, RS. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, RS, v. 16, n. 3, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia/article/view/7571>>. Acesso em: 31 out. 2013.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 13-41. (Série estudos e pesquisas, 87).

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. *Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG)*. 2013. 431 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2013.

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Proposta para a discussão. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 229-250. (Série estudos e pesquisas, 87).

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.

\_\_\_\_\_. Cidades médias ou cidades de intermediação: o papel dos centros regionais e sub-regionais nos circuitos da agricultura modernizada no Noroeste do Rio Grande do Sul. In: SEMINÁRIO DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 12., 2012, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: RII; SEI, 2012. Disponível em: <<http://www.rii.sei.ba.gov.br/artigos-do-xii-seminario-internacional-da-rii-em-bh-2012/>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

# “URBANIZAÇÃO POR DECRETO?” O PODER DA NORMA NA AÇÃO DO ESTADO E A CRIAÇÃO DE NOVOS BAIROS NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA

*Onildo Araujo da Silva\**

## INTRODUÇÃO

A lei – e quem age em nome dela – é central para a compreensão do papel das normas no contexto da análise da dinâmica e da organização do espaço. A intenção aqui, como já efetivado em Silva (2008), é ler o espaço a partir da articulação de cinco dimensões que permitem entender a sociedade pela via da espacialidade: a organização, a ação, a técnica, a norma e a percepção. No entanto, para efeito da análise pretendida nos limites desse artigo, destaca-se o papel central da norma no processo de criação de seis novos bairros na cidade de Feira de Santana, no estado da Bahia (Figura 1).

Assim, em função dessa especificidade, subdividiu-se o artigo nos seguintes tópicos: a ação do Estado e as relações entre o urbano e o rural – no qual são sintetizados aspectos teóricos sobre a ação do Estado, o rural e o urbano –; a ação do poder público: o aspecto normativo – item em que são apresentadas as leis e discutidas suas implicações para a transformação de áreas urbanas em rurais –; a ação do poder público: o aspecto político e a quem interessa – tópico que aborda a relação entre o legal e o político na tomada de decisão –; e as implicações para as comunidades rurais – no qual é tratada a reação dos trabalhadores rurais à ação efetivada pela prefeitura e desvelados os eventuais prejuízos e as reais intenções dos governantes ao criar seis novos bairros na cidade de Feira de Santana. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

A criação de bairros por decreto não é ilegal, mas o processo pelo qual a ação efetivou-se em Feira de Santana foi, no mínimo, imoral, pois não considerou a necessidade do debate com as comunidades como essencial a consolidação da frágil democracia brasileira. Pretende-se demonstrar como a norma influi na ação, e como esse processo é capaz de condicionar a organização do espaço, uma vez que um espaço rural pode ser transformado, por lei, em área urbana.

---

\* Doutor em Geografia pela Universidade de Santiago de Compostela (USC) e mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). fssilvafs@hotmail.com





**Figura 1**  
Município de Feira de Santana no contexto do semiárido baiano

Fonte: Elaboração própria.

## A AÇÃO DO ESTADO E AS RELAÇÕES ENTRE O URBANO E O RURAL

A ação do Estado, em interação com outros agentes de (re)produção do espaço, com foco na influência para as relações entre o urbano e o rural, é central na investigação aqui sintetizada. Destacou-se o papel da norma e a quem interessa a ação do poder público na esfera municipal.

Portanto, essa contribuição pretende ler a ação do Estado como capaz de estabelecer modificações espaciais. Porém, chama-se a atenção para o fato de essa ação se concretizar sob a égide de um Estado inserido em uma democracia capitalista e em uma época em que a globalização econômica tenta impor uma lógica para o espaço, mas não consegue escapar das resistências que geram a fragmentação. Ou seja, um mundo contemporâneo onde

[...] os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representada pela mais-valia globalizada. (SANTOS, 2000, p. 24).

Nesse mundo, pelo controle e manipulação da indústria da informação, tenta-se fazer acreditar que só o Estado mínimo tem alguma serventia, ou mesmo que essa instituição está em processo de morte anunciada. Aqui se prefere acreditar em outra verdade e na afirmação de Santos (2000, p. 19), que argumenta:

Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil.

Além disso, Santos (1996, p. 120), ao se referir às forças que constroem o espaço contemporâneo, reconhece que “[...] a primeira delas é o Estado, pelo seu ‘uso legítimo da força’, encarnado ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é, por natureza, geral”.

No mundo atual, o Estado ainda é o principal agente de definição das normas, sendo amplamente capaz de gerir com autonomia um território. Assim,

[...] uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do Estado sobre outras macroorganizações. Nem as instituições supranacionais, nem as empresas multinacionais têm esse poder. (SANTOS, 1996, p. 120).

Fundamentalmente em função desse caráter de já estar essencialmente vinculado a um conjunto prévio de normativas, a ação do Estado tem características bem específicas:

- É diretamente normatizada e regulamentada por leis constituídas no contexto da sociedade que fiscaliza a ação estatal.

- Ocorre a partir de mecanismos institucionalizados, que comandam a definição do como fazer e do que fazer, de acordo com os objetivos de cada governo, de sorte que governos diferentes, com inspirações políticas divergentes, teriam atuações teoricamente diferentes.
- É, portanto, norteadas pelas políticas públicas de cada governo. Essas podem ter continuidade com a mudança de um partido político no poder, mas, quase sempre, no Brasil, a mudança de partido altera as políticas públicas. Assim, se pode reclamar da falta de políticas de Estado, aquelas de longo prazo, instituídas e legalizadas para sobreviver às mudanças dos governantes, como uma diretriz da sociedade, que regula a ação estatal.
- É também condicionada pelo “agir técnico”, uma vez que está normalmente embasada por projetos e programas elaborados com uma racionalidade técnica que supõe justificar, perante a sociedade, a necessidade daquela dada ação; e pelo “agir formal”, uma vez que o aparato jurídico de regulação do Estado é o principal mecanismo de controle dos governos pela sociedade.
- Essa necessidade de agir a partir de normas específicas, condicionadas pelo suporte técnico, e a pré-condição da prestação de contas à sociedade no que se refere aos resultados práticos da ação, ao uso de recursos públicos e à justeza das opções adotadas impõem um sério planejamento da ação. A planificação é uma exigência para prevenir o uso indevido dos recursos do Estado pelos governos.

Em síntese, a ação do Estado é normatizada, instrumentalizada tecnicamente e planejada através de projetos e programas. Porém, não é incomum que determinados governos, principalmente na escala municipal, desconsiderem totalmente esses condicionantes, agindo exclusivamente a partir de interesses políticos específicos.

É importante destacar que a norma isolada não pode explicar, por si só, a ação do Estado, ou seja, não se deve analisar a norma pela norma, mas sim o seu uso em articulação com outros aspectos. Em Silva (2008), sugere-se articular cinco dimensões para compor a base da investigação que se propõe a entender a sociedade pela via da espacialidade: a organização, a ação, a técnica, a norma e a percepção. No entanto, para efeito da análise pretendida nos limites desse artigo, destaca-se o papel central da norma. Sobre esta, argumenta-se:

A norma, que é um conjunto de regras que regula a ação e tem uma face visível facilmente identificada nas páginas escritas das leis ou em placas de trânsito, por exemplo; possui uma face invisível que é um processo de internalização das normas pelos seres humanos.

<sup>1</sup> Agir técnico e agir formal são aqui utilizados de acordo com as perspectivas apresentadas por Milton Santos no livro *A Natureza do Espaço*, aqui referenciado. Segundo Santos (1996), citando I. Braun e B. Joerges, existem três tipos de agir: técnico, formal e simbólico. O primeiro supõe interações requeridas pelas técnicas; o segundo, obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos; e o terceiro compreende formas afetivas, emotivas e rituais, determinadas pelas representações. Além disso, o autor argumenta que existe, paralelamente a esses tipos de agir, uma ordem da forma técnica, uma ordem da forma jurídica e uma ordem do simbólico, de modo que o cotidiano se daria mediante essas três ordens.

Portanto, também na norma está articulada a racionalidade da regra com a percepção individual de cada sujeito, sendo que na norma coletiva a aplicação está na dependência, contraditoriamente, da relação entre indivíduos. (SILVA, 2008, p. 43).

No caso específico da ação do Estado que se pretende analisar, via governo de Feira de Santana, a interação com a norma é fundamental. Ou seja, a ação é justificada por um conjunto de leis e decretos com impacto significativo na organização do espaço no município. Esses instrumentos legais definem “limites” entre urbano e rural e abrem caminho para a amplificação do uso de técnicas específicas para construção “do urbano”, ampliando áreas disponíveis para o crescimento do parque industrial e dos empreendimentos imobiliários.

A ação do Estado no “urbano” ou no “rural” ocorre essencialmente em interação com outros importantes agentes. Entre eles, fundamentalmente os empresários, incorporadores imobiliários urbanos, proprietários de terra, sindicato dos trabalhadores rurais e moradores do entorno dos limites da cidade de Feira de Santana.

Com relação às ideias de campo e cidade, segundo Girardi (2008), é possível localizar duas abordagens: a dicotômica e o *continuum*. Na abordagem dicotômica, o campo se opõe à cidade. Já na abordagem do *continuum*, a industrialização seria o elemento que aproximaria o campo da realidade urbana. Ainda segundo o referido autor:

[...] o conceito de continuum é utilizado em duas vertentes. A primeira seria centrada no urbano, sendo este a fonte de progresso, enquanto o pólo rural seria expressão do atraso, estando fadado à redução pela expansão do urbano. Juntamente com a teoria da urbanização do campo [...] traduziria o fim da realidade rural. A segunda vertente [...] aproxima rural-urbano, sendo que mesmo com a aproximação de suas semelhanças, suas peculiaridades não desaparecem. Aqui então é reafirmada a existência do rural. (GIRARDI, 2008, p. 3).

Seguindo uma visão próxima à citada acima, Rua (2006) também localiza duas vertentes analíticas e as denomina de abordagem clássica e urbanização no rural. Segundo o referido autor:

Em linhas gerais, muito resumidamente, podemos apresentar essas duas “vertentes”, da seguinte maneira: A primeira parece trabalhar com a ideia de “urbanização do rural”, em que o rural desaparecerá e se tornará urbano, isto num reducionismo muito simplificador. [...] A “urbanização do rural” pode ser relacionada a ideia de *continuum*, em que haveria graus distintos de urbanização do território [...] o destino do rural é desaparecer, tornando-se urbano. [...] uma segunda “vertente analítica”, com a qual mais nos identificamos e à qual denominamos “urbanização no rural”, que pleiteia a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo quando impactados pela força do urbano.

Desta “vertente” vamos destacar um grupo de autores que, mesmo com enorme diversidade, defende uma necessária ênfase no rural, concentrada na ideia de “novas ruralidades”. (RUA, 2006, p. 90-91).

Aqui se entende que o fenômeno urbano não está, de forma processual e progressiva, fazendo desaparecer o rural. Ao contrário, demarca-se a existência de diferenças entre esses processos que resultam em espaços diferenciados, porém cada vez mais fortemente articulados. De acordo com um grupo de geógrafos espanhóis, tem-se que:

*Si a comienzos del siglo XX, un prestigioso grupo de pensadores encuadrados en la Escuela de Chicago, trataron de definir el modo de vida urbano, insistiendo en aspectos como la movilidad de las personas, la división del trabajo, el anonimato, la secularización o la competitividad [...] hoy día podemos ver que todos estos caracteres coinciden con nuestra manera de concebir la existencia. [...] seguimos utilizando la expresión rural, para referirnos a aquellas áreas con densidade de población mas baja, la pervivencia de un paisaje menos alterado donde las actividades agrarias mantiene una relativa importancia. Sin embargo, los espacios rurales en el presente son muy distintos a los comienzos del siglo XX, pues han sufrido también los efectos de la urbanización [...] Es conveniente seguir manteniendo el uso de términos contrapuestos como rural y urbano para realizar el análisis de diferentes territorios. (GONZÁLES; PÉREZ; GÓMEZ, 2012, p. 11-12).*

Por essa perspectiva, mesmo nos espaços onde a urbanização vinculada à modernização capitalista avançou significativamente, continua sendo possível distinguir o urbano do rural, e se deve considerar esse aspecto quando se analisam os diferentes processos que reproduzem o espaço e reordenam os territórios.

No entanto, chama-se a atenção para a distinção entre a construção teórico-conceitual sobre rural e urbano aqui expressa e a definição legal das áreas rurais e urbanas. No Brasil, rural e urbano tornou-se uma questão de limite. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), limite é “[...] linha materializada ou não, que demarca a fronteira entre duas áreas vizinhas. É definido normalmente por lei de qualquer uma das instâncias da administração pública, federal, estadual ou municipal”.

Dessa forma, é possível simplesmente mudar os limites inscritos nas leis específicas formatadas no Legislativo ou no Executivo com a devida retificação pelo Legislativo correspondente.

No caso do município de Feira de Santana, a chave para definir que o rural se tornasse urbano foi a ação normativa do Estado, na esfera municipal, por decreto. Utilizou-se para isso o princípio legal da mudança das linhas que demarcam os respectivos limites interdistritais e da sede do município.

## A AÇÃO DO PODER PÚBLICO: O ASPECTO NORMATIVO

A norma é fundamental na ação do Estado. Como se destacou anteriormente, Milton Santos, ao se referir a essa ação, chama a atenção para o fato de ela poder contar com um “[...] ‘uso legítimo da força’, encarnado ou não no direito” (SANTOS, 1996, p. 120). Ou seja, o Estado age legitimado pela lei.

O caso do município de Feira de Santana não foi diferente. A ação primeira do Estado foi enviar à Câmara Municipal projeto de lei complementar. Veja-se o teor de parte da lei:

Lei complementar nº 075, de 20 de junho de 2013.

Fixa os limites interdistritais, amplia o perímetro urbano e delimita 06 (seis) novos bairros do distrito sede do município de Feira de Santana e dá outras providências.

O prefeito municipal de Feira de Santana, estado da Bahia, no uso de suas atribuições,

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Feira de Santana, através do Projeto de Lei Complementar nº 05/2013, de autoria do Poder Executivo, decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

### [...] Título I

Dos limites interdistritais

Art. 1º - Ficam fixadas as seguintes divisas Interdistritais no Município de Feira de Santana, a partir do seu Distrito Sede:

### [...] Título II

Dos limites do perímetro urbano

Art. 2º - O Perímetro Urbano da Cidade de Feira de Santana, através desta Lei, passa a ter os seguintes limites:

### [...] Título III

Dos limites dos bairros

Art. 3º - Os limites dos 06 (seis) novos Bairros inseridos no Perímetro Urbano de Feira de Santana se encontram estabelecidos através desta Lei, conforme mapeamento apresentado no título IV – Anexos, desta Lei, se constituindo em sua parte integrante.

Art. 4º - Os novos Bairros de Feira de Santana são os seguintes:

045 – Vale do Jacuípe;

046 – Pedra Ferrada;

047 – CIS Norte;

048 – Mantiba;

049 – Registro;

050 – Chaparral.

(FEIRA DE SANTANA, 2013a, p. 1-13-14).

A lei tem objetivo bastante claro: redefinir os limites interdistritais e do perímetro urbano para viabilizar a criação de seis novos bairros. Ela estabelece esses novos limites de forma precisa, inclusive com o detalhamento dos pontos utilizando georreferenciamento.

De fato, não haveria problema nesse tipo de procedimento quando ocorre crescimento efetivo da cidade. No Brasil, é comum que esse crescimento ocorra de forma pouco planejada. Os diversos agentes que refazem cotidianamente o espaço urbano, principalmente incorporadores imobiliários, reivindicam terras para novos empreendimentos, e ocorre a legalização de construções já efetivadas a partir dos processos de autoconstrução e ocupação de terras no entorno das cidades.

O problema é que, em Feira de Santana, a prefeitura transformou em bairros espaços eminentemente rurais, ainda plenamente ocupados por fazendas, pequenas propriedades e negócios tipicamente rurais. Isso provocou uma reação imediata dos moradores desses locais, principalmente através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STR).

No entanto, ao serem questionados sobre a Lei Complementar nº 075, tanto o prefeito do município quanto o secretário de Convênios e Gestão municipal fizeram referência a duas outras leis: a 1.615/92 (Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1992), e a que define o perímetro urbano e delimita os bairros da cidade (Lei Complementar nº 018), sancionada em 2004. Segundo eles, esses instrumentos conferem legitimidade à nova lei complementar.

Numa análise da Lei 1.615/92, identifica-se que ela dispõe sobre ordenamento do uso e ocupação do solo na área urbana, mas foi elaborada em consonância com a Lei 1.614, de 11 de novembro de 1992, denominada de Lei do Plano. Sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo, destaca-se:

Lei nº 1.615/92

Dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo na área urbana do município de Feira de Santana e dá outras providências.

Título I

Disposições preliminares

Capítulo 1

Natureza e vinculações legais,

Objetivos, conceitos

Art 1º - O ordenamento do uso e da ocupação do solo na área urbana do Município de Feira de Santana obedecerá aos termos desta Lei.

Art. 2º - Constituem objetivos do ordenamento do uso e da ocupação do solo na área urbana do Município de Feira de Santana:

I. ordenar a ocupação e o crescimento da estrutura urbana da Sede do Município, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 1.614 de 11 de novembro de 1992 - Lei do Plano.

II - assegurar às atividades e empreendimentos públicos e privados condições locais adequadas e de definição precisa. Possibilitando a Otimização da estrutura urbana e uma implantação programada e segura;

III. garantir e defender o valor da terra urbana;

IV. minimizar o risco de investimentos imobiliários que gerem desconomias aos setores públicos e privados.

Art. 3º - O ordenamento do uso e da ocupação do solo de que trata esta Lei, será efetuado através do controle das atividades e dos empreendimentos públicos e privados na Arca Urbana do Município.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei são adotados os conceitos, constantes do Anexo nº 1, que a integra. (FEIRA DE SANTANA, 1992).

Portanto, essa lei possui instrumentos de regulação importantes para ordenar o crescimento urbano, mas não define uma forma de participação direta da sociedade feirense nesse processo, da mesma forma que ocorre com a Lei do Plano. Justamente por isso, ambas não estão ajustadas às exigências de leis federais, inclusive derivadas de mecanismos constitucionais.

Sobre esse aspecto, Silva (2010), após apresentar um breve histórico das leis municipais em Feira de Santana que trataram do assunto – a exemplo da Lei nº 631, de 30 de julho de 1969, que institucionalizou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) –, destaca a exigência constitucional (Constituição de 1988), reafirmada pelo Estatuto das Cidades, da elaboração do plano diretor. Sobre o plano diretor em Feira de Santana, o referido autor revela:

[...] a partir das exigências estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, reafirmadas pelo Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/01, o Plano Diretor tornou-se o principal instrumento de política urbana. Seu propósito é também de nortear o Plano Plurianual (PPA) e as Diretrizes Orçamentárias.

Por conta disso, foi implantado em Feira de Santana, a partir da Lei nº 1.614/92, o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal. Este instrumento legal, entre outras ações, também passou a orientar as diretrizes para o planejamento (urbano, paisagístico, ambiental, social e econômico) do município. Dentre suas disposições preliminares o Capítulo I em seu Art. 20 sobre os objetivos do ordenamento do uso e da ocupação do solo estabelece que:

I – ordenar a ocupação e o crescimento da estrutura urbana da Sede do Município, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 1.614 de 11 de novembro de 1992 – Lei do Plano.

II – assegurar as atividades e empreendimentos públicos e privados condições locais adequadas e definição precisa, possibilitando a otimização da estrutura urbana programada e segura.

III – garantir e definir o valor da terra urbana.



IV – minimizar o risco de investimentos imobiliários que gerem deseconomias aos setores públicos e privados. (FEIRA DE SANTANA, 1992, p. 2 apud SILVA, 2010, p. 63).

Assim, constata-se que existe articulação entre instrumentos normativos. No entanto, a Lei do Plano não atende totalmente às exigências constitucionais, pois o Estatuto da Cidade exige que o plano diretor seja construído de forma participativa, com o uso de audiências públicas e aprovação pela Câmara Municipal. Sobre esse processo em Feira de Santana, Silva (2010) destaca:

Entretanto, apesar do município *ainda não ter concluído a confecção do novo Plano Diretor participativo*, conforme exigência constitucional, ainda vigora o editado em 1992, o que não atende as novas formas espaciais e territorialidades cristalizadas nestes 15 anos após sua edição. Os limites físicos da cidade não param de crescer. Por conta disso, adotou-se a Lei Complementar nº 18/2004, que passou a (re)definir o perímetro urbano da cidade. (SILVA, 2010, p. 65, grifo nosso).

É justamente a inexistência de um plano diretor participativo que permite à prefeitura e à Câmara Municipal continuar alterando as leis complementares para atender a interesses que podem ser questionados na medida em que não há um debate com a sociedade sobre essas alterações.

Assim, conforme ressaltado na citação anterior, vale a Lei Complementar nº 018, de 8 de julho de 2004. Essa lei define o perímetro urbano, delimita os bairros da cidade de Feira de Santana e dá outras providências. Observe-se o Artigo 2º:

Art. 2º. Os limites dos 44 (quarenta e quatro) bairros e 62 (sessenta e dois) sub-bairros inseridos no Perímetro Urbano de Feira de Santana se encontram estabelecidos através desta Lei, conforme mapeamento apresentado no Título III – Anexos, desta Lei, se constituindo em sua parte integrante. (FEIRA DE SANTANA, 2004).

Porém, o referido documento legal foi alterado pela Lei Complementar nº 075, de 20 de junho de 2013, que redefine os limites interdistritais e cria os seis novos bairros, motivo de reclamação por parte dos trabalhadores rurais.

Portanto, a partir da análise da legislação em vigor, não se identifica referência à forma de criação de novos bairros que sustente argumentos de que a ação da prefeitura não poderia ter sido diferente. Ou seja, a prefeitura poderia, em vez de enviar um projeto elaborado sem debate com a comunidade feirense, construir mecanismos de participação popular. Está claro que não foi por força da lei que os fatos ocorreram dessa forma – como sugeriram o prefeito e o secretário –, mas por opção política.

Importa destacar que, do ponto de vista legal, a prerrogativa de alterar os limites do perímetro urbano é da Câmara de Vereadores, que tem que aprovar ou não a proposta do Executivo municipal. Os “limites” da lei e os interesses da sociedade deveriam ter sido discutidos pelo Legislativo, que, como será mostrado no próximo tópico, se furtou de debater a proposta do Executivo. A ação não é ilegal, mas a quem, de fato, a lei interessa? Esse é o aspecto político que será analisado.

## A AÇÃO DO PODER PÚBLICO: O ASPECTO POLÍTICO E A QUEM INTERESSA

Uma modificação da lei, como efetivada em Feira de Santana, tem implicações para setores importantes da economia, como incorporadores imobiliários e industriais, e para os proprietários de terra e moradores da área rural transformada em urbana.

Assim, seria pertinente argumentar que, numa sociedade democrática, tal mudança deveria ser amplamente debatida e envolver a comunidade, por meio de consultas públicas e fóruns de discussão. Porém, o que se verificou foi uma ação unilateral e conjunta do Executivo e do Legislativo municipal, pois a lei foi enviada à Câmara um dia antes da sua aprovação. Não houve debate com a sociedade, e a prefeitura foi acusada de “usar a força legitimada na lei”. No caso ora analisado, os governantes do município, ao serem criticados sobre a ação que empreendiam, se apressaram em evocar a lei, com declarações à imprensa, como registrado a seguir:

De acordo com informações do site da Secretaria Municipal de Comunicação, Feira de Santana passa a contar com 50 bairros. *O secretário de Gestão e Convênios, Arsênio Oliveira, explica que a expansão urbana está prevista na Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1992, e na Lei que rege sobre a criação de novos bairros, sancionada em 2004.*

Ele afirma que o crescimento imobiliário expandiu os limites urbanos do município e dos bairros. “A gente chega à conclusão de que a legalização disso é a inclusão desses bairros no perímetro urbano, com a expansão do distrito/sede sobre os distritos Governador João Durval Carneiro, Jaguará, Maria Quitéria, Tiquaruçu, Matinha, Jaíba e Humildes”, completa o secretário. (ACORDACIDADE, 2014, grifo nosso).

Feira de Santana passa a contar com 50 bairros. O secretário de Gestão e Convênios, Arsênio Oliveira, explica que a expansão urbana está prevista na Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1992, e na Lei que rege sobre a criação de novos bairros, sancionada em 2004. “E, desde então, o município teve uma expansão muito grande, principalmente na área de construção civil, com a vinda do Programa Minha Casa, Minha Vida”, observa. (FEIRA DE SANTANA, 2014c).

O secretário de Convênios e Gestão Municipal, Arsênio Oliveira, diz que a criação dos novos bairros em Feira de Santana «é necessária», devido à expansão urbana dos últimos anos.

“Em 2004, a *Lei Municipal 018/2004 delimitou bairros e perímetro urbano*. De lá para cá, tivemos uma grande expansão, e principalmente a partir de 2009, com o programa Minha Casa, Minha Vida, ultrapassando limites urbanos do município e dos bairros”, lembra Oliveira. Ele explica que quem tem atividade rural comprovada segue pagando o imposto rural.

“Se o morador paga o ITR, ele não será obrigado de forma alguma a pagar IPTU. Só o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), como previsto por lei, tem o poder, após estudos, de autorizar a mudança de uma propriedade rural para urbana”, diz o secretário. (PROJETO..., 2014, grifo nosso).

Como visto nas análises efetivadas no tópico anterior desse artigo, evocar a lei esconde a verdadeira questão: por que não houve consulta pública, debate na Câmara de Vereadores e ampla divulgação do projeto antes de seu envio ao Legislativo? A Lei Complementar nº 075 foi aprovada de uma forma, no mínimo, questionável.

Aqui se ressalta o aspecto político da ação do Estado, indagando-se quais interesses foram atendidos. É preciso ler nas entrelinhas. Observe-se o que disse o prefeito municipal em matéria publicada no próprio site da prefeitura, defendendo a ideia de que a nova lei não prejudica os agricultores familiares. Após esclarecer que não haverá dificuldades para que os agricultores se aposentem, a matéria conclui:

José Ronaldo salienta ainda que o novo zoneamento urbano oferece todas as condições técnicas e legais para que a *Secretaria Estadual de Indústria e Comércio possa investir na infra-estrutura necessária para a implantação do CIS Norte*<sup>2</sup>. (FEIRA DE SANTANA, 2014, grifo nosso).

Constata-se que aparece aqui um sólido motivo para o envio da lei e sua aprovação em tempo recorde e sem debate. Além da ampliação do CIS, com a criação do CIS Norte, a prefeitura também deu outro passo importante para a expansão do núcleo BR-324 quando, não por acaso, em 12 de setembro de 2013, aprovou a Lei Complementar Nº 080, que amplia a zona industrial na BR-324, no município de Feira de Santana, e dá outras providências. A lei estabelece o seguinte:

<sup>2</sup> Centro Industrial do Subaé (CIS). É um centro industrial localizado em três núcleos na cidade de Feira de Santana (Tombo, BR-324 e São Gonçalo), atualmente em franca expansão. O CIS Norte deverá atender à expansão do centro industrial para um novo núcleo. Daí a necessidade de transformar a área rural em urbana.

O prefeito municipal de Feira de Santana, estado da Bahia, no uso de suas atribuições,

Faço saber que a Câmara Municipal, através do Projeto de Lei Complementar nº 010/2013, de autoria do Poder Executivo, decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º - O Artigo 1º, inciso II, alínea b, da Lei Complementar Municipal nº 019, de 01 de dezembro de 2004, passa a vigor com a seguinte redação: “b – Área de terra localizada ao longo da Rodovia BR 324, no Município de Feira de Santana, com 14,2 km de comprimento, a partir da Avenida Eduardo Fróes da Motta (Anel de Contorno Rodoviário), em direção a Salvador, por 1.000m (mil metros) de largura para cada lado, a contar do limite da faixa de domínio da citada Rodovia.”

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (FEIRA DE SANTANA, 2013b).

Está evidente que a criação de novos bairros atende aos interesses dos empresários da indústria e se configura como uma prática espacial de antecipação, ou seja, transforma terra rural em urbana para ampliar empreendimentos industriais. Não há como não reafirmar aquilo que se tem desvelado em outras investigações sobre a ação do Estado no Brasil:

A partir da análise do processo de implantação de uma barragem em Ponto Novo, município localizado no Estado da Bahia-Brasil e de um distrito de irrigação com foco na agricultura empresarial, evidenciamos como a ação do Estado, com a anuência do Banco Mundial, reestruturou a propriedade da terra para disponibilizar terra e água para grandes empresas, deixando de lado pequenos agricultores e áreas destinadas à reforma agrária. Logo, foi possível comprovar que a ação do Estado estava a serviço do grande capital e que predominou o receituário neoliberal como norteador dessa ação. (SILVA, 2010 p. 337).

No caso de Feira de Santana, não há dúvida de que a ação política é de um governo que coloca a ação do Estado na esfera municipal a serviço do capital. Não importa o “bem comum” ou mesmo o debate democrático, mas sim criar as condições legais para que a democracia capitalista configure a sua autorreprodução.

Além disso, nas áreas onde os outros bairros foram criados, está evidente a possibilidade de expansão de grandes empreendimentos imobiliários. Na cidade de Feira de Santana, estão centrados nos condomínios fechados, cujo empreendimento Alphaville é o mais ilustrativo.

## AS IMPLICAÇÕES PARA AS COMUNIDADES RURAIS

A principal reação à promulgação da Lei Complementar nº 075 veio dos trabalhadores rurais, principalmente via sindicato. As manifestações foram imediatas. Os residentes nessas agora “antigas” áreas rurais organizaram protestos e cobraram explicações da prefeitura. Sobre esse aspecto, a reportagem realizada por Daniela Cardoso (ACORDA CIDADE, 2013) reproduzida a seguir é bastante ilustrativa.

### **Feira de Santana ganha seis novos bairros; decisão desagradada trabalhadores rurais**

O secretário de Gestão e Convênios, Arsênio Oliveira, esclarece que a inclusão dessas localidades no perímetro urbano não interfere nas questões legais das propriedades rurais. (FEIRA DE SANTANA, 2013).



Foto: Ed Santos/Acorda Cidade.

Moradores da localidade de Mantiba, distrito de Jaíba, zona rural de Feira de Santana, realizaram uma manifestação e bloquearam uma das ruas, na manhã desta quinta-feira (27), para reivindicar contra a aprovação do projeto que cria seis novos bairros no município. Com o projeto algumas localidades pertencentes à zona rural passarão a ser parte da zona urbana.



Foto: Ed Santos/Acorda Cidade.

Os moradores reclamam que, com a aprovação do projeto, eles vão perder alguns benefícios e dizem que não houve discussão sobre o assunto. “A comunidade não sabe quais os benefícios de transformar a localidade em bairro. Queremos saber quais são”, afirmou o morador Manuel de Oliveira.

A moradora Maria das Graças ressaltou que todos que moram na localidade vivem do trabalho na roça e afirmou que, com a mudança, vão perder alguns direitos. “Somos trabalhadores rurais. Todos nós trabalhamos e vivemos da roça e agora eles querem colocar aqui como bairro. Como zona urbana nós vamos viver de quê?

Como vamos buscar nossos direitos? Não ganharemos nada. Ninguém aqui quer essa mudança”, afirmou.

Neuza de Jesus, que programou a manifestação, cobrou uma solução. “Nós não queremos que aqui seja transformado em zona urbana. Aqui é zona rural, nós vivemos das nossas criações e virando zona urbana vai tirar alguns de nossos benefícios. Não vamos ficar quietos enquanto não resolvermos esse assunto com o prefeito José Ronaldo de Carvalho”.

A moradora Nilza se emocionou e relatou alguns benefícios que serão perdidos com a mudança. “A gente não vai conseguir nossa aposentadoria, não vamos ter direito ao Seguro Safra, não vamos ter trator, sementes, não poderemos criar nossos animais”, afirmou.

### **Inclusão das localidades no perímetro urbano não interfere nas questões legais**

De acordo com informações do site da Secretaria Municipal de Comunicação, Feira de Santana passa a contar com 50 bairros. O secretário de Gestão e Convênios, Arsênio Oliveira, explica que a expansão urbana está prevista na Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1992, e na Lei que rege sobre a criação de novos bairros, sancionada em 2004.

Ele afirma que o crescimento imobiliário expandiu os limites urbanos do município e dos bairros. “A gente chega à conclusão de que a legalização disso é a inclusão desses bairros no perímetro urbano, com a expansão do distrito/sede sobre os distritos Governador João Durval Carneiro, Jaguará, Maria Quitéria, Tiquaruçu, Matinha, Jaíba e Humildes”, completa o secretário.

Arsênio esclarece, ainda, que a inclusão dessas localidades no perímetro urbano não interfere nas questões legais das propriedades rurais. “Os proprietários de imóveis rurais continuarão pagando o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), ou seja, isso não significa que *de imediato* o município vai passar a cobrar Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)”, explica.

O prefeito José Ronaldo de Carvalho, em contato com o Acorda Cidade, afirmou que o projeto não trará prejuízos para ninguém. De acordo com ele, Feira de Santana cresceu muito, e por isso houve a necessidade de fazer esse projeto de ordenação.

“Se a pessoa for até ao aeroporto, existem conjuntos habitacionais construídos próximo ao local e ali ainda não era zona urbana, então como é que vamos registrar na zona rural? O que se fez foi um projeto para ordenar a nova realidade urbana da cidade”, afirmou.

Segundo Ronaldo, o projeto vinha sendo estudado há algum tempo, detalhadamente, e depois foi encaminhado para a Câmara Municipal.

Especificamente sobre a localidade da Mantiba, o prefeito informou que existem projetos de construções *de conjuntos habitacionais e também de um shopping center* na região. Por esse motivo, segundo ele, é necessário fazer uma urbanização na cidade.

José Ronaldo disse que a mudança trará benefícios e que as pessoas que estão com dúvidas, podem procurar a prefeitura, que está a disposição para debater o assunto. “Vamos agendar uma visita ao local para falar sobre esse assunto”, afirmou.

### Novos bairros

O projeto, que cria seis novos bairros em Feira de Santana, foi aprovado na Câmara Municipal no dia 19 de junho deste ano. Foram criados os seguintes bairros: Cis Norte (do acesso ao distrito Maria Quitéria até o limite com Santa Bárbara), Pedra Ferrada (próximo ao bairro Asa Branca), Mantiba (próximo ao distrito Matinha), Registro (próximo ao distrito Jaíba), Chaparral (ao lado do bairro Subaé) e Vale do Jacuípe (trecho da BR-116/Sul até a BA-052 - Estrada do Feijão).

Com informações do repórter Ed Santos do Acorda Cidade (ACORDACIDADE, 2013, grifo nosso).

Reproduziu-se aqui, na íntegra, essa reportagem – outras de teor muito próximo foram veiculadas por outros jornais<sup>3</sup> – por que nela identifica-se, na fala do prefeito municipal, a motivação para transformar área rural em urbana: “O prefeito informou que existem projetos de construções *de conjuntos habitacionais e também de um shopping center na região*”. Se a essa fala associar-se outra identificada no próprio site da prefeitura e já citada anteriormente – “José Ronaldo salienta ainda que o novo zoneamento urbano oferece todas as condições técnicas e legais para que a Secretaria Estadual de Indústria e Comércio possa investir *na infraestrutura necessária para a implantação do CIS Norte*” –, tem-se o conjunto de motivos que levaram a prefeitura a fazer aprovar, às pressas e sem debate com as comunidades envolvidas, a transformação do rural em urbano: construções futuras de conjuntos habitacionais, de um shopping center e de infraestrutura para a implantação do CIS Norte.

Além disso, fica evidente que houve reação das pessoas que residem na zona rural, agora transformada, por decreto, em urbana, e que a resposta dos gestores foi evocar a lei e dizer que o projeto não traz prejuízos às comunidades. O próprio secretário de Gestão e Convênios afirma: “Os proprietários de imóveis rurais continuarão pagando o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), ou seja, isso não significa que de imediato o município vai passar a cobrar Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)”. É necessário ler nas entrelinhas e destacar o significado de “de imediato”. Está claro que, em futuro próximo, os produtores rurais terão problemas com a transformação das suas áreas de trabalho e moradia em zona urbana.

Também merece registro a organização, no dia 31 de julho de 2013, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, de um seminário que discutiu a Lei 075. Contando com a participação do professor da Universidade Estadual de Feira de Santana Gerinaldo Costa, teve o objetivo de mostrar aos presentes os novos limites de cada bairro, permitindo aos trabalhadores rurais a localização de suas propriedades e a identificação como área urbana ou rural. Os trabalhadores estavam preocupados com as implicações do pagamento

<sup>3</sup> Identificaram-se também as reportagens intituladas *Projeto aprovado cria seis novos bairros em Feira de Santana*, por Luiz Tito, disponível em <http://www.atarde.uol.com.br>, de 21 de julho de 2013; e *Prefeitura diminui a zona rural e cria mais 6 bairros em Feira de Santana* (BLOG DA FEIRA, 2013). Nessa segunda reportagem, o jornalista afirma: “A Lei é uma das aprovadas pelos vereadores *sem discussão e em caráter de urgência*, chamado de ‘rolo compressor’”. As comunidades também *não foram consultadas*” (grifo nosso).



do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e não mais do Imposto Territorial Rural (ITR), com suas aposentadorias e com a possibilidade de ficarem de fora dos projetos e programas de governo destinados às áreas rurais.

Porém, mesmo com a organização dos protestos, não houve qualquer mudança de perspectiva. O fato está consumado, e os trabalhadores terão que se “adaptar”, já que não conseguiram ampliar a mobilização e o debate com força suficiente para fazer com que os representantes eleitos pelo povo recuassem. Mais uma vez, os eventuais prejuízos ficaram com os trabalhadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo analisado, está claro que a prefeitura agiu em defesa de interesses específicos de empresários, industriais e incorporadores imobiliários e em detrimento dos trabalhadores rurais. Ficou evidente o interesse em disponibilizar solo urbano para a ampliação do CIS Norte, para a expansão dos condomínios residenciais e para a implantação de centros comerciais. Além disso, a “confusão”, a “desatualização” e a “sobreposição” de leis criaram subterfúgios que permitiram a “legalidade” da ação. Aqui se lembra, infelizmente, que se continua a reproduzir no Brasil a velha máxima: é legal, mesmo que seja imoral.

O governo, nesse caso composto por políticos que pertencem ao partido Democratas, nada tem de democrático, não debate com as comunidades e não zela pelo interesse da maioria. Ele coloca o Estado a serviço de grupos capitalistas, que constroem a cidade de acordo com a lógica do capital: espaço urbano para quem “pode pagar” por ele. Os pobres devem sair do caminho, e, para isso, nada mais conveniente do que usar a legitimidade da lei e a legalidade, mesmo que imoral, da ação do Estado.

Portanto, reafirma-se aqui o que ensinou o mestre Milton Santos ao tratar do Estado nas sociedades capitalistas atuais: “Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante” (SANTOS, 2000, p. 66). No caso analisado, essa afirmação é prontamente fortalecida e revela uma verdade: os pobres foram, mais uma vez, os prejudicados.

## REFERÊNCIAS

ACORDA CIDADE. *Feira de Santana ganha seis novos bairros; decisão desagrade trabalhadores rurais*. Disponível em: <<http://www.acordacidade.com.br>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

BEDIN, G. A. Estado, cidadania e globalização do mundo: algumas reflexões e possíveis desdobramentos. In: OLIVEIRA, O. M. de (Coord.). *Relações internacionais e globalização*. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1999.

BLOG DA FEIRA. *Prefeitura diminui a zona rural e cria mais 6 bairros em Feira de Santana*. 30 jun. 2013. Disponível: <<http://blogdafeira.com.br/home/2013/06/>>. Acesso em: 2 set. 2014.

BONETI, L. *Políticas públicas por dentro*. Ijuí, RS, UNIJUÍ, 2007.

FEIRA DE SANTANA (BA). Câmara de Vereadores. Projeto de Lei Complementar nº 075, de 20 de junho de 2013. Fixa os limites interdistritais, amplia o perímetro urbano e delimita 06 (seis) novos bairros do distrito sede do município de Feira de Santana e dá outras providências. [*Câmara Municipal*], Feira de Santana, BA, 20 jun. 2013a. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/leis.asp?id=4>>. Acesso em: 4 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Câmara de Vereadores. Lei nº 1.615/92, de 11 de novembro de 1992. Dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo na área urbana do Município de Feira de Santana e dá outras providências. [*Câmara Municipal*], Feira de Santana, BA, 11 nov. 1992. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/leis.asp?id=4>>. Acesso em: 4 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Câmara de Vereadores. Projeto de Lei Complementar nº 018, de 08 de julho de 2004. Define o perímetro urbano, delimita os bairros da cidade de Feira de Santana e dá outras providências. [*Câmara Municipal*], Feira de Santana, BA, 8 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/leis.asp?id=4>>. Acesso em: 4 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Câmara de Vereadores. Projeto de Lei Complementar nº 080, de 12 de setembro de 2013. Amplia a zona industrial – ZS, na BR 324 no município de Feira de Santana e dá outras providências. [*Câmara Municipal*], Feira de Santana, BA, 12 set. 2013b. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/leis.asp?id=4>>. Acesso em: 4 out. 2014.

FEIRA DE SANTANA (BA). Prefeitura. *Seis novos bairros criados em Feira de Santana*. 2013. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/noticias.asp?idn=5920>>. Acesso em: 18 set. 2014.

\_\_\_\_\_. *Novos bairros não prejudicam agricultores*. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/noticias.asp?idn=6798>>. Acesso em: 18 set. 2014.

GIRARDI, E. P. *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira*. 2008. 347 f. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, SP, 2008.

GONZÁLEZ, R. C. L.; PÉREZ, J. M. G.; GÓMEZ, L. A. E. *Los espacios urbanos: el estudio geográfico de la ciudad y la urbanización*. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 2012.

PREFEITURA de Feira de Santana cria seis novos bairros e não debate com comunidades rurais. *Jornal Grande Bahia*, Feira de Santana, BA, 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2013/06/prefeitura-de-feira-de-santana-cria-seis-novos-bairros-e-nao-debate-com-comunidades-Rurais.html>>. Acesso em: 18 set. 2014.

PROJETO aprovado cria seis novos bairros em Feira de Santana. *A Tarde*, Salvador, 21 jul. 2013. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/materias/1519857-projeto-aprovado-cria-seis-novos-bairros-em-feira-de-santana>>. Acesso em: 18 set. 2014.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo – Território Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, MG, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico e informacional*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SENELLART, M. *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. São Paulo: Editora 34, 2006.

SILVA, A. de S. *A influência do Centro Industrial do Subaé (CIS) no processo de urbanização do bairro do Tomba: um estudo de caso no município de Feira de Santana-Ba*. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano)-Universidade Salvador, Salvador, 2010.

SILVA, O. A. da. Conflitos agrários, movimentos sociais e a ação de governos neoliberais: o caso do município de Ponto Novo no estado da Bahia Brasil. *Campo - Território Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, MG, v. 8, p. 2-17, 2013.

\_\_\_\_\_. Água a serviço do grande capital: a influência do Banco Mundial na ação de governos neoliberais no Brasil. In: MORA ALISEDA, J.; CONDESSO, F; SÃO PEDRO, B. (Org.). *Desenvolvimento sustentável e recursos hídricos*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2010. v. 1, p. 337-356.

\_\_\_\_\_. *Recursos hídricos, ação do estado e reordenação territorial: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de Ponto Novo no estado da Bahia - Brasil*. 2008. 376 f. Tese (Doutorado)-Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2008.

## CIDADES DA SOJA: AMPLIANDO O DEBATE SOBRE A URBANIZAÇÃO LIGADA À ESPECIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

*Paulo R. B. Soares\**<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Algumas cidades médias e pequenas do Brasil têm sido dinamizadas por novos processos desde a década de 1970. Esses processos correspondem à incidência de vetores modernizantes, associados ao período histórico contemporâneo, denominado técnico-científico-informacional.

Em uma época imediatamente anterior, correspondente aos primeiros anos da segunda metade do século XX, a ênfase desenvolvimentista foi concentrada na dispersão da industrialização pelo território nacional, com ações coordenadas pelas superintendências de desenvolvimento regionais. Entretanto, logrou-se apenas o surgimento de novos polos industriais, majoritariamente em algumas capitais do Nordeste e Norte, pouco afetando o interior dessas regiões.

Neste trabalho, buscou-se apontar e analisar algumas características das cidades interioranas pequenas e médias que possam ajudar a compreender melhor a dinâmica espacial decorrente desse processo particular de urbanização do campo brasileiro. No cenário inicial, o maior impacto sobre essas áreas interioranas foi a abertura de estradas, ainda que muito precárias. A criação da nova capital federal também fazia parte desse plano de interiorização e impactou áreas que se encontravam bastante desconectadas do crescimento econômico nacional. O único vetor de modernização produtiva a atingir essas áreas, especialmente nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, foi a agropecuária altamente tecnicizada e científica, a partir das décadas de 1970 e 1980.

Surgiram, assim, cidades do agronegócio. Numa marcha desde o sul dos estados do Mato Grosso do Sul e Goiás, o movimento seguiu para o norte, incorporando também parte do oeste baiano, mas através da seleção de pontos, sem que houvesse uma contiguidade ou transbordamentos sucessivos de uma mancha de progresso.

Tanto a forma quanto o conteúdo desses novos pontos dispersos pelas áreas do cerrado brasileiro respondiam a ordens ou comandos elaborados em pontos distantes, na região concentrada do Centro-Sul ou mesmo no exterior. Em concordância com essa configuração espacial de redes e com o caráter exportador da atividade econômica desenvolvida, a lógica desses espaços conformou-se extrovertida.

\* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e mestre em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador de agropecuária do IBGE, gerência técnica do Censo Agropecuário – Diretoria de Pesquisas. paulo.soares@ibge.gov.br

<sup>1</sup> O texto exprime opiniões do autor e não da instituição à qual está ligado.

As áreas inicialmente atingidas por tais vetores modernizantes apresentam um dinamismo extremamente acelerado e concentrado na especialização agrícola. Os fluxos de capitais e a geração de renda num ambiente de competição exacerbada passam a oferecer condições para a gradual diversificação da economia local. Como analisado por Bernardes (1996), a diversificação começa, em geral, restrita à presença do capital que controla a venda dos insumos básicos, das máquinas e equipamentos, além do transporte e da comercialização da produção de soja. Em seguida, o capital se expande a outras esferas de produção, como a indústria de esmagamento e a pecuária integrada (avicultura, suinocultura e bovinocultura).

Assim, desde o fim da década de 1970, surgem, espalhadas pelo cerrado brasileiro, “novas capitais da soja”, principal *commodity* escolhida para os investimentos e elemento estruturador da última fase da modernização agrícola brasileira, que se dá a cada cinco anos, aproximadamente. O título recai sobre os novos *fronts*, nos quais o primeiro impulso de crescimento é realmente restrito à monocultura e aos serviços diretamente ligados a essa atividade.

A seleção de novas áreas se baseia, obviamente, em vantagens competitivas para o capital. Trata-se, portanto, de um processo cada vez mais privado, e as ações do Estado são demandadas pelos agentes corporativos para o suporte à atividade. Como já foi dito acima, gradualmente ocorrem modificações do espaço e abrem-se possibilidades de rearranjos dadas pela própria evolução, cada vez mais acelerada, da dinâmica territorial. Expulsão e atração de populações, mudanças sociais, novos objetos e ações de outros agentes econômicos recém-chegados e do Estado, desenvolvimento de setores econômicos mais ou menos dependentes da atividade principal original são exemplos dos diferentes fatores que determinam tal evolução.

O presente estudo contrapõe verificações empíricas e discute as argumentações teóricas que alertam para os prejuízos ao território decorrentes da implantação desse modelo de produção e de desenvolvimento. Cada vez mais tem se tornado senso comum nos trabalhos acadêmicos a afirmação de que a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira determinada pela produção de *commodities* produz impactos negativos à maioria da população rural, promovendo um crescimento excludente e gerador de pobreza. Ao se analisar os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, no oeste do estado da Bahia, contrariamente à maior parte das afirmações acadêmicas, verificou-se que, nas últimas décadas, houve uma notável melhoria nos indicadores socioeconômicos, desde diminuição da pobreza e da desigualdade até acesso da população a serviços básicos como saúde e educação.

A questão do impacto do agronegócio no território nacional é, então, reavaliada a partir de considerações também políticas, sociais e econômicas.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

A ideia inicial para este trabalho era fazer uma análise comparativa de cidades submetidas a processos semelhantes de modernização agrícola em tempos diferentes. O exemplo seria a especialização produtiva em soja.

Tendo essa atividade econômica como centro do estudo, partiu-se para uma compreensão dos contextos ou diferentes realidades que podem ser identificados durante o seu desenvolvimento no Brasil, isto é, as conjunturas históricas que se relacionam às distintas configurações espaciais das áreas do território que vão sendo inseridas no circuito produtivo da soja.

Assim, tem-se o ponto inicial para o estudo da expansão da soja no noroeste do Rio Grande do Sul nos anos 1960, mais precisamente na região de Santa Rosa. Essa produção, na verdade, foi um desdobramento da política para o trigo, com vistas à substituição da importação do produto, e se deu no contexto da chamada revolução verde, marcada pelo uso intensivo de insumos industrializados na agricultura. A cultura foi introduzida apenas para a rotação com trigo e logo despertou o interesse dos agricultores, que passaram a vê-la e cultivá-la como atividade principal. Nesse momento, a soja espalhou-se também por pequenas propriedades, mesmo nas caracterizadas pelo cultivo diversificado.

O segundo ciclo de expansão da soja, que se associa à ampliação da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, nas áreas de cerrado, já foi fruto da ação de interesses internacionais na produção para exportação. Mesmo aqui, é importante quebrar o tempo em períodos distintos. O primeiro iniciou-se na década de 1970, durante a ditadura militar nesse país, em que se destaca especificamente o interesse japonês, decorrente do embargo norte-americano às exportações da soja lá produzidas e ações do governo brasileiro para estimular a ocupação do interior do país. Mais tarde, nos anos de 1990, houve um novo período, associado à liberalização dos mercados brasileiros e à mudança de papel do governo, que se articula ou se submete às ações de interesses de grandes corporações econômicas transnacionais.

Há rupturas fundamentais entre os três processos em termos de dinâmicas e circunstâncias que os definem, ainda que se reconheçam elementos que os unam numa certa linearidade histórica. O desenvolvimento tecnológico, por exemplo, obedece a certa linearidade, numa sucessão de empreendimentos de agentes que se associam ao longo do tempo, tendo como principal propulsor e aglutinador a Embrapa. Todos os sucessivos tempos destacados acima se pautam na modernização da agricultura.

Em termos de agentes, outra componente é a dos produtores. Agricultores do sul do país, experientes no cultivo altamente tecnificado do grão, aqueles do primeiro período da produção inserida no padrão da revolução verde, foram estimulados a migrar para os cerrados, áreas de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, no que se considera aqui um segundo período. A migração envolveu certa diversidade de situações socioeconômicas. Houve projetos de assentamento em pequenas propriedades para imigrantes que estavam sendo expulsos do

campo pela modernização e concentração de terras, características do processo nos anos 1960 e 1970, bem como o fluxo de produtores capitalizados (muitas vezes com a venda das terras no sul), que chegaram comprando ou arrendando terras muito vastas, dada a enorme diferença de preço entre as regiões.

No fim dos anos 1980 e nos anos 1990, a financeirização e a abertura dos mercados mundiais para a ação das grandes corporações transnacionais, conjuntamente com a mudança do papel do Estado (tanto por sua falência – dívida e inflação – quanto por questões ideológicas de adesão ao neoliberalismo e às imposições do FMI e do Banco Mundial), representaram uma nova mudança na dinâmica dessas áreas, que, basicamente, continua sendo a mesma circunstância determinante ainda hoje. O comando de poucas e poderosas transacionais se dá desde o financiamento casado à aquisição da produção (oligopsônio), passando por todo o provimento de insumos (sementes, fertilizantes, agrotóxicos e máquinas são mercados muito oligopolizados). Ao governo cabe viabilizar estruturas para que o movimento de produtos, capitais e informação seja o mais fluido possível, arcando também com demandas que o crescimento populacional dessas áreas de fronteira vai impondo. Ocorre também uma seleção cada vez maior dos produtores aptos a competir nesse ambiente de intensa tecnificação e maximização da produtividade, que tem uma dimensão mundial.

A escolha das áreas para a expansão da lavoura responde, basicamente, ao critério de máxima produção com mínimo custo final do produto já nos mercados de consumo. Alguns condicionantes naturais (principalmente topografia plana e possibilidade de irrigação), juntamente com a menor resistência às mudanças ditadas por esse modelo modernizante – que pode estar associado a algum tipo de favorecimento do Estado – e a presença de certas estruturas (principalmente vias de transporte, eletrificação e telecomunicações, que eram e continuam sendo “papel do Estado”), são os elementos que determinam a escolha das áreas a serem incorporadas. Sem dúvida, o modelo de desenvolvimento baseado na inserção econômica seletiva ditada pelos grupos transnacionais é limitado espacialmente a esses pontos incorporados nesse processo modernizante. Em tal período, “[...] a economia da soja assumiu um papel de extrema importância no cenário agrícola brasileiro ao influir nas discussões sobre pesquisa, tecnologia, agroindústria, cadeias produtivas e infraestrutura. Em virtude disso, ela pode ser confundida com o próprio processo de modernização da agricultura brasileira” (BRUM et al., 2005).

## COMO AVALIAR OS EFEITOS NO TERRITÓRIO DESSE PROCESSO HISTÓRICO?

A partir dessa pergunta e dada a exiguidade de tempo para executar o projeto de estudar várias áreas, conforme o objetivo inicial deste trabalho, decidiu-se analisar estudos geográficos da difusão do agronegócio. A ideia é verificar as afirmações sobre o modelo de produção frente à evolução do quadro socioeconômico de uma região reconhecidamente importante para a situação problematizada.

Foi escolhida a área do oeste da Bahia, especificamente os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, este último emancipado do primeiro há menos de duas décadas, sendo que ambos ainda estão extremamente imbricados. Essa região é, sem dúvida, emblemática para o processo em questão.

Avaliar um determinado modelo de desenvolvimento ou simplesmente a dinâmica de territórios envolve questões de cunho político. Entende-se política aqui como a arena na qual os agentes negociam seus interesses, enfrentando conflitos e buscando alianças. Precisam ser considerados responsabilidades, custos e dividendos de ações que buscam o desenvolvimento. Nomeando-se de modo simplista os agentes, têm-se governos e forças políticas organizadas e institucionalizadas, grupos econômicos organizados (a também chamada iniciativa privada ou interesses corporativos) e sociedade civil (o povo). A geografia acrescenta o próprio espaço – sua concretização nos lugares – a esse arcabouço que pretende compreender a realidade.

O pensamento disciplinar e a empiria são fazeres associados e não conflitantes. Pensar e olhar a realidade são procedimentos fundamentais para a produção do conhecimento e não podem estar afastados, para que não sejam enganosos. Um completa o outro.

Analisar o processo de modernização agrícola associado à produção de *commodities* precisa levar em conta várias questões, as quais têm maior ou menor complexidade e demandam um olhar abrangente que busque contemplar todos os elementos envolvidos.

Como caminho estruturante para o trabalho, elegeu-se o diálogo direto com uma afirmação (e com o conjunto de trabalhos) de Denise Elias, a qual resume o entendimento sobre a reestruturação da agropecuária brasileira e as consequências em termos de desenvolvimento nacional:

Acirrou-se a expansão das relações capitalistas de produção no campo, conduzida de forma extremamente prejudicial à maioria da população rural, à organização do território e ao meio ambiente. Desse modo, promoveu um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza, e acentuou as históricas desigualdades socioeconômicas e territoriais brasileiras. (ELIAS, 2006).

Uma questão indiscutível, tomando como unidade de análise o quadro nacional, como já dito brevemente, é a incapacidade desse modelo modernizante do chamado agronegócio de gerar um desenvolvimento abrangente territorial ou regionalmente. Ou seja, a incompetência para produzir também amplas solidariedades que transbordem a vizinhança mais imediata dos pontos diretamente inseridos na produção moderna. É inerente à sua própria organização e funcionamento a seletividade e os efeitos restritos à sua geometria de redes e pontos, associando lugares distantes a partir de uma divisão entre áreas de comando e de obediência. E isso tem uma razão de ser simples: trata-se de processos conduzidos por atores privados, corporações, que não têm, naturalmente, interesse em promover a equidade e a diminuição da desigualdade territorial.



Esse aumento da desigualdade pode se dar por um processo concentrador de renda, que, ao mesmo tempo em que beneficia determinados setores, prejudica outros, ampliando o fosso social. Também pode ocorrer pelo simples fato de apenas parte do conjunto social ser a única ou a maior beneficiada por uma mudança na estrutura produtiva, afastando-se das condições do restante da população não incluído nos efeitos positivos.

A análise da modernização do campo não pode ser circunscrita às modificações na área de produção agrícola, pois as cidades – ou, em certos casos, o conjunto de cidades contíguas – se transformam totalmente, assumindo novas funções. Como dito por Milton Santos e Maria Laura Silveira, essas são “[...] as cidades médias na encruzilhada das verticalidades e horizontalidades” (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Os autores afirmam que esses lugares acabam beneficiados ou, ao contrário, feridos ou mortos pela incidência da modernização globalizante. Isso quer dizer que é reconhecida a possibilidade de haver efeitos positivos para o seu desenvolvimento.

Um aspecto negativo e inaceitável, no caso da incorporação de terras à agricultura moderna, é a forma injusta, clandestina e violenta comum ao processo de ocupação em certas áreas, muitas delas beneficiadas pela ação do Estado de provimento de infraestrutura, especificamente os perímetros irrigados. Isso, ideologicamente, é assumido como um passivo da modernização, mas não passa do que é: um ou mais crimes envolvidos no processo de grilagem. Compete ao Estado que a lei seja cumprida.

O que se pretendeu desenvolver é uma discussão que reconheça as ações de cada um dos agentes envolvidos no processo de modernização da agricultura, destacando os interesses corporativos (grandes empresas), o Estado e, em alguns momentos, a população. Esta engloba, por sua vez, agentes econômicos diversos: desde o pequeno agricultor familiar ao produtor diretamente associado ao circuito produtivo globalizado, além dos outros setores da economia.

O papel do Estado como principal agente provedor das estruturas (açudes, sistemas de distribuição de água, energia e telecomunicações, ampliação de portos, construção e manutenção de estradas, dotação de serviços públicos demandados por novas dinâmicas sociodemográficas etc.) termina por beneficiar desigualmente grandes corporações e a sociedade. Esse aspecto voltará a ser discutido mais adiante, pois é o ponto principal a ser destacado neste trabalho.

Uma questão abordada em algumas análises da modernização agrícola é a desagregação de comunidades construídas historicamente (e baseadas em relações sociais consideradas mais solidárias), determinada pela “proletarização e urbanização do trabalhador agrícola” (SILVA, 1982). Certamente, este ponto está mais inserido no fazer da antropologia, e esse diálogo entre as disciplinas ainda tem muito que evoluir, apesar de um dos trabalhos geográficos pioneiros no estudo dessas áreas do agronegócio ser a brilhante tese de Haesbaert (1997). O autor opta por não privilegiar a base econômica das transformações territoriais. Explora o espaço simbólico, de referência identitária, priorizando uma abordagem mais cultural ou culturalista.

Sob a perspectiva modernizante da cultura urbana predominante, que avalia bem-estar por parâmetros definidos a partir de determinada concepção de qualidade de vida, há aspectos positivos nessa proletarianização-urbanização do trabalhador agrícola, ou do habitante de um certo espaço rural. Critérios objetivos, como acesso às redes formais de saúde e educação, são potencialmente melhorados nesse processo. Reconhece-se a quase impossibilidade de fazer chegar às populações dispersas e isoladas uma gama de serviços prezados como urbanidades positivas e mesmo necessárias.

Haveria uma possibilidade de melhoria da qualidade de vida baseada em outros critérios que não está contemplada nessa visão urbana ou urbanizadora?

O governo tem trabalhado com a autodeterminação de certas populações no desenho do que se consideram políticas de desenvolvimento culturalmente ajustadas a particularidades ou especificidades de grupos pequenos e muito diversos, como quilombolas, ciganos, faxinalenses, geraizeiros etc. Mas as discussões são sempre contraditórias ao inserir, aqui e ali, certos critérios de mesma natureza urbana e externa ao “mundo” dessas populações para desenhar ou avaliar políticas. Um exemplo é a questão de garantir acesso à educação na rede pública a populações ciganas que migram constantemente, ou aumentar a renda de quilombolas, agregar valor a produtos certificados. Tudo isso é, na verdade, uma forma de inserção no mundo do mercado, negada, em princípio, no discurso da autodeterminação.

Mas seria o modelo de desenvolvimento aqui colocado em questão, baseado na especialização em agronegócio para exportação, portador de uma contradição que produz a dualidade: crescimento econômico e pobreza sendo criados concomitantemente, ou, em outros termos, fragmentação espacial com a formação de subespaços ricos, enquanto outros continuam ou afundam na pobreza?

Reconhecer que o modelo baseado na inserção econômica seletiva ditada pelos grupos transnacionais é limitado espacialmente não é o mesmo que apontar esse modelo como gerador de pobreza.

Volta-se, então, à verificação de algumas afirmações sobre as consequências mais localizadas nos territórios ou regiões produtivas inseridas no agronegócio de lógica global.

Essa incidência das chamadas verticalidades dotadas de uma racionalidade exterior e não solidária, como descrito por Santos (1996), tem sido apontada como geradora de pobreza e de vulnerabilidade socioeconômica nos territórios atingidos. Isso ocorreria porque esse processo seria concentrador de renda/riqueza, limitador de possibilidades de trabalho e causaria total vinculação do destino do território a decisões tomadas em lugares distantes e sem responsabilidade com a economia local.

A questão da “alienação” do poder decisório sobre variáveis fundamentais da atividade econômica é, em princípio, indiscutível. Ou melhor, a princípio. Pois esse efeito, essa extrema dependência, tende a se anular à medida que o lugar se desenvolve. Esse seria um dos pontos

a serem observados no projeto inicial deste trabalho, analisando a evolução e a diversificação (ou não) que ocorre com as economias dos lugares inicialmente centrados na produção agrícola para exportação.

A seguir, são apresentadas algumas verificações sobre as outras afirmações: o modelo ser prejudicial à maioria da população rural, gerador de exclusão e pobreza. De modo breve, aqui já deve ser antecipado que uma análise empírica cuidadosa revela que Barreiras e Luís Eduardo Magalhães têm conseguido atingir um nível de desenvolvimento mais significativo e relativamente melhor distribuído no interior de suas sociedades que as áreas não incorporadas ao agronegócio da soja.

No trabalho acadêmico, é muito importante evitar contradições e afirmações ideológicas infundadas e mesmo desmentidas pela verificação correta da realidade. O método não prescinde do trabalho de aproximação da realidade quando se faz ciência. Ao contrário, ele se reforça e se sustenta quando está realmente amparado pela verificação do que está acontecendo nas distintas realidades que conformam a empiricização da totalidade, ou seja, o próprio objeto da geografia: os espaços cotidianos, os lugares.

Especificamente no âmbito de trabalhos geográficos, o que se observa é que existem contradições e incoerências em certas avaliações, que seriam a delicada ligação entre o método e certas escolhas metodológicas.

## A QUESTÃO DA PRODUÇÃO CONCOMITANTE DE POBREZA E RIQUEZA

Diferentemente do que é afirmado em diversos trabalhos acadêmicos – mas nunca demonstrado com dados –, o Atlas do Desenvolvimento Humano (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013), com dados municipais a partir da amostra do Censo Demográfico, revela a diminuição da pobreza e também da desigualdade em municípios como Barreiras, Luís Eduardo, Balsas e Sorriso.

Os números de distribuição da renda que circula na economia local não mostram o tamanho da renda que é drenada via empresas, por movimentações financeiras que, em geral, terminam em remessa internacional de lucros. Tampouco se avalia o passivo gerado na exploração dos recursos naturais envolvida no processo de produção agrícola. Essas seriam também frentes de investigação para melhor caracterizar a situação. Mas, de qualquer modo, isso não relativiza a questão da melhoria nos indicadores de pobreza e desigualdade no lugar. William Menezes, entretanto, é categórico ao afirmar que “[...] o crescimento econômico e a modernização não refletem em justiça social para a população do município. As desigualdades sociais são mais nítidas nos dois principais centros urbanos: Barreiras e LEM” (MEZENES, 2014 p. 259). O autor não apresenta nenhum indicador ou dado que comprove essa afirmação, apesar de descrever

muito bem, apoiado em autores como Milton Santos, Maria Laura Silveira, Rogério Haesbaert e Denise Elias, o processo de modernização do território.

Há de se considerar que a diminuição da pobreza observada é também consequência das políticas governamentais de elevação do valor real do salário mínimo, de transferência direta de renda e de expansão da aposentadoria rural<sup>2</sup>, concomitantemente com o recente ciclo de dinamismo econômico desses lugares do agronegócio. Mas é fácil perceber que os resultados nesses pontos de dinamismo econômico determinado pela modernização da agricultura são mais significativos quando comparados com outras áreas, não incorporadas pelo agronegócio, mas também beneficiadas pelas políticas sociais.

É razoável afirmar que a urbanização gerada pelo agronegócio, com ampliação da parcela de trabalho não agrícola na população dos municípios, teve uma relação positiva com a diminuição da desigualdade da renda dos trabalhadores. De acordo com Hoffmann e Oliveira (2014), no caso do setor agrícola, a contribuição dos rendimentos dos empregados na diminuição da desigualdade é substancialmente menor. A importância dos ganhos de aposentadoria e pensão é maior nas áreas rurais, onde houve uma substancial queda da renda proveniente do trabalho, como verificado por Maia e outros (2008).

A Tabela 1 mostra como o município de Luís Eduardo Magalhães apresentou uma expressiva melhoria do IDHM nas últimas duas décadas, com taxas de crescimento de 39,9% e 30,9% para os dois últimos períodos intercensitários, atingindo um nível considerado alto (0,716) em 2010. As dimensões que mais cresceram entre os anos de 2000 e 2010 foram educação, longevidade e renda.

**Tabela 1**  
Evolução do IDHM – Luís Eduardo Magalhães – 1991/2010

Anos	IDHM
1991	0,391
2000	0,547
2010	0,716

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

Analisando-se especificamente a distribuição da renda, verifica-se, na Tabela 2, a redução drástica do percentual de extremamente pobres e pobres.

<sup>2</sup> A elevação do valor real do salário mínimo tem tido grande influência também no efeito da aposentadoria na diminuição da desigualdade desde que foi instituída a vinculação do piso para o benefício.

**Tabela 2**  
 Evolução do percentual de pobre e extremamente pobres – Luís Eduardo Magalhães – 1991/2010

Anos	% de extremamente pobres	% de pobres
1991	17,45	40,52
2000	4,04	17,28
2010	2,92	10,52

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

Para se fazer uma comparação, apresentam-se, na Tabela 3, os dados do município de Santa Maria da Vitória, localizado bem próximo, no oeste baiano, porém não incorporado ao circuito produtivo espacial da soja.

**Tabela 3**  
 Evolução do percentual de pobre e extremamente pobres – Santa Maria da Vitória – 1991/2010

Anos	% de extremamente pobres	% de pobres
1991	43,96	76,77
2000	39,68	61,57
2010	18,78	34,68

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

Percebe-se que a diminuição da pobreza foi mais intensa em Luís Eduardo Magalhães, assim como os índices são muito mais baixos desde o início dos anos 1990. A situação em Santa Maria da Vitória certamente se deve à falta de uma atividade que impulse o dinamismo da economia, como tem sido a soja em Luís Eduardo Magalhães.

Outro indicador que merece destaque é o que mostra a concentração de renda nas mãos dos estratos mais ricos da população. Analisando-se a distribuição da renda total por quintos da população do município, têm-se os números para o estrato superior apresentados na Tabela 4.

**Tabela 4**  
 Evolução do percentual da renda dos 20% mais ricos – Luís Eduardo Magalhães – 1991/2010

Anos	% da renda 20% mais ricos
1991	75,21
2000	67,46
2010	65,52

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

Apesar de o processo de desconcentração de renda no quinto mais rico da população ter se desacelerado, é interessante, em termos de comparação, verificar que, na cidade de São Paulo, tomada como o extremo oposto em termos de diversidade econômica e social, a concentração da renda só tem aumentado (60,9%; 65,1% e 67,2% para os três últimos anos de censos demográficos do IBGE).

Um ponto importante e geralmente negligenciado quando se faz análise da evolução da pobreza em municípios é considerar os fluxos migratórios.

É trabalhoso, mas não impossível, compor a estatística da população que é expulsa de um lugar no Censo Demográfico do IBGE. Mas deveria ser mais comum em estudos sobre pobreza, especialmente em áreas de recentes transformações espaciais e dinamismo econômico, verificar se a parcela de imigrantes representa um afluxo de pobres atraídos pela informação de dinamismo econômico e possibilidade de melhoria de condições de vida. Se tal movimento é verificado, torna-se incorreto atribuir a geração de tal pobreza ao modelo de desenvolvimento econômico do lugar, o qual, em verdade, está atraindo uma massa de pobres originários de áreas deprimidas.

O outro lado do fluxo migratório, a expulsão de parcela da população, também pode ser analisado a partir da base de dados do Censo Agropecuário. A melhoria dos indicadores sociais pode ser influenciada pela expulsão seletiva dos pobres.

A complementação do presente estudo com uma investigação mais completa da migração ficará para outro momento, pela exiguidade do tempo. Entretanto, alguns elementos verificados merecem destaque. Um ponto inicial é o significativo saldo líquido migratório que as duas cidades apresentam, percebendo-se claramente que se trata de municípios de atração de imigrantes, especialmente pobres, como pôde ser verificado superficialmente num dia de campo no município, em outubro de 2014, por ocasião do IV Simpósio Cidades Médias e Pequenas. Separando-se dois subgrupos das populações das duas cidades baseados no tempo de moradia (dados da amostra do Censo Demográfico do IBGE, 2010), verificou-se a participação do grupo de renda inferior a dois salários mínimos. Em Luís Eduardo Magalhães, os residentes no município há no máximo dois anos e com renda inferior a dois salários mínimos são 16,9% do total desses recém-chegados. Na população que mora no município há 10 anos e mais, 3,9% têm essa renda. Para Barreiras, os números são 21,5% para os recém-chegados e 16,4% para os residentes há 10 anos e mais. É evidente a atração que essas cidades exercem sobre populações mais pobres de outras áreas.

A Tabela 5 apresenta outros indicadores importantes de desenvolvimento em Luís Eduardo Magalhães, com características do acesso à educação e da habitação.

Anos	% de 5 a 6 anos frequentando a escola	Acesso à água encanada
1991	5,95	54,67
2000	54,15	75,73
2010	85,47	93,82

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

A análise dos indicadores anteriores para o município de Barreiras revela um quadro de melhoria geral muito parecido ao de Luís Eduardo Magalhães. O IDHM aumentou rapidamente (taxas de 40,2% e 26,0% para os dois últimos períodos intercensitários) e hoje também é alto (0,721), e as dimensões que mais cresceram de 2000 a 2010 foram educação, longevidade e renda (Tabela 6).

Tabela 6 Evolução do IDHM – Barreiras – 1991/2010	
Anos	IDHM
1991	0,408
2000	0,572
2010	0,721

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

Para a questão da pobreza, Barreiras tem uma evolução semelhante à de Luís Eduardo Magalhães, mas com valores um pouco mais altos (Tabela 7). Acredita-se que o processo histórico de formação dos municípios, com a recente emancipação de Luís Eduardo, explica a diferença.

Tabela 7 Evolução do percentual de pobre e extremamente pobres – Barreiras – 1991/2010		
Anos	% de extremamente pobres	% de pobres
1991	20,63	47,64
2000	12,95	33,91
2010	5,52	16,27

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

Em termos da concentração de renda no quinto superior da população de Barreiras, há um movimento não contínuo (ligeira elevação no ano de 2000), mas de redução consistente para o período considerado (Tabela 8).

Tabela 8 Evolução da participação da renda dos 20% mais ricos – Barreiras – 1991/2010	
Anos	% da renda 20% mais ricos
1991	65,08
2000	66,44
2010	60,79

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

Para Barreiras, o indicador de qualidade da habitação aqui destacado – percentual de domicílios com acesso a água encanada – também mostra valores e evolução muito semelhantes aos verificados para Luís Eduardo Magalhães (Tabela 9).

**Tabela 9**  
**Indicadores de acesso à educação e água – Barreiras – 1991/2010**

Anos	1991	2000	2010
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	31,09	71,89	93,37
% domicílios com água encanada	56,24	77,87	92,32

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

Foram analisados apenas rapidamente<sup>3</sup> os números de outros *fronts* da agricultura moderna no cerrado e semiárido do Nordeste. Balsas (MA) – soja – e Limoeiro do Norte (CE), no Vale do Rio Jaguaribe – fruticultura irrigada -, têm evolução semelhante para esses indicadores.

É muito interessante observar que o município de Balsas apresenta índices piores do que os das duas cidades do oeste da Bahia aqui analisadas, mas é possível verificar um movimento semelhante, só que com certo atraso. Ainda que se deva ter muito cuidado em generalizar raciocínios de interpretação de fenômenos espaciais em lugares distintos, é preciso considerar que, apesar de a introdução do plantio da soja ter ocorrido em Balsas no começo da década de 1980, a atividade só se desenvolveu a partir do fim da década seguinte (apenas em 1999 a área plantada de soja no município ultrapassou 50 mil hectares, número verificado em Barreiras já no final da década de 1980). Essa consideração do tempo faz pensar que aquilo que se observa em Barreiras em termos dos indicadores socioeconômicos selecionados acima tardará um pouco, mas já está em processo na cidade do sul maranhense. De fato, já se observam melhoras na mesma direção em termos de redução da pobreza e acesso à educação, mas os três anos comparados no estudo do IDHM não mostram uma evolução na questão da concentração de renda, que aumentou entre 1990 e 2000, para cair entre 2000 e 2010. Se se considera que o impacto real da atividade da soja começa a ser sentido apenas a partir de 1999, pode-se imaginar, levando-se em conta o que aconteceu no oeste da Bahia, que a renda gerada vá se distribuindo melhor com o passar do tempo.

## CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA OU AGRÍCOLA

O desenvolvimento do agronegócio em áreas do cerrado e semiárido é geralmente relacionado ao aumento da concentração fundiária. Este é um problema histórico no Brasil e, especialmente, no sertão nordestino.

A questão política da demarcação do semiárido e sua definição como uma “região problema”, para a qual o Estado deveria lançar políticas compensatórias – o que se concretizou com a criação do IOCS, em 1909, apesar de a delimitação do chamado polígono da seca só ter surgido em 1936, segundo Silva (2007) –, acabou por determinar uma resistência maior das

<sup>3</sup> Desde que o objetivo do presente trabalho foi redefinido, as áreas a serem estudadas foram limitadas aos dois municípios do oeste da Bahia, mas se pretende ampliar o estudo para melhor entender as particularidades de outros lugares e também verificar se há tendências que possam ser destacadas ao longo do tempo.



forças políticas locais baseadas na histórica concentração fundiária. Essas forças consolidaram um certo uso político da terra, tanto como forma de poder sobre populações que dela dependiam para atividades de subsistência, quanto como possibilidade de receber recursos e outras vantagens do governo.

Esse é outro tema pouco explorado nos estudos da evolução e conformação espacial do Nordeste, ou “nordestes”, frente a processos modernizantes. Acredita-se que a seca, ou melhor, a importância do seu uso político para a sustentação do poder de uma oligarquia latifundiária, ajuda também a explicar a preferência pelo cerrado na localização dos *fronts*. Explicando melhor: a estrutura política fortemente amparada na propriedade da terra pela elite local representa uma rugosidade – para se remeter novamente a Milton Santos –, uma dificuldade para a entrada de novos agentes econômicos (e políticos) que pretendam usar a terra como sustentação de suas atividades.

As recorrentes afirmações de aumento da concentração fundiária podem estar se referindo a duas coisas diferentes. Precisa-se distinguir a propriedade da terra e as condições de acesso a ela. Há uma diferença importante entre concentração fundiária (propriedade) e aquilo que se chama concentração agrária (formas de acesso), ainda que exista uma inegável correlação.

É muito comum o argumento de concentração fundiária ser construído ou ilustrado com dados do Censo Agropecuário. Trata-se de um erro conceitual, pois a unidade de investigação do Censo Agropecuário não é a propriedade rural, mas sim o estabelecimento agropecuário, que é uma unidade de exploração econômica sob uma determinada administração, independentemente da condição de acesso à terra. Portanto, o Censo Agropecuário investiga a situação mais ampla de acesso à terra, e não a questão restrita da propriedade, e o faz apenas para as áreas em produção. Todo o universo de propriedades absolutamente improdutivas não faz parte da pesquisa. Mas muitos são os autores que, mesmo reconhecendo essas diferenças, afirmam que ainda se trata da melhor fonte de informação para estudar a concentração fundiária.

Analisando-se os dados dos últimos censos agropecuários do IBGE, (1995/96 e 2006), procedendo-se à agregação dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo, verifica-se um alto índice de concentração da terra (Gini de 0,85 e 0,91, respectivamente). Por outro lado, houve aumento expressivo de 31,4% no número de estabelecimentos, expansão de apenas 7,5% na área cultivada e crescimento de 30% do pessoal ocupado nos estabelecimentos. Esses dados demandam um estudo mais apurado para a verificação da possível oligopolização do espaço agrícola e exclusão social no meio rural.

Os números para ocupação agrícola da amostra dos censos demográficos de 2000 e 2010 revelam que não houve uma mudança muito significativa na participação dessa atividade no total da população dos dois municípios. Em 2000, os trabalhadores na agropecuária representavam 14,7%. Em 2010, 12,3% e 14,8%, para Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, respectivamente. Interessante destacar a posição na ocupação e compará-la com o resto do estado e mesmo a média nacional. Em 2010, os trabalhadores agropecuários com carteira

assinada eram 4% e 10% dos ocupados para os dois municípios, e apenas 2% para a Bahia e para o Brasil, demonstrando claramente a formalização do trabalho nessa atividade na área de modernização. Os percentuais para a categoria sem carteira assinada eram 2,5%; 1,6%; 6,4%; e 2,8%. Por último, cabe destacar a participação dos trabalhadores agropecuários para o próprio consumo como atividade principal: 2%; 1%; 9,3%; e 4%, sempre para Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Bahia e Brasil, respectivamente.

É inegável que ocorreu uma radical reestruturação produtiva do setor, mas as consequências socioeconômicas no lugar foram positivas. A conotação negativa usualmente atribuída à palavra proletarização do trabalhador do campo merece ser mais bem discutida, pois, nos casos dessas cidades do oeste da Bahia, corresponde ao aumento da renda e à melhoria de acesso a serviços essenciais.

## A EXPORTAÇÃO OU FIXAÇÃO LOCAL DA RENDA

Milton Santos, discutindo parâmetros a serem considerados na análise concomitante dos processos de urbanização e organização espacial dos países subdesenvolvidos, aponta como fatores decisivos:

A criação e retenção local do valor adicionado, a capacidade para guardar uma maior ou menor parcela da mais valia gerada, o grau de redistribuição da renda entre os produtores, os efeitos diretos e indiretos da modernização sobre a política, a sociedade, a cultura e a ideologia. (SANTOS, 1982, p. 38).

Uma boa aproximação para a questão de fixação da renda gerada no local é a evolução dos valores dos impostos na economia dos municípios. Acredita-se que a arrecadação local de impostos é uma boa aproximação do real e ilustra a relação entre política, sociedade e economia.

A forma de utilização desses recursos é outra questão, de cunho político. Mas certamente sua grandeza e evolução no tempo podem demonstrar a possibilidade de uso local de parte da arrecadação gerada pelas atividades econômicas.

O Gráfico 1 mostra como as taxas anuais de crescimento da arrecadação municipal<sup>4</sup> em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães destacam-se na comparação com outras cidades importantes no cenário econômico do estado da Bahia. Foram selecionados os municípios de Salvador (maior PIB do estado, metrópole diversificada), Camaçari (um dos mais importantes polos petroquímicos do país, mas também sede de grandes indústrias e parte da região metropolitana da capital), Feira de Santana (segunda mais importante cidade do estado, considerada de grande dinamismo econômico impulsionado pelo setor de comércio).

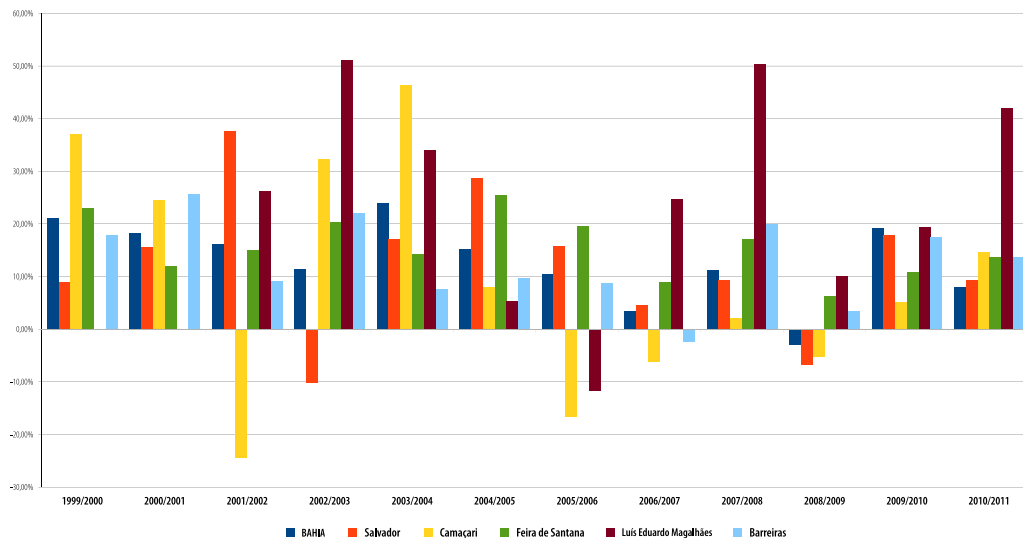
Em termos de valores absolutos dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes para 2011<sup>5</sup>, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras são o 13º e 20º maiores do estado,

<sup>4</sup> Medida aproximada aqui com os valores dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes.

<sup>5</sup> Informa-se que 2011 é o último ano disponível no Sistema de Contas Nacionais do IBGE.

respectivamente. Os impostos sobre produtos são uma componente do PIB municipal e apresentam uma forte correlação com ele. A Tabela 10 apresenta as taxas de crescimento dos PIBs municipais para as cinco cidades e para o estado da Bahia, entre os anos de 2001 e 2011.

Como se vê, há uma importante fixação da renda nesses municípios do agronegócio. O uso político dos impostos, ou seja, aquilo que é priorizado na ação dos governos locais, depende de pactos sociais, e esses são sempre passíveis de transformação.



**Gráfico 1**  
 Evolução das taxas anuais de crescimento dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes

Fonte: IBGE–Contas Nacionais.  
 Elaboração própria.

**Tabela 10**  
 Variação percentual de crescimento dos PIBs selecionados entre os anos de 2003 e 2012

Municípios selecionados	Variação percentual do crescimento do PIB (2003-2012)
Barreiras	150,36
Camaçari	75,63
Feira e Santana	239,90
Luis Eduardo Magalhães	383,62
Salvador	137,63
Bahia	146,13

Fonte: IBGE–Contas Nacionais.  
 Elaboração própria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos dos estudos sobre os espaços agrícolas incorporados à produção globalizada discutem apenas aspectos das desigualdades resultantes dessa lógica hegemônica. Haveria outros processos que se associam (indiretos, consequentes, decorrentes, resistentes) à lógica econômica dominante, chegando mesmo a inverter ou subverter essa dominância ao longo do tempo?

Essa era uma curiosidade que se pretendia atacar comparando lugares que tenham sido incorporados em diferentes períodos e verificando quais outros processos passam a se desenvolver, promovendo, ou não, diversificação e maior independência em relação à preponderância quase absoluta de apenas uma atividade econômica, responsável pelo dinamismo inicial.

Para além do processo de diversificação descrito por Bernardes (1996), que é ainda muito dependente da produção da soja, deve-se considerar a possibilidade de atração de investimentos cada vez mais autônomos e capazes de aumentar a complexidade econômica dos lugares. Esse processo deve ser sempre buscado, pois tende a diminuir a dependência dos agentes econômicos que têm pouca ou nenhuma responsabilidade com o desenvolvimento integral dos lugares.

Ações como a recente abertura de universidades nessas áreas dinamizadas, a ampliação e diversificação do setor de serviços e a possibilidade de novos ramos tornarem-se mais atrativos impulsionando outras complementaridades (incorporação imobiliária, indústria de material de construção, indústria alimentícia, hortifrutigranjeiros) podem alterar a natureza e mesmo o dinamismo da urbanização exclusivamente determinada pela modernização agrícola verificados no início do processo.

Como considerações adicionais para uma discussão do componente político, desde o âmbito local até a esfera federal, destacam-se alguns pontos a seguir.

Analisando-se a questão de desenho ou opção política tendo como objeto de interesse o espaço, diz-se ser o modelo baseado no desenvolvimento do agronegócio globalizado “socialmente excludente e espacialmente seletivo”.

Considera-se que os indicadores selecionados aqui são suficientes para contestar a exclusão social que poderia ser gerada pelo agronegócio. A hipótese de a atividade ser geradora de pobreza e de vulnerabilidade socioeconômica nos territórios atingidos, por ser concentradora de renda e limitadora de possibilidades de trabalho, não tem se verificado, especialmente para as áreas que foram incorporadas há mais tempo. De fato, tais cidades têm conseguido atingir um nível de desenvolvimento mais significativo e relativamente melhor distribuído que as outras áreas do país, mesmo grandes centros metropolitanos.

<sup>6</sup> Segundo nota do IBGE, os dados do ano de 2012 disponíveis quando da elaboração final deste texto, em 18/3/2015, estarão sujeitos a revisão na próxima divulgação.

Em relação ao aspecto espacialmente seletivo, como já foi dito, isso é inerente à lógica do agente principal (as diversas formas de capital privado associado à produção de soja), e o correto é não demonizar a existência desses pontos de incidência dos vetores de modernização baseados em economias extrovertidas, mas reconhecer que seu alcance é limitado para o desenvolvimento do país como um todo. Esse reconhecimento deveria ser a base para a formulação de políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento das áreas deixadas de fora pelo interesse corporativo. E o modelo para essas áreas pode e deve ter uma concepção totalmente diferente, admitindo-se, porém, certa complementaridade. A complexidade da questão passa pelo difícil entendimento da existência de dois ministérios – de Desenvolvimento Agrário e da Agricultura – para um único setor, diferentemente do que acontece em relação a outros segmentos da economia. As disputas e conflitos demonstram que os governos ainda não têm clareza sobre seu papel frente à complexidade do campo brasileiro. Da mesma forma, a ênfase na dotação de infraestrutura para as áreas modernizadas apenas agrava o desequilíbrio regional, pois essa é a maior carência das áreas sem dinamismo e sem poder econômico para bancar quaisquer melhorias.

Um ponto a se acrescentar à atuação do Estado frente ao processo de modernização corporativa de áreas agrícolas é o papel das inovações tecnológicas. Ainda que comandado por empresas de ponta em quase todos os diferentes setores, o processo de modernização agrícola abre a possibilidade de introdução de medidas que favoreçam o desenvolvimento de muitas e diversas indústrias nacionais. É um vasto campo da política industrial e tecnológica que está sendo negligenciado enquanto se enxerga a questão como a favor ou contra o agronegócio – e a favor significa uma subordinação aos interesses dos poucos e poderosos grupos econômicos transnacionais.

A realidade impõe um desafio intelectual para sua apreensão e representa, num momento seguinte, um campo aberto que incita a formulação de muitas novas questões.

Se o problema está na passividade e subserviência aos grupos econômicos transnacionais, qual poderia ser o papel da elite econômica e do Estado brasileiro na tentativa de negociar e se associar a esses grupos de outra maneira? Em qual conjuntura geopolítica, considerando o momento atual do mundo, tal enfrentamento pode ser de fato colocado em prática? Qual tipo de pacto é possível entre a elite econômica e os movimentos sociais no país?

Qual a alternativa e a capacidade, hoje, de os governos de países do terceiro mundo conceberem um modelo econômico que atenda às necessidades para finalmente se desenvolverem? Seria possível a convivência com os interesses corporativos globais ou teria que ser um modelo que excluiria essa ação das transnacionais?

Acredita-se que o correto é não demonizar a existência desses pontos de incidência dos vetores de modernização baseados em economias extrovertidas, mas discutir seu alcance para o desenvolvimento do país como um todo e os efeitos já concretizados e passíveis de observação nos lugares.

Demonizar o agronegócio fundamentalmente exportador é não reconhecer que a quase totalidade das áreas onde esse modo de produção incide experimenta desenvolvimento, não apenas crescimento econômico. No oeste da Bahia, para os dois principais municípios ligados diretamente ao agronegócio da soja, os indicadores sociais melhoraram, inclusive desigualdade de renda, níveis de educação e saúde. Essas regiões da modernização agrícola carecem de desenvolvimento político, amadurecimento democrático. Por ser especialmente limitado e seletivo, esse desenvolvimento comandado por forças do capital transnacional precisa ser completado, nas outras áreas do território nacional, com políticas diferentes, voltadas para o desenvolvimento da econômica local. É errado dizer que o agronegócio gera pobreza. Também é errado dizer que ele é o único modelo para a erradicação da pobreza e desigualdade do Brasil interiorano. Mas lidar com essas duas vertentes demanda boa informação e amadurecimento democrático, para que haja participação popular nas escolhas e decisões.

## REFERÊNCIAS

- BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. (Coord.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- BRUM, A. L. et al. A economia mundial da soja: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul 1970-2000. In: *Anais...* Ribeirão Preto, SP: SOBER, 2005.
- ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 10, n. 218, 1 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso em: 1 set. 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. [Rio de Janeiro]: PNUD, 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 1 set. 2014.
- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói, RJ: EDUF, 1997.
- HOFFMANN, R.; OLIVEIRA, R. B. de. The evolution of income distribution in Brazil in the agricultural and the non-agricultural sectors. *World Journal of Agricultural Research*, [S.l.], v. 2, p. 192-204, 2014.
- MAIA, A. G. et al. Impacto dos rendimentos de aposentadoria e pensão na redução da pobreza rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. *Anais...*, Rio Branco: SOBER, 2008.
- MENEZES, W. G. M. D. Do meio natural ao técnico-científico-informacional nos cerrados baianos: o uso do território. In: DIAS, P. C.; LOPES, D. M. (Org.). *Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão*. Salvador: SEI, 2014. (Série estudos e pesquisas, 95).
- SANTOS, M. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001. 474 p.

SILVA, J. G. da. *Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, R. M. A. da. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, p. 466-485, 2007.

**PARTE III**

**DESAFIOS AMBIENTAIS E  
USO DE GEOTECNOLOGIAS  
NO ESTUDO DA RELAÇÃO  
CIDADE-CAMPO**

**99**

*Série Estudos e Pesquisas*

**SEF**





## A ANÁLISE ESPACIAL E AS GEOTECNOLOGIAS NO PLANEJAMENTO DAS CIDADES

*Maria Isabel Castreghini de Freitas\**

### INTRODUÇÃO

Esse artigo objetiva apresentar as reflexões e experiências da autora acerca da cartografia e das geotecnologias aplicadas aos estudos urbanos no contexto municipal. As cidades, hoje, são sinônimos de áreas de exclusão, onde predominam a violência e a falta de acesso de parcela significativa da população aos benefícios do “viver bem” idealizado e nas quais se constroem nichos de segurança e isolamento traduzidos em condomínios verticais ou horizontais, que incentivam o individualismo e a solidão. Dentre as possibilidades instrumentais para essa concretização está um planejamento eficiente apoiado nas geotecnologias, em especial as que envolvem o levantamento e a espacialização das informações do meio urbano.

Nessa perspectiva, apresentam-se nesse artigo alguns exemplos de ações e pesquisas considerados ilustrativos das possibilidades das geotecnologias como apoio a um adequado conhecimento e planejamento municipal. São ilustrados dois estudos de caso, sendo o primeiro relativo ao desenvolvimento de um sistema de informação voltado para o registro de ocorrências e estatísticas da violência urbana, apoiado em um sistema de informação geográfica (SIG) e no mapeamento pela internet (Google Mapas). O segundo corresponde a um projeto de pesquisa que combina o levantamento e análise de dados censitários e cartográficos, tendo por base um programa computacional estatístico (SPSS) e um SIG (ArcGIS) para traçar cenários de vulnerabilidade aos riscos de desastres. A experiência de desenvolvimento do sistema de informação sobre violência urbana (SiViU), tendo como base cartográfica as ferramentas do Google Mapas, mostrou-se como uma alternativa simples, flexível e útil para atender às necessidades de cidades pequenas e médias interessadas em ter rápido acesso às estatísticas relacionadas à violência urbana. Também o estudo da vulnerabilidade socioambiental realizado em Santos-SP, apoiado em análise estatística integrada ao SIG, apontou resultados que não são conclusivos, mas se apresentam como promissores, ao permitirem uma rápida avaliação da situação global do município, tendo como base dados censitários socioeconômicos, ambientais e cartográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Espera-se que tais estudos contribuam para que as cidades pequenas e médias ampliem as possibilidades de apoiar em cartografia e geotecnologias a tomada de decisão em áreas prioritárias, como é o caso da vulnerabilidade das populações à violência urbana e aos riscos de desastres.

\* Doutora em Engenharia de Transportes pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Ciências Geodésicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Livre-docente pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), supervisora do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (Ceapla) da Unesp e coordenadora do grupo de pesquisa CNPq Geotecnologias e Cartografia Aplicadas à Geografia (Geocart). ifreitas@rc.unesp.br

## CIDADE: LUGAR PARA SE VIVER BEM

Ao se iniciar a redação desse texto, remete-se a Aristóteles, que considera a cidade como “lugar para se viver bem”, lembrado por Rattner (2009, p. 7) na apresentação do livro *A Duração das Cidades* (ACSELRAD, 2009). Essa frase resgata as raízes do ideal de cidade e resume o sentimento que moveu os primeiros homens a se concentrarem em aglomerados ditos urbanos e nos move até hoje nos movimentos migratórios originários do campo em direção aos centros urbanos. É a busca do conforto no morar, do “fácil” acesso à água, aos alimentos, e aos serviços relacionados ao bem-estar e à saúde e da disponibilidade de trabalho que leva as pessoas a saírem do campo e buscarem os centros urbanos. A cidade é vista como espaço de oportunidades para melhorar de vida.

Em termos mundiais, Rattner (2009, p. 13) afirma:

O mito do crescimento econômico ilimitado foi substituído pela evidência dramática da deterioração humana e ambiental, enquanto, paradoxalmente, mais riqueza material é produzida e ativos financeiros concentram-se nas mãos de alguns milhares de conglomerados poderosos.

O crescimento populacional exponencial e a incapacidade para desencadear ações de planejamento efetivas que estejam afinadas com o bem comum – e não com os interesses político-partidários e de mercado, usualmente imediatistas e individualistas – fazem com que esse “lugar para se viver bem” se transforme em ambiente sem controle e caótico. É o que se pode observar, mesmo numa leitura superficial, nos aglomerados urbanos, principalmente nas grandes metrópoles mundiais, mas também em cidades médias.

As cidades hoje são sinônimos de áreas de exclusão, onde predomina a violência e a falta de acesso de parcela significativa da população aos benefícios do “viver bem” idealizado e nas quais se constroem nichos de segurança e isolamento traduzidos em condomínios verticais ou horizontais, que incentivam o individualismo e a solidão. A parcela da população menos provida de condições é empurrada para habitar áreas irregulares, impróprias, de risco, na mais longínqua periferia ou em regiões centrais, morando em domicílios improvisados em cortiços, comunidades e favelas, privadas do acesso à boa educação, ao lazer e a um digno sistema de saúde.

Nesse contexto, o planejamento pode ser instrumento de “[...] democratização no processo de administração e expansão das cidades, em vez de um processo decisório tecnocrático de longo prazo” (RATTNER, 2009, p. 14). É em um planejamento conduzido por técnicos especialistas afinados com os dirigentes do poder público que pode estar a saída para os problemas urbanos enfrentados na atualidade. O autor enfatiza:

Mais que um documento com um plano ou projeto finalizado do espaço urbano, a definição de metas, objetivos e instrumentos deveria ser o ponto inicial de uma aliança política, que estabelecesse as linhas de intervenção nesse processo e os papéis dos diferentes atores sociais. (RATTNER, 2009, p. 14).

Dentre as possibilidades instrumentais para essa concretização está um planejamento eficiente apoiado nas geotecnologias, em especial as que envolvem o levantamento e a espacialização das informações do meio urbano.

Embora o acesso às geotecnologias tenha sido disseminado de forma universal nos últimos anos, o seu adequado uso ainda é limitado e conduzido com dificuldade por parte do poder público. As universidades, com vocação e competência para atuarem como polos centrais dessa irradiação e disseminação, têm dado passos lentos no sentido de atender às demandas do poder público. Isso ocorre tanto por sua morosidade na tramitação de documentos que efetivem parcerias, administração de recursos e sua disponibilização para o ágil cumprimento das etapas de um projeto como pela incapacidade de tornar simples questões complexas das diferentes áreas do conhecimento, decodificando a linguagem e dando praticidade a aspectos que a vida acadêmica se condicionou a tornar pouco acessíveis.

A iniciativa privada, por outro lado, tem ganhado espaço nas últimas décadas na apresentação de soluções comerciais ao poder público em termos de acesso às geotecnologias e mapeamentos. Porém, exatamente por seu caráter comercial, cria “caixas pretas” e sistemas exclusivos e dedicados, usualmente de alto custo. Esses sistemas muitas vezes não atendem, ou atendem parcialmente, à necessidade de acesso aos dados armazenados, sua edição e manipulação, restringindo assim o acesso e a liberdade do usuário contratante.

Nas prefeituras municipais, via de regra, documentos precisos que expressem a realidade da paisagem urbana raramente estão disponíveis de forma integrada e unificada. Esses documentos podem conter dados referentes a arruamentos, lotes e construções, que são a base do cadastro urbano, mas também informações físicas relativas à rede de drenagem natural e artificial, que permitem o traçado dos dutos de água e energia elétrica que abastecem a cidade, bem como dos efluentes e sistemas de esgoto, por exemplo, além dos limites dos bairros e setores urbanos.

Usualmente numa prefeitura, as secretarias, as empresas e fundações que se responsabilizam pelos serviços urbanos detêm a informação e a organizam, com maior ou menor apoio tecnológico, tendo como base suas políticas internas, sem diálogo com os demais setores. Com isso, dados georreferenciados, que são muitas vezes abundantes numa prefeitura, encontram-se fragmentados e não visíveis de forma integrada. Esses foram alguns dos desafios encontrados no trabalho de cartografia e geotecnologias com o setor público.

Outro problema diz respeito à escala. As informações cartográficas no Brasil são bastante precárias e pouco difundidas e atualizadas. Utilizam-se documentos com décadas de defasagem, o que compromete um eficiente trabalho de planejamento, seja no meio urbano, seja no rural. Documentos cartográficos de detalhe são produzidos pelo poder público e por setores de serviços usualmente por demanda, sem um prévio norteamento de etapas que poderiam ser orquestradas pela administração central, de forma a que uma única base cartográfica de precisão pudesse ser produzida e reproduzida, para atender aos diferentes setores e secretarias do município.

As informações cartográficas em formato digital, produzidas com precisão, nas escalas 1:10.000, 1:2.000 e maiores, são fundamentais para que seja possível planejar e intervir com vistas a melhorar a eficiência da administração e dos serviços prestados à comunidade. Um fato recorrente no Brasil e observado em muitas das prefeituras municipais de cidades médias e pequenas é o investimento em levantamentos aerofotogramétricos e aquisição de imagens orbitais e programas computacionais sofisticados. Acredita-se que com tais materiais é possível realizar a atualização cartográfica de maneira precisa, sem se preocupar com as demais etapas de um mapeamento. Dessa forma, se iludem com um investimento inicial sem previsão de continuidade, deixando de considerar as demais etapas de produção cartográfica de base, como levantamento de pontos de controle, georreferenciamento, restituição, mapeamento de detalhe e reambulação. Assim, é muito comum se observar que tais materiais acabam por envelhecer nos arquivos do setor de cadastro de prefeituras ou decorando painéis ilustrativos. O investimento não é traduzido em retorno para a municipalidade, na forma de uma base cartográfica precisa, que permita a representação fiel do espaço e seja o instrumento básico para o planejamento de mudanças e transformações no espaço urbano e rural.

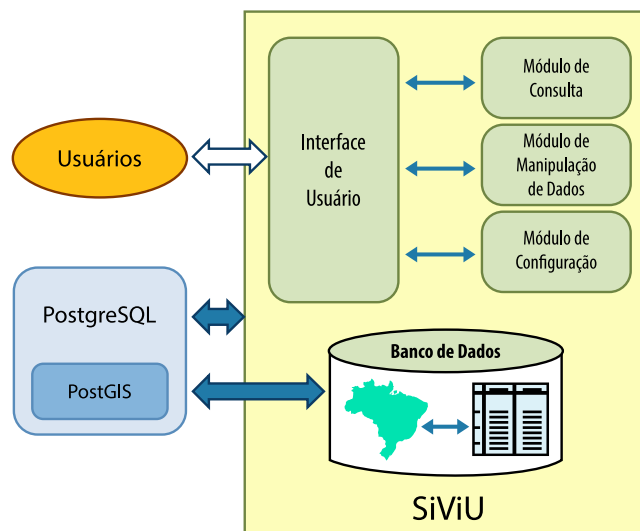
Nessa perspectiva, apresentam-se nesse artigo alguns exemplos de ações e pesquisas considerados ilustrativos das possibilidades das geotecnologias como apoio a um adequado conhecimento e planejamento municipal. Tais projetos compõem estudos do grupo de pesquisa CNPq Geotecnologias e Cartografia Aplicadas à Geografia (Geocart), da Unesp, composto de profissionais de diferentes universidades públicas e vocacionais e seus orientandos. Esse grupo tem desenvolvido trabalhos em geotecnologias, principalmente cartografia digital, cartografia temática, sistema de informação geográfica e sensoriamento remoto aplicados aos estudos geográficos.

Serão ilustrados dois estudos de caso, sendo o primeiro relativo ao desenvolvimento de um sistema de informação voltado para o registro de ocorrências e estatísticas da violência urbana, apoiado em um sistema de informação geográfica (SIG) e mapeamento pela internet (Google Maps). O segundo corresponde a um projeto de pesquisa que combina o levantamento e análise de dados censitários e cartográficos tendo por base um programa computacional estatístico (SPSS) e um SIG (ArcGIS) para traçar cenários de vulnerabilidade aos riscos de desastres.

## SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA URBANA (SiViU) COMO APOIO À TOMADA DE DECISÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIDADES MÉDIAS

Este estudo de caso de geotecnologia aplicada à solução de questões voltadas para o ambiente urbano diz respeito à violência urbana e à segurança pública. Em sua tese de doutorado, Nourani (2010) desenvolveu um sistema de informação automatizado baseado na tecnologia da informação denominado sistema de informação sobre violência urbana (SiViU), voltado para o mapeamento de eventos e geração de dados estatísticos sobre a violência urbana, visando dar condições ao poder público municipal para a tomada de decisões na área de segurança pública.

O SiViU é um programa com licença livre que se constitui de um banco de dados, uma interface de usuário, um módulo de manipulação de dados, um módulo de consulta e um módulo de configuração, conforme ilustra a Figura 1.



**Figura 1**  
Estrutura do SiViU

Fonte: Nourani (2010).

Nourani, Carneiro e Freitas (2011) destacam que o sistema preza pela simplicidade e possui um banco de dados estático, ou seja, uma vez armazenado, o conteúdo não pode ser modificado ou excluído, sendo disponibilizado somente para consulta. Isso garante a segurança e fidelidade das informações oferecidas sobre a segurança pública da localidade. O sistema foi construído de forma a extrair informações previamente definidas de registros de ocorrências e inquéritos policiais, de óbitos e laudos do IML, de forma a garantir que dados essenciais possam ser acessados, excluindo-se os redundantes ou pouco significativos para as consultas e análises estatísticas.

Para a espacialização das informações decorrentes de consultas ao sistema foi adotado o Google Mapas, levando em conta:

- A limitação da administração pública municipal, principalmente nas cidades pequenas e médias, em dispor de documentos cartográficos georreferenciados com qualidade para servir de base para o sistema;
- o fácil acesso ao Google Mapas, sistema disponível na internet que dispõe de banco de dados georreferenciado com ampla gama de recursos interativos de consulta, manipulação e extração de informações. A utilização dos dados do Google Mapas é livre para programas não proprietários, o que garante seu acesso por meio do SiViU;
- a riqueza de detalhes disponíveis nas imagens orbitais, aéreas e mapas disponíveis no Google Mapas, bem como o módulo de visualização horizontal de setores da cidade que aparecem no Google Street View, que permite a localização espacial de eventos com maior precisão. Tais programas e produtos estão em contínua atualização e ampliação, devido ao trabalho das empresas parceiras e de cartógrafos voluntários vinculados ao Google.

A Figura 2 ilustra um detalhe de consulta espacial ao SiViU apoiada no Google Mapas. No sistema existem dois tipos de filtros: por fatos e por pessoas. Na consulta ilustrada pela Figura 2 foi realizada a pesquisa no município de Rio Claro, localizado em São Paulo (SP), por pessoa, tipo agressor, faixa etária de 18 a 25 anos, sem especificação de estado civil, escolaridade, naturalidade e passagem pela polícia.

Vale destacar que os dados de violência urbana merecem sigilo, e, por isso, não são fornecidos aos usuários do sistema detalhes das coordenadas exatas da ocorrência, mas somente posições aproximadas.

Uma outra possibilidade de análise espacial permite ao usuário selecionar no mapa, por meio do cursor (mouse), um ponto de interesse e visualizar as ocorrências no seu entorno. Os parâmetros de pesquisa, como, por exemplo, o raio de abrangência da consulta, podem ser definidos pelo usuário em etapa anterior.

A consulta estatística, visando à geração de gráficos, pode ser organizada em níveis, o que facilita a análise. O usuário pode definir os níveis de pesquisa e aumentar ou diminuir a complexidade dos critérios de busca, das mais genéricas até as mais apuradas.



**Figura 2**  
Exemplo de consulta com mapeamento de ocorrências no SiViU

Fonte: Nourani, Carneiro e Freitas (2011).

Nourani, Carneiro e Freitas (2011, p. 150) esclarecem:

Devido à grande variedade de dados armazenados no sistema, as possibilidades de combinação de parâmetros para estabelecer um filtro de busca são numerosas. De maneira geral pode se buscar perfil de agressores ou de vítimas, dentro de um determinado período e distribuir as frequências em termos de características pessoais do indivíduo, como sexo, idade, cor da pele, grau de instrução, poder aquisitivo etc.

Um exemplo de consulta aos dados estatísticos de ocorrências, também para o município de Rio Claro, é apresentado pela Figura 3. No caso, o critério de busca foi por vítima, no período de 1/1/2001 a 1/1/2010, e não foram incluídos dados pessoais.

Deve-se salientar que toda pesquisa ao sistema resulta em uma opção de salvar o seu resultado em um arquivo no formato PDF, o que viabiliza seu uso em outros documentos de divulgação, conforme o interesse do usuário.





Figura 3  
Exemplo de consulta de dados estatísticos com geração de gráfico do tipo histograma no SiViU

Fone: Nourani, Carneiro e Freitas (2011).

Esse exemplo ilustra as potencialidades de um sistema de informação dotado de ferramentas de análise espacial e estatísticas básicas, mas extremamente úteis para o poder público municipal, principalmente os órgãos de segurança pública, sistematizar o armazenamento, coleta de dados, elaboração de consultas e análises.

O SiViU apresenta-se como alternativa, principalmente às cidades médias e pequenas, que carecem de sistemas de informação que apoiem a decisão. A implantação de um sistema como este contribui

[...] para a criação de uma cultura baseada na valorização e uso de dados estatísticos em decisões tomadas pelos gestores municipais, os quais estão em contato mais próximo com a população e precisam ter um conhecimento mais apurado sobre a realidade de todos os fenômenos que agem sobre a sua população local, em especial os relacionados à violência. (NOURANI; CARNEIRO; FREITAS, 2011, p.151).

O SiViU colabora com a administração pública ao oferecer ao poder executivo e às equipes técnicas oportunidade de visualização, consulta espacial e geração de gráficos estatísticos que são as bases para o planejamento de ações voltadas para a segurança pública em nível local. Isso garante maior confiabilidade às decisões envolvendo os investimentos em infraestrutura e vigilância públicas, contribuindo para a qualidade de vida da população.

## GEOTECNOLOGIAS NA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS-SP

Outro exemplo do uso de geotecnologias em estudos urbanos destaca os resultados alcançados no projeto de pesquisa Cartografia da Vulnerabilidade Socioambiental do Estado de São Paulo – Brasil: Uma Contribuição Metodológica, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)<sup>1</sup>.

Dentre os resultados parciais da pesquisa estão os relativos à modelagem de indicadores socioeconômicos e ambientais visando ao mapeamento da vulnerabilidade do município de Santos-SP em 2010, tomando por base informações censitárias e espaciais.

No estudo, a vulnerabilidade tem como base a exposição das pessoas (criticidade) e do lugar (capacidade de suporte) frente às situações relacionadas aos riscos de desastres.

O município de Santos (Figura 4), localizado na Baixada Santista, caracteriza-se por uma área altamente urbanizada numa estreita faixa da Serra do Mar, com população de 419.400 habitantes e densidade demográfica de 1.494,26 (hab/km<sup>2</sup>), segundo o IBGE (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

As variações de relevo vão do nível do mar, com baixas alterações de declividade ( $d < 5\%$ ), às altitudes superiores a 900 m e altas declividades ( $d > 50\%$ ), nas escarpas da Serra do Mar.

De acordo com Bortoletto e outros (2014), o município de Santos, por suas variações de relevo, áreas com cobertura vegetal nativa e restingas pressionadas pela presença populacional, “[...] se apresenta como uma área de estudo complexa e de alta vulnerabilidade” (BORTOLETTO et al., 2014, p. 5).

Conforme dados da prefeitura municipal apresentados por Santos (2013), em termos econômicos, as atividades relacionam-se aos setores de comércio e serviços, com destaque para o Porto de Santos, cuja capacidade de movimentação passou de 48 para 97 toneladas/ano no período de 2001 a 2011. Tais números refletem a pressão decorrente das atividades portuárias no município, o que leva ao aumento populacional. Assim, a parcela de menor renda tende a se instalar em áreas mais frágeis ambientalmente, com a construção de habitações improvisadas e precárias nas encostas dos morros e em áreas de mangue.

<sup>1</sup> Processo CNPq 483655-2012-0.



Figura 4  
Localização da área de estudo – Santos – 2010

Fonte: Bortoletto e outros (2014).

A Figura 4 apresenta uma clara divisão do município entre a área insular – densamente ocupada e desenvolvida, onde se concentra grande parcela da população e se localizam o Porto de Santos e a base da economia local – e a área continental – com ocupação esparsa e pouco povoada, onde predominam as escarpas da Serra do Mar, alguns bairros e ocupações irregulares.

O desenvolvimento do trabalho apoiou-se nos conceitos e metodologias de estudo de vulnerabilidade apresentados por Cutter (1996), Beier e Downing (1998), Cunha e outros (2011) e Freitas e Cunha (2013).

Dentre tais autores, Cutter (1996) entende vulnerabilidade como capacidade de perda. Em diferentes estudos desenvolvidos pela autora, entre os quais Cutter (2011), observa-se uma orientação para que os procedimentos metodológicos de análise de vulnerabilidade tenham como base a criticidade e a capacidade de suporte. O intuito é utilizar os sistemas de informação geográfica (SIG) na busca de entendimento das complexas relações entre os sistemas sociais, naturais e artificiais, apoiando-se em dados de infraestrutura territorial e socioeconômica.

Na metodologia de Cutter (1996, 2011), a vulnerabilidade é um produto entre duas componentes: a criticidade e a capacidade de suporte.

A criticidade é entendida como a exposição das pessoas, da comunidade ou da sociedade às situações de riscos ou desastres. Nessa componente, os fatores socioeconômicos são preponderantes e influenciam a maior ou menor capacidade de certa comunidade enfrentar, resistir e recompor sua rotina de vida diante da exposição a um desastre. Quanto menor for essa capacidade, maior será a criticidade. Já a capacidade de suporte é uma componente que está associada ao lugar de vida, suas características de infraestrutura, que darão indícios se uma certa comunidade tem melhores ou piores condições de enfrentar e se recuperar plenamente de um evento perigoso ou desastre.

Dentre os resultados preliminares da aplicação da metodologia estão análises estatísticas e mapas temáticos elaborados com base nos dados censitários para o ano de 2010, com unidade correspondente ao setor censitário do IBGE.

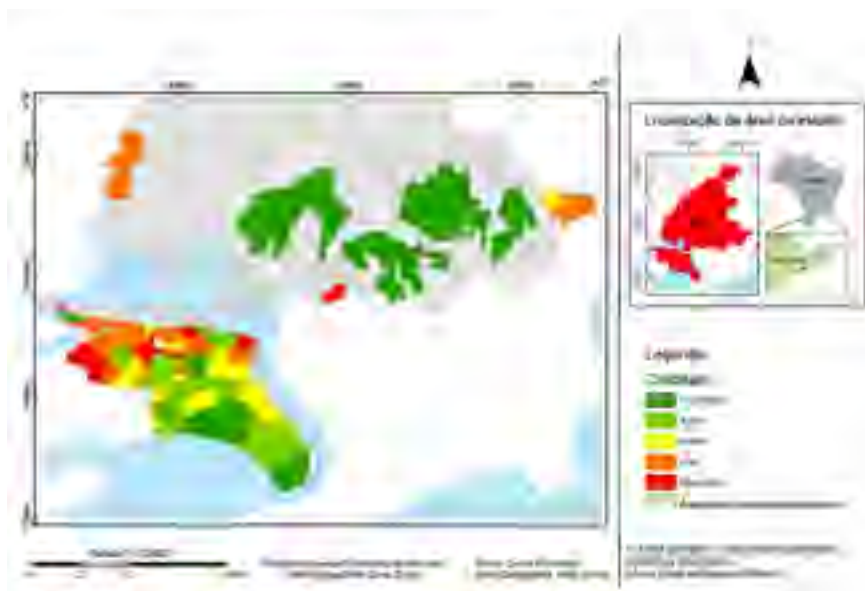
Para a criticidade foram selecionadas 11 variáveis, compreendendo temas como presença de crianças, adolescentes e jovens; presença de idosos; densidade populacional; mulheres responsáveis por domicílio; alfabetização; renda; dentre outros. Para a capacidade de suporte foram elencadas 21 variáveis relativas às características de ocupação do solo e dos domicílios, como a densidade domiciliar; tipo de domicílio; número de moradores; e infraestrutura, como presença de água, energia, esgoto, coleta de lixo etc.

Os dados foram coletados, separados em tabelas no formato Excel, correspondentes às variáveis de criticidade e de capacidade de suporte, e processados no programa estatístico para as ciências sociais (statistical package for the social sciences) SPSS, da IBM. Neste programa foi realizada a análise fatorial das variáveis correspondentes à criticidade e à capacidade de suporte por meio da análise de componentes principais (ACP).

Após o processamento, os dados estatísticos foram exportados para o sistema de informação geográfica (SIG) ArcGIS R.10.2 e integrados à base cartográfica do IBGE.

As unidades correspondentes aos setores censitários foram agregadas aos bairros de Santos. Para tanto, um procedimento foi desenvolvido para incluir nos limites dos bairros os setores censitários que tinham mais de 50% de sua área nos limites do bairro correspondente. Este é um problema que necessita ser enfrentado pela administração dos municípios brasileiros e pelo IBGE. Na maioria dos municípios não há coincidências entre as áreas limites de bairros com as somas de setores censitários, o que impede a perfeita integração dos dados e compromete a análise dos resultados. Nos dias atuais ainda existem municípios que não possuem os limites de bairros definidos, o que agrava ainda mais as possibilidades de integração de dados.

Mapas temáticos foram elaborados com os resultados da análise fatorial, tanto para a criticidade quanto para a capacidade de suporte. O produto dos dois mapas gerou a vulnerabilidade socioambiental. A Figura 5 apresenta o mapa de criticidade para o município de Santos.

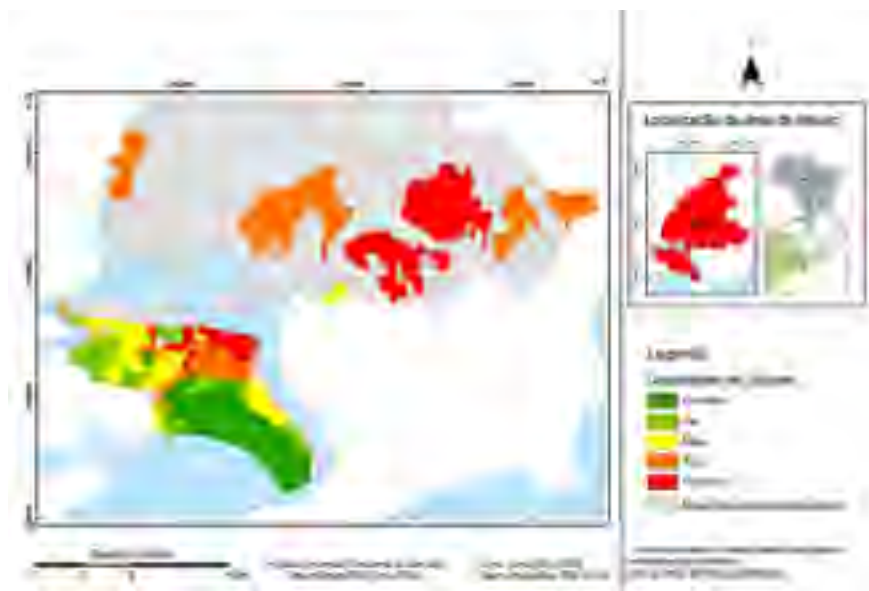


**Figura 5**  
**Mapa de criticidade das áreas insular e continental – Santos – 2010**

Fonte: Bortoletto e outros (2014).

Conforme os resultados apresentados por Bortoletto e outros (2014, p. 11), na área continental observa-se que a área de alto grau muito alto grau de criticidade corresponde aos bairros cujos fatores predominantes são referentes à elevada presença de crianças e jovens, baixo número de pessoas responsáveis alfabetizadas e baixa renda per capita. Na área insular os bairros que se inserem no grau de criticidade muito alta são: Rádio Clube, Castelo, Paquetá, Morro Pacheco, Vila Progresso, Morro Penha, Morro Caneleira e Alemoa. Eles estão situados a noroeste e nordeste e ali prevalecem os fatores relacionados à baixa renda do responsável e do domicílio, à presença de crianças e jovens em um percentual de até 36% e a uma proporção de idosos de até 15%. Nessas localidades de criticidade alta ou muito alta, o percentual de pessoas responsáveis alfabetizadas também foi baixo, inferior a 30%.

No que concerne à capacidade de suporte, a Figura 6 ilustra os resultados alcançados.

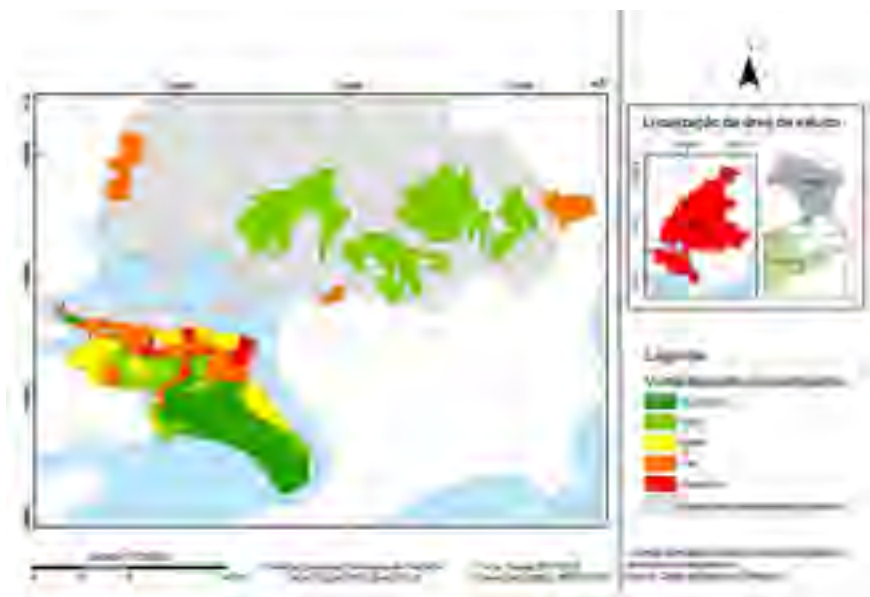


**Figura 6**  
Mapa de capacidade de suporte das áreas insular e continental – Santos – 2010

Fonte: Bortoletto e outros (2014).

Analisando-se essa figura e de acordo com Bortoletto e outros (2014, p. 12), observa-se que a área insular apresenta baixa e muito baixa capacidade de suporte nas regiões norte e nordeste. Nota-se o predomínio de domicílios com dois a quatro moradores (em torno de 50%) e com cinco a nove moradores (20%). A maioria dos bairros apresenta uma média de 90% dos domicílios com rede de esgotamento sanitário. A região sul, de melhor infraestrutura, abriga a população com condições socioeconômicas mais elevadas. Isso se expressa pela muito alta e alta capacidade de suporte. As regiões oeste e centro apresentam bairros nos quais há uma mistura entre áreas com boas condições de infraestrutura, ladeadas por outras com habitações precárias ou improvisadas.

Analisando-se a Figura 7 nota-se que predominam áreas com baixa e muito baixa vulnerabilidade. As classes com alta e muito alta vulnerabilidade correspondem a 22% da área total e cobrem 21 bairros. Tais regiões apresentam influência das variáveis relativas à presença de crianças e jovens, idosos e renda per capita. Com relação às condições de infraestrutura territorial, destacam-se os assentamentos precários.



**Figura 7**  
**Mapa da vulnerabilidade socioambiental das áreas insular e continental – Santos – 2010**

Fonte: Bortoletto e outros (2014).

Embora preliminares, os resultados da pesquisa mostram-se consistentes ao apontarem vulnerabilidades associadas à alta concentração da população e à menor condição socioeconômica, principalmente na área insular. A pouca presença populacional na área continental levou a uma representação não fidedigna de vulnerabilidade em parte de seus bairros. Ajustes metodológicos serão necessários nesse setor de estudo.

A metodologia é replicável e apresentou desempenho aceitável, mesmo em regiões de alta complexidade, como é o caso da área insular do município de Santos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesse artigo ilustrar a importância das geotecnologias em estudos voltados para a geografia urbana, em especial aqueles que apoiam o planejamento das cidades. Uma cartografia de qualidade é fundamental para que as equipes técnicas tenham plenas condições de realizar análises apuradas acerca do ambiente urbano, com vistas a nortear as decisões do poder público local. O administrador tem nas ferramentas geotecnológicas poderosos aliados para o traçado de ações e decisões embasadas cientificamente, que atendam às necessidades da população na busca de uma melhor qualidade de vida.

A experiência de desenvolvimento do sistema de informação sobre violência urbana (SiViU), tendo como base cartográfica as ferramentas do Google Mapas, mostrou-se como uma alternativa simples, flexível e útil para atender às necessidades de cidades pequenas e médias interessadas em ter rápido acesso às estatísticas relacionadas à violência urbana.

Também o estudo da vulnerabilidade socioambiental realizado em Santos, apoiado em análise estatística integrada ao SIG, apontou resultados que não são conclusivos, mas se apresentam como promissores, ao permitirem uma rápida análise da situação global do município, tendo como base dados censitários socioeconômicos, ambientais e cartográficos do IBGE.

Espera-se que tais estudos contribuam para que as cidades pequenas e médias ampliem as possibilidades de apoiar em cartografia e geotecnologias a tomada de decisão em áreas prioritárias, como é o caso da vulnerabilidade das populações à violência urbana e aos riscos de desastres.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 254 p.

BEIER, C.; DOWING, T. E. *Geografía y ayuda humanitaria...* Bilbao: Universidad de Deusto; Instituto de Derechos Humanos, 1998. p. 85. Textos básicos, v. 3. Disponível em: <[http://www.deustopublicaciones.es/ud/openaccess/humanitaria/pdfs\\_humanitaria/humanitaria03.pdf](http://www.deustopublicaciones.es/ud/openaccess/humanitaria/pdfs_humanitaria/humanitaria03.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2012.

BORTOLETTO, K. C. et al. Indicadores socioeconômicos e ambientais para a análise da vulnerabilidade socioambiental do município de Santos SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 26.; CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOPROCESSAMENTO, 5., 2014, Gramado, RS. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Cartografia, 2014. v. 1. p. 1.

CUNHA, L. et al. Construção de modelos de avaliação de vulnerabilidade social a riscos naturais e tecnológicos: o desafio das escalas. In: SANTOS, N.; CUNHA, L. (Org.). *Trunfos de uma geografia activa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p. 627-637.

CUTTER, S. L. A Ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 93, p. 59-69, jun. 2011. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/165>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

CUTTER, S. L. Vulnerability in environmental hazards. *Progress in Human Geography*, [S.l.], v. 20, n. 4, p. 529-539. 1996. Disponível em: <[http://webra.cas.sc.edu/hvri/docs/Progress\\_Human\\_Geography.pdf](http://webra.cas.sc.edu/hvri/docs/Progress_Human_Geography.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2012.

FREITAS, M. I. C.; CUNHA, L. Cartografia da vulnerabilidade socioambiental: convergências e divergências a partir de algumas experiências em Portugal e no Brasil. *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana*. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 15-31, jan./jun. 2013.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354850>>. Acesso em: 5 maio 2013.



NOURANI, F. *Sistema de informação sobre violência urbana (SiViU) como apoio à tomada de decisão em políticas públicas de cidades médias*. Tese (Doutorado)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP, 2010. Disponível em: <[http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2010/nourani\\_f\\_dr\\_rcla.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2010/nourani_f_dr_rcla.pdf)>.

Acesso em: 10 jun. 2014.

NOURANI, F.; CARNEIRO, M. C. V. S.; FREITAS, M. I. C. Tecnologias de informação geográfica no apoio à tomada de decisão em políticas públicas de controle da violência. *Revista LEVS*, Marília, SP, v. 8, p. 141-153, 2011.

RATTNER, H. Prefácio. In: ACSELRAD, H. A D. (Org.). *Duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 07-18.

SANTOS (SP). Prefeitura Municipal. *Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana do Município de Santos: Lei Complementar n. 731, 11 de julho de 2011: diagnóstico consolidado*. Santos, SP: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, 2013. p. 86.

# ENCERRAMENTO

99

*Série Estudos e Pesquisas*

SEF



## PENSANDO O FENÔMENO URBANO CONTEMPORÂNEO

*María Laura Silveira\**

### O PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO E A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

No intuito de discutir o fenômeno urbano, ainda mais na contemporaneidade, parece indispensável uma reflexão sobre a periodização e o espaço geográfico. Periodizar significa dividir o tempo em pedaços para mostrar o valor do que é novo em cada momento da história. Entretanto, o que faz da periodização um recurso de método fundamental em geografia é que, por meio dela, podemos apreender o tempo e o espaço como uma realidade unitária. Tratar-se-ia de elaborar contextos, que são necessários para compreender a história do passado e do presente e para formular as definições que contribuem para explicar cada fase da história, como as de metrópole, cidade média e pequena ou pobreza.

Entretanto, uma periodização coerente não pode ser alcançada sem um critério explícito de como o tempo será cindido ou ainda de como será empiricizado e, depois, dividido em sistemas temporais. O critério aqui é a técnica, entendida como o conjunto de objetos técnicos e as respectivas autorizações, isto é, as possibilidades de produção, circulação e comunicação que os objetos permitem (SANTOS, 1996). A partir da materialidade e das possibilidades de uso que oferece a cada momento, a técnica torna o tempo empírico e, por essa razão, indissociável do espaço (SANTOS, 1996). Objetos e formas de uso inter-relacionados e historicamente datados constituem, em consequência, o espaço geográfico, sinônimo de meio geográfico e de território usado. Essa é, portanto, a condição unitária da existência em cada época da história (SILVEIRA, 2013).

Em outras palavras, periodizar é reconhecer uma divisão territorial do trabalho que revela a produção possível em função das técnicas e sua respectiva distribuição. Mas a questão é um pouco mais complexa porque um período é, na realidade, uma filigrana socioespacial. Nesta, coexistem uma divisão territorial do trabalho dominante, hegemônica, que impõe ritmos e valores às demais, e uma pluralidade de divisões territoriais do trabalho não hegemônicas, subordinadas, dependentes ou, por vezes, rebeldes à nova ordem tempo-espacial. Por isso, cada espaço ou cada lugar pode ser definido pelo seu "tempo espacial" (SANTOS, 1986, p. 210), que se refere à diferença de idade entre os elementos que o formam ou, em outras palavras, ao fato de que as variáveis que constituem o espaço evoluem assincronicamente, enquanto o lugar o faz sincronicamente.

\* Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e graduada em Geografia pela Universidad Nacional del Comahue (UNCo). Investigadora independente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet) do Instituto de Geografía da Universidad de Buenos Aires (UBA). laurasil@usp.br

Em decorrência, cada período da história pode ser definido como uma base material e uma forma de vida social, cuja dinâmica está mediada pela formação socioespacial. Não parece excessivo insistir no peso da história nacional na explicação da urbanização, numa época em que abundam as explicações demasiadamente universais. Dir-se-ia que, em cada presente, as técnicas autorizam uma forma de trabalhar e de repartir o trabalho, ao tempo que a política potencializa ou prescreve tais autorizações técnicas. Daí a importância do Estado. Há, portanto, a cada momento, uma redistribuição do processo social que não é alheia às formas herdadas. É o modo como a sociedade usa o território.

Nos alvares da história, a vida era lenta por causa do peso dos fatores da natureza, num mundo onde o fenômeno técnico era menos complexo e a vida circunscrevia-se aos lugares. Hoje, o fenômeno técnico é a razão da complexidade e da velocidade da vida. Um sistema técnico único torna-se o parâmetro que pretende unificar os tempos nos lugares, na busca por uniformizar o comando dos lucros. Daí o processo de instantaneidade da informação e do dinheiro nos diferentes lugares do planeta. É a instalação de variáveis que comandam o movimento da história e que invadem, seletivamente, a vida social. Muda, portanto, a hierarquia dos lugares e a capacidade de agir dos atores.

Essas variáveis são a tecnociência, a informação e a finança, verdadeiros motores da atual divisão territorial do trabalho hegemônica. O retrato que delas resulta é o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1988, 1994), prova incontestável da nova composição técnica do território – graças, sobretudo, aos macrosistemas técnicos atuais – e também de uma nova constituição orgânica do território, a partir dos elementos da biotecnologia, química, informática e eletrônica. Assim equipado, o território abriga novas redes e fluxos e se torna, por isso, causa e consequência da aceleração contemporânea. Desenham-se divisões territoriais do trabalho particulares e novos centralismos do Estado. Desse modo, certas regiões passam a ser mais utilizadas do que outras, acolhendo desigualmente as modernizações e seus atores dinâmicos. A dispersão do sistema técnico permite produzir em áreas até agora periféricas, as quais demandam crescentes quantias de informação e dinheiro para organizar especializações territoriais produtivas, edificadas sob o predomínio de técnicas e normas tão modernas quanto alheias.

Essa nova geografia não pode ser explicada sem considerar a atual ação planetarizada. Por vezes, descobrem-se, hoje, na paisagem ou nas ações locais, racionalidades e intencionalidades que remetem a agentes desconhecidos e a lugares longínquos. Seria possível perguntar, como Ricœur (1988, p. 61-62): “A quem pertence a ação?”. Ou, em outros termos: a quem pertence a ação que instrumentaliza o meio? Vê-se, por aí, o problema da ruptura dos circuitos espaciais de produção nos limites regionais com a respectiva falta de comando político das produções locais. Mas também se poderia vislumbrar que essas mesmas variáveis que regem o presente, fundamentalmente a técnica, criam a possibilidade de conhecer extensões e intensidades, combinações, conflitos, crises e rupturas de cada porção do mundo. É a cognoscibilidade do planeta (SANTOS, 1996).

Em consequência, os eventos são interdependentes e, por esse motivo, constituem o “acontecer solidário”, noção proposta por Santos (1996, p. 132) para explicar a “[...] realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum”. Aqui a ênfase é dada à ideia de que a interdependência do devir não resulta apenas dos sistemas de ações globalizados e hegemônicos, mas também da vida em comum na contiguidade que se desenvolve sobre os novos materiais da história. Foi Heller (1989, p. 20) quem escreveu que “[...] a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”. É a consciência desse tempo universal que dita as tarefas comuns, tanto no âmbito da produção como na esfera do consumo. Ainda que esse acontecer solidário não signifique supressão de temporalidades ou imposição de um projeto comum, ele é uma nova condição de existência que tem rebatimentos sobre a forma e o ritmo dos processos de urbanização, das redes urbanas e das relações entre cidade e campo.

## O ACONTECER SOLIDÁRIO E A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Como uma teia composta de objetos e ações, o acontecer solidário revela a coexistência contraditória dos agentes no meio geográfico atual. A técnica informacional, moderna e planetária, animada por ações racionais, segmentadas e pretensamente eficientes, coexiste com técnicas e ações cotidianas de sobrevivência, vistas como irracionais e ineficientes. Graças à aceleração contemporânea e à compulsividade das tarefas, as variáveis determinantes atingem a vida do circuito inferior<sup>1</sup> e constituem um espaço híbrido. Hoje, as técnicas modernas estão presentes na vida social e econômica dos menos capitalizados e são transmitidas de uma geração para outra, como fazem, embora em maior escala, os agentes mais poderosos.

Esse acontecer solidário e espesso pode ser visto, analiticamente, nas suas três manifestações: homólogo, complementar e hierárquico (SANTOS, 1996). São modos diversos de realização da existência, a partir de variáveis-chave que são determinantes, porque impregnam a forma de mandar, e dominantes, porque capazes de produzir grandes extensões, de abraçar as formas de trabalho e de vida e, em consequência, de transformar o fenômeno urbano. Lembra-se que Beaujeu-Garnier e Chabot (1963, p. 7) afirmavam:

O fenômeno urbano é sem dúvida um dos traços mais marcantes da civilização contemporânea. E a expressão mesma de fenômeno, significando um surgimento surpreendente, mostra o que pode ter de

<sup>1</sup> Faz-se referência aqui à teoria dos circuitos da economia urbana, proposta por Santos em 1975 (2004) e retomada em várias pesquisas da autora deste trabalho (SILVEIRA, 2004, 2014). As cidades dos países periféricos conhecem processos de modernização profundamente seletivos, que, somados às importantes diferenças de renda entre os agentes urbanos, permitem reconhecer um conjunto de atividades que é realizado a partir de altos graus de capital, tecnologia e organização, tanto na cidade como no território (circuito superior com uma porção marginal), e um conjunto ainda maior de atividades desempenhadas com baixos graus de capital, tecnologia e organização, cuja área é a cidade (circuito inferior). A população vincula-se a ambos pela produção e pelo consumo, mostrando que existe uma interdependência das demandas, num meio construído segmentado. O papel do Estado é central na oposição dialética entre os dois circuitos e na permanente redefinição dos seus limites.

paradoxal o desenvolvimento das cidades. Não falamos, com efeito, de fenômeno rural, pois nos parece normal que os homens raspem a terra e a semeiem para obter seu alimento.

Os eventos que podem ser denominados de acontecer homólogo são a base da construção de áreas modernizadas ou, em outros termos, produzem contiguidades que dão contornos a uma área. São as regiões agrícolas modernas, os distritos industriais ou qualquer outro tipo de especialização territorial produtiva. A informação é uma condição *sine qua non* desse processo. Porém, trata-se de uma informação vinculada aos objetos modernos e às técnicas de ação que os acompanham e que pode generalizar-se. É a primazia das formas e a relevância das técnicas, com a respectiva obediência aos ditames dos agentes que comandam a atual divisão territorial do trabalho. Nesse processo de difusão das variáveis do período, podem nascer, às avessas, certas horizontalidades.

A noção de acontecer homólogo permitiria renovar a categoria de região, compreendendo a forma em que se realizam, hoje, as funções da divisão territorial do trabalho hegemônica nos lugares. O retrato é a modernização do campo, da exploração de energia e da mineração ou, inclusive, a ocupação de lugares até agora “vazios”, como mostram não poucos processos de ocupação recente em porções da Amazônia, dando origem a enclaves. Aqui, as palavras de Sorre (1952, p. 163) parecem renovar seu significado: “Temos a possibilidade de ver como as coisas podem acontecer num mundo rural em formação, onde tudo é instável, onde, de uma geração à outra, sistemas de cultura [e] modo de distribuição do solo têm mudado”.

Os processos de urbanização decorrentes de tal divisão do trabalho revelam o nascimento de pequenas cidades, como as *company town*, as cidades acampamento e outras formas urbanas como base técnica da produção moderna. Não raro coexistem ou se sucedem cidades de crescimento extremamente rápido com cidades letárgicas ou mesmo fantasmas, ao sabor da substituição das técnicas e, em definitivo, da divisão territorial do trabalho. Como bem alertou George (1992, p. 1045), “[...] as ‘cidades novas’ de ontem são amiúde condenadas hoje à destruição”. Essas disparidades no ritmo do crescimento urbano despertaram o interesse de Lavedan (1959, p. 199-200), que explica a tipologia proposta por Mark Jefferson em 1915:

Devemos considerar a rapidez do crescimento. Em certas cidades o crescimento tem sido tão rápido que o comparamos ao crescimento dos cogumelos numa noite e que denominamos “cidades-cogumelo” [...] Um primeiro grupo compreenderia as cidades-cogumelo propriamente ditas (*mushroom cities*), nas quais o crescimento é igual ou superior a 100% numa década; um segundo grupo incluiria as cidades-estrela (*star cities*), nas quais o crescimento é mais alto numa década do que na década precedente. Por fim, as cidades vacilantes (*halting cities*) são aquelas que estão estagnadas ou que retrocedem.

Em 1987, num texto já clássico, no qual elaborou uma periodização da rede urbana da Amazônia, Corrêa (2006) chamava a atenção para o fato de que a criação de atividades modernas em

larga escala, como a mineração, realizada por grandes empresas com ou sem a participação do Estado, ecoava nas redes urbanas. E acrescentava: “Repercussões que se traduzem tanto na criação de um novo tipo de cidade, a *company town*, como também pela introdução de um novo padrão de relações com o espaço exterior ao núcleo” (CORRÊA, 2006, p. 240)<sup>2</sup>. Diferenciando a qualidade dos nexos entre as cidades amazônicas, a região e o exterior, Trindade JR. (2010) propõe falar de cidades na floresta e cidades da floresta. Nas primeiras, definidas como enclaves urbanos ou cidades-empresa, a articulação se dá fora da região, uma vez que se trata de meras bases logísticas de grandes corporações. Nas segundas, as relações se dão na contiguidade, como no caso das cidades ribeirinhas, que são propriamente cidades locais, pelo forte enraizamento com seu entorno<sup>3</sup>. Veem-se aqui os rebatimentos do acontecer homólogo, mas também do complementar, no processo de urbanização.

O acontecer complementar cria novas relações entre cidade e campo e certas relações interurbanas, orientadas pelas demandas de uma produção e circulação modernas e territorialmente próximas. Como no acontecer homólogo, a informação é também determinante na configuração dessas relações espaciais e, ao propagar-se, também pode criar horizontalidades. A noção de acontecer complementar possibilitaria acabar, talvez, com velhas dicotomias campo-cidade, levando à formulação da questão de outro modo. Nesse diapasão, a ideia de “cidade do campo”, cunhada por Santos (1993, p. 52) em oposição à tradicional expressão “cidade no campo”, permite compreender que aquela “[...] assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais imediatas”<sup>4</sup>. Não haveria, aqui, dicotomia, mas uma relação intrínseca e funcional entre ambas as formas de existência do espaço: a cidade e o campo. Sorre (1952) lembra que os sociólogos Gist e Halbert “[...] pensavam que a dicotomia familiar entre ‘rural’ e ‘urbano’ é mais uma concepção teórica que uma divisão fundada sobre as realidades da vida em comunidade”. Mais uma vez, Santos (1993) contribui com o debate sobre as relações campo-cidade ao propor uma nova diferenciação:

Simplesmente, não mais se trataria de “regiões rurais” e de “cidades”. Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. Na presente situação socioeconômica, as cidades preexistentes, nas áreas de povoamento mais ou menos antigo, devem adaptar-se às demandas do mundo rural e das atividades agrícolas, no que se refere tanto ao consumo das famílias quanto ao consumo produtivo, isto é, o consumo exigido pelas atividades agrícolas ou agroindustriais. Quanto às cidades, aquelas

<sup>2</sup> Para Corrêa (2006, p. 241), a *company town* “[...] é uma criação planejada, dotada de moderna infra-estrutura e dos serviços essenciais, e onde tudo está sob o controle, direto ou indireto, da empresa que a criou e a administra. A criação da cidade e sua manutenção fazem parte, na realidade, dos investimentos necessários para tornar viável a exploração, em larga escala, dos recursos naturais em área não habitada e sem nenhuma infra-estrutura”

<sup>3</sup> Ver texto de Trindade JR nesta publicação (nota dos organizadores).

<sup>4</sup> Elias (2007, p. 118) propõe o nome “cidade do agronegócio” para referir-se às “cidades que coordenam os espaços agrícolas de produção intensiva”, atendendo às “demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, das sementes transgênicas à mão-de-obra especializada”.



cujas dimensões são maiores, utilizam parte dos terrenos vazios dentro da aglomeração ou em suas proximidades com atividades agrícolas freqüentemente modernas e grandemente destinadas ao consumo da respectiva população. As regiões metropolitanas, oficiais ou de fato, são o melhor exemplo desse fenômeno. Teríamos, desse modo, no primeiro caso, áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e, no segundo caso, áreas rurais adaptadas a demandas urbanas. (SANTOS, 1993, p. 65).

Esse feixe de eventos, definido como acontecer complementar, contribui para explicar a modernização da cidade média, isto é, o transporte, as finanças, os serviços técnicos, em definitivo, o trabalho ligado às variáveis-chave do período, que passam a estruturar a vida econômica dessas aglomerações. Na opinião de Santos (1993, p. 123), “[...] essas cidades médias são, crescentemente, lócus do trabalho intelectual, como o lugar onde se obtêm informações necessárias à atividade econômica. Serão, por conseguinte, cidades que reclamam cada vez mais trabalho qualificado”.

Daí o crescimento econômico, a multiplicação dos fluxos, o aumento do emprego e do consumo, dando uma sensação de modernidade e de elevação do nível de vida, que, tantas vezes, oculta a destruição das formas de produção pretéritas. Inspirado em *La paix blanche*, de Robert Jaulin, Gaudin (1978, p. 59) denominou “etnocídio” a desvalorização de técnicas antigas, a destruição das relações sociais e a interrupção de um saber fazer milenário, que podem, todavia, ser concomitantes ao aumento da população e da produtividade e à dependência de um circuito externo. Dir-se-ia que é a destruição de uma cultura em câmera lenta, sem mortes nem batalhas, acompanhada, amiúde, de um crescimento dos efetivos demográficos (GAUDIN, 1978, 1999). Há uma densificação da divisão do trabalho e da cooperação, com o aumento da divisão interurbana do trabalho, às vezes permitindo a existência de atividades desigualmente capitalizadas. Nesse frenesi do movimento tanto material quanto imaterial, observa-se uma primazia das formas e uma relevância das técnicas. Entretanto, ressaltam-se as palavras de Kayser (1966, p. 691) quando, há várias décadas, lamentava que “[...] nessas condições, a presença material das cidades não é suficiente para constituir o arcabouço da vida regional”.

Por fim, o acontecer hierárquico é feito de ordens e informação que provêm de um lugar e se realizam em outro como trabalho. Em outras palavras, decorre de interesses externos que regulam e limitam as dinâmicas locais explicadas anteriormente. É o caso da organização do trabalho agrícola que, em certa região, é realizada por grandes firmas, como Monsanto ou Bunge. Verifica-se uma racionalização das atividades que provoca uma intensa especialização territorial, cujo comando é concentrado. A informação é aqui fundamental, mas a diferença em relação aos outros acontecimentos é que sua produção é realizada pelos agentes hegemônicos. É uma informação-segredo e, por conseguinte, torna-se uma norma para organizar o resto do território, onde se generaliza sob formas banais. As existências advindas do acontecer hierárquico são as grandes extensões produtivas, as indústrias e comércios modernos, os serviços

quaternários nos centros empresariais das grandes metrópoles, as grandes infraestruturas, atravessadas por importantes fluxos e palco das verticalidades. Aqui a primazia é das normas, com a relevância da política das empresas e o papel ativo do poder público. Portanto, a integração entre a produção moderna e a gestão é realizada fora da cidade média e pequena e, inclusive, da região ou do país.

Se couber às metrópoles sediar grande parte dessas atividades quaternárias, próprias do acontecer hierárquico, as cidades médias seriam, portanto, o *locus* privilegiado do acontecer complementar, sem o qual a globalização não se realiza. Em certas cidades é exercido o comando técnico das produções resultantes do acontecer homólogo, provocando relações de complementaridade com o campo moderno, com as bacias de petróleo ou com as áreas de mineração. No entanto, nas cidades médias, também se pode encontrar uma parcela significativa, porém incompleta, do comando político, isto é, do acontecer hierárquico, por vezes através de ações delegadas. Daí as relações de complementaridade, mesmo hierárquicas, com os grandes centros, que, amiúde, tornam desnecessário o diálogo com as metrópoles nacionais e estilhaçam as velhas hierarquias urbanas.

Por conseguinte, sobre a rede urbana preexistente e sobre cada uma das cidades, as novas formas do acontecer implantam divisões territoriais do trabalho particulares, revelando duas situações extremas e um leque de outras intermédias. Por um lado, nas redes urbanas e cidades que apresentam um tecido mais complexo, produto da superposição de divisões do trabalho anteriores, a nova divisão territorial do trabalho teria um efeito menos profundo. Por outro lado, nas redes urbanas pouco consolidadas, com cidades menos complexas, essa nova divisão tem um efeito quase devastador.

Com profundas desigualdades regionais, a formação socioespacial brasileira, que exporta o que produz em grande extensão do seu território, revela, por essa razão, a presença de poderosas empresas em muitas cidades médias, a partir das quais se executam tecnicamente os comandos centralizados que animam as atuais divisões territoriais do trabalho corporativas. Paralelamente, como a sociedade brasileira também vem mostrando altos níveis de consumo nos últimos anos, praticamente todo o território conhece a difusão de supermercados, shopping centers, franquias, redes comerciais e financeiras. Pontos de produção e pontos de consumo em expansão desenham as novas feições das cidades e da rede urbana.

Depreende-se daí que se considera o consumo como um elemento explicativo fundamental dos processos de urbanização. Não parece ocioso insistir em que a explicação da urbanização não pode ser reduzida à indústria nos países latino-americanos, mesmo quando os sistemas técnicos permitam alastrar a indústria nos territórios nacionais, pois tais sistemas anteciparam a chegada do consumo aos lugares. Reciprocamente, a cidade é produtora de novos consumos, a partir da publicidade que impregna sua vida de relações, pois, como alertou Duvignaud (1977, p. 16), a cidade “[...] é uma máquina a transformar a matéria em símbolos”.

Mas falar do consumo *per se* parece insatisfatório quando se quer alcançar uma interpretação do espaço geográfico em geral e do fenômeno urbano em particular. É aconselhável elaborar uma perspectiva mais analítica que permita considerar o consumo consumptivo e o consumo produtivo. No primeiro caso, vê-se que existe uma demanda heterogênea segundo a renda, embora os equipamentos mercantis sejam comparáveis entre as cidades. Nesse sentido, a distância entre núcleos do mesmo nível, com oferta comercial semelhante, pode ajudar a entender algumas razões do esvaziamento de cidades pequenas da rede urbana. As grandes empresas, por meio da publicidade e do crédito, acabam impondo instrumentos financeiros, como os diversos cartões, e universos simbólicos, como as marcas, que não cessam de propagar-se nas cidades de diversos tamanhos. Na opinião de Sassatelli (2012, p. 180):

O fenômeno da *marca*, por exemplo, funciona de modo semelhante ao “mito”: a marca não é apenas o nome de um produto ou de uma casa produtora; é, sobretudo, um símbolo que pode evocar uma série de significados que funcionam como marco interpretativo e afetivo. Algumas marcas-símbolos tornaram-se signos auto-referenciais [...] Outras, de alguma maneira, tomaram o lugar do produto [...].

Por outro lado, o consumo produtivo responde a uma demanda heterogênea segundo áreas geográficas, e, assim, os equipamentos mercantis nos quais se realiza o consumo tendem a ser diferentes. O consumo produtivo rural não se adapta às cidades; ao contrário, as adapta. É verdade que, como escreveu Beaujeu-Garnier (1995, p. 289), “[...] a cidade invade o campo e este perde seu papel tradicional”, mas hoje, em tempos de agricultura científica, pode-se afirmar que o campo invade a cidade na procura dos insumos e serviços necessários à produção moderna. A cidade, portanto, faz dos ritmos do campo racionalizado seus próprios ritmos. A área especializada é criadora de eventos ou, em outros termos, o acontecer homólogo acaba impulsionando, de certo modo, o acontecer complementar.

Na realidade, esses dois tipos de consumo não existem isoladamente, mas se realizam em espaços híbridos. Há uma superposição dos efeitos do consumo produtivo e consumptivo que revela a força dos mercados externo e interno na evolução recente da economia. Ambos determinam a existência de um importante sistema urbano que redefine, a cada dia, o papel das cidades na globalização. Não há, portanto, consumo consumptivo nem produtivo sem financeirização.

Essas formas de organização da produção, a partir das variáveis do período, são causa e consequência dos atuais processos de urbanização da sociedade e do território. De um lado, cresce o número de cidades e o tamanho delas, e, de outro lado, há uma difusão daquilo que Beaujeu-Garnier (1995) denominava civilização urbana, e Lefebvre (1973) entendia como o modo de vida urbano.

O retrato resultante é um território com graus e velocidades diferentes de urbanização, ora com um crescimento concomitante das metrópoles, das cidades médias e das pequenas

cidades e a transformação de suas morfologias, ora com a decadência de certas cidades e redes urbanas. Cada manifestação, ao seu compasso, faz lembrar a ideia de Sorre (1952, p. 179), que afirmava:

[...] as cidades são a expressão da vida de relações em todos os graus e sob todas as formas. Veremos que a fórmula inversa é também correta. Estamos perante uma correlação verdadeiramente geográfica [...] Alguns dizem: as cidades são filhas do comércio. Outros corrigem: e da indústria. Não é suficiente: é necessário falar da vida de relações [...] A estabilidade das correntes de relações explicam a permanência das cidades. Estas perduram porque perduram as necessidades às quais elas satisfazem, mas também porque elas criam novas correntes.

Daí que, na menor das cidades, criam-se relações de subordinação, de interdependência entre os elementos sem os quais a vida não seria possível, “[...] porque cada elemento especializado tem seu papel próprio em virtude da divisão do trabalho social”, como acrescenta o geógrafo francês (SORRE, 1952, p. 179).

Assim, explica Sorre (1952), como na cidade não são produzidos os alimentos e insumos que satisfazem as necessidades imediatas, torna-se necessária uma organização, um conjunto de funções internas que são a manifestação mesma da vida, sendo que “[...] o resultado desse processo é uma força de coalescência que tende a perpetuar o agrupamento humano no lugar onde nasceu” (SORRE, 1952, p. 179). Contudo, é preciso lembrar que “[...] nas zonas onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, conseqüentemente, as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias são mais distantes umas das outras” (SANTOS, 1993, p. 53).

## QUESTÕES DE MÉTODO SOBRE O FENÔMENO URBANO NO PRESENTE E NO FUTURO

A aceleração que caracteriza a globalização desfaz rapidamente as coerências do real e demanda um esforço de teorização, isto é, uma crítica das categorias herdadas à luz dos eventos contemporâneos.

Daí a insistência em apreender a urbanização e as cidades como um fenômeno, o que significa considerar, pelo menos, três perspectivas. Em primeiro lugar, valoriza-se a importância do período no estudo da urbanização e das cidades, uma vez que é um contexto que revela a forma e o conteúdo das modernizações contemporâneas ou, em outras palavras, a natureza da divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar, o conjunto de aglomerações urbanas é reconhecido como um sistema em processo de transformação de suas funções e hierarquias. Por fim, é necessário atentar também para as próprias cidades, essas manifestações urbanas

específicas que, a cada dia, incorporam dados da época e, ao mesmo tempo, se diferenciam entre si, mostrando novas formas e funções.

A partir dessas premissas de método, o estudo do fenômeno urbano deverá, sempre, anteceder os recortes, uma vez que estes não são atemporais, mas resultado do acontecer e, portanto, são dados a interpretar. Não são as delimitações *per se*, mas as relações que cumpre estudar. Por conseguinte, cada período histórico tem sua própria definição de cidade média e de cidade pequena porque cada uma destas formas urbanas participa de uma dada divisão territorial do trabalho e jamais alcança autonomia de existência. É por essa razão que tais cidades tampouco podem atingir autonomia de significado. Em outras palavras, as definições não são incólumes ao passo do tempo.

Preocupada em definir as cidades médias pelos seus papéis, evitando as noções cristalizadas, Sposito (2007, p. 244) assevera: “Para se articular escalas ao invés de apenas relacionar ou sobrepor escalas, a atenção maior deve se voltar à observação dos movimentos”. Os processos urbanos viriam, assim, antes dos recortes, sendo estes apenas uma necessidade metodológica, cuja resposta poderá ser encontrada na história de cada presente. Em tempos de aceleração, as delimitações perdem sua coerência mais rapidamente. Além disso, torna-se fundamental lembrar que, numa perspectiva dialética, os limites são sempre relacionais. Eles ajudam a entender as oposições sem, por isso, cristalizá-las em classificações autônomas. Entretanto, é preciso insistir na relevância dos estudos sobre a diversidade de manifestações do fenômeno urbano para evitar o risco de olhar apenas as metrópoles na atual divisão territorial do trabalho e de formular uma interpretação a-histórica da formação socioespacial e dos sistemas urbanos.

É preciso, portanto, elaborar uma economia política da urbanização e uma economia política da cidade (SANTOS, 1994; SILVEIRA, 2011). A primeira perspectiva leva a indagar sobre o modo como os fatores de produção – os instrumentos técnicos, as infraestruturas, os empregos, os capitais e o dinheiro – se distribuem no território e são causa da aglomeração da população em núcleos de tamanhos diferentes e com papéis distintos. Hoje, essa repartição se faz ao sabor dos três modos do acontecer já referidos. Quem tem mais força para distribuir esses fatores no território e comandá-los a partir de um punhado de pontos na rede urbana é o circuito superior. A segunda perspectiva busca compreender o modo como, no meio construído da cidade, cada agente encontra seu lugar para produzir e obter excedente. Há, portanto, uma valorização desigual e recíproca entre o lugar e a atividade, revelando que a cidade é um meio construído e um mercado composto por esses dois circuitos interdependentes: o superior e o inferior.

Essa maneira de captar os processos e as formas permitiria ver as cidades médias e pequenas como resultado provisório de forças de dispersão e de aglomeração. Enquanto as técnicas de transporte e comunicações e os novos sistemas técnicos na agricultura e na indústria possibilitam levar a produção e o consumo para fora da metrópole, a demanda de profissionais e técnicos vinculados à produção moderna e de equipamentos – como de saúde, educação e lazer, entre tantos outros – requer uma maior divisão do trabalho na cidade média. A partir das

forças de dispersão, tenderia a aumentar o número de núcleos urbanos e, graças às forças de aglomeração, é o tamanho do núcleo que aumenta. É desse modo que se constitui a divisão interurbana e intraurbana do trabalho ou, em outras palavras, a organização da produção e da vida. Pode-se perguntar, então: num raio de quantos quilômetros existe outra cidade que possa desempenhar um papel regional? A atual divisão territorial do trabalho hegemônica se perfaz com quantas cidades e qual é a distância entre elas? Pois, como explica Sposito (2007, p. 240), “[...] a redefinição da divisão regional do trabalho e da divisão internacional do trabalho não ocorre da mesma forma para todas as cidades médias”.

Por isso, hoje, mais do que nunca, no estudo do fenômeno urbano é importante compreender que as consequências urbanas de uma maior inserção na divisão territorial do trabalho revelam-se em novas funções e novas morfologias intraurbanas – como as novas centralidades nas cidades médias –, ao passo que uma menor inserção pode provocar um esvaziamento econômico e demográfico. Dir-se-ia que é um processo acirrado de valorização e desvalorização de cidades e regiões. Quando a inserção é plena, são frequentes os processos inflacionários locais em cidades que crescem, o que acelera o empobrecimento de boa parcela da população. O circuito inferior nasce então na cidade média, como resultado indireto dessa modernização, e desperta um ar de família entre cidades de tamanhos diferentes. Causa e consequência disso é a disputa entre demandas corporativas e sociais, sobretudo em cidades médias e pequenas de modernização recente. As respectivas escolhas políticas podem estar mais perto ou mais longe de um «equilíbrio» entre funções de enriquecimento e de responsabilidade, tal como apontado por Beaujeu-Garnier (1995)<sup>5</sup>. Nesses pontos luminosos do território nacional, não raro se produz uma subordinação da cultura genuína ou a chegada de uma cultura de massas. A modernização não se faz sem o poder da ideologia, dos discursos, dos símbolos que permitem legitimar os comandos alheios, próprios de um acontecer hierárquico, e ocultar que o crescimento econômico e urbano é concomitante à produção da pobreza estrutural, em função da desvalorização das divisões do trabalho menos capitalizadas.

Por isso, o espaço é movimento e, particularmente, o fenômeno urbano advém do movimento que resulta da permanente superposição de divisões territoriais do trabalho, da gênese e da morte de objetos e formas de trabalhar. Daí a necessidade de entender a vida e as formas, a vida nas formas, que revelam a pluralidade da vida, e a necessidade de pensar as categorias que permitam construir um discurso teórico e político mais eficaz.

<sup>5</sup> Para Beaujeu-Garnier (1995, p. 39), as funções de enriquecimento “[...] são aquelas que criam essencialmente fluxos monetários suscetíveis de capitalização”. E acrescenta: “Sua manifestação essencial é a de criar a mais-valia e acumular uma certa massa monetária” (BEAUJEU-GARNIER, 1995, p. 40). As cidades de responsabilidade “[...] exercem de modo mais ou menos completo funções de responsabilidades: a administração em sentido amplo, o ensino, a saúde” (BEAUJEU-GARNIER, 1995, p. 42-43). E, por vezes, esses serviços vão além das necessidades locais e abrangem um território mais amplo.

## REFERÊNCIAS

- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline; CHABOT, Georges. *Traité de géographie urbaine*. Paris: Armando Colin, 1963.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Géographie urbaine*. 4. ed. Paris: Armand Colin, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DUVIGNAUD, Jean. *Lieux et non lieux*. Paris: Galilée, 1977.
- ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 113-138.
- GAUDIN, Thierry. *L'écoute des silences, les institutions contre l'innovation?* Paris: Union Générale des Éditions, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Economia cognitiva*. São Paulo: Beca, 1999.
- GEORGE, Pierre. La géographie à l'heure du temps. In: BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert ; PUMAIN, Denise. *Encyclopédie de géographie*. Paris: Economica, 1992. p. 1045-1058.
- HELLER, Ágnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KAYSER, Bernard. A região. In: GEORGE, Pierre. *Geografia ativa*. São Paulo: DIFEL, 1966.
- LAVEDAN, Pierre. *Géographie des villes*. Paris: Gallimard, 1959.
- LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Península, 1973.
- RICCEUR, Paul. *O Discurso da acção*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, Milton. *L'espace partagé: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SASSATELLI, Roberta. *Consumo, cultura y sociedad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2012.
- SILVEIRA, María Laura. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Org.). *As geografias de São Paulo*. São Paulo: Contexto, 2004. v. 1, p. 59-71.
- \_\_\_\_\_. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: SILVA, Catia Antônia (Org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina-FAPERJ, 2011. p. 35-51.

SILVEIRA, María Laura. A natureza relacional dos circuitos da economia urbana. In: OLIVEIRA, Floriano Godinho et al. (Org.). *Geografia urbana: ciência e ação política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 155-178.

\_\_\_\_\_. Tiempo y espacio en geografía: dilemas y reflexiones. *Revista de Geografía Norte Grande*, Santiago de Chile, n. 54, p. 9-29, maio 2013.

SORRE, Maximilien. *Les fondements de la géographie humaine: les fondements techniques*. Paris: Armand Colin, 1952. Tome II.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana". In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

TRINDADE JR., Saint-Clair. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*, São Paulo, n. 50, p. 13-138, set./mar. 2010.





# REFLEXÕES DA REDE CMP

99

*Série Estudos e Pesquisas*

SEF



## O CAMPO E A CIDADE: OPERACIONALIZANDO IDEIAS DE RAYMOND WILLIAMS ATRAVÉS DE EÇA DE QUEIRÓS

*Wendel Henrique Baumgartner\**

[...] é significativo que a imagem comum do campo seja agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem de futuro. Se as isolarmos desse modo, fica faltando o presente.

A ideia do campo tende à tradição, aos costumes humanos e naturais. A ideia da cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento. Assim, num presente vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos.

Raymond Williams, 2011

### INTRODUÇÃO

Neste ensaio, buscamos discutir algumas ideias referentes às dissociações entre o campo e a cidade, numa tentativa de superação de estereótipos classificatórios. Esse objetivo está conectado ao que consideramos uma necessidade nos estudos sobre cidades médias e pequenas relacionada à compreensão das relações entre o campo e a cidade e/ou entre o rural e o urbano, quer seja pela própria proximidade geográfica entre ambos ou pela coexistência/presença de conteúdos nesses espaços. Diferentemente da metrópole e da grande cidade, nas cidades médias e pequenas, o campo está muito próximo, e o rural, muitas vezes, dentro delas. As paisagens evidenciam o componente espacial dessa relação, tanto nos horizontes quanto nas ruas (os transportes de tração animal não são apenas um exotismo pitoresco; os comércios e as sedes de instituições, sindicatos, entre outras construções, são marcadamente relacionados ao campo; as feiras são verdadeiras ágoras da vida interiorana, nas quais nada é gourmet e tudo saiu dali, de pertinho; as antenas de TV por satélite estão nas casas de adobe). O lugar é o da coexistência, dos modos de vida que transitam entre o rural e o urbano, no qual o de fora ainda causa certo estranhamento e certa desconfiança.

Por que associar, no Brasil, textos que remetem a uma tradição inglesa a outro de tradição portuguesa? Porque compartilamos da proposta de Williams, no sentido de compreensão dos processos e das relações entre o campo e a cidade em sua dimensão histórica. Dessa forma, é fundamental entender o processo de urbanização capitalista inglês, berço e definidor de características no plano mundial. Segundo Williams (2011, p. 12),

\* Doutor e mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor-associado I do Departamento e Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). wendel\_henrique@hotmail.com

[...] de qualquer modo, deve ficar claro que a experiência inglesa é especialmente significativa, na medida em que uma das transformações mais decisivas nas relações campo e cidade ocorreu na Inglaterra muito cedo, e num grau tão acentuado que, sob certos aspectos, não encontra paralelo. A Revolução Industrial não transformou só a cidade e o campo: ela baseou-se num capitalismo agrário altamente desenvolvido [...].

De outro lado, compreender a “alma portuguesa” das relações campo-cidade nos permite entender um dos elementos constituidores das experiências brasileiras<sup>1</sup>.

Assim, buscaremos a construção de pontes interpretativas referentes às discussões sobre o campo e a cidade a partir das leituras de dois autores – Raymond Williams e Eça de Queirós. Primeiramente, cabe destacar que não buscamos a construção de um texto que pudesse ser definido como um trabalho focado na literatura, mas sim nos propomos apenas a operacionalização de uma proposta presente na obra *O Campo e a Cidade*, de Williams<sup>2</sup>, através das correlações com um romance em língua portuguesa – *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós<sup>3</sup> –, cuja temática se aproxima à apresentada pelo primeiro autor. Enquanto Williams (2011) reconstrói o processo de transformação do campo na Inglaterra marcadamente rural do século XVII até a constituição de uma “nova” Inglaterra, pautada na produção industrial, na cidade e em uma cultura urbana, Queirós (1969) retrata de maneira muito interessante os conflitos – materiais e simbólicos – na vida dos personagens principais ao transitarem pela cidade e pelas serras, que seriam uma representação do campo. A cidade é representada por Paris, e o espaço urbano é o da virada do século XIX para o XX. O embasamento conceitual se dá na concepção da cidade como o lócus da civilização, e a urbanidade como a tendência “natural” do desenvolvimento humano.

Ao associarmos campo e cidade, rural e urbano, conhecimento artístico/literário e acadêmico, partimos de premissa de Williams (2011, p. 496-497) ao afirmar que “[...] no momento nada é mais urgente do que tomar a ideia fundamental, o problema de ultrapassar a divisão do trabalho [...]. Só podemos vencer a divisão nos recusando a ser divididos. Essa é uma decisão pessoal, mas que em seguida é uma ação social”. Além de precisamos superar a ideia de campo e cidade baseada em uma divisão do trabalho e do espaço entre campo e cidade, que fixa o rural e o urbano em espaços específicos e distintos, é preciso que efetivamente se vislumbre a ideia de coexistência de processos simultâneos relacionados a ruralidade e urbanidade, indo além das divisões, classificações e rotulações. Desse modo, também nos recusamos a dividirmos o que seria conhecimento artístico/literário e conhecimento acadêmico.

<sup>1</sup> Aqui relatamos um sentimento de incompletude, quando mantemos apenas o viés hegemônico e europeu na constituição das representações brasileiras sobre o campo e a cidade, pois não foi possível construir as representações construídas pelos grupos indígenas em sua relação com a aldeia e a natureza, até mesmo porque não existiriam essas “repartições” entre esses espaços, bem como não conseguimos trazer contribuições das relações que os povos africanos possuíam em seus espaços originais, bem como suas construções já em terras brasileiras.

<sup>2</sup> O original *The Country and the City* foi publicado por Raymond Williams em 1973.

<sup>3</sup> A primeira edição da obra foi em 1901, posterior à morte do autor.

Se, através da narrativa de Williams (2011), é possível compreender a construção dos argumentos que residem na dialética entre o campo e a cidade ao longo de séculos passados, queremos aqui focar essa tensão no/do presente, que nos permite transpor o aspecto locacional ou espacial da questão no/do campo ou na/da cidade do reino da materialidade física, concreta, para um plano mais “imaterial” e fluido, no qual residem os conteúdos que animam essas formas (campo e cidade). Incluem-se os conteúdos ou os planos do rural e do urbano, que nesse momento superam seus continentes físicos materiais (o campo e a cidade), dentro de uma única possibilidade de construção desses pares, a antiga determinação do rural contido no campo e do urbano contido na cidade. O campo continua sendo, espacialmente e morfológicamente falando, o campo, e não vislumbramos uma constituição de cidade que anule a existência do campo, mas compreendemos que, apesar da forma campo continuar a existir, os conteúdos se tornaram extremamente diversos, indo de um arquétipo de rural até um arquétipo de urbano (HENRIQUE, 2012). O campo, assim como a cidade, deixou simplesmente de conter o rural e/ou o urbano. Assim, ambos passarão a articular variações/graduações/intensidades desses dois conteúdos ou modos de vida, em aspectos sempre em movimento de ruralidades e urbanidades.

Dessa forma, é possível, apesar da existência material do campo e da cidade – os quais podemos “encarar em seus próprios termos” no presente –, constatar uma alteração radical dos conteúdos dessas formas, com a presença de aspectos de urbanidade e da ruralidade no campo e na cidade. Nossa ideia, indo além do que Williams (2011) coloca, é que a contradição, o conflito ou a dialética reside mais no plano dos conteúdos (rural ou urbano) do que no plano dos continentes (campo ou cidade). Mas é claro que isso é uma possibilidade interpretativa possível e que não desmerece, em hipótese alguma, as contribuições de Raymond Williams, especialmente quando ele preenche uma lacuna na compreensão do processo de urbanização contemporâneo, ainda tratado, majoritariamente, sob o ponto de vista da metrópole e da grande cidade.

Ao construir uma relação balanceada entre o campo e a cidade na constituição da primeira onda de urbanização capitalista, que tem como espaço a Inglaterra, Williams (2011) constrói conexões entre as transformações cotidianas – iniciadas com a Revolução Industrial capitalista dentro e nos entornos das fábricas – que se configuraram como um modo de vida próprio (o modo de vida urbano) e expansionista (dentro do projeto imperialista britânico), que atingiu o mundo, constituindo uma tendência à urbanização planetária, conforme demonstra Lefèbvre (1999). Londres, a primeira metrópole (uma cidade e um modo de vida encarados sem distinções, uma cidade e seu conteúdo amalgamados de tal maneira que o espaço e o cotidiano se fundem), as cidades industriais inglesas e o campo inglês (em processo de transformação pelo modo de produção capitalista) dão pistas importantes para a compreensão das relações entre o campo e a cidade ou entre o rural e o urbano, indo além de um certo “fetiche” parisiense. É claro que não negamos as contribuições francesas e o papel, inclusive simbólico, que a reforma de Paris, por Haussmann, teve nas cidades do mundo. O que queremos é mostrar que existem outras fontes possíveis, outras “cidades-modelo” no mundo ocidental que nos

permitem compreender o que acontece nas cidades e nos campos brasileiros, notadamente no interior do país, espaço que passa por processos semelhantes àqueles visualizados na Inglaterra do século XIX. É claro que vivemos outra fase do modo de produção capitalista, mas sua chegada aos rincões do Brasil, quer seja no campo ou na cidade, carrega aspectos universais, forjados em sua constituição, marcados em seu DNA “inglês”. É exatamente nessa universalidade do processo que reside a força explicativa da obra *O Campo e a Cidade*, de Raymond Williams (2011).

Além disso, precisamos superar com urgência, no cotidiano urbano, o mito do passado mais feliz. No mundo das representações, constatamos certa hipervalorização de aspectos, quase sempre positivos, do passado, vinculados à vida campestre. Em recente roda de conversa, ouvimos a seguinte afirmação de um senhor já idoso: “Quando me aposentar, eu quero voltar para a cidadezinha do interior, comprar uma roça e viver bem, como era antigamente”. Buscando aprofundar essa questão, perguntamos se o senhor já havia vivido no/do campo, e a resposta foi: “Viver no campo sim, mas nunca trabalhei no campo, pois meus pais se mudaram para a cidade quando eu era criança”. Por quê? E ele respondeu: “Porque a vida era difícil, não tinha luz e para ter água era preciso trazer na lata”. Mas a realidade das dificuldades não abalou as representações do senhor. Para ele, vida boa era vida no campo, repleta de paixão e sentimentos. É claro que precisamos refletir mais sobre essa questão, mas o importante é superar essa mitificação do passado quando pensamos na cidade e no campo. Conforme coloca Williams (2011, p. 21), “[...] a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões”.

## O CAMPO INGLÊS E AS SERRAS PORTUGUESAS: O LOCAL E O REGIONAL NAS ADJETIVAÇÕES DO CAMPO

Analisando as duas obras que embasam nosso trabalho, mais especificamente em relação às representações do campo, constatamos que, quase sempre, elas tratam do campo com um aspecto local e regional muito forte. As localizações geográficas e seus conteúdos nomeiam, criam definições e se fazem muito presentes. Segundo Williams (2011), a vida rural (assim como a vida urbana) tem diversos significados, notadamente nostálgicos e apegados aos lugares, criando, reforçando uma identificação e definindo uma estrutura de valores ancorada nos locais onde se foi criado, um “[...] apego ao lugar, à paisagem, onde começamos a vida e aprendemos a ver” (WILLIAMS, 2011, p. 144).

Esse apego aos lugares e paisagens que nos edificaram e estão presentes em nossas representações é muito evocado quando passamos de um local de nascimento e vida – quer seja no campo, na cidade pequena ou grande – para outras formas espaciais, do campo para a cidade ou da cidade para o campo. Um estranhamento, a partir do que conhecemos, sempre

se faz presente. O personagem principal de *A Cidade e as Serras*, ao trocar a cidade grande pelo campo, exclama:

[...] ao cabo de uma semana rural, de todo seu ser tão nobremente composto só restava um estômago e por baixo um falo! A alma? Sumida sob a besta. E necessitava correr, reentrar na cidade mergulhar nas ondas lustrais da civilização, para largar nelas a crosta vegetativa, e ressurgir reumanizado, de novo espiritual e jacíntico! (QUEIRÓS, 1969, p. 20-21).

Entretanto, Williams (2011) coloca que essas leituras pautadas na observação de situações comuns, mas sob pontos de partida espacialmente distintos, precisam ser mais bem exploradas. Seu argumento se baseia na romantização da solidariedade/sobriedade no campo vista por quem mora na cidade.

A ganância e a mesquinhez, tão fáceis de serem isoladas e condenadas na cidade, retornam visivelmente para as mansões senhoriais, cercadas de plantações e trabalhadores. E trata-se de um processo duplo. A exploração do homem e da natureza, que tem lugar no campo e é concretizada e concentrada na cidade. (WILLIAMS, 2011, p. 85).

Na outra vertente, a visão da cidade a partir do campo gera espantos, pré-conceitos. Williams (2011), tratando das gentes da cidade de *Coketown*, palco de uma obra de Charles Dickens (*Hard Times*), coloca que a cidade e as pessoas eram muito parecidas.

Continha algumas ruas grandes, todas muito parecidas, e muitas ruas pequenas, ainda mais parecidas, habitadas por pessoas igualmente parecidas, que chegavam e saíam todas nas mesmas horas, fazendo o mesmo som nas mesmas calçadas, para fazer o mesmo trabalho, e para quem todos os dias eram iguais à véspera e ao dia seguinte, e todos os anos eram a imagem do ano anterior e do subsequente. (WILLIAMS, 2011, p. 214).

Essa passagem mostra a contradição entre a ideia de cidade (heterogênea, variada e de movimentos aleatórios) em relação a ideia de indústria (uniformidade), presente até no nome da cidade. Mas até que ponto a cidade não repete essa uniformidade repressiva? Até que ponto o campo e a vida rural também não são repetitivos e cíclicos?

Ao longo da história das representações do campo, observamos que a ideia de melhoria das condições de produção – em um primeiro momento – atrelada ao aumento da produtividade capitalista agrária é o motor dos conflitos e a origem de representações míticas do passado referentes à vida no campo. Além disso, era necessária e urgente a melhora das casas e também a construção de uma ordem, de um ordenamento espacial, a partir da compreensão da ordem urbana higienista, não só da casa, mas de todo o campo.



E, no pedaço de chão que viam, chão de terra batida, uma mancha úmida reluzia, da chuva pingada de uma telha rota. A parede, coberta de fuligem, das longas fumaraças da lareira, era tão negra como o chão. E aquela penumbra suja parecia atulhada, numa desordem escura, de trapos, de cacos, de restos de coisas, onde só mostravam forma compreensível uma arca de pau negro, e por cima, pendurado de um prego, entre uma serra e uma candeia, um grosso saiote escarlate. (QUEIRÓS, 1969, p. 229).

A modernização se associa a uma ideia de civilização, de civilização urbana, realizada em sua plenitude através dos confortos da vida cotidiana, alguns necessários e relacionados à qualidade de vida.

Nas janelas, que deviam ter apenas portadas, segundo o secular costume da serra, decidira pôr vidraças, apesar de o mestre de obras lhe dizer honradamente, que depois de habitadas um mês, não haveria casa com um só vidro. Para substituir as traves clássicas queria estucar os tetos; e eu via bem claramente que ele se continha, se retesava dentro do bom senso, para não dotar cada casa com campainhas elétricas. (QUEIRÓS, 1969, p. 239).

Ainda seria preciso – dentro da mesma concepção do personagem que sai da cidade e chega ao campo – colocar banheiras, entre outras “grandezas”, para que as pessoas pudessem “comodamente” se lavar, construir uma escola, um espaço de projeções (cinema), instalar um telefone. Para o personagem que nasceu no campo e foi para cidade, tudo isso é sintetizado na seguinte frase: “Aí vem a terrível acumulação das noções! Eis o livro invadindo a serra!” (QUEIRÓS, 1969, p. 240).

Em Williams (2011), essas mesmas ideias estão fortemente presentes e “[...] a perda do ‘velho campo’ é uma perda de poesia; o cultivo dos sentimentos naturais é empobrecido pelas consequências dos melhoramentos advindos do cultivo da terra; a riqueza, além de dura e cruel, é insensível – isto é, falta-lhe sensibilidade estética” (WILLIAMS, 2011, p. 233).

Queirós traz outras passagens que alimentam essa discussão dos melhoramentos do campo, notadamente a partir da casa no campo, que, para o personagem da cidade, poderia ser medonha, mas, principalmente, era inabitável, pela falta de infraestrutura.

Medonha, medonha, não [...] É uma bela casa, de bela pedra. Mas os caseiros, que lá vivem há trinta anos, dormem em catres, comem o caldo à lareira, e usam as salas para secar o milho. Creio que os únicos móveis em Tormes, se bem me recordo, são um armário e uma espineta de charão, coxa, já sem teclas. (QUEIRÓS, 1969, p. 138).

Para resolver o “problema”,

[...] há tempo de pintar, de assoalhar, de envidraçar [...] Mando daqui de Paris tapetes e camas [...] Um estofador de Lisboa vai depois forrar e disfarçar algum buraco [...] Levamos livros, uma máquina de fabricar gelo...E é mesmo uma ocasião de pôr enfim numa das minhas de Portugal alguma decência e ordem. [...] Começou então no 202 o colossal encaixotamento de todos os confortos necessários ao meu Príncipe para um mês na serra áspera – camas de pena, banheiras de níquel, lâmpadas Carcel, divãs profundos, cortinas para vedar as gretas rudes, tapetes para amaciar os soalhos brancos [...] que facilidade! ... Saímos do 202, chegamos à serra, encontramos o 202. Não há senão Paris! (QUEIRÓS, 1969 p. 139, 142 - 143).

Entretanto, quando o ser da grande cidade chega ao campo, algo muda, e a força das representações do campo aflora.

Acordei envolto num largo e doce silêncio. Era uma estação muito sossegada, muito varrida, com rosinhas brancas trepando pelas paredes – e outras rosas em moitas, num jardim, onde um tanquezinho abafado de limos dormia sob duas mimosas em flor que recendia. Um moço pálido, de paletó cor de mel, vergando a bengalhinha contra o chão, contemplava pensativamente o comboio. Agachada rente a grade da horta, uma velha, diante de sua cesta de ovos, contava moedas de cobre no regaço. Sobre o telhado secavam abóboras. Por cima rebrilhava o profundo, rico e macio azul de que meus olhos andavam aguados.

[...] O rio defronte descia, preguiçoso e como adormentado sob a calma já pesada de maio, abraçando, sem um sussurro, uma larga ilhota de pedra que rebrilhava. Para além, a serra crescia em curvas doces, com uma funda prega onde se aninhava, bem junta e esquecida do mundo, uma vilazinha clara. O espaço imenso repousava num imenso silêncio. (QUEIRÓS, 1969, p. 156, 162).

Como a civilização não chega, em função do desvio dos caixotes de mudança em alguma estação de trem entre Paris e o destino final, em Portugal, outra mudança no personagem da cidade se sente.

Estou saboreando esta delícia de me erguer pela manhã, e de só ter uma escova para alisar o cabelo. [...] Tinha vinte! Talvez trinta! E era uma atrapalhação, não me bastavam! [...] Nunca em Paris andei tão bem penteado. Assim com os meus setenta mil volumes; eram tantos que nunca li nenhum. Assim com minhas ocupações; tanto me sobrecarregavam, que nunca fui útil. (QUEIRÓS, 1969, p. 192).

Além disso, se na cidade tudo é “mesmice”, e a repetição é o “horror das cidades”, no campo, as mudanças seriam diárias. “Olha aquele castanheiro. Há três semanas que cada manhã o vejo, e sempre me parece outro [...] A sombra, o sol, o vento, as nuvens, a chuva, incessantemente lhe compõem uma expressão diversa e nova, sempre interessante” (QUEIRÓS, 1969, p. 194). Entretanto, essas mudanças são lentas. O tempo passa devagar e é regido pelas leis da natureza. O personagem da cidade, ao indagar sobre o tempo de crescimento de árvore, se espanta: “Tudo é tão lento! Trinta anos, antes que seja belo! Desânimo! É bom para Deus, que pode esperar” (QUEIRÓS, 1969, p. 207).

O êxtase final do personagem urbano sobre a vida no campo está na sociabilidade. Apesar de a quantidade de pessoas ser muito maior na cidade, apenas no campo se podia conversar com todos, uma vez que a vida era simples e caseira.

Aquele ressequido galho da cidade, plantado na serra, pegara, chupara o humo do torrão herdado, criara seiva, afundara raízes, engrossara o tronco, ativara ramos, rebentara em flores, forte, sereno, ditoso, benéfico, nobre, dando frutos, derramando sombra. E abrigados pela grande árvore, e por ela nutridos, cem casais em redor a bendiziam. (QUEIRÓS, 1969, p. 278).

E na decisão de ficar no campo, a cidade se torna o lugar do interesse apenas pelo dinheiro e posses de uma pessoa, lugar onde tudo está igual, e o marasmo impera, onde, apesar de as delícias do mundo estarem sempre disponíveis e serem sempre melhoradas, nada apetece e tudo se torna banal. A vida é uma solitária no luxo e no mundo das invenções, espaço da vaidade e do vício, mas, ainda assim, da elegância e do conhecimento. A cidade ainda chega com os jornais e as revistas “[...] recheadas de mulheres nuas, de historietas sujas, de parisiânismo [...] que contavam as delícias de Paris, derramavam através do mundo a sedução de Paris [...]” (QUEIRÓS, 1969, p. 296), mas que já não interessavam ao ser que trocara a cidade pelo campo, onde a beleza estava nas serras, eternas e verdadeiras.

## A CIDADE: BERÇO DA CIVILIZAÇÃO QUE SE PRETENDE UNIVERSAL

Ao contrário das representações do campo, as representações da cidade sempre se buscam universais e reforçam as ideias da superioridade construtiva da sociedade. “Que criação augusta, a da cidade! Só por ela, Zé Fernandes, só por ela, pode o homem soberbamente afirmar sua alma!” (QUEIRÓS, 1969, p. 19).

A civilização citadina controla a natureza com aquecedores, iluminação noturna, e o verde se transforma em uma cor. O desejo de progresso, evolução e o sentimento de que tudo ainda não é suficiente são uma marca do personagem da cidade. Ao mesmo tempo em que há um frenesi pelo novo, este é acompanhado pelo efêmero e pelo tédio. A cidade e o urbano seriam

as marcas do avanço, do progresso, e, em contraposição, o campo, o local das permanências e da conservação.

Esse reforço foi academicamente construído, segundo Williams (2011), para o qual a dissociação entre o campo e a cidade se materializa nas universidades. Ele usa o exemplo de Cambridge, onde havia

[...] uma universidade de estudiosos e professores, mas também de instrutores particulares e burocratas do ensino, preparando-se para ocupar cargos mais elevados; um mundo de homens que ampliavam o conhecimento humano e iluminavam a natureza e as vidas dos outros; um mundo de outros homens reunidos por solidariedade de classe, repetindo seus paradigmas legitimadores dentro dos muros da universidade, numa atitude ociosa e arrogante de observação e consumo. (WILLIAMS, 2011, p. 19).

Dentro da mesma universidade, segundo Young (1791 apud WILLIAMS, 2011, p. 2), “[...] parece haver uma certa coincidência entre o estado da lavoura na proximidade dos venerados pináculos de Cambridge e o fato de que a agricultura é totalmente ignorada nessa universidade”.

A cidade permite o acúmulo de conhecimento e informação em seus livros dispostos em bibliotecas e na circulação de jornais e revistas de todo o mundo. Sem falar no conhecimento gravado em voz através do “conferençofone” e do “teatrofone”, pelos quais se tem acesso aos debates acadêmicos e às aulas, bem como às peças de teatro, para serem ouvidos 24 horas por dia, ironicamente descritos no texto de Eça de Queirós.

[...] eu escapei para a biblioteca. Que majestoso armazém de produtos do raciocínio e da imaginação! Ali jaziam mais de trinta mil volumes, e todos decerto essenciais a uma cultura humana. Logo de entrada notei, em outro numa lombada verde, o nome de Adam Smith. Era pois a região dos economistas. Avancei – e percorri espantando, oito metros de economia política. Depois avistei os filósofos e os seus comentadores, que revestiam toda uma parede, desde as escolas pré-socráticas até as escolas neopessimistas. Naquelas pranchas se acastelavam mais de dois mil sistemas – e que todos se contradiziam. (QUEIRÓS, 1969, p. 32).

Entretanto, esse mundo do conhecimento é também o mundo do estranhamento em relação ao outro. O mundo da cidade é o reino do indivíduo. Williams (2011, p. 354), analisando uma obra de 1887 que se passa em Londres, escreve que as pessoas parecem ser incapazes de se ver, “[...] cada indivíduo tem consciência de si próprio, mas ninguém é consciente da coletividade como um todo, fora, talvez, um ou outro basbaque que olha a seu redor, boquiaberto, com um tanto parvo”. Sobre a mesma cidade, mas já estudando uma obra de 1931, Williams (2011, p. 354-355) transcreve:

[...] como os homens são apressados aqui; como são caçados, perseguidos de modo terrível, impelidos a andar a toda velocidade! Assim, por uma questão de autodefesa, eles não podem parar para olhar uns aos outros. [...] Ali, em suas pequenas celas, separados por paredes de tijolo ou madeira, permanecem estranhos. [...] É um imenso aglomerado de pequenos sistemas, cada um dos quais, por sua vez, é uma pequena anarquia, cujos membros não trabalham juntos, e sim engalfinham-se.

Citando Engels, Williams (2011, p. 355) coloca que as pessoas

[...] continuam passando umas pelas outras como se nada tivessem em comum, como se uma nada tivesse a ver com a outra, e o único acordo que observam, tacitamente, é o que faz com que cada um fique em seu lado da calçada, para não perturbar o fluxo da multidão que vem em sentido contrário, e não ocorre a ninguém dirigir sequer um olhar ao outro como forma de consideração. A indiferença brutal, o isolamento insensível de cada um em seu interesse pessoal, torna-se mais repelente e ofensiva quanto mais esses indivíduos são amontoados dentro de um espaço limitado.

Esse componente individualista, indiferente e solitário, conteúdo da vida urbana inglesa, se espalha com a expansão do mundo urbano. A urbanização, que se confirma inicialmente na Inglaterra, em meados do século XIX, quando, segundo Williams (2011), a população urbana passa a rural, avança para o mundo, carregando consigo esses conteúdos. Como já afirmamos, a universalidade e a abrangência mundial são tendências do mundo urbano construído nas cidades.

Por isso, segundo Williams (2011, p. 357-358), é necessário

[...] compreender o que representa a cidade. Em 1971, mais da metade da população ainda morava em aldeias ou em cidades de menos de 20 mil habitantes. Só pouco mais de um quarto vivia nas cidades maiores, e por 'cidades maiores' entendemos, nesse contexto, as com no mínimo 100 mil habitantes: em comparação com o que veio a ocorrer posteriormente, o limite ainda é relativamente baixo. Quando, na década de 1840, os escritores começavam a dizer que viviam numa 'era de grandes cidades' [...] estava se aludindo à importante novidade que as cidades representavam e a seu papel dominante na economia; a expressão não tinha um sentido absoluto. A vida urbana, até a chegada do século XX, mesmo numa sociedade altamente industrializada, ainda era uma vivência minoritária, porém já encarada por muitos – e com razão – como uma experiência decisiva, cujos efeitos sobre o caráter da sociedade como um todo eram desproporcionais.

Assim, podemos compreender a ideia de gradação e processo na vida urbana, a chamada urbanidade, que vai sendo criada e recriada, expandindo-se e, ao mesmo tempo, transformando-se, incorporando novos atributos e desenvolvendo novas habilidades ou competências, aprofundando e aperfeiçoando os mecanismos, ideologias e tecnologias que a configuram e a definem. Por exemplo, a urbanização cria novos trabalhos, ao mesmo tempo em que extingue outros, conforme Williams (2011). Com a ampliação dos sistemas coletivos de coleta de esgotos nas cidades e a instalação de vasos sanitários nas casas, não há mais necessidade de um limpador de latrinas. Também se pode pensar na expansão da urbanização e do modo de vida urbano através da individuação de aparelhos de comunicação, como o telefone. Se, em um momento anterior, o aparelho era coletivo, na rua ou na casa (para toda a família), o avanço técnico amplia a quantidade de linhas fixas em uma única casa e atinge seu ápice com a possibilidade de que cada indivíduo tenha seu próprio aparelho/número, com a saída do sistema fixo, focado na casa, e a passagem para o sistema móvel, baseado no próprio indivíduo que carrega seu telefone celular/smartphone. Cada etapa do processo descrito – do telefone fixo ao smartphone – foi, ao seu tempo, um momento-chave na ideia de urbanidade.

A casa, especialmente na cidade, também recebeu os avanços de cada momento, transformando-se em um “templo das inovações”, um reino dos pequenos utensílios idealizados, vendidos e comprados para diminuir o trabalho e amenizar o cansaço das tarefas cotidianas, o que nem sempre se confirma. “E suplicava os endereços dos fabricantes para se prover de todas aquelas utilidades adoráveis! Como a vida, assim apetrechada, se tornava escorregadia e fácil!” (QUEIRÓS, 1969, p. 62).

A casa é também o local onde as formas de comer e o que se come muda, abrindo um mundo novo. É onde se brinda o futuro com bebidas de todos os lugares e se bebe água engarrafada, “[...] por causa das águas da cidade contaminadas, atulhadas de micróbios” (QUEIRÓS, 1969, p. 38). Águas de todo o mundo, com diferentes quantidades de bolhas, com sabores, mas, para o personagem da cidade, nada realmente bom, que o satisfaça. Esse mesmo personagem, em um determinado jantar, oferece, como sobremesa, laranjas geladas embebidas em éter, que “desenvolve, faz aflorar a alma das frutas”. Entretanto, o personagem do campo visitando a cidade, ao vivenciar essa experiência, pensa na

[...] rudeza e atolado atraso da minha Guiães, onde desde séculos a alma das laranjas permanece ignorada e desaproveitada dentro dos gomos sumarentos, por todos aqueles pomares que ensombram e perfumam o vale, da Roqueirinha a Sandofim! Agora porém, bendito Deus, na convivência com o Jacinto, eu compreenderia todas as finuras e todos os poderes da civilização. (QUEIRÓS, 1969, p. 39).

Quanto maior o grau de urbanidade, mais repleto de possibilidades, de atividades e ações é o cotidiano na cidade, decorrentes do amálgama de funções que nela existem. A Paris na virada para o século XX, retratada na obra de Eça de Queirós, também materializa o auge do mundo urbano naquele momento. Para aproveitar ao máximo essas diversas possibilidades

cotidianas, são necessários planos, agendas e uma programação muito bem pensada, sem espaços para improvisos ou espontaneidades. Entretanto, a rotina transforma o cotidiano em uma repetição mecânica, e a velocidade das novidades e o desejo sempre pelo inédito acabam por apagar o brilho do que se tem e aumentar o desejo por coisas diferentes todos os dias. “[...] Jacinto, estendido em um divã, folheava uma agenda, onde arrolavam, inscritas pelo Grilo [o empregado] ou por ele, as ocupações do seu dia, tão numerosas por vezes que cobriam duas laudas” (QUEIRÓS, 1969, p. 42).

Para animar o cidadão, nada como cafés de diversas partes do mundo, mexidos com pau de canela, cigarros raros, bebidas de lugares exóticos, “como um moscatel de Siracusa”, degustado no conforto de “roupão de pelo de cabra do Tibete”. Diante dessa programação intensa, de todo o glamour da cidade, o personagem do campo na cidade aproveita seu dia para “[...] vadiar, regaladamente, como um cão natural!” (QUEIRÓS, 1969, p. 45).

E a cidade também se mostra, em sua morfologia,

[...] nas ruas longas, nas milhas de casario, todo de calíça parda, erizado de chaminés de lata negra, com janelas sempre fechadas, as cortininhas sempre corridas, abafando, escondendo a vida. Só tijolo, só ferro, só argamassa, só estuque; linhas hirtas, ângulos ásperos; tudo seco, tudo rígido. E dos chãos aos telhados, por toda a fachada, tapando as varandas, comendo os muros, tabuletas, tabuletas [...] Oh, este Paris, Jacinto, este teu Paris! Que enorme, que grosseiro bazar! [...] insisti na fealdade e tristeza desses prédios, duros armazéns, cujos andares são prateleiras onde se apinha humanidade! E uma humanidade impiedosamente catalogada e arrumada! (QUEIRÓS, 1969, p. 47).

Para superar o sentimento de feiura e de tédio, a ideia é a volta à natureza, mas uma natureza padronizada (HENRIQUE, 2009), típica dos enquadramentos do mundo urbano, transformada materialmente de simples/natural em algo exótico/controlado. “Vamos ao Jardim das Plantas, ver a girafa!” (QUEIRÓS, 1969, p. 58).

E, assim, a cidade distancia-se da natureza, e as pessoas se afastam uma das outras e se saciam de uma vida relativamente fácil e sem muito esforço físico, apesar do forte abalo psicossocial que a vida na cidade potencializa. Nada para o personagem da cidade consegue trazer emoções duradouras, tudo fica muito boçal e maçante. “Tudo tende ao pó efêmero, em Jerusalém e em Paris!” (QUEIRÓS, 1969, p. 126). As novidades se esgotam rapidamente.

Nenhuma curiosidade ou interesse lhe solicitava as mãos, enterradas nas algibeiras das pantalonas de seda, numa inércia de derrota. Anulado, bocejava com descoroçoada moleza. E nada mais instrutivo e doloroso do que este supremo homem do século XIX, no meio de todos os aparelhos reforçadores dos seus órgãos, e de todos os fios que disciplinavam ao seu serviço as forças universais, e dos seus trinta

mil volumes repletos do saber dos séculos – estacando, com as mãos derrotadas no fundo das algibeiras, e exprimindo, na face e na indecisão mole de um bocejo, o embaraço de viver! (QUEIRÓS, 1969, p. 99).

Quando a natureza na cidade não dá conta, a saída é a volta ao campo, mas um campo melhorado, conforme já apresentado na sessão anterior desse texto.

Assim, a vida urbana, segundo Williams (2011, p. 365), se configura em uma “experiência comum e uma ação comum”. Essa experiência é muito mais pautada e difundida sob o ponto de vista da metrópole, a cidade do contemporâneo, do novo, da recriação cotidiana da urbanidade capitalista, cidade onde modo de vida e espaço se casam, um espaço “imperialista” que domina os outros.

A cidade concentrada está sendo substituída, nas sociedades industriais, por uma verdadeira rede de transporte: a conurbação, a região metropolitana, o eixo Londres-Birmingham. Assim, a cidade chega à terceira etapa de seu desenvolvimento, quando se torna uma verdadeira província, ou mesmo um Estado. (WILLIAMS, 2011, p. 468).

Apesar da tendência imperialista da metrópole sobre as demais cidades, é preciso pensar outras possibilidades dentro da urbanização contemporânea. Novamente, reafirmamos que, dentro das relações campo-cidade, já muito diluídas nas metrópoles, reside uma potência explicativa para a dimensão das cidades médias e pequenas.

## O CAMPO E A CIDADE: UM MUNDO DE RELAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Nem a cidade irá salvar o campo, nem o campo a cidade. Em vez disso, a velha luta travada em ambos se tornará um conflito generalizado, o que num certo sentido ela sempre foi. (WILLIAMS, 2011, p. 491).

A velocidade de transformação do urbano em rural é cada vez mais alta, observável na paisagem e sentida nos lugares, pelas pessoas.

Eu venho de Guiães, das serras; preciso entrar em toda essa civilização, lentamente, com cautela, se não rebento. Logo na mesma tarde a eletricidade, e o conferençofone, e os espaços hipermágicos e o feminista, e o etéreo, e a simbologia devastadora, é excessivo! Volto amanhã. (QUEIRÓS, 1969, p. 35).

Campo e cidade são muito mais do que palavras cheias de muitos significados. São conceitos que buscam exprimir, representar, toda a geografia dos espaços ocupados pela sociedade. Campo e cidade concentram e representam a história dos espaços vividos. Se a origem da sedentarização estava no campo, espaço geográfico *mater* para o que viria a ser a cidade, ainda hoje, esse conteúdo original é forte e presente. Williams (2011, p. 11), explicando a questão linguística do campo, coloca que



[...] o termo inglês *country* pode significar tanto 'país' quanto 'campo'; the country pode ser toda a sociedade ou só sua parte rural. Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente essa ligação entre terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa substância, e as realizações da sociedade humana. É uma dessas realizações é a cidade: a capital, a grande cidade, uma distinta de civilização.

Infelizmente, toda a profundidade das dimensões geográficas e históricas é muitas vezes negada, e o campo e a cidade ganham representações muito maniqueístas. Positivamente, o campo é associado a uma forma de vida natural, silenciosa, pacífica, inocente e simples; a cidade é o centro da liberdade, da educação, do conhecimento, da ciência, da luz. Negativamente, a cidade é uma forma de vida artificial, barulhenta, violenta, mundana e vil; o campo é o lócus das limitações, da ignorância, do atraso e da escuridão. Propositadamente, colocamos o negativo de um dos pares simetricamente na oposição do positivo do outro. O que é positivo na cidade é diametralmente negativo no campo – a ciência da cidade e a ignorância no campo. É claro que a construção, neste texto, reforça uma leitura – que consideramos equivocada – que sempre coloca as características como arquétipos (HENRIQUE, 2012), em uma tentativa de generalização, sem buscar compreender as densidades e intensidades das formas e dos processos. Essa opção pela elaboração de oposições não é nova, e “o contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica” (WILLIAMS, 2011, p. 11). Continua o autor:

[...] é significativo que a imagem comum do campo seja agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro. Se as isolarmos desse modo, fica faltando o presente. A ideia do campo tende a tradição, aos costumes humanos e naturais. A ideia de cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento. Assim, num presente vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre o campo e a cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos. (WILLIAMS, 2011, p. 483-484).

E na obra de Eça de Queirós, as oposições são ainda mais reforçadas, a partir do ponto de vista da cidade. A vida urbana é repleta de instrumentos técnicos, objetos e regras de conduta que buscam definir uma “superioridade” técnica dentro dos espaços vividos, reforçando os ideais de separação homem-natureza, que podem ser transpostos para a separação homem-campo. “Só o fonógrafo, Zé Fernandes, me faz sentir a minha superioridade de ser pensante e me separa do bicho. Acredita, não há senão a cidade, Zé Fernandes, não há senão a cidade!” (QUEIRÓS, 1969, p. 19). Enquanto a cidade seria o artefato por excelência, reclamando os avanços da ciência e da técnica, o campo seria o espaço das relações mais próximas à natureza, da bestialidade, da submissão e do terror perante os tempos e condições da natureza. No exagero da separação dos pares campo e cidade, a partir da sua constituição técnica,

podemos discutir representações ainda muito fortes e estabelecidas da cidade como espaço tecnificado, edificado, construído, o espaço do *homo faber*, o espaço artificial, em contraposição ao campo, dominado e comandado pelas forças da natureza, espaços rudimentares de produção e vida. O prazer e o desfrute na cidade são relacionados aos objetos e às maravilhas criadas pela indústria, enquanto que, no campo, estão ligados à contemplação da natureza e s delícias da culinária (do leitão assado ao arroz doce). Na cidade, o tempo rápido, da pressa, das informações e das superficialidades é diferente do tempo no campo, marcado pela natureza e pela subjugação do ser civilizado ao ser biológico.

Além disso, continua Williams (2011, p. 478),

[...] é também preciso traçar uma distinção entre tais técnicas de produção e o modo de produção que sua forma social específica. Damos a essas transformações técnicas os nomes de melhoramento e progresso, aplaudimos alguns de seus efeitos e criticamos outros, e acabamos nos sentindo indiferentes ou divididos, um estado mental em que, de uma forma natural de vida no campo nos tentam ou, ao menos, nos fascinam. Ou então acabamos dizendo que é essa a condição humana: a escolha irresolúvel entre um materialismo necessário e uma humanidade igualmente necessária. Muitas vezes tentamos resolver esse dilema estabelecendo uma divisão entre trabalho e lazer, ou sociedade e indivíduo, ou cidade e campo, não apenas mentalmente, mas também subúrbios e cidades planejadas, casas de campo e apartamentos na cidade, na distinção entre dias úteis e fins de semana.

Aqui reside outra distinção importante entre a ruralidade e a urbanidade, materializada na divisão da semana em dias úteis e fins de semana. No rural é mais difícil se observamos essa diferença, pois todo dia é útil, de trabalho, com exceção das festas e dias religiosos. No urbano, a partir da regulação do trabalho, ocorreu essa distinção, que evoluiu, nos mais altos graus de urbanidade, para uma desregulação completa entre os dias de trabalho e os dias em trabalho. Muitos folgam em dias úteis, devido ao funcionamento do comércio, serviços e fábricas, enquanto outros já nem folgam mais, consumidos pelo trabalho, que também se torna o lazer (*workaholics*).

## POSSÍVEIS SINTETIZAÇÕES?

Toda a elaboração do texto de Raymond Williams, dentro de uma abordagem dialética das relações entre o campo e a cidade, busca sua construção histórica no contexto de modos de produção que se esgarçam, se constituem e se afirmam. Não se busca uma definição única do que seria/é o campo ou a cidade. Uma possibilidade real de superação dos estudos de

classificação seria uma leitura histórica, processual, uma vez que a história passada, ou o campo e a cidade do passado, está presente no momento atual, ou no campo e na cidade contemporânea. “A Inglaterra rural costuma ser considerada algo do passado, e sem dúvida as mudanças são evidentes. Mas, se comparamos a ideia com o campo real, vemos o quanto ele ainda está presente, mesmo nessa nação excepcionalmente industrializada e urbanizada” (WILLIAMS, 2011, p. 490).

Aqui reside uma das potências metodológicas da obra, ao colocar que, em vez de se preocupar com a forma atual ou passada, devemos ir além, focando realmente a construção dessas formas, bem como de seus conteúdos, ao longo dos diversos períodos históricos. Apesar de ser uma das bases do método dialético, essa lição poderia ser mais operacionalizada nos estudos, que ainda são muito influenciados pelo positivismo e pelas filosofias analíticas, mais preocupadas em responder ou construir uma resposta final às perguntas: o que é o campo? O que é a cidade?

Nesse sentido, compartilhamos a ideia e reafirmamos que não se deve haver uma preocupação apenas em dar respostas definitivas, mas a importância reside na compreensão dos processos em suas construções históricas, momentos de conflito e coexistências. Conforme afirma Williams (2011, p. 490), “[...] cada processo é um fato; nem nos melhores nem nos piores temos causas ganhas ou perdidas – o que temos é uma luta ativa, imediata e persistente”.

Sintetizando os conceitos, palavras e ideias associadas às categorias campo e cidade nas obras analisadas por Raymond Williams e no livro de Eça de Queirós, elaboramos o quadro apresentado a seguir. Apesar de ele ter duas colunas, e, em alguns momentos, os autores criarem oposição dicotômica entre ambas, nossa pretensão não é reforçar a dissociação radical entre o campo e a cidade, conforme já discutido anteriormente nesse ensaio.

Conforme trabalhado ao longo deste ensaio, o campo e a cidade não são definições espaciais estáticas, congeladas e fora do tempo histórico. Ambos representam categorias com conceitos produzidos em cada momento histórico, conectados a diversas realidades próprias e elaborados no âmbito da sua articulação. Podemos falar de campo e cidade, mas parece que nas relações entre eles residem as maiores possibilidades de operacionalização do conhecimento acumulado sobre a temática. Nessa relação são produzidos novos conceitos, conteúdos e novas materialidades. Conforme coloca Williams (2011, p. 329), “[...] a questão é mais do que aprender termos e tons; é o que acontece conosco, o que realmente acontece conosco, quando tentamos atuar como mediadores desses mundos em contraste”. Entretanto, o mesmo autor afirma que “[...] as ideias e imagens do campo e da cidade ainda conservam sua força acentuada. Essa persistência é tão significativa quanto a grande variedade, social e histórica, das ideias em si” (WILLIAM, 2011, p. 471).

Campos	Cidade
Organização ultrapassada Idosos – velhas ideias	Civilização superior Juventude/mocidade – energia e novidade
Formas de vida campestre, tribo, plantation, agroindústria, pastores, caçadores, fazendas estatais etc.	Cidade capital do estado, centro administrativo, centro religioso, comercial, base militar, polo industrial, porto, cidades antigas, conurbações, subúrbio, favela, metrópole, dormitório.
Natureza	Mundaniaidade
Inocência rural, “doçura”, paz	Ganância Vício
Exploração rural (separada ideologicamente) no processo de produção que se dissolveu na paisagem rural (bucolicismo)	Gastos monumentais expressos na paisagem urbana
Caridade e benevolência como dimensões orgânicas da vida social	Serviço social como um serviço profissional
Melhoramento da terra, da natureza, daquilo que foi dado)	Evolução/criação dos artificios
Simplicidade	Complexidade Riqueza
Aldeia – povoado, proximidade da natureza	Metrópole – cultura metropolitana
Proprietários de terra	Mercado imobiliário
Pobreza no campo: expropriados, velhos, doentes, crianças, incapazes citados	Pobreza na cidade: vagabundos e vadiagem Pobreza mais intensa e visível
Bela paisagem	Cidade como monstro, negação da natureza, sujeira, tumor Ruídos e barulho
Isolamento	Vias públicas, ruas ferveilhantes Perda da identidade na multidão Indiferença
Campo, Jardim do Éden – ignorantes Escruidão, estrutura de classes	Progresso, luzes, mobilidade social, civilização e liberdade Ascensão social Educação, cooperação, democracia, socialismo, instituições
Aumento produção	Ampliação dos serviços, comércio, indústria
Casa e trabalho no mesmo espaço	Casas repetidas, ruas ampliadas, locais de trabalho diferentes dos locais de moradia
Comunidade casa com a identidade quase familiar e local (ou ao lugar) – vínculos mais visíveis e próximos – comunidade conhecida	Comunidade e identidade mais como uma questão de consciência, experiência prolongada e cotidiana Comunidade cognoscível criada por escolhas e reconhecimento mútuo de um aspecto, geralmente estético, comum
Tranquilidade – marasmo – “tempo parado” – pausa Natural Tranquilidade campestre Refúgio e salvação – regeneração física e espiritual	Intranquilidade – movimento (fruto da industrialização) Crime
Esvaçamento e manutenção de crescimento baixo ou estagnado	Migrações e aumento do crescimento vegetativo
Rotina	Consciência
Passado e desaparecido	Presente e concreto
<b>Quadro 1</b>	
<b>Tentativa de síntese das ideias e representações sobre o campo e a cidade, a partir da leitura de Raymond Williams e Eça de Queirós</b>	

Fonte: Elaboração própria.

Por isso, continuamos a usar as ideias de ruralidade e urbanidade, para que possamos “completar” as lacunas, entender esses espaços em seus tempos e termos, em sua constituição cotidiana, no modo de ser, além de sua morfologia, saindo da delimitação física do campo e da cidade. Também, e principalmente, para superar a questão temporal congelada na ideia do campo como o passado e da cidade como o futuro, conforme a epígrafe desse texto, pensando o presente a partir das constituições dos processos não apenas no plano do mundo, mas também das especificidades dos lugares.

## REFERÊNCIAS

HENRIQUE, Wendel. *O direito a natureza na cidade*. Salvador: Edufba, 2009.

HENRIQUE, Wendel. Do rural ao urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. In: DIAS, Patricia Chame; SANTOS, Janio (Org.). *Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*. Salvador: SEI, 2012. v. 94, p. 63-80. (Série estudos e pesquisas, 94).

LEFÈBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p.

QUEIRÓS, Eça de. *As cidades e as serras*. São Paulo: Ediouro, 1969. 296p.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: Na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 536 p.

# RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E MOBILIDADE DO TRABALHO NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO: A REPRODUÇÃO DA VIDA EM CIDADES PEQUENAS

*Silmara Oliveira Moreira\**  
*Janio Santos\*\**

## INTRODUÇÃO

O processo de urbanização, dentro de uma lógica capitalista, não se orienta apenas e exclusivamente pela industrialização, mesmo que essa tenha solidamente influenciado as relações socioespaciais ao longo da história, em particular no Brasil. Nota-se que a configuração dos pequenos espaços urbanos é produto direto, dentre outros aspectos, da mobilidade do camponês no sentido campo-cidade.

Com processo de urbanização relativamente tardio, cujas mudanças mais visíveis se deram a partir da década de 1980, como aponta Santos (2009), a Bahia teve transformações relevantes relacionadas à emancipação de vários municípios, que incorreram no surgimento de muitas “cidades”<sup>1</sup>. Como outros estados da Região Nordeste, nesse período, houve a migração de grande contingente de pessoas, tanto das pequenas cidades, quanto do campo baiano para a Região Sudeste, à procura de emprego, principalmente para São Paulo, onde se concentrava a maior parte das indústrias.

Vários pequenos municípios, mesmo que não tenham sido alvo da industrialização, como aconteceu nas maiores cidades brasileiras, foram atingidos diretamente pela mobilidade de pessoas, trabalhadores em potencial, sobretudo nos anos que se seguiram à sua emancipação, o que acarretou mudanças socioespaciais profundas. Existiu (ainda há) intensa migração para a Região Sudeste, principalmente no que diz respeito aos jovens. No entanto, é possível observar também que houve movimentos de migração dentro dos próprios municípios, pois muitos deixaram o campo para morar na cidade, mesmo nas pequenas.

No caso da Bahia, a maioria dos municípios tem economia baseada na atividade terciária (SISTEMA DE DADOS ESTATÍSTICOS, 2015), ainda que a produção da agricultura de subsistência também seja marcante, sem que isso necessariamente se traduza em produto interno bruto (PIB) agrícola elevado. Partindo desse pressuposto, no campo também deveriam existir condições de vida adequadas, no sentido de oportunidades de trabalho para garantir a sobrevivência dos

\* Especialista em Análise do Espaço Geográfico e graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Monitora pedagógica do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (Cedasb). [moreira.sillmara@gmail.com](mailto:moreira.sillmara@gmail.com)

\*\* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e coordenador do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia. [janiosantos@yahoo.com.br](mailto:janiosantos@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> Decreto-lei 311, 2 de março de 1938, Art. 3º, entende: “A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome” (BRASIL, 1938), mas não deve desconsiderar os avanços nos estudos das cidades (CARLOS, 2003).

indivíduos. No entanto, o que houve no estado foi o estímulo ao fluxo migratório do campo em direção à cidade, seja porque muitos trabalhadores não mais conseguiam sobreviver do que nele produziam, seja porque a “modernização violenta”, por atender a interesses dos grandes produtores, intensificou a concentração de terra e expulsou pequenos camponeses.

Por outro lado, a cidade não oferece emprego suficiente, e muitos camponeses, mesmo nela morando, sobrevivem do trabalho no campo. Nesse sentido, o trabalhador, desapropriado dos seus meios de produção, ou seja, a terra, ao vendê-la para ir morar na cidade, vê-se obrigado a passar da condição de dono a empregado, seja no próprio município, seja em municípios vizinhos, onde encontra trabalho, muitas vezes, na condição de boia-fria. Muitos ainda se veem forçados a se ocupar de trabalhos precarizados na própria cidade.

A migração do camponês para as pequenas cidades trouxe uma nova dinâmica para o espaço urbano e, acima de tudo, ocasionou mudanças na vida das pessoas. Muitas delas, mesmo morando na cidade, estabelecem fortes relações de trabalho com o campo, que não foi completamente expurgado da essência de suas vidas. Diante disso, neste artigo, procura-se compreender quais condições históricas conduziram e influenciaram a mobilidade do trabalho, no sentido da saída do homem do campo em direção às pequenas cidades, partindo do pressuposto de que grande parte da população urbana vem da zona rural. Buscaram-se elementos da história que ajudassem a entender as influências do processo de urbanização nas pequenas cidades e as condições que levaram à mobilidade do camponês.

## MOBILIDADE, TRABALHO E RELAÇÕES CAMPO-CIDADE

A mobilidade do trabalho, no capitalismo, assume características específicas, pois, se no período “primitivo” significava a busca pela sobrevivência através do deslocamento para procura de alimentos, no modo de produção capitalista, para os trabalhadores, caracteriza-se também pela garantia da reprodução de suas condições objetivas de vida (GHIZZO; ROCHA, 2008). Essa ideia também está de acordo com Gaudemar (1977, p. 58), que, ao abordar a mobilidade do trabalho, define-a como um fenômeno “[...] em que os homens, os seus corpos e seus espaços de vida não passam de instrumentos de valorização do capital”.

A força do trabalho utilizada para a sobrevivência do homem se transforma em mercadoria, e essa mão de obra mobilizada torna-se produtora de mercadorias e, ao mesmo tempo, mercadoria que é vendida com a intenção da acumulação. Assim, “A liberdade de trabalho encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender” (GAUDEMAR, 1977, p. 190). Para que o trabalho seja transformado em capital, o capitalista precisa encontrar no mercado o “trabalho livre” em dois sentidos: o trabalhador deve dispor de sua vontade, da sua força de trabalho, como mercadoria que lhe pertence, e deve ser totalmente carente das coisas indispensáveis à realização da sua força de trabalho.

Sendo assim, se no discurso o trabalhador, de certa forma, pode escolher como utilizar sua força de trabalho, na prática, ele se vê obrigado a atender à lógica do mercado, que o impulsiona a sujeitar-se à ocupação de cargos muitas vezes precários, a fim de manter a sobrevivência. Para isso, deslocar-se passa a ser a alternativa que resta. Ou seja, “Os capitalistas vendem os meios de subsistência para a obtenção da atividade de trabalho; os operários vendem suas forças de trabalho para a aquisição dos meios de subsistência” (ROCHA, 1999, p. 159). A mobilidade, nesse sentido, se revela um movimento contraditório, que se tornou mais evidente para pequenos produtores rurais com a inserção das relações capitalistas no espaço agrário. Nesse sentido, muitos migraram em direção a outras localidades, devido à expropriação dos meios de produção – no contexto da urbanização pela qual passava a sociedade – e pela não condição de sobreviver do trabalho em que estavam sendo empregados, face à sua intensa precarização.

Ainda de acordo com Gaudemar (1977, p. 192), “[...] a mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento”. Essa mobilidade possui uma relação inseparável com o acúmulo do capital, pois o sujeito, ao sair do campo e migrar, muda sua posição no contexto da divisão do trabalho.

Damiani (1998), à luz da crítica às ideias de Pierre George, ao focar a migração, explica que, na maioria das vezes, trata-se de um acontecimento controlado politicamente, ou seja, não depende somente da vontade do indivíduo, mas igualmente dos condicionantes políticos que interferem de maneira direta na sua decisão. E essa migração, ou melhor, essa mobilidade, tem relevante contribuição para a compreensão das relações campo-cidade.

Sabe-se que a divisão territorial, técnica e social do trabalho marcou (ainda marca) a relação cidade-campo. Segundo Araújo e Soares (2009), ao longo da história, coube ao campo produzir para a manutenção da cidade. A partir do processo de industrialização ocorrido nos séculos XVIII e XIX, aliado ao avanço das relações capitalistas de produção, a divisão territorial, técnica e social do trabalho intensificou-se, já que o campo continuou responsável pelo setor agrícola e houve significativa concentração da indústria na cidade. Isso levou à subordinação do primeiro à segunda. Nos últimos anos, todavia, o campo também passou a ser influenciado por outros aspectos da economia, como o setor terciário e a inserção da modernização, cada vez mais notados nesse espaço. Esses processos alteraram dinâmicas e processos e redefiniram a própria lógica da vida rural.

Até a década de 1950, a pequena agricultura, no Brasil, empregou, majoritariamente, como forma de reprodução das condições de subsistência. Todavia, além de ter sofrido, na segunda metade do século XX, a “modernização violenta”, tal atividade passou a não se atrelar somente à garantia de sobrevivência. Mesmo produzindo em menor quantidade, muitos pequenos produtores rurais também passaram a visar nichos de mercado. Tal fato se deve à interferência da lógica da reprodução do capital, que, cada vez mais, os impulsiona para uma “visão de mercado”, principalmente para garantir necessidades materiais, algumas vezes forjadas pela



ideologia do consumo. É nesse sentido que as articulações entre cidade e campo se tornam mais complexas, indo além da divisão do trabalho, o que perpassa pelas relações estabelecidas pelos sujeitos como seres sociais.

A discussão a respeito das relações que se estabelecem entre cidade e campo requer conhecimento, não somente de questões demográficas e da divisão do trabalho (que é social, técnica, econômica e, porque não reafirmar, territorial), mas também da realidade social, sem perder de vista as subjetividades estabelecidas entre os sujeitos que compõem/produzem o espaço, com suas morfologias e suas realidades imateriais.

O primeiro passo para que esse entendimento se dê de fato é a compreensão de que urbano e rural não são sinônimos, respectivamente, de cidade e campo, embora sejam construções teóricas totalmente imbricadas. Urbano e rural são considerados como as relações estabelecidas em uma determinada sociedade, conquanto modos de vida, enquanto que cidade e campo são as bases materiais nas quais essas relações incidem (SANTOS, 1998).

Ao tratar das articulações cidade-campo, Whitacker (2010) destaca, dentro do pensamento marxista, duas frentes teóricas: a primeira está ligada à ideia lefebvriana, que defende a existência de uma sociedade urbana em construção, ou seja, o devir. Para Lefebvre (1991; 2004), a cidade é uma construção social e, assim, seria o ponto de partida em que o modo de vida urbano se constituiria e tomaria fôlego para se difundir sobre toda a sociedade. O campo seria tomado pelo urbano, fazendo com que o modo de vida rural aos poucos fosse se transformando. A segunda frente teórica proposta “[...] toma o campo como meio de produção e a cidade como suporte da produção” (WHITACKER, 2010, p. 188). Essa linha está atrelada tanto à geografia urbana quanto à rural. Muitos autores que trabalham nessa perspectiva geralmente tratam campo e cidade de forma dicotômica. Às vezes, privilegiam a primeira sobre o segundo e/ou, em outros casos, constataam uma dependência simplista da cidade em relação ao campo. Este seria o local do devir, manifestado pelo modo de produzir camponês, e não a cidade, como proposto pela frente lefebvriana.

Souza (2010), ao abordar essa dicotomia, retrata a leitura dual em que “[...] de um lado estuda se o campo, o todo rural, de outro, o espaço urbano e as cidades” (SOUZA, 2010, p. 195). Dessa maneira, esses dois espaços são tratados como opostos, cabendo à cidade a definição do lugar do “desenvolvimento” e ao campo o sinônimo do “atraso”. Há certa preponderância de estudos nos quais se analisa o campo ou a cidade, o que consiste quase sempre numa visão deturpada e limitada, sobretudo se se trata de uma cidade pequena. Essa ótica dualista, no entanto, precisa ser superada para que haja um melhor entendimento sobre as relações tecidas nesses e entre esses dois espaços.

A ideia da cidade como símbolo do avanço e das novas oportunidades surge justamente no início do processo de industrialização, quando as fábricas foram instaladas em áreas que se constituíram nas cidades e fizeram com que todos os investimentos se voltassem para elas. A legislação trabalhista proposta pela Constituição Brasileira de 1934, por exemplo, na

medida em que não chegou ao campo, fez com que a cidade se tornasse o oposto, o espaço da “cidadania”. “Migrar para a cidade passa a representar, então, uma maneira de ampliação das possibilidades de entrar no mundo do direito” (MARQUES, 2006, p. 176). Essa realidade, atualmente, já se encontra modificada, uma vez que também no campo, teoricamente, a legislação trabalhista garante direitos ao trabalhador, através da Lei nº 5.889 e do Decreto nº 73.626 (BRASIL, 1973, 1974).

Embora a legislação trabalhista “garanta” direitos aos trabalhadores, na prática, esses lhes são negados, até mesmo o direito ao próprio trabalho, seja no campo ou na cidade, já que o trabalhador enfrenta uma precariedade histórica, o que independe de onde resida. Por conseguinte, a oposição campo-cidade vai sendo desfeita, não pelo crescimento da cidade, que invade o campo, na sua forma concreta, mas pela disseminação do urbano como modo de vida. Ou seja, as relações estabelecidas no campo possuem características cada vez mais vinculadas ao urbano (SEABRA, 2000). Isso dentro da perspectiva de que o urbano carrega consigo também (mas não exclusivamente) a lógica da sociabilidade capitalista.

Tais características são inerentes ao próprio sistema, que é marcado, por exemplo, pela massificação do consumo, mercantilização dos desejos e das necessidades etc. Esses aspectos, a cada dia, se difundem mais e produzem um espaço com tendência de tornar a sociedade mais homogênea, ainda que isso não se realize nunca por completo. Portanto, de certa forma, independentemente da residência em que o indivíduo se encontre, seja na cidade ou no campo, seus hábitos e valores tendem a ser impelidos a uma pasteurização, que é sempre incompleta.

Nessa direção, o campo é tomado por um conteúdo de relações inerentes ao processo de urbanização e ao próprio urbano, que transformam e são transformados pelas relações entre eles estabelecidas, desvelando, conseqüentemente, maiores lógicas de complementaridade entre ambos, sobretudo se pensadas sob a égide da sociabilidade capitalista. Carlos afirma:

A cidade e o campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais nele contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que os une. (CARLOS, 2004. p. 3).

A autora considera essa articulação como um desafio para o entendimento das relações campo-cidade no contexto atual, que deve caminhar na direção de compreender não o desaparecimento do rural, mas, diante das transformações pelas quais a sociedade vem passando, o surgimento de novas interações. É nessa linha de construção teórica que Lefebvre (1991; 2004) propõe o que seria a formação da sociedade urbana.

Nota-se que a divisão territorial, técnica e social do trabalho tem na relação entre a cidade e o campo a sua maior e, talvez, principal configuração. A articulação e a negação dos papéis dentro dessa separação estabelecem a complementaridade, que se define também como

oposição e conflitos. Assim, a divisão técnica, social e territorial do trabalho só pode ser analisada juntamente com outros componentes das relações sociais presentes no espaço, que incluem política, subjetividades, condições objetivas etc.

Diante da complexidade das articulações entre campo e cidade, tal complementaridade está cada vez menos palpável e difícil de entender, pois passa a materializar-se também nas trocas simbólicas e econômicas, o que implica novos fluxos de informação, de mercadorias, de capitais etc. (WHITACKER, 2006). Essas trocas, ao mesmo tempo em que são expressões da propagação do urbano como modo de vida, atrelado à lógica do sistema produtivo em vigência, acontecem concomitantemente à reordenação da divisão territorial do trabalho. Tais mudanças ligam-se à imposição de uma postura que significa o espraiamento de novos setores da economia no e pelo campo.

É dentro dessa perspectiva que Araujo e Soares (2009) destacam o fato de que os debates sobre o rural e o urbano devem superar explicações simplistas, uma vez que as relações contidas em ambos, em primeiro lugar, ultrapassam limites territoriais (formais ou não) estabelecidos para cada um, o que implica intercruzamentos de dinâmicas e processos, influências e mutualidades. Em segundo lugar, tanto as relações inerentes ao urbano como as próprias do rural podem, em algum momento, se sobrepor aos recortes estabelecidos pelo campo ou pela cidade, respectivamente, sobretudo se se trata das imposições da sociabilidade capitalista.

## A VIDA NA CIDADE SOB O OLHAR DO HOMEM DO CAMPO

Considera-se importante analisar a produção do espaço urbano, neste texto, com base nas relações concretas estabelecidas para explicar a reprodução da vida do camponês que hoje vive na cidade e que propõem indagações sobre a concepção que o camponês tem da cidade e como ele se vê como um trabalhador do campo que nela reside. Não obstante, tem-se como recorte empírico da análise Belo Campo, uma pequena cidade situada no interior da Bahia e que está inserida no Polígono das Secas. Localiza-se no sudeste da Bahia e a sudoeste de Salvador, capital do estado, e faz parte do território de identidade Vitória da Conquista (Figura 1).

O município de Belo Campo foi criado em 1962, face à sua emancipação política, já que, até então, era distrito de Vitória da Conquista. Essa mudança ocorreu num momento em que o Brasil intensificava o processo de industrialização. Na Bahia, entretanto, ainda não havia significativa implantação de indústrias, ao menos como processo mais amplo e dentro do modelo adotado a partir da década de 1940, que concentrou tal atividade na Região Sudeste do Brasil. Contudo, o território baiano também sentia as decorrências das transformações pelas quais passava o país, sobretudo diante das profundas alterações advindas de uma nova lógica na urbanização.

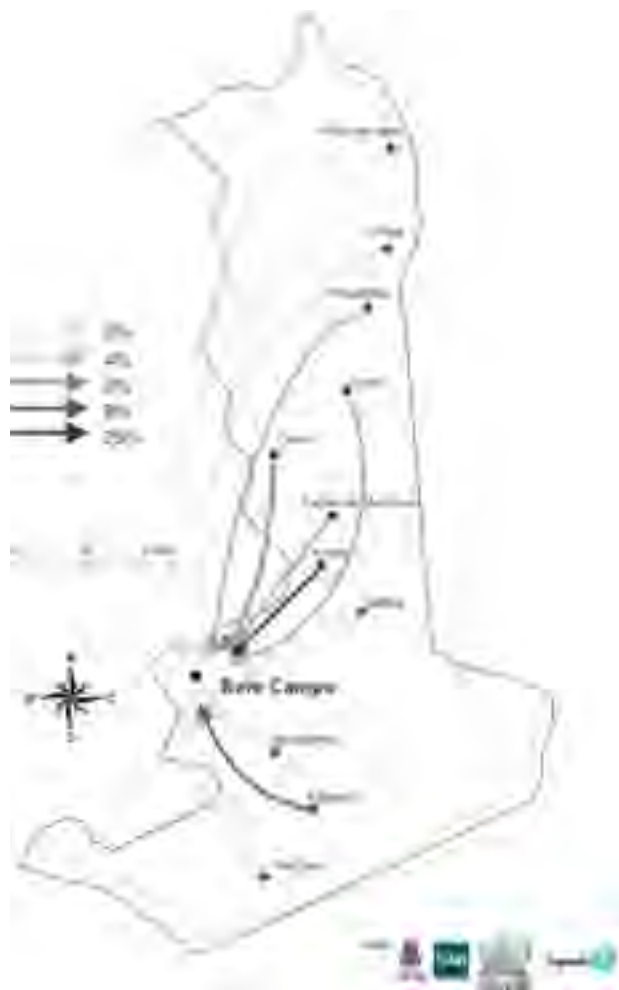


**Figura 1**  
Localização de Belo Campo no Território de Identidade Vitória da Conquista e na Bahia – 2011

Fonte: SEI, 2013.

Se uma parcela da população de Belo Campo migrou, nesse contexto, para o Sudeste, em especial para São Paulo, ao longo das décadas que se sucederam, outra parte saiu do campo e foi morar na sua pequena cidade. E são esses os sujeitos que serão objeto da reflexão para se entender o que eles visavam. Convém observar que os sujeitos em questão são naturais de povoados de Belo Campo (62%) e de outros municípios do entorno, como Caraíbas e Tremedal<sup>2</sup>. No que diz respeito aos moradores que vieram do próprio município, a maioria é natural da zona da caatinga (Figura 2).

<sup>2</sup> Pesquisa realizada com base em amostragem selecionada. Foram aplicados 52 questionários às pessoas que vieram para a cidade de Belo Campo, entre 1980 e 1990, distribuídos aleatoriamente nos bairros.



**Figura 2**  
Povoados de origem dos camponeses que residem na cidade – Belo Campo – 2010

Fonte: SEI, 2013. Pesquisa de campo, 2010.

Cabe afirmar que 90% dos migrantes consideraram que, ao se mudar para a cidade de Belo Campo, a vida tornou-se melhor, comparada à forma como viviam no campo. É importante lembrar que essas pessoas que disseram ter melhorado suas condições de vida e que conseguem trabalho mais facilmente na cidade são as mesmas que, majoritariamente, estão submetidas a ocupações precarizadas, com baixa remuneração, ou sofrem com desemprego em suas famílias. Ou seja, essa condição de vida que a cidade lhes oferece, mesmo longe de ser o que imaginavam quando deixaram suas terras, ainda é uma maneira de sobreviver e funciona como esperança de melhorias. Dentre os avanços mais apontados estão as condições e o acesso a trabalho.

Aqueles que consideraram não ter havido progressos ou até que sua condição de vida piorou apontam que o acesso aos alimentos, antes produzidos por eles mesmos, torna-se mais difícil na cidade, onde eles têm que comprá-los. Outro fato é que no campo eles podiam retirar o sustento do seu trabalho da terra, e na cidade o emprego se tornou escasso.

A maioria dos trabalhadores possui renda muito pequena. Mesmo nos casos em que a renda média da família se encontra entre um e três salários mínimos, ela não é fixa e pode variar de um mês para o outro, uma vez que os trabalhos não são estáveis. Outro fator a ser considerado é que 48% das famílias recebem apenas um salário mínimo, e, em muitos casos, é o de um aposentado que mantém o sustento do restante. Tais famílias são compostas, mormente, por três membros ou mais, o que revela situação financeira e condição de vida limitadas na cidade pelo baixo poder aquisitivo.

Nas famílias que recebem entre um e três salários mínimos, também se observa a mesma lógica, em que a renda é composta, na maioria, pelo salário dos aposentados. O baixo rendimento está relacionado à pouca escolaridade, fator que, todavia, não deve ser considerado como condicionante, porque mesmo aqueles que possuem grau de instrução maior, embora sejam poucos, não conseguem emprego. As vagas oferecidas nas pequenas cidades são poucas e, além de insuficientes, proporcionam salários baixíssimos.

Entre os trabalhadores, 57% não estudaram ou somente cursaram até os primeiros dois ciclos do ensino fundamental (antiga quarta série ou 5º ano atual), o que revela situação de baixa escolaridade. Levando-se em conta que parte desses trabalhadores veio de pequenos povoados rurais, onde o acesso à escola, como dito por eles, era muito difícil, pode-se considerar que o fato de passar a morar na cidade também não significou acesso garantido à educação para todos. Muitos desses camponeses, tendo que trabalhar para manter suas famílias, nem sempre dispuseram de tempo para frequentar a escola (MOREIRA, 2011).

Dessa maneira, a ideia que esses trabalhadores rurais tinham da cidade como sinônimo de melhores condições de vida e acesso ao ensino formal, e como uma maneira de alcançar esses objetivos e outros direitos, perde-se diante das dificuldades que enfrentam no dia-a-dia, muito mais ligadas à classe social em que estão inseridos do que ao fato de residirem no campo ou na cidade.

Seus filhos, por conseguinte, em muitos casos, frequentaram a escola, mas em geral enceraram os estudos no ensino médio, também devido à ausência de condições financeiras para dar prosseguimento. Assim, a reprodução do sujeito como classe acompanha as gerações seguintes, que não são mais trabalhadores rurais que foram para a cidade, mas trabalhadores desempregados que não têm alternativas a não ser repetir a mesma atitude de muitos parentes: ir para a Região Sudeste do Brasil, normalmente para São Paulo, à procura de emprego. As famílias dos trabalhadores rurais são compostas, na maioria dos casos, por membros que nasceram no campo, sendo que 64% dos entrevistados disseram que a família não tinha pessoas nascidas após a ida para a cidade. Desses, apenas 36% possuem um dos integrantes da família nascido em Belo Campo.

Para o trabalhador rural que foi para a cidade de Belo Campo, em geral, houve melhorias, em comparação à vida que ele levava no campo, no tocante à situação financeira, a serviços – educação, saúde, transporte, acesso à água e à energia elétrica –, dentre outros aspectos. Contudo, não é a vida que esperavam, pois, em muitos casos, sua condição de existência não teve melhorias, e alguns, inclusive, passaram a não ter sequer uma residência. Assim, a situação em que se encontram esses camponeses está melhor do que na época da chegada porque, de certa maneira, houve uma estabilização na cidade. Contudo, muitos ainda lidam com a adaptação a esse novo modo de vida. O distanciamento cada vez maior do modo de vida tipicamente rural, associado à falta do “pedaço de chão” de onde esses camponeses podiam retirar o próprio sustento, e o trabalho mais escasso fazem com que haja um estranhamento da vida na cidade.

Mesmo diante das dificuldades relatadas, a cidade ainda é concebida, pela maioria desses trabalhadores rurais, como a esperança de melhora das condições de vida. Constatou-se, no entanto, que o fator determinante para essa melhoria é, na verdade, sua condição de classe, e não o seu local de moradia. Essa dinâmica está imbricada no modo de produção vigente, pois é na negação do direito ao campo e à cidade, centrada na desigualdade entre as classes, que o capitalismo se reproduz.

## MOBILIDADE DO TRABALHO E RELAÇÕES CIDADE-CAMPO

A mobilidade do trabalho é um dos traços da relação cidade-campo, pois, mesmo migrando, parte dos camponeses ainda possui laços com o campo. Das pessoas ouvidas em Belo Campo, 78% disseram que a família mantém alguma ligação com o campo, que varia segundo a natureza, podendo ser para ter uma renda, local de passeio, elos familiares etc. Uma vez que os trabalhos que realizam na cidade são, comumente, de caráter temporário, chamados de “bicos”, boa parte dos camponeses volta a labutar na terra, que não é mais sua.

Há casos de pessoas que, mesmo que tenham labor na cidade, também desenvolvem atividades no campo, o que lhes assegura a produção de alimentos para ajudar na manutenção da família. Os camponeses que têm uma relação de trabalho com a zona rural e os que apenas possuem uma propriedade, embora não trabalhem nela, somam 54%, o que revela a ligação com a terra como algo ainda muito sólido.

As relações de trabalho são caracterizadas por idas e vindas intensas da cidade ao campo. Alguns saem todos os dias de suas casas, pela manhã, em direção à zona rural e retornam no final do dia. Em geral, compõem os que não têm mais um “pedaço de terra” e trabalham em propriedade arrendada ou como empregado remunerado. Outros vão no início e retornam no final da semana. Esses são normalmente os que, mesmo morando na cidade, continuaram com a pequena propriedade na zona rural (MOREIRA, 2011).

A visita a parentes e amigos, como relatado por muitos, é uma forma de manter aceso o elo com o tempo em que viviam no campo, uma vez que sentem falta da vida que levavam. Tais trabalhadores rurais, mesmo residindo na cidade e possuindo ligação de caráter familiar com o local de origem, ainda trazem consigo um modo de vida arraigado à ruralidade, que é caracterizado, principalmente, pelo apego à terra.

Vários deles, a fim de garantir a sobrevivência, se adaptam ao que Tomaz Junior (2006) denomina como plasticidade do trabalho. Ou seja, o trabalhador muda de uma atividade para outra com frequência e, às vezes, até realiza mais de uma atividade em pequeno intervalo de tempo, tendo que se adaptar à ocupação que consegue. Na época do plantio, labuta na zona rural; quando termina a colheita, volta para a cidade. Os homens, normalmente, vão para a construção civil, para a fabricação de tijolos ou até mesmo se deslocam para outros municípios para labutar em propriedades rurais. As mulheres que não acompanham seus maridos ocupam-se como empregadas domésticas.

No entanto, 72% desses trabalhadores não gostariam de voltar a morar no campo. Os motivos alegados são o fato de que o valor agregado à mercadoria obtida com a lavoura não é suficiente para manter suas famílias. Ademais, as mesmas condições que enfrentavam, como a dificuldade de acesso a serviços, saúde, educação, transporte, segundo eles, não tiveram melhora significativa. Uma senhora relata o seguinte: “Não quero voltar a sofrer tudo de novo” (MOREIRA, 2011). Essa realidade revela a cidade como lugar de fuga, que ainda se constitui como possibilidade de mudança de vida para o trabalhador rural. Nesse sentido, o camponês enxerga o urbano como promessa de avanço, uma utopia, que, no entanto, é concebida e repensada para a cidade ideal, como aquilo que esperam um dia poder alcançar, e não como a cidade em que vivem.

Os que gostariam de voltar a viver no campo disseram que sentem falta do trabalho na lavoura, mas não retornam porque não possuem mais a terra ou devido à precariedade de acesso a serviços básicos. Mesmo os que não querem voltar para o local de origem se veem obrigados a retornar pela necessidade de trabalhar, pela chegada da aposentadoria ou por outros motivos. Por sinal, é importante relatar que são numerosos os casos em que a única possibilidade que essas pessoas têm de sobrevivência é a aposentadoria, popularmente conhecida por eles como “funrural” ou “fundo rural”.

Como o trabalho não lhes garante um pagamento digno, seja no campo ou na cidade, quando não podem mais trabalhar, por condições de saúde ou limitações da idade, muitos voltam para o local de origem, onde ficam até conseguir a aposentadoria. Aqueles que possuem propriedade na zona rural a colocam como fundamental para ajudar na manutenção da família, seja pelo que produz, seja pela aposentadoria que posteriormente será atribuída. Essa busca constante por um espaço onde possam viver com condições dignas caracteriza o camponês migrante que reside nas cidades pequenas, como em Belo Campo.



A produção no campo é majoritariamente (71%) voltada para o autossustento e, em menor proporção, para autossustento e comercialização na feira. Normalmente, os camponeses que viajam para outros municípios para trabalhar em atividades ligadas à zona rural têm como principais destinos Barra do Choça, Vitória da Conquista e Caraíbas, respectivamente, para a colheita do café e da manga.

Como analisa Santos (2010), assim se reproduz a vida nas pequenas cidades, entrecruzada entre o campo e a cidade. A mobilidade do trabalho rural-urbano é notória e não restrita aos deslocamentos para os grandes centros brasileiros, como no passado. Se a Região Sudeste é a principal rota, nunca foi a única, como é recorrente pensar, porque esse movimento ocorreu também para pequenas e médias cidades, sobretudo nas últimas duas décadas. Expropriados de suas terras e face à negação do direito ao campo, os camponeses migraram, em uma dinâmica que pode ser explicada por três processos não excludentes entre si: (1) a ausência de políticas que garantissem a permanência do homem no campo; (2) o processo de mecanização/modernização da agricultura; e (3) em função de períodos de crise na atividade agrícola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades encontradas na cidade, o camponês ainda concebe a vida nela como melhor do que a no campo, porque, mesmo que ideologicamente, as suas atuais condições lhe dão esperanças de uma possibilidade, ainda que remota, de melhora. Dessa forma, o trabalhador rural, desapropriado de seus meios de produção, diante do trabalho desvalorizado, vai morar na cidade. Mas, mesmo ali, se vê forçado a voltar a trabalhar no campo, em sua propriedade ou na de outros, seja temporariamente ou não. Isso porque o trabalho que consegue na cidade – quando consegue – não garante o sustento de sua família.

O momento histórico analisado foi de transformações profundas para a sociedade brasileira, pois culminou em mudanças significativas nas cidades, independentemente do tamanho e do papel que desempenham na rede urbana. O que distingue as relações cidade-campo nas pequenas unidades urbanas é a mobilidade entre esses dois espaços, ainda traduzida pela precarização e pela plasticidade do trabalho.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as relações cidade-campo em uma pequena cidade são marcadas por uma complementaridade nas articulações estabelecidas entre os espaços, por intensa mobilidade do trabalho, pela negação de direitos e por sérios conflitos. As relações de classe definem o acesso ou não a melhorias nas condições de vida dos camponeses, pois os detentores de recursos financeiros residentes em pequenos municípios conseguem ter boas condições de vida, seja no campo ou na cidade. E quem está à margem disso, está excluído de direitos, independentemente de onde resida.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F. A. V de.; SOARES, B. R. Relação campo-cidade: desafios e perspectivas. *Campo-território*, Uberlândia, MG, v. 4, n. 7, p. 201-229, 2009. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 7 mar. 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 jun. 1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5889.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- \_\_\_\_\_. Decreto no 73.626, de 12 de fevereiro de 1974. Aprova Regulamento da Lei número 5.889, de 8 de junho de 1973. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 fev. 1974. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/d73626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d73626.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”. *Revista Geosp*, São Paulo, n. 13, 2003.
- \_\_\_\_\_. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. *Mercator*, Fortaleza, v. 5, p. 8-13, 2004.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. *Informações básicas dos municípios baianos*: Região Sudoeste. Salvador: CEI, 1994.
- DAMIANI, A. L. *População e geografia*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GIZZO, M. R.; ROCHA, M. M. Contextualização dos estudos de mobilidade nas ciências humanas. *Espaço Plural*, Cascavel, PR, v. 1, p. 101-110, 2008.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: URMG, 2004.
- MARQUES, M. I. M. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. *Revista Agrária*, São Paulo, v. 3, p. 170-185, 2006. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria>>. Acesso em: 27 mar. 2011.
- MOREIRA, Silmara Oliveira. *O processo de urbanização e a mobilidade do campo para a cidade em Belo Campo/BA*. 2011. 79 f. Monografia (Licenciatura em Geografia)-Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2011.
- ROCHA, M. M. Mobilidade forçada, a economia política dos deslocamentos humanos. *Acta Scientiarum*, Maringá, PR, v. 21, n. 1, 1999.
- SANTOS, J. Urbanização e produção de cidades na Bahia: reflexões sobre os processos de estruturação e reestruturação urbana. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 2, p. 499-509, jul./set. 2009.
- \_\_\_\_\_. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In: HENRIQUE, W.; LOPES, D. F. *Cidades médias e pequenas*: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. p. 50-76.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio-técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SEABRA, O. C. L. Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo. *Geografares*, Vitória, v. 1, n. 1, p. 73-78, 2000.

SOUZA, S. T. Relação campo-cidade: em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In: FERLIN, D.; HENRIQUE, W. (Org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 195-207.

SISTEMA DE DADOS ESTATÍSTICOS. *Produto Interno Bruto: 1999 a 2009*. Salvador: SEI, [2015]. Disponível em: <<http://sei/side/inicio/index.wsp>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

THOMAZ JÚNIOR, A. A. Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho (Repensar auto-crítico sobre as classes trabalhadoras no Brasil). *Revista Pegada*, v. 7, n. 1, p. 07- 40, 2006. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

WHITACKER, A. M. Cidade imaginada: cidade concebida. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.131-155.

\_\_\_\_\_. Campo e cidade. *Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate*. In: FERLIN, D.; HENRIQUE, W. (Org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 187-194.



SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO



ISBN 978-85-8121-015-5

